



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR**  
**PRÓ-REITORIA ACADÊMICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E**  
**DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**ISAAC NEWTON CARNEIRO DA SILVA**

**A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE SETECENTISTA NO NORDESTE**  
**BRASILEIRO: ASPECTOS DA EVOLUÇÃO URBANA DE SERRINHA-BA E**  
**INFLUÊNCIAS PARA A SUA FORMAÇÃO**

Salvador  
2023

ISAAC NEWTON CARNEIRO DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE SETECENTISTA NO NORDESTE  
BRASILEIRO: ASPECTOS DA EVOLUÇÃO URBANA DE SERRINHA-BA E  
INFLUÊNCIAS PARA A SUA FORMAÇÃO**

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Orientador: Professor Doutor Pedro de Almeida Vasconcelos

Salvador  
2023

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha Catalográfica. UCSAL. Biblioteca Dom Geraldo Majella Agnelo

S586 Silva, Isaac Newton Carneiro da

Construção de uma cidade setecentista no Nordeste: aspectos da evolução urbana de Serrinha-Ba e influências para a sua formação / Isaac Newton Carneiro da Silva. – Salvador, 2024.

252 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Orientador: Prof. Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos.



## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**ISAAC NEWTON CARNEIRO DA SILVA**

**"A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE SETECENTISTA NO NORDESTE  
BRASILEIRO: ASPECTOS DA EVOLUÇÃO URBANA DE SERRINHA-BA E  
INFLUÊNCIAS PARA A SUA FORMAÇÃO".**

Tese aprovada como requisito para obtenção do grau de Doutor  
em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.


Salvador, 21 de novembro de 2023.

Banca Examinadora:

  
Pedro de Almeida Vasconcelos (Orientador - UCSAL)

  
Silvana Sá de Carvalho (Examinadora Interna - UCSAL)

  
Amílcar Balardi (Examinador Interno - UCSAL)

  
Alvaro Pinto Dantas Carvalho Junior (Examinador Externo - UCSAL)

  
Evaldo Pereira de Brito (Examinador Externo - UFBA)



ISAAC NEWTON CARNEIRO DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE SETECENTISTA NO NORDESTE  
BRASILEIRO: ASPECTOS DA EVOLUÇÃO URBANA DE SERRINHA-BA E  
INFLUÊNCIAS PARA A SUA FORMAÇÃO**

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Planejamento e Desenvolvimento Territorial.

Salvador, 23 de novembro de 2023.

Banca Examinadora

Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos (Orientador)

Doutorado em Geografia pela University of Ottawa, Canadá

Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica de Salvador, Brasil

Professor Titular da Universidade Federal da Bahia

Dr. Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Junior

Doutorado em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia

Coordenador do Laboratório de Conservação e Restauração Monsenhor Eugênio Veiga da Universidade Católica do Salvador

*Dr. Amilcar Baiardi*

Doutorado em Economia, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pós-doutorado em história das ciências no Istituto e Museo di Storia della Scienza, Firenze, Itália.

Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), e Professor Titular aposentado da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Dr. Edvaldo Pereira Brito

Doutorado em Direito pela Universidade de São Paulo

Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia; Professor Emérito da Universidade Presbiteriana Mackenzie; Professor do Programa de Direito da Universidade Católica do Salvador

Dra. Silvana Sá de Carvalho

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe

Coordenadora da Pós-graduação, Pesquisa e Mobilidade Acadêmica e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador

## AGRADECIMENTOS

Passar pela experiência de escrever um trabalho como este nunca é possível de realizar-se de modo sozinho. Portanto os agradecimentos são indispensáveis. Difícil é fazer caber num pequeno espaço o tanto que devemos agradecer. Mas, mesmo pedindo desculpas por algumas falhas, vamos seguir assim.

Primeiramente o agradecimento multiplicado vai ao Professor Pedro Vasconcelos. A ele peço somente que tenha chance de um dia ser um professor bom, ao menos próximo dele. A professora Silvana Sá de modo idêntico. Afinal cheguei ao programa graças aos seus conselhos e tolerância no seu acompanhamento. Ao professor Humberto Miranda gravo o agradecimento pela paciência e conhecimento de Serrinha, oferecidos como instigação acadêmica para a pesquisa de Serrinha.

Além destes agradecimentos outros, aqueles que me ajudaram muito na produção do trabalho por diversos motivos. Assim aos Conselheiros Plinio Carneiro, e Plinio Filho. Ao primo irmão, Antonio Josevaldo Silva Lima e ao ex-Deputado Rubem Carneiro.

Ao Professor Edvaldo Brito, pelas primeiras aulas que me levaram a pensar no município brasileiro.

Ao Deputado Osni Cardoso, que também foi fonte importante para a pesquisa deste trabalho.

Amigos importantes demais para nunca deixar de longe na vida, Jorge Castelucci e sua querida esposa, Soledade – a querida Sossó. Também a Zé Cocá, que foi um apoiador nos momentos difíceis.

De tempo mais próximo a Quinho, o prefeito, amigo e atencioso ser humano. Com ele a amizade rejuvenescida de Luciano Sepúlveda, professor e colega de pensamentos. Também por isto não posso deixar de agradecer profundamente o Dr. Elve Cardoso, também pelo apoio que garantiu condições para a concretização deste sonho.

Por fim, ao círculo mais próximo. Ana Claudia, a companheira que me deu o tempo para a pesquisa, Da. Laura, pela paciência e pela atenção dos cafés, almoços e jantares. Minha mãe, Clelia, que estava presente em muitas das histórias e histórias de Serrinha. Ao meu pai, que mesmo em memoriam, ajudou com seu passado e tudo que me falou de sua terra natal a construir um passado para explicar nosso presente.

Lua, obrigado pelos latidos.

## RESUMO

O objeto da presente pesquisa é a análise dos fatores históricos, econômicos, sociais e políticos que levaram à criação, evolução e a existência de alguns municípios na esteira da interiorização do sertão brasileiro, principalmente na região do nordeste baiano. Se pretende investigar os fenômenos nacionais e regionais capazes de influenciar a mudança dos destinos de criação e formação da cidade brasileira e baiana, a partir dos exemplos analisados na cidade objeto – Serrinha. Além disso, analisa-se, a partir de fenômenos geográficos, populacionais e econômicos, as forças que conduziram à construção de destinos urbanos. As mudanças nos vetores de crescimento, as influências de fatores significativos, como o modelo de sesmarias, a construção de “impérios” econômicos como a Casa da Torre e a Casa da Ponte, a expansão da produção de gado e “invasão” de novos territórios, instalação de igrejas, comércio e a construção da estrada de ferro e a República; ou seja, como as estradas e caminhos de acesso foram capazes de preservar o desenvolvimento e a preservação do município. Isto considerando os fatos ocorridos no período de 1715 a 1960. Para busca das respostas utilizou-se a metodologia de pesquisa local e exame dos registros geográficos, históricos e econômicos da região. A pesquisa pretende compreender, em seus resultados, como foi formado o município de Serrinha e diversos outros nos caminhos que cercam o sertão baiano.

**Palavras-chave:** municípios nordeste Brasil; criação e formação de cidades e municípios baianos; município de Serrinha - Ba.

## **ABSTRACT**

The object of this research is the analysis of the historical, economic, social and political factors that led to the creation, evolution and existence of some municipalities in the wake of the interiorization of the Brazilian hinterland, mainly in the northeast region of Bahia. It intends to investigate the national and regional phenomena capable of influencing the change in the destinations of creation and formation of the Brazilian and Bahian cities, based on the examples analyzed in the object city – Serrinha. In addition, it analyzes, based on geographic, population and economic phenomena, the forces that led to the construction of urban destinations. Changes in growth vectors, influences of significant factors, such as the sesmarias model, the construction of economic “empires” such as Casa da Torre and Casa da Ponte, the expansion of cattle production and the “invasion” of new territories, installation of churches, commerce and the construction of the railroad and the Republic; that is, how the roads and access paths were able to preserve the development and preservation of the municipality. This considering the facts that occurred in the period from 1715 to 1960. The methodology used was local research and examination of the geographical, historical and economic records of the region. The research aims to understand, in its results, how the municipality of Serrinha and several others were formed in the paths that surround the Bahian hinterland.

**Keywords:** municipalities in northeast Brazil; creation and formation of cities and municipalities in Bahia; municipality of Serrinha - Ba.



## **RESUMEN**

El objeto de esta investigación es el análisis de los factores históricos, económicos, sociales y políticos que llevaron a la creación, evolución y existencia de algunos municipios a raíz de la interiorización del interior brasileño, principalmente en la región noreste de Bahía. Se propone investigar los fenómenos nacionales y regionales capaces de influir en el cambio en los destinos de creación y formación de las ciudades brasileñas y bahianas, a partir de los ejemplos analizados en la ciudad objeto – Serrinha. Además, analiza, a partir de fenómenos geográficos, poblacionales y económicos, las fuerzas que llevaron a la construcción de destinos urbanos. Cambios en los vectores de crecimiento, influencias de factores significativos, como el modelo sesmarias, la construcción de “imperios” económicos como la Casa da Torre y la Casa da Ponte, la expansión de la producción ganadera y la “invasión” de nuevos territorios, instalación de iglesias, el comercio y la construcción del ferrocarril y la República; es decir, cómo los caminos y caminos de acceso lograron preservar el desarrollo y preservación del municipio. Esto considerando los hechos ocurridos en el período de 1715 a 1960. La metodología utilizada fue la investigación local y el examen de registros geográficos, históricos y económicos de la región. La investigación pretende comprender, en sus resultados, cómo se formó el municipio de Serrinha y varios otros en los caminos que rodean el interior bahiano.

Palabras clave: municipios del noreste de Brasil; creación y formación de ciudades y municipios en Bahía; municipio de Serrinha - Ba.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b>	Mapa de Serrinha e seus bairros.....	42
<b>Figura 2</b>	Mapa de Serrinha.....	43
<b>Figura 3</b>	Fotografia do desfile do vaqueiro em Serrinha.....	43
<b>Figura 4</b>	Dia de festa e shows na Vaquejada de Serrinha em 2016.....	46
<b>Figura 5</b>	Procissão do fogaréu Serrinha em 2016.....	47
<b>Figura 6</b>	Foto do novo fórum na cidade de Serrinha.....	48
<b>Figura 7</b>	Extrato redesenhado de um famoso mapa-múndi português, o planisfério de Cantino, contrabandeado para fora do país por volta de 1.500. Os detalhes mostram a costa do Brasil pela primeira vez, com seus papagaios “do tamanho de galinhas”.....	51
<b>Figura 8</b>	Mapa da Bahia no Brasil e localização de Serrinha na Bahia.....	59
<b>Figura 9</b>	Mapa de localização e aspectos Geomorfológicos da SBV.....	65
<b>Figura 10</b>	Mapa da área de influência do Rio Inhambupe.....	67
<b>Figura 11</b>	População indígena no Brasil – dados demográficos.....	72
<b>Figura 12</b>	Imagem do sertão nordestino. Foto da entrada de Serrinha.....	85
<b>Figura 13</b>	Vaqueiro baiano, Feira de Santana, Bahia, 1903.....	90
<b>Figura 14</b>	Demarcações de terras na capitania da Bahia, início do século XVIII.....	106
<b>Figura 15</b>	Sesmarias de João Peixoto Viegas, Capitania da Bahia, início do século XVIII.....	113
<b>Figura 16</b>	Distribuição de um conjunto de 127 sesmarias concedidas entre 1640 e 1750, no interior da Bahia.....	116
<b>Figura 17</b>	Mapa onde se vê o primeiro rancho ocupado por Bernardo da Silva, atualmente denominado Tanque Grande e Serrinha.....	120

<b>Figura</b> <b>18</b>	Foto da antiga casa de Bernardo da Silva, reformada para se aproximar com a imagem do Palácio do Catete, no Rio.....	126
<b>Figura</b> <b>19</b>	Foto da antiga casa de Bernardo da Silva, onde funcionaria a sede da Prefeitura Municipal.....	127
<b>Figura</b> <b>20</b>	Foto do antigo palacete de Bernardo da Silva ao lado da igreja Matriz.....	127
<b>Figura</b> <b>21</b>	Foto da igreja matriz de Serrinha demonstrando o afastamento das laterais da igreja de modo a atender às regras das Constituições da Bahia..	139
<b>Figura</b> <b>22</b>	Foto da praça central com o coreto que é construído na frente da igreja. Toda a praça se abre para além do adro da igreja matriz.....	141
<b>Figura</b> <b>23</b>	Os descendentes de Bernardo da Silva.....	166
<b>Figura</b> <b>24</b>	Árvore genealógica da Família Apollinário.....	167
<b>Figura</b> <b>25</b>	Árvore genealógica da Família Affonsos.....	168
<b>Figura</b> <b>26</b>	Árvore genealógica da Família Silva e Oliveira.....	168
<b>Figura</b> <b>27</b>	Árvore genealógica da Família Silva.....	169
<b>Figura</b> <b>28</b>	Árvore genealógica da Família Motta.....	170
<b>Figura</b> <b>29</b>	Árvore genealógica da Família Santhiago.....	170
<b>Figura</b> <b>30</b>	Árvore genealógica da Família Carneiro.....	171
<b>Figura</b> <b>31</b>	Árvore genealógica da Família Maya.....	172
<b>Figura</b> <b>32</b>	Foto da estação da Calçada, década de 1861.....	189
<b>Figura</b> <b>33</b>	Foto do Hotel da Leste, localizado à frente da estação de Serrinha.....	193

<b>Figura</b> <b>34</b>	Foto da rua que se abre da praça da Matriz em direção à Estação Férrea, arborizada e com casarões dos proprietários mais abastados, em Serrinha.....	194
<b>Figura</b> <b>35</b>	Foto da inauguração da estação de trem em Serrinha.....	194
<b>Figura</b> <b>36</b>	Fotografia Praça Manoel Vitorino, depois Luiz Nogueira, no centro de Serrinha.....	208
<b>Figura</b> <b>37</b>	Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1925...	212
<b>Figura</b> <b>38</b>	Mapa das estradas de ferro existentes em 1910.....	217
<b>Figura</b> <b>39</b>	Mapa do território municipal de Serrinha.....	220
<b>Figura</b> <b>40</b>	Divisões territoriais – Serrinha.....	221
<b>Figura</b> <b>41</b>	Fotografia da Rodovia Transnordestina no trecho Serrinha para Araci, datada de 1935.....	228
<b>Figura</b> <b>42</b>	Foto de uns primeiros veículos em Serrinha. Rua da Estação.....	230
<b>Figura</b> <b>43</b>	Foto do antigo portão da Sericultura, anos 1920.....	233
<b>Figura</b> <b>44</b>	Mapa das rodovias estaduais e federais que cercam a cidade de Serrinha.....	238

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro</b>	Distâncias de Serrinha para pontos estratégicos em linha reta.....	
<b>1</b>		60
<b>Quadro</b>	Histórico da construção da estrada de ferro Bahia São Francisco.....	
<b>2</b>		191
<b>Quadro</b>	Dimensão das propriedades rurais e frações.....	
<b>3</b>		198
<b>Quadro</b>	Previsão de orçamento para o ano de 1898, intendente Leôncio Marques	
<b>4</b>	de Freitas.....	204
<b>Quadro</b>	Atividades econômicas de Serrinha – 1925.....	
<b>5</b>		210



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	População de Serrinha e urbanização.....	41
<b>Tabela 2</b>	Dados populacionais de Serrinha, segundo o censo de 1872.....	174
<b>Tabela 3</b>	Escravos por proprietário em Serrinha (1868-1888).....	175
<b>Tabela 4</b>	Quantidade de propriedades declaradas em Serrinha (1857-1860).....	181
<b>Tabela 5</b>	Origem das terras declaradas em Serrinha (1857-1860).....	181
<b>Tabela 6</b>	Evolução populacional de Serrinha.....	223

## **LISTA DE SIGLAS**

ADESA -Agência de Desenvolvimento Econômico do Salvador

APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia

CAR – Companhia de Ação Regional

CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano

CF – Constituição Federal

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CTN – Código Tributário Nacional

DIREC – Divisão Regional de Educação e Cultura

DIRES – Divisão Regional de Saúde

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PMS – Prefeitura Municipal de Serrinha

PRODUR – Programa de Desenvolvimento Urbano

SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano

TCM -Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNIFACS - Universidade do Salvador

VFCO - Viação Férrea Centro Oeste

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
1.1	SITUANDO NO TEMPO O OBJETO PRIMÁRIO DO ESTUDO.....	17
1.2.	A questão do espaço.....	28
<b>2</b>	<b>UM OLHAR PARA O MÉTODO DE PESQUISA.....</b>	
2.1	AS FONTES DA PESQUISA.....	36
2.2	SERRINHA HOJE.....	39
<b>3</b>	<b>A ORIGEM.....</b>	<b>49</b>
3.1	A TERRA – ONDE SE FORMOU O POVOADO.....	58
3.2	O POVO.....	69
3.2.1	Os indígenas.....	69
3.2.2	Os lusitanos.....	73
3.2.3	O negro .....	78
3.2.4	O caboclo.....	82
3.2.5	O sertanejo.....	83
3.2.6	O vaqueiro.....	89
3.3	AS SOLUÇÕES ECONÔMICAS NA REGIÃO DO SERTÃO PRÓXIMA À SERRINHA.....	95
3.4	A CASA DA PONTE – O PROPRIETÁRIO DA ÁREA ORIGINAL: GUEDES DE BRITO.....	101
<b>4</b>	<b>A LOCALIDADE DE SERRINHA: A FUNDAÇÃO POR PARTE DE BERNARDO DA SILVA.....</b>	<b>110</b>
4.1	A AQUISIÇÃO E A FUNDAÇÃO DE SERRINHA.....	115
4.2	A SEDE DE SERRINHA.....	123
4.3	A IMPORTANTE REVERSÃO – DO ESPAÇO PRIVADO PARA O ESPAÇO PÚBLICO.....	129
4.4	A FORMAÇÃO DA IGREJA MATRIZ E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	134
4.5	EMANCIPAÇÃO DE SERRINHA – O DISTRITO VIRA TERRITÓRIO.....	149
4.6	OS POVOS DE SERRINHA EM SUA FORMAÇÃO.....	161
4.6.1	Os povos originais: a origem dos indígenas nas proximidades de Serrinha.....	161

4.6.2	As famílias de Serrinha de origem portuguesa.....	162
4.6.3	A população negra em Serrinha.....	173
4.7	A ECONOMIA LOCAL NA FORMAÇÃO DE SERRINHA.....	178
4.8	A ESTRADA DE FERRO.....	182
4.9	A INTRODUÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL.....	195
4.9.1	A cidade de Serrinha recebe a República.....	200
<b>5</b>	<b>A CIDADE DE SERRINHA SE TRANSFORMA EM UM CENTRO URBANO.....</b>	<b>214</b>
5.1	O ESPAÇO OCUPADO PELA CIDADE DE SERRINHA.....	219
5.2	A CONSTRUÇÃO DA RODOVIA TRANSNORDESTINA – BR 116 OU RIO BAHIA.....	223
5.3	A INTERCORRÊNCIA DO PERÍODO QUE ANTECEDE AOS ANOS 1960....	232
5.4	A CENTRALIDADE DE SERRINHA.....	237
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>240</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>224</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 SITUANDO NO TEMPO O OBJETO PRIMÁRIO DO ESTUDO

A gênese da cidade brasileira toma caminhos semelhantes, conforme seu tempo e suas razões de existência. Não é sem razão que Murilo Marx (1991), em sua obra de fôlego intelectual, consegue descrever o nascimento de cidades do Nordeste, do Sudeste ou do Norte com as razões singulares pertinentes a todas elas.

A intermediação da terra, feita pelos homens, indígenas, brancos e negros, vai gerar respostas que se aproximam em resultados gerais, permitindo-nos conhecer o grande país com sua rede de cidades; ainda que pesem a diversidade de cada locação no país. Assim, seja pelas buscas destes humanos que procuram resultados individuais e precisam de respostas coletivas, seja pelos esforços produzidos pelos agentes produtores de poder e riqueza, vale a pena dizer deste último grupo: a Coroa e os donos da economia circundam o poder real.

Ao dividir o desenvolvimento econômico brasileiro pela produção de certas riquezas em etapas, estão os pesquisadores a informar que os fenômenos econômicos não acontecem ao acaso, mas são consortes de tempos próprios e de condições específicas. Celso Furtado (2005, p. 9), em sua obra *Formação Econômica do Brasil*, menciona que “O início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias”. Não se pode dizer melhor sobre os motivos que trouxeram os portugueses ao Brasil: eles não vieram a passeio. Estar a conquistar as Américas era questão de essência para soluções continentais, próprias da velha Europa. O próprio Celso Furtado elucida:

Nestas últimas prevalecia o princípio de que espanhóis e portugueses não tinham direito senão àquelas terras que houvessem efetivamente ocupado. (...) Os portugueses acompanhavam de perto esses movimentos e até pelo suborno atuaram na corte francesa para desviar as atenções do Brasil. Contudo tornava-se cada dia mais claro que se perderiam as terras americanas a menos que fosse realizado um esforço de monta para ocupá-las permanentemente. Esse esforço significava desviar recursos de empresas muito mais produtivas no Oriente. A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa. Não se trata de deslocamentos de população provocados por pressão demográfica – como fora o caso da Grécia – ou de grandes movimentos de povos determinados pela ruptura de um sistema cujo equilíbrio se mantivesse pela força – caso das migrações germânicas em direção ao ocidente e sul da Europa. O comércio interno europeu, em intenso crescimento a partir do século XI, havia alcançado um elevado grau de desenvolvimento no século XV, quando as invasões turcas começaram a criar dificuldades crescentes às linhas orientais de abastecimento de produtos de



alta qualidade, inclusive manufaturas. O restabelecimento dessas linhas, contornando o obstáculo otomano, constitui sem dúvida alguma a maior realização dos europeus na segunda metade desse século”.

Ao chegarem nas américas, os portugueses se encontram diante de um mundo novo com desafios imensos. Esse cenário faz Gilberto Freyre mencionar que “[...] terra e homens estavam em estado bruto [...]” (1987, p. 23). Para romper essa inercia, tornou-se necessária a ocorrência de mudanças. A primeira mudança vem dos próprios portugueses. O antropólogo pernambucano considera sobre a natureza dos antepassados brasileiros vindos do além-mar: “É verdade que muito dos colonos que aqui se tornaram grandes proprietários rurais não tinham pela terra nenhum amor nem gosto pela sua cultura.” (FREYRE, 1987, p. 23).

Diante do dilema que cercava a nova terra, impulsionados por um caminho sem volta que se lhes impunha a Europa originária, restava, tão somente, demonstrar um esforço definitivo para enfrentar a questão da descoberta da nova terra, que vai no seguinte caminho, conforme Freyre:

[...] considerando o elemento colonizador português em massa, não em exceções como Duarte Coelho – tipo perfeito de grande agricultor – pode-se dizer que seu ruralismo no Brasil não foi espontâneo, mas de adoção, imposto pelas circunstâncias. Para os portugueses o ideal teria sido não uma colônia de plantação, mas outra Índia com que israelitamente comerciassem em especiarias e pedras preciosas; ou um México ou Peru donde pudessem extrair ouro e prata. (...) As circunstâncias americanas é que fizeram do povo colonizador de tendências menos rurais, pelo menos, com sentido agrário mais pervertido pelo mercantilismo, o mais rural de todos: do povo que a Índia transformara no mais parasitário, o mais criador. (FREYRE, 1987, p. 23)

Essa incoerência dialética, que modifica o português na chegada e o coloca numa posição inversa, por pura necessidade e nenhuma paixão, vai mudar o rural e opor a construção das cidades ao caminho que se antecederia até a formação do Brasil. Assim, as cidades brasileiras não serão arraiais decorrentes da evolução do feudalismo construtivo, unindo em vilas aquilo que o burgo e a realeza precisavam unir. Não havia, nos territórios americanos, bárbaros a exigir fortalezas que integrassem o seu povo. Havia indígenas que não tinham a mesma interpretação dos objetivos coletivos que os portugueses traziam. Mas, ao contrário, a cada passo desse rural nômade de origem e fixo pela concentração econômica sequente – cana-de-açúcar, gado e outras culturas capazes de subsidiar as populações que se construíam nas fazendas e currais – apareceram as vilas e cidades; pela imposição da religião, dos tropeiros, do caminho do gado e de suas feiras; destes fenômenos que descobrem respostas para as questões que o tempo exige.

Desse modo, a construção de uma série de vilas e cidades vai seguir o roteiro previsto pela própria forma e razão de ocupação dos portugueses no Brasil; ou de modo mais amplo, na forma de ocupação do homem branco em solos americanos, recém-descobertos: eram típicas colônias de exploração.

Nesse contexto, considerando principalmente os fenômenos econômicos, é possível decifrar um pouco dos rumos previstos para a construção de cada centro urbano. A premissa, nesse caminho, parece ser a interpretação dos efeitos da ruralidade devida para a obtenção de resultados econômicos previstos pela Coroa portuguesa, que buscava muito mais soluções para esta demanda fiscal, do que respostas para problemas sociais.

No caminho a ser seguido aqui, deve ser lembrado que não se repetiu o modo de construção da cidade antiga, tão descrito por Fustel de Coulanges (1981), em que o povoamento decorrente das primeiros povos e famílias transformou o vazio em assentamento e depois em cidades<sup>1</sup>. Nesta origem, a cidade antiga, o fato da fixação da população em urbanidades tem como razão o processo que resulta do fim do nomadismo. Não é o caso da fixação da população nas urbanidades nas Américas. Isso que se impusera na Europa durante tantos séculos e fora seguido também pela experiência de formação do povo português; contudo, ainda que em parte, aqui, não aconteceu. Nem mesmo o fenômeno da apropriação do solo tem a mesma origem e forma.

A busca pelo lucro era impulsionada pelos portugueses em suas descobertas; tanto no Brasil como em outras colônias. Quem assevera isso é ninguém menos que Roberto Cochrane Simonsen, em seu trabalho *História Econômica do Brasil: 1500-1820* (2005). Ali ele observa que a busca pelo lucro era o que movia a Coroa Portuguesa; fato que é diverso da atividade feudal, na qual a escala social não permitia essa perspectiva econômica.

A criação das capitanias hereditárias, previstas em solo da Terra de Santa Cruz, repetiu o modelo já adotado em outros rincões portugueses; mas aqui viu-se as adversidades próprias das dimensões territoriais *versus* o tamanho da população apta a buscar resultados econômicos. Além disso, a empatia econômica, capaz de produzir resposta às ambições portuguesas não encontraram resposta nas terras da América, recém-descoberta. Isso só podia ser assim, seja porque a extração do pau-brasil não era fonte suficiente para manter a atividade da Coroa no

---

<sup>1</sup>“A tribo, tanto como a família e a fratria, constituiu-se em corpo independente, com culto especial onde se excluía o estrangeiro. Quando formada, nenhuma nova família nela podia ser admitida. Duas tribos de modo algum podiam fundir-se em uma só, porque a sua religião a isto se opunha. Mas, assim como muitas fratrias estavam reunidas em uma tribo, muitas tribos puderam associar-se, sob a condição de o culto de cada uma delas ser respeitado. No dia em que nasceu essa aliança nasceu a cidade.”. (COULANGES, 1981, p. 131).

Brasil, seja porque a experiência extrativa não tinha encontrado soluções como aquelas tomadas pelos espanhóis nas suas respectivas colônias: a prata, grande fonte de riqueza. Potosí não se repetiu no Brasil.

São a cana-de-açúcar e a busca pela mineração em áreas interiores da Bahia, fatos que produzem resultados em tempo posterior em escala significativa, capazes de dar um novo rumo à atividade portuguesa e, por consequência, no entranhamento da nova população, fixando o homem branco e construindo caminhos, paradas, igrejas, vilas e cidades. Entre construir um novo país cidades aparecem, algumas diante da razão clara do esforço do Estado – como as cidades que recebem fortificações militares e políticas, tal qual Salvador. Outras aparecem em função da oportunidade econômica ou geográfica. Mas algumas surpreendem por possuírem poucos dotes socioeconômicos, mas acabaram justificando sua existência em função de oportunidades históricas. Este é o movimento que justifica a atual pesquisa.

Nesse perpassar, vale a pena citar e situar o pensamento do estudioso serrinhense e historiador do crescimento da localização urbana de Serrinha, Tasso Franco. Em seu livro *Serrinha: a colonização portuguesa numa cidade do sertão da Bahia* (1996), ele insiste em mencionar que a história de Serrinha pode ser dividida em três períodos. O historiador lista como sendo o primeiro período que vai da fundação até o ano de 1890. Em seguida destaca a última data até 1969, quando diversos fenômenos acontecem em Serrinha (introdução da festa tradicional de vaquejada, a rádio, os novos roteiros de expansão urbana) e, por fim, sugere como último momento aquele que vai do ano de 1969 até os dias atuais (imagina-se que seja este o momento da edição do livro - 1996). Mas não parece ser razoável essa sequência, pois ela denota somente movimentos consequentes, não as causas que uma região, um espaço que pode ter dado como motivo para gerar a nova urbanidade no seio do sertão baiano.

É muito mais plausível verificar fatores que realmente deram razão a mutações surgidas naquela localidade. Vale a pena frisar: essas mudanças, exógenas, foram tão intensas em algumas situações que são capazes de alcançar extensões do local original de Serrinha, como deveria ser<sup>2</sup>. Afinal, a criação de Serrinha vai providenciar não somente o nascimento da própria cidade de Serrinha, como outras que estão ao seu redor.

---

<sup>2</sup>Merece referência e destaque a criação do município de Barrocas. Sendo este município criado a partir do Território de Serrinha. Segundo o IBGE, “[...] com a lei estadual nº 628, de 30 de dezembro de 1983, Barrocas passou à categoria de distrito de Serrinha. No dia 09/05/1985, foi criado o município de Barrocas pela Lei nº 4.444. Entretanto, funcionou como município legal com todos os direitos e deveres até 31 de dezembro de 1988, quando houve a anulação da criação do município, voltando à condição de distrito de Serrinha. Em 30/03/2000, foi aprovada, por unanimidade, a lei estadual nº 7.620, que recriou o município de Barrocas.” (IBGE, [2010b]). Entretanto, segundo João Gonçalves Pereira Neto e Tiago de Assis Batista (2007), Barrocas é “filha” da estrada de ferro, afinal foi a proposição da linha que, seguindo de Serrinha, se dirigia a Juazeiro que permitiu a criação da Estação de trem naquele povoado e permitiu a criação da vila depois da Cidade.

Falta, no exame do estudioso serrinhense, o reconhecimento da importância de Serrinha em razão de sua posição estratégica, geograficamente, permitindo a interiorização do gado, provocada pelo ciclo do açúcar; proibida a criação de gado nas zonas costeiras e produtoras da cana-de-açúcar, foi inevitável que o gado penetrasse nos arredores do sertão, distante das áreas de produção da cana. Não obstante o trânsito nessas passagens se desse também como rota de busca de minerais preciosos – ouro e prata. Conforme menciona Moniz Bandeira (2007), o caminho tomava importância significativa por ser passagem e acolhimento de gado. Além de ser ali construídos os primeiros currais, estruturas próprias da sede de criadores de gado.

É a ocorrência do ciclo econômico da cana-de-açúcar que empurra a utilidade daquele espaço rural para o da criação e o trânsito de gado.

Sem dúvida, o feito da aquisição das terras por Bernardo da Silva e que se converte na fazenda Tambuatá, transformando-se, posteriormente, em Serrinha. Essa é a propriedade adquirida em 1723 (ARAÚJO, 1926, p. 7), conforme o mais antigo historiador da Cidade, Dr. Antonio José de Araújo. Essa foi a propriedade que se converteu posteriormente na vila e na cidade de Serrinha.

Porém, se necessário fosse identificar o período inicial dessa formação com tendência à criação da cidade, deveria ser considerado o termo para a construção da primeira capela. O Dr. Araújo (1926, p. 31), menciona que, com a morte de Bernardo da Silva, coube a seus filhos fazer a doação de “[...] algumas braças de terra na casa da fazenda [...]” destinada à construção da capela. Esta seria concluída somente em 1780, elevando-se à categoria de matriz em 1838. Mas, inegavelmente, o primeiro termo de importância para a formação da cidade em exame seria a indicação do terreno destinado à dita construção da capela, como veremos à frente no pensamento de Murilo Marx (1991).

Tendo como referência inicial esse momento – vale dizer, concessão da área para construção e posterior da capela, – arrasta-se o agora povoado pelo transcorrer do tempo, até o seu segundo momento marcante: o ano de 1880, em que houve a inauguração da estação de ferro na cidade. Esse fato, por si só, modifica completamente os destinos da cidade, dando-lhe uma nova posição na escala de cidade, bem como na interação com todas as demais localidades. Sua interação com as demais localidades, com a capital e outras regiões passa a tomar um outro movimento.

Contudo, a funcionalidade da via férrea vai passar por um processo de crescimento, tanto pelas ampliações que as ligações feitas pelos trens que permitem a centralidade regional

---

que a estação permite; fazendo agora a comunicação com diversas localidades a partir de Serrinha.

Uma percepção pode ser retirada da apreciação desses momentos. Apesar de diversos fatos concorrerem com os momentos posteriores à operação da linha férrea, a maioria deles acontece por força da atração estratégica do trem. Os movimentos políticos que cercam o fim do Império e início da República, o processo de escolha dos representantes locais, a criação de serviços importantes – como o hotel, o serviço hospitalar, a instalação da coletoria de impostos e mesmo a abertura da rodagem, a rodovia que ligaria Feira de Santana ao norte do estado e, posteriormente, a todo um eixo do Nordeste brasileiro, rodovia transnordestina e depois Rio-Bahia, – ocorreram por conta da força que a própria ferrovia impunha aos destinos da cidade<sup>3</sup>.

Todavia, se o ciclo na produção da cidade acontece por conta da construção da linha férrea, também o fim dessa linha dá caminho para o encerramento desse segundo ciclo. A estrada de ferro encerra, com sua redução da importância e, no início dos anos 1960, o próprio fim de suas atividades de transporte de passageiros, deixando somente o envio de cargas, todo um período; permitindo agora a formação de um novo momento de vida da urbanidade, apoiada pelo acesso da estrada rodoviária e inspirada por diversos fenômenos culturais, tecnológicos e econômicos. Podemos citar assim a criação da festa de vaquejada, a instalação da rádio e do serviço de telefones; memorando também a perspectiva de Serrinha, depois de tantos anos de existência, ter se tornado a sede da região no tocante à produção e ao processamento do sisal.

A fibra do sisal, produzida em diversos municípios da região, depois conhecida, como região do sisal, tinha em Serrinha o centro de produção de matérias para a sua produção e distribuição gerando, apenas com isto, uma atração de negócios considerável. Essa construção do polo econômico, mesmo sem haver a produção da fibra na localidade de Serrinha, permitiu a existência dessa terceira fase do já agora município da Bahia e um dos maiores do estado. Novamente a posição privilegiada na rede de localidades e seu roteiro de acesso central aos outros polos – Feira de Santana e Salvador – permitiram que Serrinha se posicionasse como vetor de desenvolvimento na região.

Diante dessa discussão, ressalta-se que o objeto do presente estudo é, portanto, a investigação sobre a criação de vilas e cidades no naquela região interior da Bahia e do

---

<sup>3</sup>Escreve Dr. José Antonio de Araújo o seguinte: “Em sua rota de passagem ou trapiche velho, nos arredores de Salvador, Bahia de todos os Santos, a Jacobina, o Mestre de Campo Joaquim Quaresma Delgado, palmilhara a estrada das boiadas, **cujo traço foi seguido pela estrada de ferro da Bahia a Joazeiro.**” (ARAÚJO, 1926, p. 17, grifos nossos). Nossos grifos mostram a importância das rotas feitas para transporte de gado, nas linhas Serrinha Jacobina, ou mesmo aqueles que seguiam do sertão dos Tocós em direção a Alagoinhas.



Nordeste, considerando os efeitos da situação geográfica e condições econômicas que atingiram não só na localidade de Serrinha, mas decorrem da própria expansão nacional.

O problema da pesquisa está relacionado à questão da formação de Serrinha, podendo assim ser formulado: quais os fenômenos levaram o nascimento de Serrinha e das cidades à sua volta, e mais, quais os fatores sociais, legais, econômicos e políticos que garantiram a sua atual existência?

Como objetivo maior temos a própria razão que levaram a criação dos municípios no interior do Nordeste brasileiro.

Os objetivos específicos para a pesquisa são: conhecer os fenômenos econômicos que levaram à interiorização da produção de gado; conhecer as consequências da produção de gado e as razões geográficas para escolha das localidades a partir da qual forma-se o povoado em análise; examinar as razões do sucesso de Serrinha e a sua ocupação; avaliar as razões para a escolha de Serrinha como passagem da linha férrea; observar os efeitos do período republicano sobre a formação da cidade e os efeitos sócio-políticos e seus desdobramentos econômicos.

Epistemologicamente, a pesquisa foi feita considerando o fenômeno geográfico N-H-E, ou seja, natureza, homem e economia (MOREIRA, 2016).

Para construção do presente trabalho, dedicou-se esforço a duas grandes fases da formação da cidade de Serrinha. A primeira é a sua própria formação, analisando-se em separado os fundamentos de sua existência e, em segundo, o momento em que se instaura a cidade formalmente, com o que cerca seu crescimento, bem como sua realidade comum e os efeitos políticos, sociais e econômicos que se abaterão com alguma identidade em diversas localidades. Para além disso, procura-se conhecer a forma de produção da urbanidade, representado por um tempo específico para Serrinha. Cidade com proximidades de outras existentes nas histórias no Brasil, cercando assim suas igualdades e mostrando que as diversidades existentes na formação de cada localidade não são capazes de afastar as forças exógenas que atuam no âmbito de cada uma destas formações.

Para construir o trabalho foram divididos em marcos temporais que consideram os principais fenômenos ou acontecimentos que atingiram e deram razão a formação de Serrinha. Inevitavelmente, pela proximidade histórica, o primeiro termo toma em consideração do achamento do Brasil até a instalação da propriedade que dá origem a Serrinha - até meados de 1700. O segundo momento destaca a instalação de alguma urbanidade em Serrinha até a construção da estrada de ferro (de meados de 1700 até 1890). Num outro momento destaca-se a inauguração da estação em Serrinha até os movimentos pós República. Como uma espécie de corolário, dedica-se uma última parte ao movimento da República até o fim da linha de

passageiros na via férrea e início da estrada de rodagem para automóveis, como se chamava à época, atualmente nominado como rodovias.

Assim, dentro do primeiro marco temporal, dedica-se a compreender os antecedentes que levaram à chegada dos portugueses no Brasil e o reconhecimento da natureza no Nordeste, justificando o fenômeno de produção de gado no sertão brasileiro. Em seguida analisa-se a população que forma a base da ocupação humana no local objeto da pesquisa; ou seja, os indígenas, os portugueses, os caboclos e os negros. Em seguida verificam-se os fatores econômicos que geraram a localidade original.

Os capítulos seguintes se dedicarão ao outro marco temporal, que se inicia logo após a formação da localidade. Nesse momento, são analisadas as condições geográficas que permitiram a conformação de Serrinha e sua estabilidade. Sua posição geográfica privilegiada, que levou Serrinha e a região a se transformar numa passagem importante das tropas de gado e dos entradistas que buscavam ouro nas minas de Jacobina e do sertão do nordeste. Nesse mesmo tempo, analisa-se a população que estava na base da formação da futura cidade, principalmente aqueles de origem portuguesa que darão oportunidade para a criação de Serrinha e de outras cidades do entorno. Nesse capítulo também será estudada a economia da localidade neste período, explicando como foi garantido o assentamento da população naquela localidade.

Em seguida, analisam-se os momentos que permitem Serrinha receber a linha férrea que ligava Salvador a Juazeiro. Momento importante para a confirmação da cidade de Serrinha. Verificou-se os antecedentes que levaram à construção da estrada de ferro e as razões geográficas que permitiram a escolha de Serrinha como ponto obrigatório de passagem da linha ferroviária. Depois aborda-se a mudança da população local e, por fim, os efeitos econômicos que vieram com a instalação da estrada de ferro.

A última parte dos capítulos temporais refere-se à instalação da República no Brasil e os efeitos consideráveis nos municípios. A partir desse momento, é possível identificar que fatores sociais influenciaram o crescimento da localidade. Novamente é feita uma análise da população e agora da economia para este período.

Um capítulo de encerramento aproveita o momento após a instalação da República indo até o encerramento das atividades da linha ferroviária para passageiros. E, deste momento, retiram-se os fenômenos do rodoviarismo, que trouxe a criação da estrada de rodagem de veículos que liga Serrinha a outras cidades e a capital do estado; além de ser um importante eixo de deslocamento norte sul do país.

Por fim, são apresentadas as referências utilizadas para construção da pesquisa.

## 1.2 A Questão do espaço

O estudo aqui encetado volta-se a compreender a razão da formação de uma organização urbana (expressão aqui apropriada para iniciar a construção de conceitos técnicos) e as razões e forças que a fizeram iniciar-se e prolongar a sua existência. Ou como diria o empresário Norberto Odebrecht, em seu trabalho sobre a o que veio a ser chamado de tecnologia empresarial Odebrecht, um conjunto de expressões, técnicas, conceitos e valores destinados a valorizar o espírito participativo e administrador de todos aqueles que se juntavam ao seu projeto, para que uma organização se apresente e continue existindo que ela supere três fases: sobreviver, crescer e perpetuar. A preocupação do pensamento Odebrecht tem relação com as fases que as entidades, organizações e a própria natureza humana se impõem diante daquilo que lhe é apresentado.

Aproveitando este pensamento, devemos considerar porque determinadas localidades nascem, continuam existindo e, para além disto, se expandem; como é o caso do objeto do estudo: Serrinha.

A chamada do capítulo traz o tema espaço, mas não pretende, ainda nesta abertura referir-se a plenitude deste conceito no âmbito da geografia, onde o termo encontra completa adesão a técnicas científicas deste campo. Neste introito temos uma questão de conceitos que irão se reencontrar no curso do trabalho.

O ponto inicial de que partem as localidades, ou aqueles locais onde estão situados determinados objetos, tem por razão de ser um aproveitamento geográfico. Milton Santos, aproximando a construção do lugar, menciona que é a “transformação do todo, que é uma integral, em suas partes – que são suas diferenciais, dá-se, também, por uma distribuição ordenada, no espaço, dos impactos do Todo, por meio de suas variáveis.” (2014, pg. 125)<sup>4</sup>

A localidade, carregada pelo prefixo “dade”, transporta o local para o determinado, o estado, a qualidade, a propriedade<sup>5</sup>. Mas esta redução não é suficiente para trazer todo o valor da expressão e o seu significado mais apropriado. A razão de buscarmos uma localidade está na busca de termos um “momento” físico de referência. Interessa ao estudo compreender aquele local, analisar sua história ou evolução, seus problemas, seu declínio ou a sua manutenção.

Esta localidade, entretanto, pode assumir-se de diversas formas. Pode ser um arranjar meramente natural – um terreno baldio, um sítio numa área rural, um ponto numa ilha deserta,

---

<sup>4</sup> SANTOS, 2014.

<sup>5</sup> PEZATTI, 1990.

uma referência de coordenadas no mar, um local na lua. Porém as consequências de sua existência, principalmente quando somadas a presença humana, desenrolam-se em formatos mais variáveis possíveis, no âmbito do conhecimento técnico. Por isto mesmo, podem ser encarados sob diversos aspectos.

Iniciado um ponto no meio da floresta ou de um campo, a simples existência geográfica poderá importar aqueles que se dedicaram como objeto científico. Mas sua função, diante da ocupação humana, poderá transformar aquela localidade numa vila, num projeto de desenvolvimento econômico, num bairro, numa cidade, na sede de um município. Para cada uma destas realizações haverá uma construção de conceitos.

Será para o direito importante identificar quais tipos de laços as normas jurídicas conseguem prever para a relação entre pessoas. Se elas forem suficientes para traçar a propriedade – leia-se uma localidade - e um ser humano, excluindo todos os outros sua importância estará no plano civil-constitucional, estabelecendo relações com imposição de direito e garantias respectivas.

Outrossim, se a relação se referir a uma questão política, ou melhor, tratando de direito de pessoas numa base física-geográfica, teremos uma outra espécie de Direito, voltado agora para a organização tendo como base algum tipo de estado. Neste caminho, veremos a partir da localidade a ocorrência de dois fenômenos: a cidade e o município.

O primeiro, apesar de ter uma importância imensa para a sociologia, pois irá tratar da composição de pessoas num único âmbito de convivência por fatores que interessam a aqueles todos que pressentem existir, a cidade também tem uma importância jurídica; afinal temas como propriedade, relação entre a propriedade pública e privada, solução para espaços públicos – vias, praças, empreendimentos destinados ao privado, mas de caráter público, como mercados, prédios públicos. Além disto, interessa ao direito, no âmbito da cidade, a própria regulação das atividades privadas, que importam e diferenciam da cidade dos outros conceitos de urbanidade, deve ser acompanhada de modo muito próximo pelo Direito.

Já, no âmbito do conceito município temos uma complexidade ainda maior posta. Afinal, se no plano da cidade as relações entre as pessoas têm uma razão com essência sociológica, porventura pelo Direito; aquela ocorre em razão da própria essência da aglutinação humana sob um território. Nas cidades não há uma conjuração original pré-estabelecida (exceto, é claro, nos casos das cidades planejadas por entidades exteriores, no regime de colonização). Mas o município nasce da conjugação de esforços havidos entre um povo, uma circunscrição territorial e um conjunto de atributos legais. Ou seja, no município há lei de uma ordem diversa do que aquela que acontece no âmbito da cidade. Na cidade há lei, mas esta pode ser obtida por

imposições exteriores a sua própria existência. No município, ao menos nos modelos portugueses pós feudal.

A lei brasileira tenta explicar o município por dois aspectos. Como ente participativo da federação brasileira (art. 1º da C.F.) e pela capacidade que tem como ente federativo (artigos 29, 30 e 31).

De outro lado, quer a legislação civil proclamar a condição do município, como pessoa jurídica de direito público interno, lembrando assim que ele exerce as vontades de seu povo através da lei e da representação que esta lei lhe garante (Código Civil, Artigo 41).

Para além disto, outros conceitos importantes devem ser considerados neste embate preparatório para compreender o local que se objetiva o estudo trabalhado neste espaço. Temos de enfrentar o conceito de espaço.

Ninguém melhor do que chamarmos à colação Milton Santos, que propõe em sua obra *A Natureza do Espaço* (pg. 61) que o espaço, poderia ser considerado “como um conjunto de fixos e fluxos (Santos, 1978)”. Em seguida, o geógrafo vai além para explicar o que seriam fixos e fluxos, propondo: “Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem as ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem o lugar.”

Mais a frente, nesta mesma obra, o pensador avança sobre a questão do espaço para construir um olhar muito significativo:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único como a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo do tempo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidrelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. (pg. 63)

A questão do espaço será, deste modo, fundamental, porque ele vai reconhecer, para a sua existência os aspectos que o circundam, que o formam. Será a conjunção de fatores que alcançaram aquele núcleo familiar, originalmente, transformado para espaço público e institucional a posterior, que dará razão a sua existência e posterior, a sua sobrevivência.

## 2. UM OLHAR PARA O MÉTODO DE PESQUISA

Como nasce uma cidade? A pergunta é tão ampla que sugere, inclusive, a sua impossibilidade para uma resposta, se não receber certos ajustes. Por essa razão, ao se pesquisar sobre essa temática, não se pode descuidar de fazer a pergunta certa. Ademais, é nesse momento que aparecem as dúvidas relativas ao “o que” e o “por que”. As perguntas seriam: o que é uma cidade e porque a solução para uma cidade? A primeira pergunta devolve a questionamentos mais amplos, sociológicos, antropológicos, econômicos, políticos. Essa questão vem sendo respondida de diversos modos por diversos pensadores. Na atual pesquisa, será enfrentada sob o aspecto geográfico humano e político. A outra questão: porque se forma uma cidade, esta sim, será o grande motivo deste trabalho.

É indubitável que não havia vilas e cidades no Brasil no momento da chegada dos portugueses. Porém, elas “pululam” a partir disto, conforme movimentos sociais, políticos e principalmente econômicos que surgem no transcorrer de cinco séculos de sua existência. Por isso a questão que se apresenta não é a realidade existente nas cidades, mas as identidades e as diferenças no seu surgimento.

Uma questão é muito importante quando pretendemos decifrar o que seja uma cidade: quais os elementos que formam a sua existência? Ruy Moreira (2016), buscando um caminho para o pensamento geográfico, estabelece que a fórmula adotada pela geografia seria a capacitação dos elementos N-H-E (onde N seria a Natureza, H o Homem e E a Economia)<sup>6</sup>.

A combinação, que não inova, traz um roteiro a ser seguido. Um caminho para o pensamento geográfico. Obviamente não é uma fórmula definitiva, mas um roteiro que apropria seguimentos que são indicadores.

Milton Santos (2012), em sua obra magistral, inaugurada pelo trabalho contundente sobre a Cidade do Salvador, faz um roteiro onde pondera a existência de pessoas interrelacionadas com o mundo – cidades fora do Brasil – e consigo mesmas – nas cidades do interior do Brasil –, para buscar explicar a razão da própria cidade.

Nesse mergulhar no interior da gênese da localidade urbana, onde o âmago da cidade é cada vez mais prospectado, o geógrafo Milton Santos procura a razão da localização e dos

---

<sup>6</sup>Serão enfrentados outros elementos no presente trabalho, como Sociedade, Cultura e Política, observando-se a preferência do sistema N-H-E.

humanos. Se distancia, desse modo, da trágica existência do geógrafo, que não reconhece a existência das flores, pois são efêmeras, como menciona Saint-Exupéry (2017).

Sabe-se que a razão da formação e da expansão das cidades não decorre de simples equações matemáticas. Aliás, as fórmulas matemáticas não são capazes de indicar a existência humana em sua materialidade. Afinal, será mesmo que o grande computador, que computa quase tudo, o incrível *deep blue*<sup>7</sup> seria capaz de prever o futuro das descrições humanas?

Apesar das origens de Serrinha se aproximarem do ciclo inicial de formação brasileira, vinculada sua existência ainda ao século XVII, a sua distinção como município somente ocorrerá no final do século XVIII. O esforço para transformar-se numa efetiva cidade referencial para a região acontece expressamente com a chegada da estrada de ferro, que lhe impõe contornos de produção social, econômica e geográfica completamente distintos.

Dessa forma, por conta das marcações claras de tempo, será feita a análise considerando os fenômenos que acontecem em cada tempo, analisando os efeitos que correspondem para a localidade que é objeto de estudo. Essa demarcação de tempo, encaixada na prospecção local, nos leva a ir identificando, no sistema mencionado acima, proposto por Ruy Moreira, a natureza para cada tempo, o homem que ocupa o solo e conseqüentemente a economia local.

A questão histórica, nesta pesquisa, fica sujeita ao reconhecimento dos tempos em que os fenômenos se socorrem. Essa percepção do tempo transcorrendo com os fenômenos que lhe sobrepõem na verdade atingem os seres que convivem o tempo – deve respeitar uma lógica que é mais simples: a frequência dos fatos, conforme elucidado por Moreira (2016). É útil entender as premissas do geógrafo:

Quando captamos os fenômenos em nossa percepção, estes já aparecem diante de nós organizados em suas localizações na extensão que nos rodeia (o espaço) e na sucessão dos movimentos de mudanças de ontem para hoje (o tempo)”. É útil lembrar toda a construção a ser seguida pelo geógrafo, que considera ainda mais: “Todavia, se aparecem junto aos fenômenos no ato da percepção, espaço e tempo já não são fenômenos da percepção. Não são coisas. São planos da organização – diz-se espacial (na ordem da extensão) e temporal – das coisas. Quando olhamos para a paisagem e vemos um rio, este já aparece localizado num ponto de recorte definido da paisagem. Já se nos apresenta numa ordem dada de arrumação no espaço. De modo que o espaço e o tempo não são um produto, nem da sensibilidade, em cujo campo é percebido, nem do entendimento do mundo, já tem ele esta tarefa facilitada pela prévia organização das coisas, organização espacial, no plano da extensão, e organizacional temporal, na ordem da sucessão, e, segundo Kant, é isto que nos damos conta no momento da percepção. (MOREIRA, 2016, p. 19)

<sup>7</sup>*Deep blue* foi um supercomputador e um software criados pela IBM especialmente para jogar xadrez; com 256 coprocessadores capazes de analisar aproximadamente 200 milhões de posições por segundo. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Deep\\_Blue/](https://pt.wikipedia.org/wiki/Deep_Blue/).

A Construção feita por Moreira, tomando como base o pensamento de Kant, avança no sentido de explicar essa concepção histórica. Vejamos a sua expressão:

Daí que para Kant à geografia cabe descrever e à história narrar os fenômenos que formam o mundo: a geografia na ordem da distribuição das coisas na extensão que nos cerca, e a história na ordem da sucessão em que se movem estas coisas no passado, no presente e no futuro. Uma vez que em Kant o espaço aparece separado do tempo, por esta razão a geografia aparece separado da história. (MOREIRA, 2016, p. 19)

Sendo a pesquisa, quanto ao tempo, demarcada pelos fatos que modificam os destinos do país, da região e da localidade, estes servem para fazer a referência dos momentos a serem debatidos. São provocativos, portanto, os antecedentes da formação da localidade, importantes para conhecer as razões que levaram à sua escolha. Inegável a importância desse momento inicial que justifica as razões da origem da localidade, o qual pode ser pesquisado a partir dos volumes que estudam a história, a geografia, a economia e os homens que se fundem para garantir a existência da formação urbana; cotejando-se as identidades da região do entorno de Serrinha e do próprio espaço, considerando as identidades locais.

O segundo momento inicia-se com a formação do local original de Serrinha, ou seja, um pouco após a compra da fazenda por Bernardo da Silva, o fundador, com a instalação da capela e os passos para a consolidação da sede da fazenda. Nessa outra fase, há que se pesquisar, a partir da literatura nacional, sobre a formação do Brasil neste período – século XVIII e século XIX –, buscando-se identificações com os fenômenos locais, tais como a entrega da matriz definitiva da cidade, a escolha dos líderes políticos, deixando, portanto, de ser o espaço de Serrinha uma propriedade privada para ser um espaço público<sup>8</sup>.

Como referência a questões essenciais da pesquisa, nesta primeira fase, vale a pena consultar conceitos tais como o de natureza, utilizado aqui com definição, por Ruy Moreira:

A um conjunto de corpos ordenados pelas leis da matemática, eis o que temos chamado de natureza.

Assim, não distinguimos natureza e fenômenos naturais, uma vez que concebemos a natureza decalcando nosso conceito nos corpos de percepção sensível. Vemos a natureza vendo o relevo, as rochas os climas, a vegetação, os rios etc. E conhecemo-la medindo as proporções matemáticas e descrevendo os movimentos mecânicos das relações de seus corpos. Diante de outro modo, a natureza que concebemos é a da nossa experiência sensível,

---

<sup>8</sup>Este debate entre espaço público e espaço privado vai ser discutido *a posteriori*, tomando-se como base o pensamento de Hannah Arendt (2010).



cujo conhecimento organizamos numa linguagem geométrico-matemática. É uma totalidade fragmentária, que então só ganha unidade mediante suas ligações físico-matemática. (MOREIRA, 2016, p. 47)

Por conseguinte, para compreender a natureza, buscar-se-á avaliações sobre o solo, sobre o clima, sobre o relevo e sobre a vegetação, de modo a compreender os efeitos que estes elementos foram capazes de produzir sobre os humanos que investiram no solo da região. A busca de minérios, os acessos como caminho naturais ou proibitivos, a possibilidade de ser a agricultura expansiva ou predatória, são aspectos que ajudam a absorver os motivos da ocupação.

Nesse sentido, os dados geográficos, produzidos mesmo que recentemente – uma vez que a percepção de que os invasores dos campos não possuíam plenamente informações científicas à sua época – não se perdem no tempo. Tinham somente uma experiência consolidada de entradistas e vaqueiros, que com a própria experiência, faziam caminhos que os levavam ao destino que mesmo eles não sabiam aonde chegariam: somente a intuição e o desejo pelo resultado os guiava. A suplementação de estudos geográficos atuais é capaz, assim, de suprir as razões tomadas há séculos. A natureza, aqui, deverá ser analisada a partir desses dados.

Na questão referente à descrição do homem – ou do ser humano – funcionando no ambiente, diversas medidas serão tomadas para conhecê-la e principalmente assimilar as suas respectivas representações. Afinal, busca-se entender o desenvolvimento dessas forças que invadiam um território cercado já de outros habitantes formando um novo misto de gente.

Nesse aspecto, seguindo o pensamento de Ruy Moreira, temos que: “O homem é o segundo terço do modelo N-H-E. Em tese esse é o capítulo em que o homem interage com a base física, adaptando-se e criando nessa relação sua organização corológica na superfície terrestre.” (MOREIRA, 2016, p. 77).

Assim, devemos encontrar, no homem que está tanto presente como naquele outro que invade, bem como nos que são chamados a atuar como escravos, relações capazes de transformar a natureza e produzir um novo espaço. Agora a segunda natureza, aquela própria da vila, da cidade onde o mundo é reificado em um ambiente que convive com a natureza, mas já natureza não é. Cercado por árvores organizadas em torno de espaços que desobrigam a vegetação original, cercam cuidadosamente uma casa e a capela central. Esse novo espaço recria uma forma de vida do homem, que vive a partir da natureza, mas já não é mais ela. Ele passa a recriar uma outra natureza, onde ele se condiciona. Ruy Moreira menciona sobre a natureza e o homem o seguinte:

Estamos, assim, perante um conceito de natureza de absoluta e recíproca relação de separação e externalidade com o homem. O mundo natural e animado de mistérios de concepção medieval prenhe de significados espirituais, dá lugar a uma natureza fechada em si mesma, externalidade a tudo que não é físico-matemático e preditivo.

Trata-se do conceito de natureza que determina a do homem. A natureza penetrada de subjetividade sensível de antes cede lugar à natureza morta da objetividade insensível. O homem é a externalidade da natureza e, razão de a natureza ser a externalidade do homem. Um não faz parte do espaço do outro. Externalidades recíprocas, natureza e homem se opõem. Expulso uma primeira vez ao ser excluído do paraíso por Deus, o homem é expulso agora pela segunda vez pelos físicos (mais adiante, dirá o reverendo Malthus que não há lugar para o homem no banquete da vida), só lhe restando o mundo da metafísica. Nasce a base da dicotomia homem-meio característica do pensamento moderno.” (MOREIRA, 2016, p. 58)

Entender os passageiros dessa nova etapa significa dar razão ao próprio veículo, a cidade. Compreendê-los, através da análise de sua atuação ante a formação da localidade, é importante para decifrar as próprias razões de sua existência. Diversos homens vão ser encontrados nesta fase: o homem político, aquele que representa a força de trabalho, o que consome; o homem população; e o homem estatístico. Esses são aspectos do homem que serve de objeto para análise na geografia e que fundamentam este estudo.

Considerando as distinções que existem entre o o desbravador observando um processo de produção agrícola estático, onde a produção da terra passa a ser o seu norte, modifica-se, na mesma forma que menciona Yuval Noah Harari (2020), quando fala sobre a “fraude” que a revolução agrícola representa, na medida em que os coletores/caçadores trocam o tipo de vida nômade que tinham pela agricultura, que fixa o homem no campo, diverso do desbravador que inventa uma forma de exploração da terra recém descoberta, persistem a força do dominar a natureza, agora pela busca do lucro. Essa questão também vai ser mencionada por Gilberto Freyre (1987), sobre a conversão dos portugueses, exploradores/comerciantes em agricultores e fazendeiros.

Novamente se reascende a importância de Ruy Moreira (2016) para compreensão dos pilares a serem estudados aqui. Menciona o geógrafo que o homem vai tomando posição conforme a história. Vejamos: “A modernidade herda dos clássicos greco-romanos a concepção aristotélica do homem político (*zôo politikon*) e do animal que fala e discursa (*zôon logikón*). Isto é, o homem que se distingue dos animais por nascer dotado do poder da razão.” (*idem*, p. 86). Em seguida o mesmo autor destaca: “Nesse naturalismo modernista, que curiosamente expulsa o homem da natureza para inseri-lo no mundo mecânico da indústria, o homem apenas

difere da natureza porque, com o corpo, nele está presente o espírito.” (*idem*, p. 87). Adiante o autor menciona sobre o homem força de trabalho, convertido do homem máquina, assim:

O caminho da conversão é a transformação do tempo social num tempo técnico – o tempo marcado pelo relógio –, já a partir da manufatura, disciplinarizando-se o tempo do trabalho dos homens em termos mecânicos e o movimento dos corpos no ritmo do movimento dos ponteiros. [...] Trabalhar passa a ser desempenhar a obrigatoriedade de tarefas num tempo marcado pelo relógio e num ritmo comum a todos que participam da produção, de modo a produzir-se uma quantidade de produtos numa unidade de tempo padrão comum para todos na manufatura, consumindo as energias físicas e mentais do homem trabalhador durante a jornada inteira com este único fito. A Natureza e o homem se tornam iguais categorias da economia política. (MOREIRA, 2016, p. 87-88)

A seguir Moreira menciona o homem força de produção:

A mensuração do tempo do trabalho da produção manufatureira é levada a parametrizar então todas as mensurações da sociedade. O tempo medido serve de referência ao movimento da natureza, ao tempo do trabalho do homem e do valor do dinheiro, até que o dinheiro passe a equivalente geral da medida de todas as coisas. [...] Desse modo, o trabalho passa a ser medido no custo e rendimento unitário em dinheiro e o homem trabalhador, avaliado por este parâmetro, se torna homem-fator de produção. (MOREIRA, 2016, p. 88)

Em sequência Ruy Moreira menciona o homem consumidor, afinal “[...] o homem-fator-de-produção vira o homem-fator-de-consumo, numa igual função de produção do valor e de sua realização como mercado de consumo.” (*idem*, p. 88). A consequência desses homens que assumem papéis diversos conforme as mudanças da sociedade serão o homem população e o homem estatístico.

Isso aconteceu no processo de formação de Serrinha, onde apresenta-se o homem natureza, expurgado da terra, pressionado e destruído pelo homem desbravador; trocado em seguida pelo homem agricultor que se segue ao homem da localidade – comerciante e entregador de serviços, novamente modificado pelo homem da cidade, e depois o homem regional, encantando a busca de importância além de seu próprio território. É possível ver os tipos de ser humano que se encaixam no processo histórico-econômico, modificando-se conforme variam os preceitos e pilares da formação da cidade.

A terceira parte da fórmula N-H-E, o espaço, tem a força e a dinâmica necessária para explicar as dimensões dessa nova formação: a origem da cidade, que deixa de ser espaço privado de produção e se transforma em espaço público de negociação. A produção deixa de ser razão em si, para ser um caminho para o câmbio de necessidades e integração. Nesse

aspecto, no que toca à formação da localidade serrinhense, é possível ver a formação da família, ultrapassando os limites do fundador original.

Nessa etapa, a identificação dos homens formadores, seus embates e suas consequências podem ser tomados a partir de informes havidos na literatura histórica existente para o Brasil, para a região e para a localidade, além da busca nas referências locais havidas em fontes próprias já indicadas.

Fechando esse círculo, resta-nos conhecer os aspectos atinentes aos fatores econômicos. Segundo a fórmula N-H-E, a terceira parte cabe a entender a economia, compreendendo sua relação com os fatores que conduzem os homens à natureza. Segundo Ruy Moreira:

A natureza insensível e o homem estatístico se encontram no espaço da economia. A primeira aparece como estoque de recursos e o segundo, como necessidades de consumo. Para juntá-los numa só equação, aparece a teoria do mercado como agente principal da organização material da sociedade moderno, orientada na teoria do valor utilidade marginal. (MOREIRA, 2016, p. 101)

No caso de Serrinha, a questão econômica toma uma importância ainda maior. Afinal, a sua formação – escolha dos primeiros homens e integração destes ao fundador – acontece explicitamente por questões econômicas. Não são toques familiares ou sociais que os agrupam: eles vêm explorar a terra por reconhecer nela um espaço de produção de riquezas.

Após isso, apesar do esforço da sequência de famílias no sentido de dar a oportunidade a um espaço público, é a busca de resultados econômicos que permite a manutenção de Serrinha em funcionamento.

Nesse sentido, a busca de autores que são capazes de identificar esse processo de formação, bem como alcançar memórias do local, construído nos arquivos públicos, será o caminho para novamente dar percepção à formação do local.

Inegável a importância de estudos históricos que explicam a confluência de fatores que levaram os entradistas, que buscavam riquezas, a se transformar, em alguns casos, em produtores de gado, uma vez que a própria regra legal os havia expulsos do litoral. As atividades vão funcionar de modo complementar, assim a busca dos caminhos da produção de bois passa também a atender aos engenhos, como forma de estabilização da localidade.

Também será importante a pesquisa dos efeitos da estrada de ferro, que muda o destino econômico de Serrinha, aproveitando justamente a sua origem: roteiro de acesso aos sertões. Ou seja, foi roteiro com tropeiros e continuou a ser roteiro com a estrada de ferro e depois com a via de acesso a todo eixo sul-norte do Brasil: a transnordestina – BR-116.

A pesquisa se volta para a mesma fórmula original: a busca de respostas tomadas pelos governos e lideranças, convertidas depois em solução para a região e, com isto, resolvendo a questão local; dando chance indiscutível à existência da localidade.

A questão econômica aqui, portanto, não se refere, somente, à produção. Mas envolve outros fatores: os homens que atuam em diferentes estágios da atividade econômica e importam para a formação da sociedade local. Afinal, a coroa portuguesa, que se mantinha como detentora da terra, vai permitir arrendatários que confirmem poder de influência e modificação de resultados. Nesse sentido vemos Antonio Guedes de Brito, fundador da nomeada Casa da Ponte e pai de Da. Isabel Guedes de Brito, responsável pela venda da área a Bernardo da Silva, como agente responsável pela vinculação dos agentes de produção do espaço de Serrinha.

Além deles, outros agentes são responsáveis pela formação e manutenção da localidade. Se o espaço geográfico aproveita a favor do local serrinhense fatores como as qualificações da região, como o caminho para o ouro, de um lado, a perspectiva de alcance de terras onde havia condições para manter a produção de gado nos momentos de grande seca também lhe são propícios.

O problema econômico, desse modo, será definitivo na produção desta pesquisa, uma vez que ela pode demonstrar a ocorrência da cidade como fator de solução das grandes questões propostas consequentes a formação de Serrinha.

Entender a fórmula de produção econômica, domínio do solo – como fator de produção de riqueza– e a interpretação dos valores agregados à sociedade de cada tempo da sociedade serão definitivos na busca da resposta que explique a formação do espaço.

Logo, essas serão as questões colocadas na pesquisa e que serão enfrentadas a partir de agora considerando os elementos natureza, homem e economia dentro de determinados períodos, aqueles que apresentam relevância para a história de Serrinha e sua formação. Afinal o tempo não funciona com igualdade em todos os seus momentos. Alguns fenômenos geográficos, decorrentes da produção humana ou da economia ou sociedade impactam de modo mais intenso um local ou um conjunto humano.

Em suma, tendo em vista esta premissa, determinou-se como relevante os seguintes momentos temporais. Primeiro aquele que leva a escolha e a instalação do que viria a ser Serrinha. Neste tempo se busca compreender quais as vantagens geográficas e econômicas que levaram a escolha do local de origem.

A origem da ocupação tem razão de ser numa propriedade instalada pelo fundador: a fazenda original onde se instalaram os que inauguraram Serrinha. Neste tempo busca-se

conhecer como funcionou esta ocupação, seus habitantes e os negócios que formataram naquele local.

O assentamento privado vai dar espaço a um local público, com uma capela e uma vila, onde se operam negócios decorrentes não são daquela localidade, mas de toda a região. Este será o tempo encetado na continuação da pesquisa.

Do momento da instalação da capela e dos primeiros auspícios públicos Serrinha viverá num crescimento lento, sem grandes novidades. O movimento econômico segue suas origens e a localidade sobrevive da produção do gado e do entorno que esta economia resulta. Porém um fenômeno será decisivo num outro momento: a instalação da linha férrea. A importância deste meio de transporte é tão significativa que promoverá outro tempo na história de Serrinha e é analisado consideravelmente. Soma-se a este fato a introdução da República, que por sua forma de participar o poder com a sociedade, dará nova seleção a vida dos locais.

Contudo, a ferrovia também passa por seu declínio; em Serrinha e no Brasil, tendo a sequente construção das rodovias, que tornam uma grande mudança para Serrinha. Agora já não será um simples meio de transporte; mas sim um verdadeiro conjunto de serviços, utilidades e participação dos membros da sociedade que trará uma nova razão ao espaço em Serrinha.

Por fim, o trabalho encaminha-se até meados dos anos 1960, onde começa a acontecer a desqualificação da ferrovia e outros fenômenos econômicos, políticos e sociais que dão uma guinada a vida da população de Serrinha e seu entorno. Tendo em vista que os fenômenos que concorrem neste período são muitos – transformação das cidades, fator de produção industrial do sisal, avanços na cultura popular (vaquejada), mudanças nas posições políticas (ditadura militar) – optou-se por ter nele o fim do encerramento da pesquisa. Afinal ele já não serviria para responder as razões que levaram a criação de um município e sua existência posteriormente. Serrinha tinha alcançado um nível de estabilização regional que nem mesmo a criação de diversos outros motivos permitiria uma derrocada.

Vejamos, portanto, os fundamentos teóricos e bibliográficos utilizados.

## 2.1 AS FONTES DA PESQUISA

Para atender à demanda da pesquisa, foi feita a identificação das principais fontes de conhecimento da história de Serrinha. Sem dúvida, a obra de maior fôlego sobre a origem da cidade e de sua população inicial vai construída na obra *A Família de Serrinha*, escrito pelo Dr. José Antônio de Araújo, em 1926. A partir desse livro, um outro escritor serrinhense fez uma

pesquisa sobre a origem da cidade, incrementando, então, detalhes referentes a aspectos políticos, sociais, geográficos e econômicos. Tratasse da obra do jornalista Tasso Franco.

Além dessa obra, são encontradas, na rede mundial de computadores, dissertações relevantes sobre temas importantes da cidade. A primeira, do pesquisador Elmo Carneiro Carvalho (2017), que avalia a questão da formação urbana e a importância da água. A segunda, da pesquisadora Ana Paula Carvalho Trabuco Lacerda (2008), que cuida de examinar a população negra e a escravidão no século XIX. Além desses trabalhos, a própria dissertação de mestrado do autor, que trata sobre o desenvolvimento urbano da cidade de Serrinha é utilizada: *O desenvolvimento urbano na cidade de Serrinha: a história da formação de uma cidade oitocentista baiana*, defendida em 2018 (CARNEIRO DA SILVA, 2018), no âmbito da Universidade Católica do Salvador, Programa de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Deve ser mencionado, por oportuno, que a pesquisa iniciada no mestrado, preocupava-se em compreender os fluxos (tomando emprestado a expressão de Milton Santos, in *A Natureza do Espaço*, 2014, pg. 60) que ocorreram para a formação do núcleo urbano. Ou seja, para onde caminhava a cidade; ou dito ainda mais adequadamente, o núcleo urbano. Como se movimentava a urbanidade e qual destino lhe aproveita. Neste aspecto a pesquisa de mestrado serviu para compreender que fatores exógenos a própria condição da urbanidade foi capaz de modificar seus rumos, transportando o crescimento da mesma para caminhos inusitados, dado o pensamento.

Reconhecer que nem mesmo o domínio da propriedade foi capaz de transportar os destinos parece ter sido a grande conclusão extraída da experiência de entender os movimentos do núcleo urbano. Deste modo o estudo anterior, ressaltado reconhecer os fatos que propagaram conhecer sobre a realidade urbana local, parece não ter sido capaz de avançar sobre outras questões, tais como as inferidas no presente trabalho, sobre as razões e fundamentos da origem das cidades no sertão nordestino.

Porém, para fazer um recorte de temas correlatos ao aparecimento do espaço e da cidade, foi essencial perquirir algumas buscas, na história, na geografia e na economia. Para tanto foram selecionados trabalhos de diversos autores. Sobre os povos originais do Brasil, utilizou-se principalmente Darcy Ribeiro, em sua obra, *O Povo Brasileiro - a formação e o sentido do Brasil*, bem como em *Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Na primeira, Ribeiro descreve o enfrentamento dos portugueses e os indígenas, mostrando como aconteceu o movimento humano dos portugueses e suas entradas. No segundo,

ele descreve os principais povos indígenas existentes, explicando a formação delas no interior da Bahia, do Nordeste e do Brasil.

Para enfrentar o tema cidade, imprescindível para o desenho e a compreensão do fenômeno ocorrente e estudado, foram utilizados diversos autores, destacando-se entre eles Milton Santos, com sua influência e compreensão tratada na obra primária, *O Centro da Cidade do Salvador*. Nessa obra, o geógrafo propõe uma visão da construção da cidade, considerando não apenas as forças geográficas e sociais que se impunham àquela localidade, mas principalmente as influências recebidas e trocadas com diversos fatores externos.

Na questão política e filosófica, foi atribuído o pensamento de Hannah Arendt (2010). Afinal, ao fundamentar as diferenças entre o público e o privado, bem como a questão do trabalho, da ação e obra, auxilia explicar muito dos fenômenos que rodeiam a criação da cidade. Com isso, contribui fortemente para o debate que nasce a partir dos embates dos homens que rodeiam a formação de cada cidade.

Nenhum estudo contemporâneo sobre a descrição da existência de cidades no interior do Brasil, principalmente da sua origem no Nordeste, pode escapar ao olhar laborioso de Gilberto Freyre. O autor da trilogia sociológica brasileira, em seus dois primeiros livros, descreve cuidadosamente a construção do Brasil que sai do processo de envolvimento dos portugueses com o solo, com a formação de um futuro povo, ultrapassando em seguida o debate para a própria forma de convivência do que seriam os brasileiros na terra. Assim, detalhando o relacionamento dos poucos portugueses com os indígenas, com os negros, com a igreja, com a economia e avançando para tratar de como o povo que se formava sai da zona rural e vai para cuidar das cidades, explica, com fundamentos e estudos reconhecidos internacionalmente, essa relação complexa que domina a construção do Brasil, desde a busca pelos resultados econômicos sugeridos em cada fazenda, cada intervenção, até a formação de espaços e cidades.

Além disso, pesquisadores econômicos, sociais e estudiosos do Brasil colônia, Império e República foram utilizados no transcurso da pesquisa, como fontes de indicação dos eventos e explicação dos seus resultados.

A pesquisa se complementou com a verificação *in loco*, na cidade de Serrinha, de memórias e arquivos, alguns contidos no seu museu de história. Também a aplicação de entrevistas com pessoas que participaram de processos importantes nos últimos dois ou três quartos de século (Isaac Carneiro da Silva, Plínio Carneiro da Silva, Antonio Josevaldo Silva Lima e Rubem Carneiro da Silva) foram fundamentais para a conclusão das pesquisas.



## 2.2 SERRINHA HOJE

Tal qual o arco que dispara uma flecha em direção ao alvo, nem sempre o destino esperado é exatamente alcançado. Neste aspecto, é útil, com o aproveitamento do sextante que história contada permite, identificar aonde chegou o destino de Serrinha nos tempos atuais, em que pese o atual estudo encerrar-se nos anos 1960.

A localidade, em suas diversas formas – apenas uma fazenda, uma pequena vila e depois uma cidade, comemora no dia 6 de setembro de 2023, 300 anos de existência, segundo o jornalista Tasso Franco:

A localidade de Serrinha completa nesta quarta-feira, 6.300 anos de existência oficial. A escritura pública de venda do Sítio Serrinha a Bernardo da Silva por 2.200\$000 foi passada em 6 de setembro de 1723, na cidade do Salvador, pelo tabelião Manoel Affonseca da Costa, documento que está arquivado no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, sito na Avenida Sete, Piedade, Salvador.

Reza o documento que Dom João Mascarenhas e sua esposa Dona Joanna da Silva Guedes de Britto venderam a Bernardo da Silva um “Cittio de terra” ao morador do “Certão de Tocós, as terras do Certão de Tocós e nelas um Cittio chamado Serrinha, que houveram de herança do seu pai e sogro Antonio da Silva Pimentel”.

Nesse sítio Serrinha (na época se escrevia Cittio com c e dois tt) já havia um morador arrendatário chamado Gaspar Pinto que era o pioneiro. Trata-se, pois, da primeira família (de Gaspar Pinto) que residiu onde é, hoje, a Praça Luís Nogueira.

Segundo o documento, esse sitio parte ao meio com um taboleiro que vai para a caatinga onde morou Antônio Gonçalves demarcado ao meio com o Saco do Moura, “donde corre rumo a tapera de Cypriano, de lá cortando a contestar e demarcar com as terras de Francisco de Sá Peixoto e de outra parte corre o dito a partir do meio com as terras de Manoel Carlos Lima e deste corre rumo direito a contestar com o Saco dos Tapúyas, buscando a Lagoa chamada Genipapo, correndo rumo a contestar com o dito Sá Peixoto.”.

Continua o jornalista:

### COMO SURTIU O POVOADO

Com a compra das terras, Bernardo que morava na fazenda Tambuatá como arrendatário se mudou com a família para o Sítio Serrinha, que era o roteiro da estrada das boiadas, local que poderia melhorar seus negócios, construiu casa de morada e capela em louvor a Senhora Sant'Anna e, com o passar dos anos, surgiu o povoado de Serrinha.

Documentos cartoriais de 1763 ainda citam a localidade como "Sítio de Nossa Senhora Santa Anna de Serrinha" e outros, de 1775, com o "Termo do Sítio de Nossa Senhora Santa Anna de Serrinha". A única mudança foi que Cittio passou a ser Sítio com a consoante S maiúscula.

Em 1838, ou seja, 115 anos depois da compra por Bernardo (ele já havia falecido) instalou-se o Distrito de Paz de Serrinha com elevação da capela a freguesia sendo canonizada pelo arcebispo Romualdo Almeida de Seixas. Isto

é: "Foi erecta em Matriz a Capela de Santana de Serrinha, ora filial da Freguesia da Vila de Água Fria".

Com essa mudança a Freguesia de Serrinha foi anexada a ao Termo da Vila de Purificação dos Campos (Irará).

Como Distrito de Paz organizou-se a administração do local sob a direção de um Conselho sendo nomeado juiz de paz, Miguel Carneiro da Silva Ribeiro (Pai Geza) principal liderança do Partido Conservador, descendente de Bernardo da Silva.

A emancipação política de Serrinha, desmembrando-se de Irará, deu-se em 13 de junho de 1876 quando o arraial é elevado à categoria de vila. (FRANCO, 2023, n.p.)

No transcorrer desses 300 anos, Serrinha não cresceu como potencial econômico. Mas, sem sombra de dúvida, conseguiu sobreviver como cidade, centralizando a atenção das populações do seu próprio município, bem como de toda a região. Para alcançar essa estabilidade na longa duração destes tempos – afinal 300 anos para o Brasil representam muito tempo: três quintos de sua existência – fatores que não estão localizados na sua origem, ocorreram. O município de Serrinha foi capaz de suprir suas dificuldades para alcançar a sua existência atual.

Deve-se observar que dois fatores são significativos para a manutenção de Serrinha em sua dimensão, do passado para o presente: a trafegabilidade e a dimensão de sua população.

Para fornecimento de uma cidade líder, é essencial que sua população, pela importância, seja significativa para toda a região. Afinal, ao falarmos de população, estamos considerando o número de pessoas que podem conflagrar relação com o exterior de seu mundo: mais serviços, mais riquezas, mais comércio, mais soluções.

Interessante notar é que Serrinha, no transcorrer dos anos 1950, estava entre os dez maiores municípios baianos em termos de população. Durante os anos seguintes, Serrinha vai variar de população, não por aspectos de sua própria condição demográfica, mas em razão de ver seu território original partido, levando, em cada oportunidade, pedaços da população. A Tabela 1 abaixo expõe um pouco dessa situação.

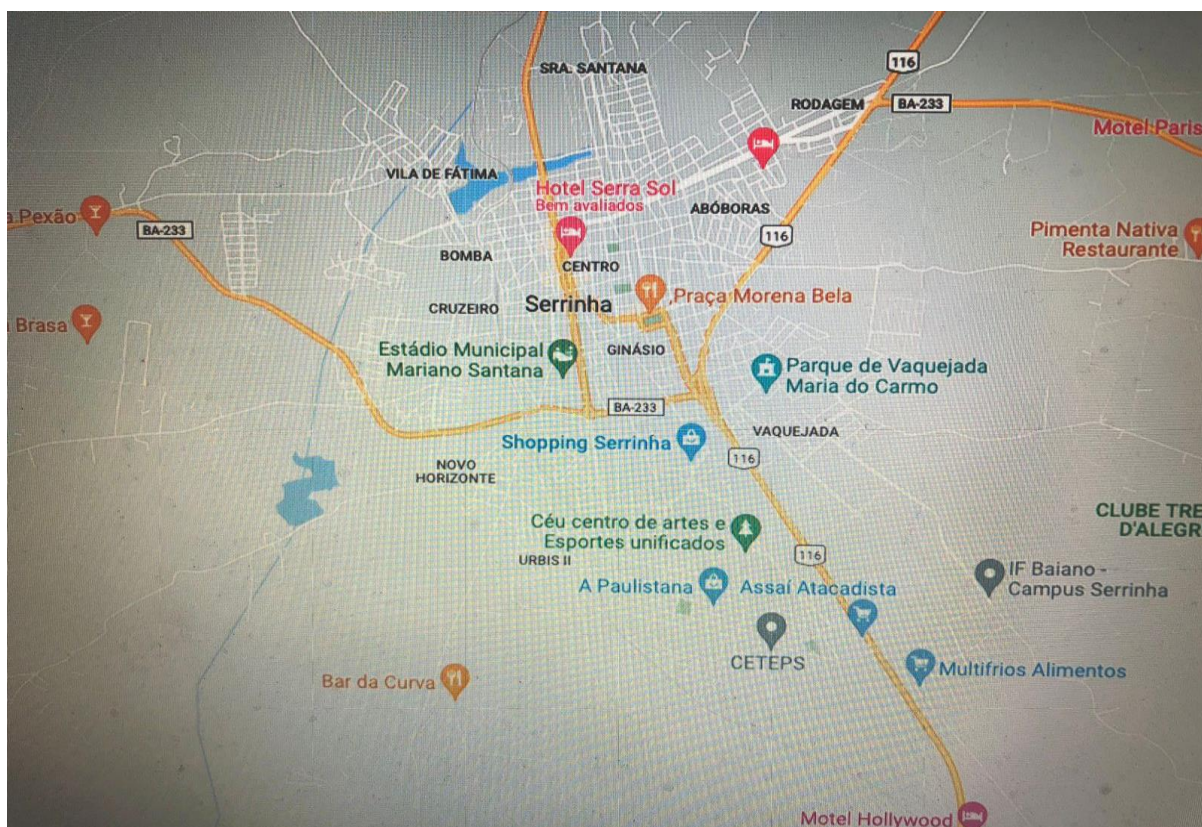
**Tabela 1** – População de Serrinha e urbanização

<b>Ano</b>	<b>População</b>	<b>Taxa de urbanização</b>	<b>Aspectos locais</b>	<b>População do Estado</b>
1950	69.174	18%		4.900.649 – IBGE
1960	56.750	35%	Serrinha é a 13º município em população da Bahia	5.990.605 – IBGE
1970	47.356	39%	Serrinha tinha perdido território para os seguintes municípios: Araci – pop. 23.685; Biritinga, 10.033; Lamarão 6.277; Teofilândia 12.407	7.509.779
1980	57.467	48%		<b>9.597.393</b>
1990	63.328	54%	No ano de 1990 não houve censo. Os números se referem a estimativas do IBGE para o ano de 2013	15.044.137
2000	83 143	59%	População urbana 45 892 e urbana na sede do município 41 537	13.066.910
2023	80.435	Sem dados	É o 22º município em população do Estado	14.136.417

Fonte: IBGE (1951, 1962, 1972, 2010, IBGE, 2000); Santos; Jesus Junior (2021).

É possível identificar dois traços marcantes em referência à população de Serrinha. Primeiro, o acentuado conteúdo rural de sua população. E, em segundo lugar, a manutenção estável de uma população apesar das perdas de território para a criação de outros municípios. No transcorrer do século XX, há variações da população que são completamente compatíveis com a perda de território para outros municípios emancipados a partir de seu território. De outro lado, é marcante a perspectiva das vias de acesso. Originalmente nascida a partir da estrada do gado, Serrinha dispõe de uma malha que a integra a diversos municípios. Além da própria estrada ferro, que não opera mais no município, nem com cargas, nem com transporte de passageiros.

**Figura 1** – Mapa de Serrinha e seus bairros



Fonte: Google Maps (2023).

Podemos ver que, além da BR 116, que corta em sentido norte-sul Serrinha, a BA 233 liga Riachão do Jacuípe à Biritinga, passando em sentido transversal pela antiga Rio Bahia. Esta via de ligação aproveita diversas cidades que estão na linha leste oeste.

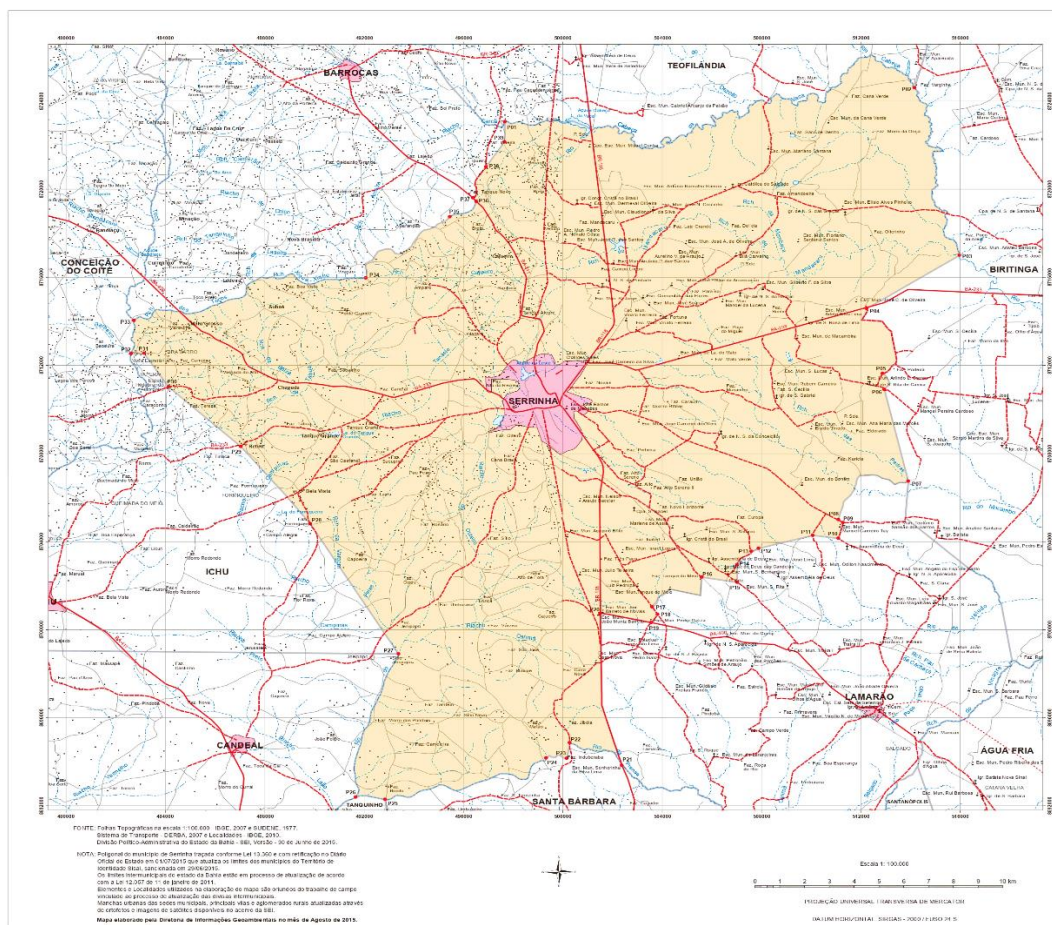
Além dessa via, a BA 411 liga Serrinha a outra via estadual: a BA 408. Esta via liga Conceição do Coité a Araci. Todas essas vias permitem que uma diversidade de cidades nas proximidades de Serrinha tenha que se conectar com ela para alcançar a via de segmento econômico mais importante: a chamada Transnordestina, hoje BR 116.

Por conta dessa configuração, cerca de dez municípios se entroncam com os principais eixos dirigidos à capital através de Serrinha. Só esse fato já a teria transformado num importante ponto de encontro e, com isto, numa área de concentração para toda a região.

Essa realidade deve justificar o crescimento de Serrinha em todos os eixos que circundam o seu território urbano, como podemos ver no mapa da Cidade (Fig. 2). O seu desenvolvimento se dá na direção das rodovias, seguindo o traçado da acessibilidade da região. Vemos como decorrência a estabilidade da população e a formação de serviços hoje existentes em Serrinha, principalmente na área de saúde. Mas outros fatos atraem atenção da cidade, merecendo destaque o comércio e os eventos.



**Figura 2 – Mapa de Serrinha**



Fonte: SEI (2015)<sup>9</sup>.

No tocante aos eventos que marcam a cultura – e a economia – do município, dois são mais significativos. Primeiro, a Vaquejada, a festa que tem uma marca própria da cidade, sem semelhanças em outras cidades do mesmo sertão. Sobre o tema, Carneiro da Silva (2018) já havia descrito, em sua dissertação de Mestrado.

Carneiro da Silva relata que a Vaquejada conseguiu agregar interesses dos habitantes da zona rural e da cidade e, segundo Franco (1996), foi capaz de introduzir um bairro totalmente novo na cidade. Além disto, o vetor de crescimento da cidade em direção sul permitiu a criação de uma nova ocupação, apoiada pelos programas sociais de moradia, através da instituição nomeada, na Bahia daquele período, como URBIS.

Esse evento, que trazia um forte apelo cultural próprio da região, servia para unir diversos aspectos atrativos. Reunia, a um só tempo, o dado esportivo, o esforço que os

<sup>9</sup>Mapa elaborado pela Diretoria de Informações Geoambientais. Disponível em: [https://ftp.sei.ba.gov.br/Geoinformacao/mapas/munic/vigente/mapa\\_com\\_descritivo\\_atual\\_2930501.pdf](https://ftp.sei.ba.gov.br/Geoinformacao/mapas/munic/vigente/mapa_com_descritivo_atual_2930501.pdf). Acesso em: 10 out. 2023.

participantes faziam visando às premiações, a cultura religiosa, uma vez que todo evento era cercado por missas e deferências da Igreja e, por fim, o próprio lado “profano”, uma vez que todas as festas eram seguidas pela grande atratividade de músicas e cantorias populares. A Figura 3 retrata o desfile do vaqueiro, festa que antecedia a Vaquejada; na foto estão Valdete Carneiro e Neném de Maroto em uma das primeiras festas pelo centro de Serrinha.

**Figura 3** – Fotografia do desfile do vaqueiro em Serrinha



Fonte: Centro de Educação Científica de Serrinha (2013)<sup>10</sup>.

Quem bem menciona sobre a Vaquejada é Franco (1996), quando explica que a festa tinha uma razão na própria prática dos vaqueiros, formados durante séculos na lida com o gado, na maioria das vezes criados soltos pelos sertões, eventualmente juntados em currais espalhados a dezenas de quilômetros um do outro:

*Prática da Vaquejada é uma das mais antigas atividades de trabalho do município. Conduzir gado, vaquejar, derrubar o boi, laçar, ferrar e outros usos vem da época de criação do município, no final do século XVII, sobretudo porque a pecuária sempre se constituiu na principal atividade econômica local. Na década de 60, em alguns pontos do País, especialmente no Nordeste, fazendeiros começaram a transformar essa prática do trabalho em atividade organizada de lazer. (FRANCO, 1996, p. 303)*

---

<sup>10</sup> Disponível em: <http://cienciaemserrinha.blogspot.com.br/2013/06/camb-historia-de-serrinha.html>. Acesso em: 15 out. 2017.

*A festa, entretanto, toma força com os eventos que cercam o início da década de 1970, atraindo para si os apelos de toda a sociedade local, que, movida pela sua popularidade e geral aceitação, é obrigada a se render à nova realidade:*

*Assim, em 1968, Valdete Carneiro, Ernesto Ferreira e outros criaram a Vaquejada de Serrinha, num curral improvisado da Fazenda Santa Cecília, de Valdete. O sucesso foi enorme e, em 1969, a Vaquejada instalou-se em área adjacente a BR 101, porém, no perímetro urbano da cidade. A festa foi um sucesso tão grande, logo em sua primeira edição, que reuniu cavaleiros de várias localidades do Nordeste, destacando-se Ernesto Ferreira, um campeão de corridas. Para realização da festa, os organizadores mesclaram os usos e costumes do campo – a montaria a cavalo, as vestimentas do vaqueiro e a derrubada do boi – a elementos da vida citadina – um concurso de miss, festa dançante, barracas com vendas de iguarias e comidas. Além disso introduziram mais dois elementos – a religião e a política. Com isso realizaram um desfile de vaqueiros e missa campal, e deram conotação de que a festa era uma abertura à sociedade, que vivia enclausurada nos salões da ACS, sob domínio de Carlos Mota. Receita melhor não poderia existir. (FRANCO, 1996, p. 303)*

Os efeitos da festa sobre a cidade se tornariam definitivos. Não só a realidade de uma grande festa, que atrai e impõe uma dinâmica que atinge não só um bairro, mas alcança todo o seu funcionamento. O comércio, os meios de transporte e as regiões próximas ao entorno da cidade sofrem influência dos visitantes e dos operadores da festa.

Primeiro, sua influência alcançou o parque Fernando Carneiro e, depois, nos dois outros parques em que funcionou, provocou efeitos impactantes em toda a comunidade. A festa gerou convocações inarredáveis, com toda a produção de um apelo turístico que ocorre sazonalmente, atraindo centenas de pessoas a cada ano:

*A Vaquejada agradaria, assim, ao homem do campo – quer fazendeiro; quer peão – e ao homem da cidade. Deu tão certo que se transformou na maior festa popular da cidade depois do carnaval. E, em alguns anos, chegou mesmo a superar o carnaval. A importância desta festa para a cidade foi tão grande, no decorrer dos anos, que o grupo político de Valdete Carneiro manteve a hegemonia local, a área onde foi montada, o parque Fernando Carneiro (homenagem ao pai de Valdete), se transformou num dos maiores bairros da cidade (Vaquejada) e a cidade passou a ser conhecida, em todo o país do circuito Vaquejada, como um dos locais onde melhor se realiza este tipo de certame. (FRANCO, 1996, p. 303)*

Com os shows de artistas de todos os locais do Brasil, três ou quatro dias de festa, sempre acontecendo nas proximidades dos festejos de Sete de Setembro, esta festa se tornou tradicional em todo o estado, entrando para o circuito de festejos baianos.

**Figura 4** – Dia de festa e shows na Vaquejada de Serrinha em 2016

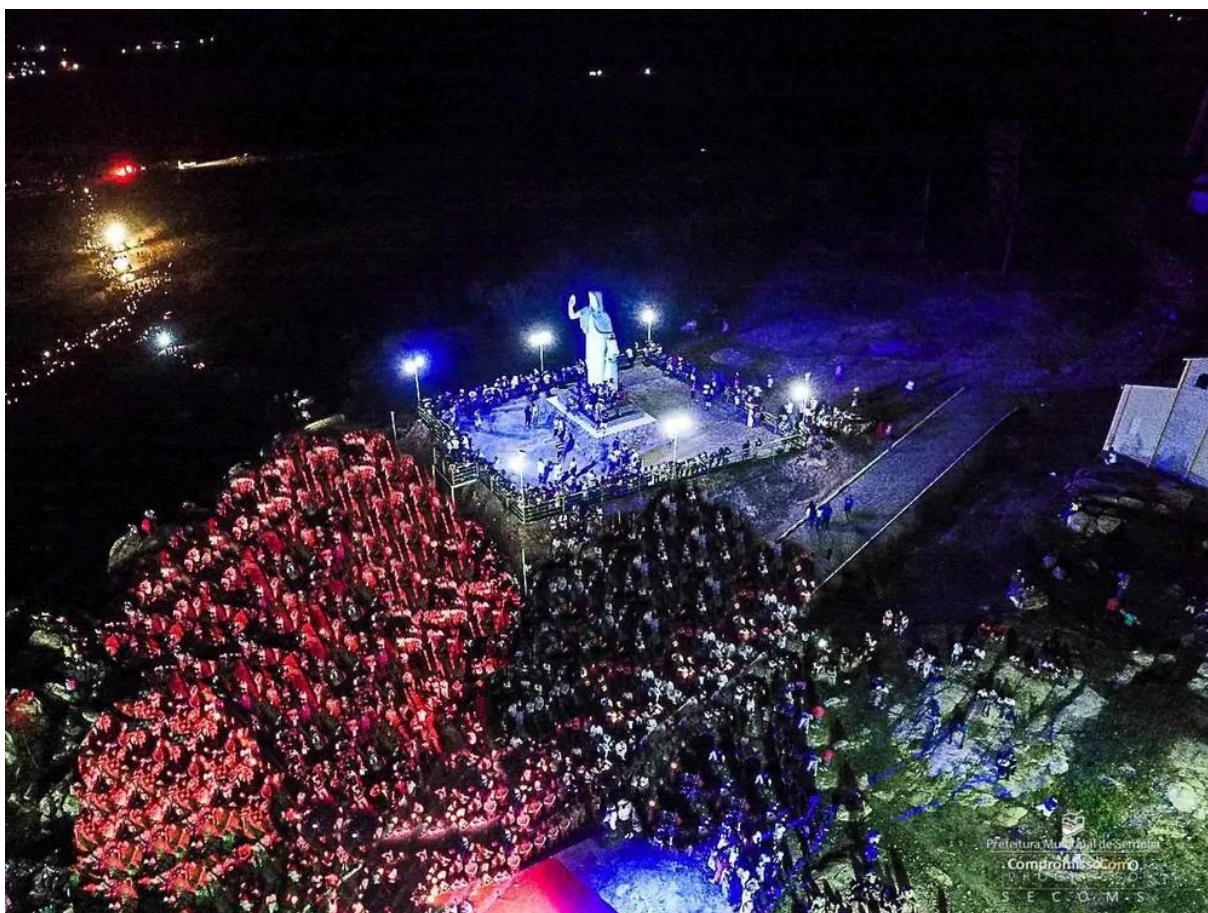


Fonte: Carneiro da Silva (2018, p. 80).

Outro evento significativo é a chamada procissão do fogaréu. Movimento popular com uma tradição de 90 anos ligada às próprias devoções da Igreja Católica. A festa – que ocorre todos os anos durante a semana santa, acontece na quinta-feira anterior à sexta-feira santa – tem um forte marcador da cultura local. O evento ultrapassa a importância meramente local, alcançando foros regionais e sendo reconhecida como patrimônio cultural do próprio estado.



**Figura 5** – Procissão do fogaréu Serrinha em 2016



Fonte: Portal G1 Bahia (2023)<sup>11</sup>.

A importância do evento está justamente na possibilidade de atrair atenções da região e do estado para o município, movimentando o comércio e toda a região. Milhares de pessoas se deslocam para conhecer a procissão ou mesmo aproveitar a solenidade cristã para conhecer e encontrar com seus próximos da cidade.

Atualmente Serrinha conta com uma infraestrutura urbana que a torna apta a receber o desenvolvimento de toda a região, principalmente por conta do aproveitamento dos canais de acesso a diversas cidades, pelo seu posicionamento geográfico – via de acesso a outras importantes cidades da Bahia, inclusive à capital, permitindo que serviços ofertados ali possam ser aproveitados por um imenso contingente populacional. As figuras 1 e 2 mostram o espaço urbano em Serrinha, observando-se equipamentos como o shopping – centro comercial importante – e outros como o novo fórum da cidade (figura 6).

---

<sup>11</sup>Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/04/06/procissao-do-fogareu-completa-90-anos-e-reune-fieis-em-serrinha-nesta-quinta-feira-santa.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2023.

**Figura 6** – Foto do novo fórum na cidade de Serrinha



Fonte: Serviço de comunicação do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (2016).

### 3 A ORIGEM

Durante uma visita de uma comitiva chinesa, oriunda de uma grande cidade produtora de roupas e material de tecelagem, à Agência de Desenvolvimento Econômico de Salvador, por orientação de um dos representantes do consulado, lhes foi perguntado sobre se a sua cidade era nova. Diante disso o líder da representação perguntou: o que é novo para vocês? Afinal, a cidade de onde vinham tinha 800 anos de existência, bastante novo para a história da China, mas um grande tempo para o Brasil. (reunião ocorrente na ADESA – Salvador)

Para estudarmos a formação das vilas e cidades no Brasil, devemos nos deparar com um tempo histórico tão curto que sempre vale a pena começarmos do começo. A chegada dos portugueses ao Brasil tem duas etapas fundamentais. A primeira, formada pelo momento do achamento e, a segunda, pelo próprio fato da ocupação. Mas ambas merecem uma descrição tendente à compreensão da razão que gerou o local que se busca conhecer.

Esse alinhamento com a história precedente é encontrado, primordialmente, sem ser atoa, no livro mais importante sobre Serrinha, *Família de Serrinha*, escrito pelo Dr. José Antônio de Araújo, em 1926, que coloca ainda na abertura da primeira página<sup>12</sup>:

Descoberto o Brazil em 1500 pelo Almirante Pedro Alvares Cabral, que delle tomou posse em nome da Coroa Portuguesa, não pensou esta se não tomar posse das suas muitas riquezas naturaes de mais fácil disposição, sem cuidar de occupal-o, colonizal-o e conduzil-o ao banquete da civilização (sic). (ARAÚJO, 1926, p. 1)

O autor da primeira obra sobre efetivamente a existência de Serrinha trata de ligar sua origem à própria chegada dos portugueses. É claro que, no estudo das causas e efeitos, sempre poderiam ser conectados a formação de outros espaços brasileiros a própria existência de portugueses. Mas, no caso, a proximidade do tempo entre a fundação de Serrinha e a própria ocupação portuguesa sob as terras brasileiras trazem mais importância para essa sucessão de fatos; lhes dá uma razão de causa e efeito muito mais próxima, com fatores, como a própria criação das duas casas que administram os territórios do Nordeste – Casa da Torre e Casa da Ponte – com identidade sobre fatores que virão suceder.

---

<sup>12</sup>Adiante, entretanto, o autor menciona a busca pela colonização que tomam os portugueses: “A luta retardou por muito tempo a obra de colonização, mas não a estagnou de todo.”(ARAÚJO, 1926, p. 1).

Se a questão importa para conhecimento dessas origens, vale lembrar que os portugueses atravessaram, no período pré-achamento das terras brasileiras, por uma busca de crescimento dentro e fora de suas terras. Roberto C. Simonsen registra esse fato do seguinte modo:

Não perdurou, porém, na monarquia agrária portuguesa, a seqüência de reis econômicos e, com o tempo, se foi acentuando o desequilíbrio financeiro do erário real. Os reis passaram, então, a estimular a criação de vilas e conselhos, de que poderiam auferir novas contribuições, fomentando, destarte, a independência dos municípios, em face aos senhores feudais. Por essas e outras causas, verificou-se uma crise de braços no campo e um êxodo das populações para as vilas e cidades, com grave prejuízo para a agricultura. O comércio interno, numa época em que não havia estradas, veículos de transportes e segurança para o tráfego, era precário e diminuto. Como nos demais povos da Europa, era baixíssimo o padrão de vida. Facilitada pela política das ordens religiosas, a vagabundagem cresceu e contra ela não se instituiu, como na Inglaterra, o trabalho forçado. (SIMONSEN, 2005, p. 52)

Essa pressão por soluções transformou Portugal numa nação. A busca por novos territórios foi um impulso inevitável. Não por menos, o resultado foi o caminho que conhecemos. A chegada dos portugueses no que veio a se chamar posteriormente Brasil ocorreu, indubitavelmente, por um acaso, um desvio. Com isso concorda Vieira (2016, p. 20), que menciona:

Os primeiros treze dias da travessia não foram ruins, exceto para uma nau que se perdeu antes das ilhas de Cabo Verde. Cabral decidiu aguardar dois dias, mas, depois, já sem esperança de encontrar aquela embarcação, seguiu viagem. Para evitar calmarias no litoral africano, o experiente navegador se aventurou mar adentro, na direção contrária ao vento. E logo também foi apanhado por uma famigerada tempestade. Tentando fugir da borrasca, rumou mais para o oeste. E se afastou tanto da África que, no dia 22 de abril, para sua grande admiração, avistou terra onde não supunha existir. Pensou ter dado a volta ao mundo; ser ali o lado oposto das índias. Não era: estavam diante do denominado Monte Pascoal, no atual estado brasileiro da Bahia. Um feliz engano.

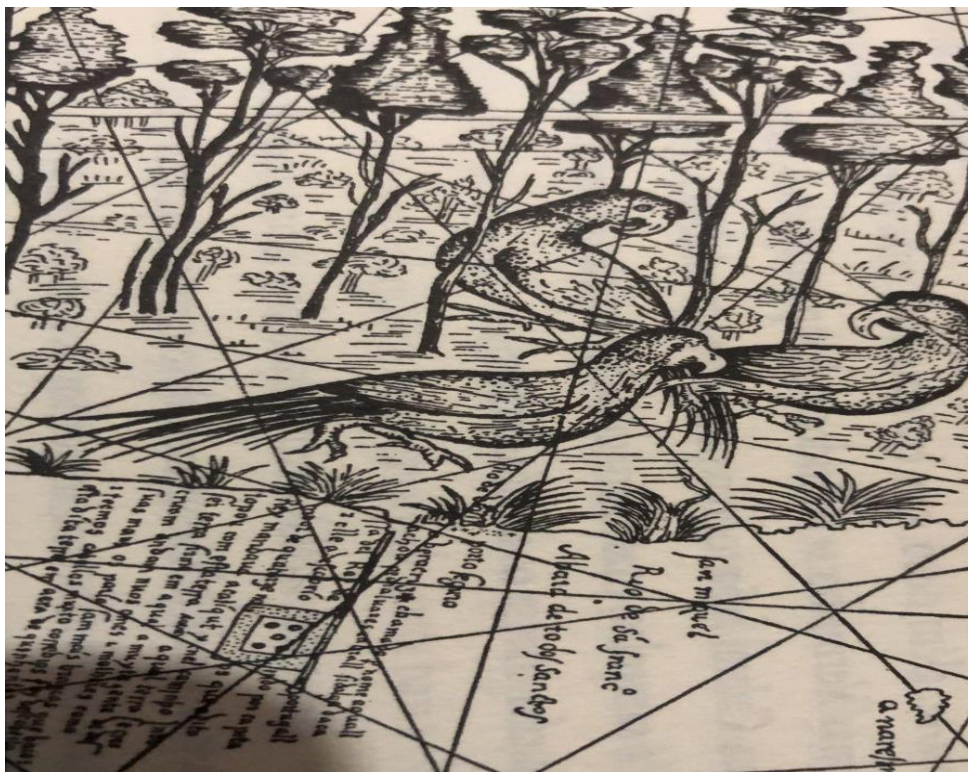
Também descreve o incidente do achamento Roger Crowley (2016, p. 118), que menciona: “[...] as ordens eram seguir a rota em arco anterior: ‘Quando tivessem o vento em popa, então tomariam o caminho sul [...] Eles devem ter alargado o arco, porque em 21 de abril avistaram a oeste, primeiro, uma grande montanha, muito alta e redonda, e outras terras mais baixas para o sul, e terra plana com grandes bosques de árvores’”. Era a Terra de Santa Cruz, depois Brasil<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup>Merece destaque a observação do estudioso inglês sobre a expedição cabralina. Ele menciona: “O próprio Cabral não era um homem do mar, era um diplomata com um conjunto cuidadosamente montado de instruções, algumas das quais delineadas pelo próprio Vasco da Gama, para estabelecer relações lucrativas e pacíficas com



**Figura 7** – Extrato redesenhado de um famoso mapa-mundi português, o planisfério de Cantino, contrabandeado para fora do país por volta de 1500. Os detalhes mostram a costa do Brasil pela primeira vez, com seus papagaios “do tamanho de galinhas”



Fonte: Crowley (2016, p. 121).

Porém o importante ao mencionarmos o episódio do achamento é estarmos atento ao fato de que os portugueses não faziam uma aventura pelo mar. Na verdade todo o esforço feito pela coroa para cumprir a missão cabralina tinha por razão uma importante “missão comercial” (CROWLEY, 2016, p. 118)<sup>14</sup>.

Esse fato, a razão do movimento econômico, será fundamental para a compreensão da formação do núcleo serrinhense, como também de tantos outros formados no Brasil ocupado pelos portugueses. Aliás, em uma das proposições feitas por Ruy Moreira, ainda no início de seu trabalho sobre o pensamento geográfico, ele toma a fórmula N-H-E como a base do

---

o samorim ‘cristão’. Muito mais bem informado que seu predecessor, Cabral poderia consultar o documento de múltiplas páginas, que continha opções no caso de uma série de eventualidades. Além disso, o orientava para assumir ação peremptória contra eventuais inimigos.” (CROWLEY, 2016, p. 119).

<sup>14</sup>Crowley menciona os objetivos da viagem: “O pessoal, os recursos do secretariado e os bens para estabelecer um posto comercial em Calicute acompanhavam a expedição. Com o exemplo dos fracassos da viagem anterior, muita atenção foi dada ao carregamento de utensílios que pudessem ser atraentes para os indianos de Malbar. Entre eles estavam coral, cobre, pigmento vermelho, mercúrio, pano fino e grosso, veludos, cetins e damasco em ampla gama de cores, além de moedas de ouro. Um agente comercial experiente, Aires Corrêa, que falava árabe, liderava essa iniciativa comercial, sustentando uma equipe de escriturários e secretários para manter os registros e as contas.” (CROWLEY, 2016, p. 119).

pensamento geográfico. Nesse entender o geógrafo menciona: “Hoje, é um formato a que os geógrafos recorrem toda vez que precisam focar uma região, um país ou uma sociedade em suas relações geográficas por inteiro.” (MOREIRA, 2016, p. 10).

O encontro com aquela paisagem deslumbrante, mencionada ainda na conhecida Carta escrita por Pero Vaz de Caminha, não era o suficiente para atrair o ânimo dos portugueses. Era preciso mais. Era preciso uma razão forte o suficiente para mover uma nação de comerciantes, com pouco mais de um milhão de habitantes<sup>15</sup>, a custear imensos esforços para conquistar uma terra que lhe pertencia sob o ponto de vista de estado nacional, mas pouco lhe era útil.

Simonsen, em sua obra, menciona o espírito reinante para o período:

Quando o erário público lutava com enormes dificuldades para manter a política que a Coroa se traçara – de encontrar um caminho para as Índias – Vasco da Gama conseguiu, em 1497, alcançar esse objetivo. Com as especiarias, tributos e presas de guerra que trouxe, pagou a expedição muitas vezes o seu custo; a segunda expedição para as Índias, a de Pedro Álvares Cabral, cobriu o seu custo duas vezes, computada, neste, a perda de quatro barcos. (SIMONSEN, 2005, p. 51)

Mas foi a segunda descoberta brasileira, aquela que se forma no transcorrer do início da colonização brasileira, que vai aprofundar a formação de um Brasil como conhecemos. Apesar de Caramuru, o líder que implantara a primeira aldeia em Salvador<sup>16</sup>, até o momento, não havia razões para a Coroa Portuguesa investir nas terras ainda sem instalação. Isso fica evidente em Simonsen:

A possível indústria extrativa não justificaria uma ocupação mais efetiva do novo território, principalmente por um país de população escassa, defrontando uma inundação de riquezas sem precedentes, provenientes do comércio com o continente mais populoso e de mais antiga civilização mundial, e, ainda, do saque e dos tributos impostos e correntes naquele tempo. O capital era escasso e estava absorvido na revolução comercial. A carência de mercados, que só

---

<sup>15</sup>ARANTES, José Tadeu. Portugal porta adentro: Lisboa no século 16. **Agência FAPESP**, São Paulo, 1 ago. 2016. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/portugal-porta-adentro-lisboa-no-seculo-16/23667/#:~:text=Mas%2C%20entre%20meados%20do%20s%C3%A9culo,1%2C4%20milh%C3%A3o%20de%20pessoas.Acesso em: 10 maio 2023>.

<sup>16</sup> “Com cerca de 1.000 índios, conforme calculado, em 1535, pelos tripulantes da nau San Pedro, fora outros que se espalhavam em diversas malocas e aldeias ao longo do recôncavo da baía e pelo litoral, até o porto de Tatuapara, o núcleo da povoação em que Caramuru vivia, composto de adventícios, de náufragos, de marujos foragidos de bordo, dos quais Juan de Mori vira seis ou sete, era, segundo Teodoro Sampaio, ‘meio europeu, meio selvagem’. Com suas casas esparsas, nada havia que o caracterizasse como ‘um estabelecimento regular à europeia, nem arsenal ou depósito algum e tão somente, por sinal de que havia no lugar um começo de culto religioso, uma casa de barro, com seu oratório’, no sítio chamado da Graça, cuja imagem de Santa Maria Diogo Alvares trouxera de Boipeba, recolhida da nau Madre de Dios, que lá naufragava em 1535.” (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 35).

então começavam a se desenvolver, as dificuldades de transportes e o meio físico brasileiro não justificavam que se fizesse, naquele instante, um esforço para a implantação da agricultura, somente permissível em ambiente de maior segurança, aliada a uma fácil e abundante mão-de-obra e a outras circunstâncias. (SIMONSEN, 2005, p. 67-68)

A solução adotada pelos portugueses foi a introdução de um modelo no qual alguns escolhidos receberiam porções de terra e nelas fundariam todo um poder, semelhante ao próprio estado. Muito se diz, inclusive, da semelhança desse poder como se fosse a instalação de feudos concedidos pela Coroa. Afinal, diante da falta de recursos do reinado para manter a escalada de dominação, era preciso buscar nos elementos privados fontes para este custeio. Uma das menções a esse caminho adotado pelos portugueses vem com Pedro Almeida Vieira:

Ao fim de 1530, com efeito, foi enviada uma armada, capitaneada por Martim Afonso de Sousa, com intuito de consolidar a presença portuguesa no continente sul-americano e de acabar com as crescentes incursões de corsários franceses. Em janeiro de 1532 se fundaria aquele que é considerado o primeiro povoado português no Brasil: a vila de São Vicente, nome posto em homenagem a São Vicente Martir. Dois anos mais tarde, João III decidiu instalar no modelo de capitanias hereditárias – sistema bem sucedido<sup>17</sup> nas ilhas da Madeira e de Cabo Verde, estratégia colonizadora que, durante o reinado de D. Manuel I, não saíra do papel. Assim, através da divisão do litoral entre o Rio Amazonas e São Vicente, concederam-se capitanias, que variavam de trinta a cem léguas de largura e com extensão indefinida para o interior, sobretudo a fidalgos e altos funcionários com serviços relevantes na África e nas Índias. Combinando práticas capitalistas e feudais, cada capitão-donatário podia exercer um poder quase absoluto, criando vilas, estabelecendo impostos e, enfim, administrando ao seu bel-prazer a justiça e a economia local. Apenas deveria entregar uma parte dos lucros à Coroa, que mantinha monopólio da exploração do pau-brasil. (VIEIRA, 2016, p. 25)

Mas, evidente, a experiência das pequenas ilhas da Madeira e Cabo Verde, comparada ao tamanho do Brasil, não parecia conseguir ir muito longe. Afinal, era necessário buscar fontes de recursos produzíveis em terras que fossem capazes de saciar as necessidades econômicas desses capitães dirigentes de imensas porções de terra. O simples extrativismo, excluído o pau-brasil, não produzia fontes necessárias para atender ao volume de investimentos necessários para cumprir o destino das capitanias.

Diversos problemas são relatados como motivadores da impossibilidade do modelo. Entre eles, destaca-se a dificuldade de convivência com os indígenas que, insuscetíveis ao atender aos desejos portugueses e, também, ocupando com mais intensidade o solo, nem sempre eram condescendentes com os desejos econômicos dos portugueses. Tanto assim que causa

espécie o caso de Francisco Pereira Coutinho, fidalgo que ficou responsável por uma das mais cobiçadas capitanias, aquela que equivale a grande parte do que é a Bahia. Tanto assim que Vieira comenta o caso como o do donatário que “quis caçar e foi caçado” do seguinte modo:

Francisco Pereira Coutinho, fidalgo que andara pelas Índias, ficou com uma das mais cobiçadas capitanias: a faixa de cinquenta léguas entre as fozes do rio São Francisco e Jiquiriçá, incluindo o Recôncavo, em torno da baía de Todos os Santos. Lá aportando em 1534, teve a vida facilitada, porque se estabeleceu exatamente na zona controlada por índios ‘pacificados’, ou, melhor dizendo, dominada pela tribo em que Caramuru fora acolhido. Rapidamente fundou ali um arraial, nas imediações da atual Ladeira da Barra, em Salvador. [...] Pereira Coutinho, porém, era um homem de modos poucos gentis – os quais, aliás, lhe fizeram ganhar nas índias o epíteto de ‘Rusticão’ – pouco diplomático e cheio de soberba. Como capitão-donatário, ligado à nobreza, viu-se no direito de exercer um poder absoluto e indiscriminado em terra estranha. Exigia dos índios trabalho compulsório semelhante à escravidão. Daí a se tornar um déspota, caprichoso e cruel, foi um passo, entrando em conflito até mesmo com Caramuru, não vendo, portanto, que ali tinha seu principal aliado. As posições se extremaram e Pereira Coutinho decidiu simplesmente aprisionar Caramuru numa das naus. Quebrou-se assim uma aliança que lhe permitira uma relação pacífica durante anos. [...] Diante desta situação insustentável, Pereira Coutinho se refugiou em Porto Seguro, levando Caramuru. [...] Em meados de 1547, julgou ter reunido condições de regresso seguro à Vila Velha, mas, durante a viagem, as duas naus encalharam em recifes da parte sul da Ilha de Itaparica. [...] A tripulação chegou à praia em pequenos botes. Lá os aguardavam uma comitiva de tupinambás, que afinal não tinham se esquecido das brutalidades cometidas pelo capitão-donatário. [...] Levado para a aldeia indígena, Pereira Coutinho foi assassinado no epílogo de um longo cerimonial de cinco dias, com o crânio despedaçado por uma clava manejada por um jovem cujo o irmão fora morto pelo capitão-donatário.” (VIEIRA, 2016, p. 25-26)

O que aconteceu na Bahia repetiu-se, com mais ou menos intensidade em outras capitanias: a falência evidente do modelo. Francisco Pereira Coutinho não foi o único a encontrar seu fim, e com isto, o fim do modelo. Bem verdade que nas palavras de Brito Freyre, mencionado por Moniz Bandeira (2007, p. 96) o fim de Coutinho foi achar a morte nas mãos dos tupinambás e “a sepultura nos seus ventres”.

O próprio Moniz Bandeira menciona (2007, p. 96): “Francisco Pereira Coutinho não foi o único donatário cujo empreendimento de colonização fracassou em virtude de conflito com os índios”. Pero de Campo Tourinho, donatário de Porto Seguro, por outros motivos<sup>18</sup>, também

---

<sup>18</sup>Segundo Moniz Bandeira, sucedeu-se o seguinte a Pero de Campo Tourinho: “Acusado de blasfêmias e heresias, pois dizia que o papa casava e descasava por dinheiro e que os cardeais não passavam de sodomitas, tiranos e gananciosos, foi denunciado ao Santo Ofício e preso em 24 de novembro de 1546, por alguns moradores, entre os quais o sacerdote João Bezerra, o mesmo que, um ano antes aparecerá na capitania da Bahia com uma carta régia falsa ordenando a detenção de Pereira Coutinho.” (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 97).



viu a falência de seu empreendimento. Além dele, diversos outros donatários não conseguiam evidenciar sucesso suficiente para manter aqueles empreendimentos fundiários. Somente duas capitanias evidenciavam sucesso: a de São Vicente, pertencente a Martim Afonso de Sousa, e a de Pernambuco, pertencente a Duarte Coelho.

Parece que a única solução benfazeja do modelo foi a possibilidade de instalar em solo brasileiro cerca de dois a três mil portugueses. Além disso, a fórmula das capitanias se esvaziou. Assim, por conta de anos de insucessos, desde a instalação das capitanias, resolve D. João III modificar o modelo. Nas palavras de Moniz Bandeira, assim se sucede:

Mas não aboliu o regime de donatárias. Decidiu submetê-las a um governador geral, que centralizaria, como seu delegado, a autoridade civil e criminal sobre toda a colônia do Brasil. E para ocupar o cargo designou Tomé de Sousa, fidalgo da Casa real, filho bastardo de João de Sousa, prior do Mosteiro de São Pedro de Rates, havido de Mécia Rodrigues Faria, com quem vivera dissolutamente, primo de Martim Afonso de Sousa, bem como de Antônio de Ataíde, conde da Castanheira, o encarregado da governança do Reino, e descendente de um bastardo do rei Afonso III. (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 98)

A missão de Tomé de Sousa<sup>19</sup> era construir em solo brasileiro uma cidade fortificada, capaz de fazer funcionar a sede do governo colonial no Brasil e resistir aos avanços dos indígenas, dos franceses e holandeses. Ou seja, seria a capital nas américas de Portugal.

Porém, apesar dessa incursão portuguesa ser construída, ainda faltava o elemento essencial para a consolidação portuguesa no sentido de haver no Brasil um caminho para a formação de povoamento definitivo. Faltava o elemento de produção economicamente efetivo. Faltava a escala de produção definitiva, que viria com a cana-de-açúcar, já produzida em Pernambuco e São Vicente. Simonsen (2005, p. 108) destaca: “O crescente interesse que se manifestava na Europa pelo açúcar favorecia o fundamento econômico do empreendimento colonizador.”.

Fonte importante é a do contemporâneo Soares de Souza:

Para se ficar bem entendendo onde demora e se estende o Estado do Brasil, convém que em suma declaremos como se avieram os reis na repartição de suas conquistas, o que se fez por esta maneira. Os reis católicos de Castela, D. Fernando e D. Isabel, sua mulher, tinham começado de entender no

<sup>19</sup>“Eu El-Rei faço saber a vós Tomé de Sousa, fidalgo de minha casa, que vendo eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e nobrecer as capitanias e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando para exalçamento de nossa santa fé e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles, ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça e proveito nas coisas que cumprirem a meus serviços e aos negócios de minha fazenda e a bem das partes, etc.” (SIMONSEN, 2005, p. 110)

descobrimento das Índias Ocidentais e algumas ilhas, e porque esperavam de ir este descobrimento em tanto crescimento como foi, por atalharem as diferenças que sobre isso se podiam oferecer, concertaram-se com el-rei D. João, o III, de Portugal, se fizesse uma repartição líquida, para cada um mandar conquistar para sua parte livremente, sem escrúpulo de se prejudicarem. E acordados os reis desta maneira, deram conta deste concerto ao Papa, que, além de aprovar, o louvou muito. E como tiveram o consentimento de Sua Santidade, ordenaram a repartição desta concordância, fazendo baliza na ilha do Cabo Verde, de barlavento mais ocidental, que se entende a de Santo Antão, e contando dela 21 graus e meio equinociais de dezessete léguas e meia cada grau, e lançada daqui uma linha meridiana de norte-sul, que ficassem as terras e ilhas que estavam por descobrir para a parte do oriente da coroa de Portugal. Lançada essa linha mental como está declarado, fica o Estado do Brasil da dita coroa, qual se começa além da ponta do rio Capítulo III Em que se declara a repartição que fizeram os reis católicos de Castela com el-rei D. João III de Portugal. Das Amazonas da banda de oeste, pela terra dos Caraíbas, donde se principia o norte desta província, e indo correndo esta linha pelo sertão dela ao sul parte o Brasil e conquistas dele além da baía de São Matias, por 45 graus, pouco mais ou menos, distantes da linha equinocial, e altura do polo antártico, e por esta conta tem de costa mil e cinquenta léguas, como pelas cartas se pode ver segundo a opinião de Pedro Nunes, que nesta arte atinou melhor que todos os do seu tempo.” (SOUSA, 1879, p. 31, cap. II)

Esse passo é fundamental para anteceder a história do espaço de Serrinha, que é objetivo aqui. Sem a razão dos engenhos de cana, não seria possível o interior. A força dessa produção econômica moveu os portugueses a empurrar a colonização rumo adentro. Essas eram as dimensões da colônia que se expandia além do traço beira mar:

Dos algarismos enunciados, constata-se a existência, nessa época, em oito capitanias, de 60 engenhos de açúcar que deveriam produzir 3.000 arrobas anuais, uns pelos outros. Alcançariam cerca de 3.440 os “vizinhos” nessas capitanias, o que indica uma população superior a 17.000 habitantes. Computando-se os índios livres que trabalhavam com os colonos e os escravos, não será exagero calcular em mais de 30.000 a população integrada na atividade econômica, que se representava, principalmente, pela extração do pau-brasil, engenhos e plantações de cana e cultura de algodão, fora as atividades secundárias indispensáveis à alimentação e outras necessidades da população. Calógeras admite para 1583 uma população de 57.000 almas: 25.000 brancos, 18.000 índios civilizados, 14.000 escravos negros. (SIMONSEN, 2005, p. 110)

Esses fatos, que giram nos idos de 1500 e início de 1600 permitirá, num tempo mais distante a existência de Serrinha, bem como diversos outros povoados, vilas e cidades. Serão muitos decorrentes das trilhas e dos currais que começam a ser construídos naquela região, tendo por razão abastecer a demanda dos engenhos e propiciar um negócio com grande fôlego: a produção do gado. Afinal, a importância da cana-de-açúcar era tão grande que justificou

decreto da Coroa portuguesa proibindo a criação de gado em áreas destinadas à produção de açúcar<sup>20</sup>, expulsando para o interior do país, ainda intocado, a cultura do gado.

A importância dos engenhos de cana de açúcar, que se distanciavam pouco mais que sete ou oito léguas do espaço serrinhense, tinham atenções econômicas indiscutíveis, fazendo Simonsen ponderar:

Portugal contava, desde os meados do século XV, com a supremacia no mercado mundial do artigo. Mesmo nos primeiros tempos do século XVI, a produção da Madeira e de São Tomé já ultrapassava em muito a espanhola. Mas, parece que foi a partir de 1560 que lhe coube também a ascendência na produção do açúcar americano, com a sua colônia brasileira.<sup>1</sup> Estabelecida com o governo central uma maior segurança para o trabalho, procurou o próprio Governo português fomentar o desenvolvimento da indústria no Brasil. Assim, na Capitania Real de São Salvador, estabelecia-se a isenção de impostos por 10 anos para os engenhos que ali se construíssem e eram outorgados, mais tarde, privilégios de nobreza e impenhorabilidade aos senhores de engenho. Isso não impediu, porém, que, para defender o produto da Madeira, ameaçado com as baixas provocadas pelo afluxo do brasileiro, fosse sobre este criado um imposto de 20%. (SIMONSEN, 2005, p. 121)

---

<sup>20</sup>“Em 1701, uma Carta Régia vinda de Portugal proibiu a criação de gado em nosso litoral. O objetivo era deixar as melhores terras para o cultivo da cana. Com isso, a criação de gado foi empurrada para o interior do nosso país, território até então pouco conhecido e explorado.”. Informação disponível em: <http://www.clickideia.com.br/portal/conteudos/c/27/20243#:~:text=Em%201701%2C%20uma%20Carta%20R%C3%A9gia,ent%C3%A3o%20pouco%20conhecido%20e%20explorado>. Acesso em: 6 jul. 2022.

### 3.1 A TERRA – ONDE SE FORMOU O POVOADO

Serrinha não serra pau grosso  
Coité não dá salamim  
Raso não tem fundura  
Queimadas não nasce capim  
(Verso popular de domínio público; FRANCO, 1996, p. 166)

O povoado de Serrinha foi estabelecido a partir das rotas de criadores de gado e composições de currais, como também, por conta de ser uma passagem importante para Alagoinhas e Água Fria, a leste, para Juazeiro, ao norte, para Jacobina, a noroeste e, a partir daí, para o Rio São Francisco. Sendo, assim, um caminho mais “fácil”, por conta do vale que se estabelece no centro de seu território, daqueles que vinham de Salvador e Feira de Santana.

**Figura 8** – Mapa da Bahia no Brasil e localização de Serrinha na Bahia



Elaboração: Raphael Lorenzeto de Abreu (2006)<sup>21</sup>.

Verifica-se do mapa acima a posição estratégica de Serrinha em relação ao nordeste da Bahia. Situada em uma passagem importante, o local oferecia além de um caminho fácil em decorrência da ausência de grandes elevações ou locais de acesso mais difícil para o transporte de gado e passagem de pessoas, também possuía recursos naturais e paisagens muito próximas da Portugal Oriental. Isso tudo, é claro, propiciou o crescimento do trânsito e a instalação dos currais tão importantes para a manutenção dos engenhos, das cidades litorâneas e serviu muito bem à expansão colonial portuguesa. Vejamos abaixo a proximidade da localidade com outros espaços importantes.

---

<sup>21</sup> Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Serrinha\\_%28Bahia%29](https://pt.wikipedia.org/wiki/Serrinha_%28Bahia%29). Acesso em: 10 abr. 2022.

**Quadro 1** – Distâncias de Serrinha para pontos estratégicos em linha reta

<b>Origem</b>	<b>Destino</b>	<b>Distância em km</b>
Serrinha	Litoral – ponto mais próximo – sentido leste	+/- 160
Serrinha	Salvador	157,84
Serrinha	Feira de Santana	70,21
Serrinha	Água Fria	35,13
Serrinha	Jacobina	177,13
Serrinha	Juazeiro	295,13
Serrinha	Paratinga – barranca do Rio São Francisco	472,65

Elaborado pelo autor<sup>22</sup>.

Serrinha está localizada na região nordeste do estado da Bahia, na região com tipologia climática própria do semiárido. Seu solo, é formado por uma grande quantidade de rochas, com origens que variam do Arqueano até o período Terciário. Está localizada na unidade geotectônica sinbriliana, denominada craton do São Francisco, conforme Elmo Carneiro Carvalho.

Segundo o pesquisador, quando se trata do descrever o solo de Serrinha, em sua dissertação de Mestrado:

O embasamento rochoso mais antigo presente no município (arqueano), pertencente ao Bloco de Serrinha, são rochas de médio a elevado grau de metamorfismo: gnaisses, migmatitos, granulitos com composições variadas, além de formações ferríferas e intrusões que apresentam geralmente composição granítica. A sede do município de Serrinha localizasse na região predominantemente constituída por rochas cristalinas. As Greenstone Belt do Rio Itapicuru apresentam característica vulcânica e sedimentar com idade paleoproterozoica, podendo ser destacada a presença de basaltos, riolitos, tufos vulcânicos, formações ferríferas e filitos grafitosos dentre outros, valendo ressaltar que estão metamorfizados de baixo a médio grau. As formações mesozoicas caracterizam-se pela presença de conglomerados, arenitos e lamitos, correspondendo à Formação Aliança, enquanto os arenitos quartzosos puros compõem a formação Sergipe. (CARVALHO, 2017, p. 36)

Nesse solo havia um caminho para o ouro que seria utilizado posteriormente para acesso às minas em Jacobina. Mas, mesmo em Serrinha, quase quinhentos anos depois, minas de ouro

<sup>22</sup> Pesquisa conforme sites *Distancianet* e *Googlemaps*.

foram descobertas em território que pertenceu ao espaço original de Serrinha, havido no antes distrito e depois município de Barrocas<sup>23</sup>.

Verificando o mapa geomorfológico do Município de Serrinha, identificam-se padrões como tabuleiros, superfícies aplainadas degradadas, domínio de colinas dissecadas e morros baixos. É de se imaginar, que ressalvado a baixa pluviosidade, a imagem da região de Serrinha era muito parecida com o oeste português, nas proximidades da região de Era e da divisa com a Espanha<sup>24</sup>.

A tipologia do terreno, formado por uma grande área baixa cercada por pequenas colinas, sempre foi auspiciosa para o trânsito de caravanas, entradistas e vaqueiros à busca de formação de currais. Nesse ponto, a descrição do pesquisador Elmo Carvalho é muito significativa:

Ampliando-se a escala, a área correspondente à cidade de Serrinha caracteriza-se por ser fracamente dissecada, apresentando uma topografia plana a suave ondulada, ocorrendo assim morros residuais constituídos por pequenas serras e inselbergs, apresentando estes destaques no relevo local. Ressalta-se que o modelado apresenta um predomínio das influências morfoclimáticas sobre as estruturais. No núcleo urbano de Serrinha, nota-se a presença de serras e colinas em seu entorno, predominando assim, relevos que se caracterizam pela suavidade. As áreas que apresentam uma maior declividade caracterizam-se como regiões que apresentam uma maior dificuldade para construções, o que poderá inibir o processo de ocupação humana. Entretanto, instalações inadequadas ocorrem nessas áreas de declividades mais acentuadas - que podem viabilizar problemas não só de ordem ambiental como também desencadear a intensificação de processos erosivos, potencializando risco à vida humana. (CARVALHO, 2017, p. 36)

O clima ali havido encontra uma variedade, em razão, principalmente, da posição que se encontra Serrinha, nos bordos das regiões do agreste e do semiárido. Assim tem-se na região os seguintes climas, segundo Zilda Gomes Pena<sup>25</sup>:

---

<sup>23</sup> “O município de Barrocas é a sede da mina de ouro Fazenda Brasileiro, possuindo uma população de 13.182 habitantes (IBGE, 2007). De 1984 a 1999, a Mina Fazenda Brasileiro foi a 3ª mais importante em produção no Brasil, responsável por mais de 10% do ouro extraído no país neste período (Thorman et al., 2001), ultrapassando 40t em volume. Atualmente a mina é explorada pelo grupo canadense Yamana Gold Inc., que tem progressivamente expandido as reservas e modernizado a pesquisa e extração de ouro na região. A Fazenda Brasileiro continua a ser uma das maiores minas de ouro do Brasil, apresentando reservas comprovadas do minério de 2.760.000 t, com o teor médio de 3,0 g Au/t e uma produção de cerca de 80.000 onças (2.267.961,85 t) de ouro/ano (Yamana Gold Inc., 2007).” (PENA, 2013, p. 5).

<sup>24</sup> Conforme o Autor.

<sup>25</sup> “Antes de analisar o clima da região, Zilda Pena, em seu trabalho, traz explicações importantes sobre a classificação destas variações: “Segundo a classificação de KÖPPEN (Santos, 1962), a região nordeste da Bahia apresenta três tipos de clima quente e seco: Bsh, Cfa e Aw. O Bsh é o tipo de clima seco (árido e semiárido) caracterizado pelo fato da precipitação (volume de chuvas) ser menor do que a taxa de evaporação e transpiração. O Cfa é um tipo de clima que ocorre em regiões afastadas das grandes massas continentais e

Na área de estudo predominam os climas: Bsh e Aw. O clima Bsh, tipo estepe quente de baixa latitude e altitude, resulta em duas estações: uma seca, entre maio e outubro; e outra chuvosa, entre novembro e abril; com irregularidade, e temperaturas médias oscilando entre 20°C e 28°C. A taxa de precipitação pluviométrica anual varia de aproximadamente 500 mm a 700 mm. O clima Aw, tipo tropical com estação seca (clima de savana ou clima tropical de estações úmida e seca), predomina nas partes centrais e sudeste da região, com aproximadamente cinco meses secos e precipitações pluviométricas de inverno (julho) e verão (novembro-abril) com médias anuais entre 700 mm e 900 mm. (PENA, 2013, p. 7)

É possível vermos no mapa (Fig. 3) que define as áreas com influência climática, as diferentes zonas e, a partir disto, vermos a posição que fica Serrinha: exatamente nas bordas divisórias que cercam aquelas áreas identificadas como sertão e agreste. Isso justifica a sua condição climática mais auspiciosa de localidades bem próximas, que detém menor pluviosidade.

A vegetação que cobre grande parte do território de Serrinha se caracteriza por ser formada por árvores baixas, muitas denominadas pelos indígenas como “campo branco” (candeia); a vegetação em geral segue o padrão da caatinga<sup>26</sup>, composta ainda de outras árvores e plantas espinhosas (justificam as roupas dos vaqueiros serem feitas de couro grosso, aptas a permitir a entrada na mata perseguindo gado) que perdem folhas no curso da estação ou períodos de seca. A formação da vegetação muitas das vezes é rarefeita e deve ter sido um dos fatores impulsionadores do movimento de trânsito de criadores de gado, entradistas e dos que buscavam o caminho de Jacobina e Juazeiro, nas barrancas do São Francisco. Não somente a distância, que eventualmente podia ser menor, como visto acima.

Merecem destaque os comentários da visita de Spix e Martius (2017), no correr do começo do Século XIX, em obra publicada em 1823. Essa obra demonstra o que se aguardava daquele sertão. Primeiro, o solo foi reconhecido como frágil, com exceção dos locais onde havia terras chamadas de massapé. O arvoredado baixo, pés de cacto isolados, ervas com cerrados formavam uma caatinga<sup>27</sup>.

---

nas margens ocidentais situadas nas latitudes médias e altas; tipicamente um clima tropical quente-úmido. Por sua vez o Aw é a designação dada aos climas das regiões intertropicais caracterizados por serem megatérmicos, com temperatura média do ar em todos os meses do ano superior a 18°C, não apresentar estação invernal, e ter precipitação anual superior à evapotranspiração potencial.” (PENA, 2013, p. 5-6)

<sup>26</sup>A palavra caatinga vem do tupi guarani, e significa caa – madeira, tinga – branco, ou seja, mata branca. Para mais informações, veja: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/18708656/riquezas-da-mata-branca>. Acesso em: 2 set. 2022.

<sup>27</sup>Assim Spix e Martius (2017, p. 282) continuam a descrição da vegetação local: “O lenho, durante o período do desfolhamento, nunca está totalmente sem seiva e perde a sua flexibilidade só naqueles galhos e ramos, que morrem de todo; exsuda mesmo continuamente substâncias resinosas e gomosas e outras semelhantes, provando que a vida da raiz e do tronco, obedecendo a uma fraca periodicidade e, até certo ponto, independente



A posição de Serrinha, geograficamente, além dos seus recursos naturais, permitia o reconhecimento como área de importância para o trânsito bem como para a manutenção de currais, que apoiavam a criação de gado que se estendia desde Feira de Santana<sup>28</sup>. Além disso, a sua tipologia climática parecia ser de fácil absorção pelo gado e pelos entradistas, ressalvados os períodos de longa seca, conforme menciona o mesmo relatório CPRM (2005).

A área do município está incluída no denominado “Polígono das Secas”, com clima semi-árido, seco a subúmido e experimentando longos períodos de estiagem ou escassez de chuvas. Seus solos foram identificados como planossolos solódicos eutróficos, latossolos álicos, luvisolos, neossolos litólicos e regolíticos. Os três últimos de natureza eutrófica. A vegetação divide-se nos tipos caatinga arbórea aberta, com palmeiras e contato caatinga-floresta estacional. O relevo é tipicamente pediplano sertanejo, com drenagem que serve às bacias hidrográficas Inhambupe e Itapicuru, cujos principais rios são Caroa e Tocos que limitam o município a norte e a oeste, respectivamente. (CPRM, 2005, p. 4)

A questão hidrográfica parece explicar ainda mais o interesse pela região no momento que antecede a formação da localidade. Apesar de não possuir rios ou fontes caudalosas, Serrinha se situa em local onde as fontes existentes permitem um relativo convívio com o solo e o ambiente, mostrando-se, efetivamente, como a porta do sertão:

---

da elaboração da seiva nas folhas, a qual sempre segue os períodos cósmicos. O brotar das folhas é particularmente interessante porque, logo que chove, no mais curto espaço de tempo, e quase como por encanto se produz. Dessa singularidade da vegetação das caatingas pudemos frequentemente convencer-nos, porquanto no meio do sertão árido, onde todas as plantas estavam sem folhas, encontramos trechos de mata e campina, que ostentavam o mais belo verde primaveril. Estas faixas haviam recebido, como nos informaram, chuvas parciais, e assim anteciparam, de repente, no desabotoar dos renovaos, as regiões próximas. O processo de desenvolvimento dos brotos, o qual no nosso clima dura diversas semanas, realiza-se aqui em um ou dois dias, e o lenho dos novos rebentos repousa por isso completamente preparado, às vezes muitos meses, até se desenvolverem os brotos. De resto, essa particularidade das matas de caatingas parece também ser determinada pela estrutura das folhas, pois elas são aqui mais do que em qualquer outra região, guarnecidas de um espesso feltro de pelos brancos, ou de uma textura relativamente mais fina e mais seca. Também a estrutura das raízes e do tronco talvez seja mais frequentemente adaptada às singularidades deste solo do que as observações até agora ensinaram. Um exemplo do que acabamos de dizer é o imbuzeiro (*Spondias tuberosa* Arr.), cujas raízes, horizontalmente espalhadas, quase à flor da terra, intumescem-se em tubérculos nodosos do tamanho de um punho e até de uma cabeça de criança e, ocos no interior, cheios de água.”

<sup>28</sup>A localização de Serrinha ainda hoje é privilegiada, como posto de entrada para diversas cidades da região, conforme destaca o Diagnóstico feito pela CPRM para Serrinha, sobre suas águas e fontes; “O Município de Serrinha está localizado na região de planejamento do Nordeste do Estado da Bahia, limitando-se a leste com o Município de Biritinga, a sul com Lamarão e Ichu, a oeste com Conceição do Coité, e ao Norte com Barrocas e Teofilândia. A área municipal é de 601 km<sup>2</sup> e está inserida nas folhas cartográficas de Santaluz (SC.24-Y-D-III), Serrinha (SC.24-Y-D-VI), editadas pelo MINTER/SUDENE, em 1977, e Sátiro Dias (SC.24-Z-C-IV), elaborada pela CPRM (não oficial) na escala 1:100.000. Os limites do município podem ser observados no Mapa Sistema de Transportes do Estado da Bahia na escala 1:1.500.000 (DERBA, julho/2000). A sede municipal tem altitude de 360 metros e coordenadas geográficas 11°40’00” de latitude sul e 39°00’00” de longitude oeste. O acesso a partir de Salvador é efetuado pelas rodovias pavimentadas BR-324 e BR-116 num percurso total de 173 km [...]” (CPRM, 2005, p. 3)

As drenagens que ocorrem no Município de Serrinha pertencem a duas bacias hidrográficas. A porção centro-oeste está inserida na bacia do rio Paraguaçu, enquanto que a porção norte e centro leste drenam as suas águas para a bacia do rio Inhambupe. O município tem como principais drenagens o riacho Tocós e o riacho Cajueiro (CEI, 1994c). A sede municipal está inserida exatamente em seu divisor de águas onde a leste as águas fluem para a bacia do rio Inhambupe e a oeste para a bacia do rio Paraguaçu. O riacho Tocós é uma drenagem intermitente que flui de norte para sul e constitui o limite oeste com o município de Conceição do Coité.

O riacho Cajueiro ocorre a norte da sede municipal. É uma drenagem intermitente que possui direção de fluxo para leste e pertence à bacia do rio Inhambupe. (CPRM, 2005, p. 6-7)

Além das fontes que correm sobre o solo, algumas chances de obtenção de águas subterrâneas são possíveis na região, uma vez que Serrinha se situa entre o cristalino e algumas bacias importantes de água subterrânea<sup>29</sup>.

Esses fatores podem ser o motivo da especulação feita por Lopes Pinto, Pinheiro de Almeida Neto e Leite Oliveira, no que ficou nominado *A Geomorfologia no contexto do Planejamento Ambiental: estudo do uso e ocupação da Serra Barra do Vento- SBV - Serrinha/BA* (2014). Nesse estudo, demonstra-se que o vale em que se forma Serrinha oferece pungentes condições para a sua existência naquele local; seja pelo fato de ser uma passagem de valor, seja porque oferece condições apropriadas para a instalação de gente. Segundo aqueles

---

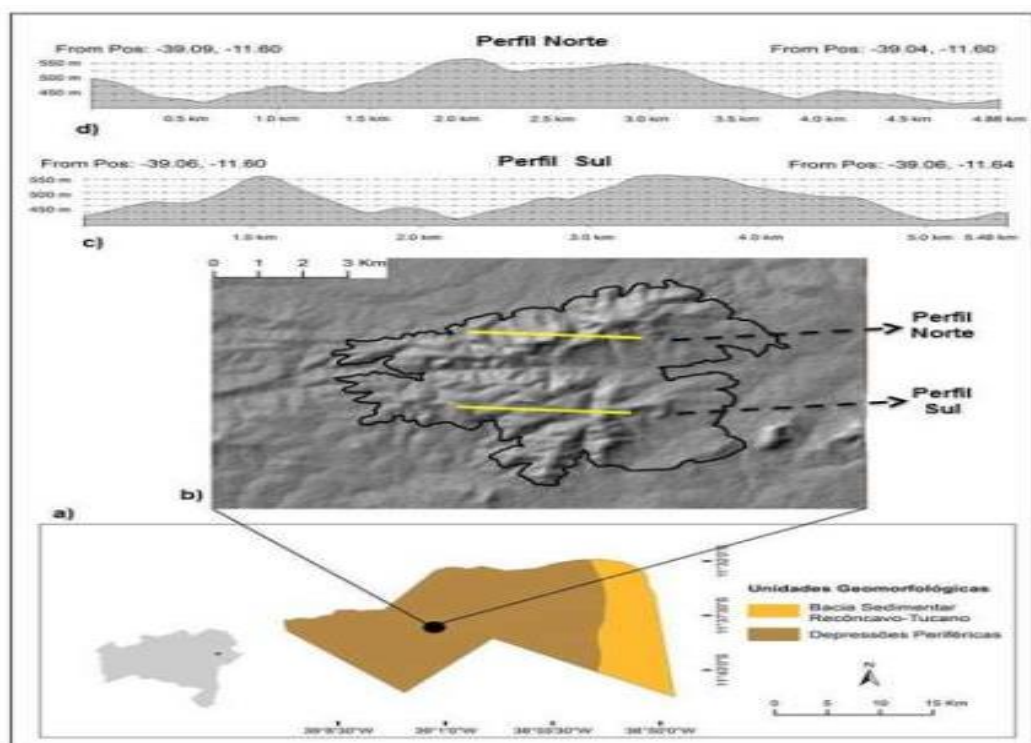
<sup>29</sup>O relatório CPRM menciona sobre as águas subterrâneas existentes: “No município de Serrinha, podem-se distinguir quatro domínios hidrogeológicos: formações superficiais Cenozóicas, bacias sedimentares, metassedimentos/metavulcanitos e cristalino (Figuras 4 e 5). As formações superficiais Cenozóicas, são constituídas por pacotes de rochas sedimentares de naturezas diversas, que recobrem as rochas mais antigas. Em termos hidrogeológicos, têm um comportamento de “aquífero granular”, caracterizado por possuir uma porosidade primária, e nos terrenos arenosos uma elevada permeabilidade, o que lhe confere, no geral, excelentes condições de armazenamento e fornecimento d’água. Na área do município, este domínio está representado por depósitos relacionados temporalmente ao Terciário (grupo Barreiras). A depender da espessura e da razão areia/argila dessa unidade, podem ser produzidas vazões significativas nos poços tubulares perfurados sendo, contudo, bastante comum, que os poços localizados neste domínio, captem água dos aquíferos subjacentes. As bacias sedimentares são constituídas por rochas sedimentares bastante diversificadas, e representam os mais importantes reservatórios de água subterrânea, formando o denominado aquífero do tipo granular. Em termos hidrogeológicos, estas bacias têm alto potencial, em decorrência da grande espessura de sedimentos e da alta permeabilidade de suas litologias, que permite a exploração de vazões significativas. Em regiões semi-áridas, a perfuração de poços profundos nestas áreas, com expectativas de grandes vazões, pode ser a alternativa para viabilizar o abastecimento de água das comunidades assentadas tanto no seu interior quanto no seu entorno. Na área, este domínio está representado por unidades geológicas da bacia de Tucano Sul. Os metassedimentos/metavulcanitos e cristalino têm comportamento de “aquífero fissural”. Como basicamente não existe uma porosidade primária nestes tipos de rochas, a ocorrência de água subterrânea é condicionada por uma porosidade secundária representada por fraturas e fendas, o que se traduz por reservatórios aleatórios, descontínuos e de pequena extensão. Dentro deste contexto, em geral, as vazões produzidas por poços são pequenas e a água, em função da falta de circulação, dos efeitos do clima semi-árido e do tipo de rocha, é na maior parte das vezes salinizada. Essas condições definem um potencial hidrogeológico baixo para as rochas sem, no entanto, diminuir sua importância como alternativa no abastecimento nos casos de pequenas comunidades, ou como reserva estratégica em períodos de prolongadas estiagens.” (CPRM, 2005, p. 7)

autores, a ocupação de Serrinha aproveitou a sensibilidade das áreas de vale para ter sua razão. Isso justifica a degradação dessas áreas ocupadas em situação mais antiga. Vejamos:

O município de Serrinha localiza-se no estado da Bahia. O mesmo está imerso no domínio morfoclimático da caatinga, possuindo duas unidades Geomorfológicas em sua área, sendo estas a Depressão Periférica e a Bacia Sedimentar do Recôncavo-Tucano (figura 1a). De modo mais específico, a SBV (figura 1b) possui uma área de aproximadamente 51,6 Km<sup>2</sup> e localiza-se na porção oeste do município de Serrinha. Em análise dos perfis topográficos transversais, observa-se que a SBV tem altimetria variando de 250 metros em sua base a 570 metros em áreas de topo. O perfil Sul (figura 1c) da SBV caracteriza-se por uma maior dissecação relativa do relevo, visto que neste primeiro perfil visualiza-se um menor grau de entalhamento em relação ao anterior. Já no Perfil Norte da SBV (figura 1d) as encostas apresentam declividades acentuadas e tipologia variando entre convexa a retilínea com modelados predominantemente convexos. No entanto, em ambas as situações por tratar-se de ambiente semiárido, a estabilidade dessas encostas é muito frágil não podendo, no entanto, se desconsiderar que quanto maior a declividade e menos densa a cobertura vegetal os processos geomorfológicos ‘instalam-se com maior facilidade. Essas áreas, portanto, devem receber atenção prioritária quanto à instalação das atividades humanas. (LOPES PINTO; PINHEIRO DE ALMEIDA NETO; LEITE OLIVEIRA, 2014, p. 31-32)

Esse fenômeno geográfico, que permitiu a circulação dos passantes nos idos de 1600, pode ser visto na Figura 10.

**Figura 9** – Mapa de localização e aspectos Geomorfológicos da SBV



Fonte: Lopes Pinto, Pinheiro de Almeida Neto e Leite Oliveira (2014, p. 33).

Isso explica o movimento de pessoas no período da formação de Serrinha, ou seja, a acessibilidade que toda a região permitia, a partir da possibilidade de se constituir um altiplano de acesso viável, uma vez que toda a região interior das províncias do sertão<sup>30</sup> não tinha a rede hidrográfica, por exemplo, que existia em São Paulo, garantindo aos bandeirantes lá, após a subida da Serra de Santos, fácil acesso a todo interior do Brasil sul.

A região não é dotada de grandes rios, justificando a ocupação mais tardia. Afinal, bandeirantes e entradistas preferiam o acesso via rios, caminho mais fácil e possível, sem a necessidade de enfrentar a luta contra a mata para ingressar território adentro. Não é sem razão que o já citado Gabriel Soares de Sousa, em seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, traçou o desenho do Brasil a partir do oceano Atlântico, na costa brasileira, e dos diversos rios que chegam à costa.

Ainda assim, a pequena bacia que lhe cerca é a do Rio Inhambupe. Iniciando-se entre os municípios atuais de Barrocas e Teofilândia – antigos distritos de Serrinha, e mesmo no município de Serrinha, é assim descrito:

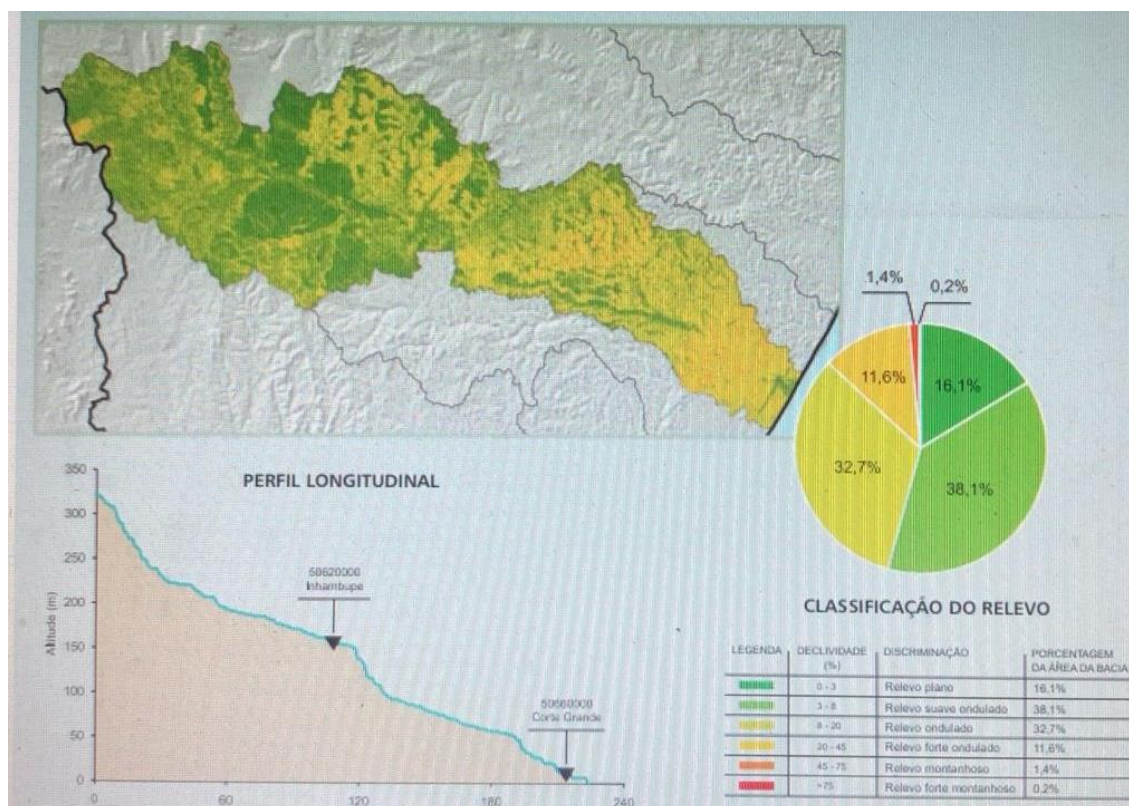
O rio principal da bacia, o Inhambupe, nasce a sudoeste da Sub-Bacia 50, na região dos municípios de Serrinha-BA e Teofilândia-BA no domínio da região semiárida (CRA, 2000a), a 321,1m de altitude. Percorre 224,4 km nas mesorregiões do nordeste baiano e centro norte baiano até desaguar no oceano Atlântico na localidade de Baixio, município de Esplanada-BA. A sua bacia está totalmente inserida na região norte do estado da Bahia e possui uma área de bacia hidrográfica de 4.805 km<sup>2</sup>, ocupando 5,83% da Sub-Bacia 50. Seus principais afluentes são representados pelos rios Cajueiro e Vitória (margem direita) e Poções, das Chaves, da Una, Ribeiro, da Serra, do Bu e riacho Dezoito (margem esquerda). [...]Serrinha, Teofilândia, Biritinga, Sátiro Dias, Inhambupe, Aporá, Conde, Esplanada, Entre Rios e Cardeal da Silva. Ao analisar as declividades da bacia do rio Inhambupe, foi observado que 54,2% da área da bacia têm relevo mais suave, pois 16,1% apresentam relevo plano e 38,1% têm relevo suave ondulado. O relevo considerado ondulado abrange 44,3% da área da bacia, sendo 32,7% de relevo normalmente ondulado e 11,6% com relevo forte ondulado. Apenas 1,6% da área apresenta relevo entre montanhoso e forte montanhoso. (CPRM, 2014, p. 20)

---

<sup>30</sup>Segundo Hermann (2000, p. 528-529): “Termo consagrado pela obra de Euclides da Cunha. Os Sertões, publicado em 1902. Depois de participar da quarta expedição militar que deu fim ao arraial de Canudos, interior da Bahia, em 1897. Euclides escreveu a mais pungente narrativa sobre o território do sertanejo nordestino: árido, inóspito, indômito, atrasado, imune a passagem do tempo e aos progressos da civilização.”.

O mapa a seguir (Fig. 11) mostra detalhes importantes a respeito desse rio que, por ser intermitente, não permitia o acesso ao sertão, mas formava uma base possível de atendimento às tropas com gado.

**Figura 10** – Mapa da área de influência do Rio Inhambuque



Fonte: CPRM (2014, p. 21).

Esses são os principais aspectos geográficos da região que funcionam no entorno de Serrinha. Isso comprova o texto do original do Dr. Antonio José de Araújo, que, em a *Família de Serrinha*, menciona a forma de conquista do sertão:

Mal funda a villa, no mesmíssimo lugar que hoje está a cidade, que tem se estendido bastante, um pouco distante da primitiva, agora por ella absorvida, que, por isso mesmo, ficou chamando-se villa velha, ou arraial do Pereira, actualmente Vitória começou a obra de cathechese e colonização. Por um lado, os frades e por outros destemidos exploradores, que de nada se arreceiavam puseram-se em demanda do sertão, que palmilhavam, a principio o mais baixo e depois o do meio ou centro, por fim o mais alto. Os rios foram os caminhos que tiveram. Quando chegaram ás suas cabeceiras e grandes vastidões territoriaes ainda se estendiam por ellas afóra. Começando a abrir trilhos que os pusessem em communicação com os rios de curso mais longo que os contornavam além ou mais facilmente unissem os logares que melhor se affeiçoassem ao gênero de sua actividade, agrícola, pastoril ou mineira. Surgem as primeiras aldeias de naturais do paiz sob direcção espiritual do

frade, aparecem as fazendas mais antigas de criar. Despontam os sítios da lavoura, Ao lado do frade duas figuras de grande relevo, como que representando os demais se levantam. São Garcia d'Avilla e Antonio Guedes de Brito [...] (ARAÚJO, 1926, p. 3)

Sem dúvida, a formação do sertão, sua ocupação, se deu pela busca de novas terras de gado. Tanto assim que Washington Queiroz comenta em seu trabalho sobre o gado na Bahia:

Dessa maneira começava-se a conquista do território do que mais tarde passaria a ser o Estado da Bahia e a região Nordeste. Como afirma o poeta feirense Eurico Alves Boaventura “[...] a marcha lenta das boiadas nos ínvios caminhos traçou a rota primitiva dos destinos da Colônia que Portugal criou neste lado do Atlântico”. O crescimento das boiadas nas terras da costa, o sucesso e o vulto das marchas empreendidas para o interior da província, conforme Faria (1969, p. 12), logo ganhou norma oficial pela Coroa em carta régia de 17014. Porém, muito antes disso, a marcha do gado já atingira a sesmaria dos Tocós – que abrangia o território onde se ergueria Feira de Santana – doada em 1609 a Antônio Guedes de Brito, um grande criador de gado da província, já naquela época. (QUEIROZ, 2010, p. 72-73)

A importância da cana-de-açúcar crescia na proporção que os sertões passavam a ser ocupados. As áreas destinadas ao canavial já não podiam receber o gado vacum:

Este homem que pode ser considerado a maior escultura viva erigida até hoje nos sertões do Nordeste e de outras regiões do Brasil; este homem que singrou cada palmo de chão à procura de pastos bons e maiores para a criação de gado vacum que, com o rebanho se avolumando, já não podia viver beirando a orla, soube que imprescindível era, portanto, descortinar o horizonte longínquo do sertão; esta escultura humana, que ampliou a geografia da então colônia trocando o canavial pela caatinga e a roupa de algodão pela roupa de couro<sup>5</sup>, de que se vestiu da cabeça aos pés; a esta escultura – figura emblemática do sertão e nordeste brasileiros –, chamo-a: O VAQUEIRO. (QUEIROZ, 2010, p. 74)

É Spix e Martius (2017) que mencionam sua passagem na região, quando encontraram uma boiada tocada por vaqueiros que vinham do Piauí:

Quando descemos a encosta ocidental da montanha, encontramos uma boiada de 300 reses, vindas do Piauí, já tendo feito caminhada de 100 léguas, e que se destinava à Bahia. Os vaqueiros queixavam-se de não haver encontrado água pura, desde a travessia do rio São Francisco, e as notícias, que lhes demos, das condições do território, causaram-lhes desespero. Resolveram desviar-se do caminho que tínhamos tomado, e viajar ou pela margem do rio Itapicuru ou pelo arraial de Serrinha, pois nestas duas direções passam as chamadas estradas do gado, as quais, com a que percorremos, se reúnem a várias distâncias de Cachoeira. Apesar de já ter sofrido muito pela falta de água, a maioria do gado desta boiada estava sã e forte, por ter ainda encontrado frutos do juazeiro e do imbuzeiro, e, em muitos lugares, lambedouros de sal [...]” (SPIX; MARTIUS, 2017, p. 294)

### 3.2 O POVO

Evidente, apesar de termos sempre um olhar da história pela memória portuguesa, a formação do Brasil e seus pedaços aconteceu pelo fenômeno da interação de povos diversos, essencialmente, indígenas, portugueses e negros. Os povos ancestrais, originais daquilo que seria chamado América Latina, os indígenas, recebem os portugueses. Estes, por sua vez, na sanha de conquistar o território a busca de riquezas, trarão consigo outras etnias. A própria mistura destas que acontecem com efeitos populacionais, sociais e econômicos vai acontecer conforme as perspectivas de cada tempo e lugar. Daí a importância de analisarmos a formação do povo brasileiro para aquele lugar.

#### 3.2.1 Os indígenas<sup>31</sup>

Os indígenas, antes da chegada dos portugueses, segundo Darcy Ribeiro, eram “[...] principalmente povos de tronco tupi que, havendo se instalado uns séculos antes, ainda estavam desalojando antigos ocupantes oriundos de outras matrizes culturais.” (RIBEIRO, 2015, p. 26). O professor Pedro Vasconcelos não deixa esquecer que, ao chegarem no que denominou Brasil, posteriormente, não havia cidades, mas havia pessoas. Estima-se que mais de dois milhões de indígenas viviam nas terras que seriam consideradas brasileiras; ou, como menciona, Darcy Ribeiro (2015), na “ilha Brasil”.

O antropólogo Ribeiro menciona o território brasileiro no momento que antecede a chegada dos portugueses, observando como funcionava a ocupação pelos povos que viviam nestas terras:

---

<sup>31</sup> Um debate sobre a originalidade da nomenclatura: índios x indígenas, se trava no cenário da língua e da técnica. O Senado Federal, em seu Manual de Redação, dá uma proposição sobre o tema: “Para designar o indivíduo, prefira o termo indígena a índio. Indígena significa “originário, aquele que está ali antes dos outros” e valoriza a diversidade de cada povo. Para se referir ao dia 19 de abril, a Secom adota o termo Dia dos Povos Indígenas (com iniciais maiúsculas), em vez de Dia do Índio. Recomenda-se também o uso dos termos aldeia, terra ou território indígena, em vez de tribo. Para o grupo de indígenas, use etnia ou povo.”. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/estilos/indio#:~:text=Para%20designar%20o%20indiv%C3%ADduo%2C%20prefira,a%20diversidade%20de%20cada%20povo>. Acesso em: 20 set. 2023. Escalaremos, portanto, que adotaremos os termos indígena(s) e povo(s) preservando os vocábulos índio e tribo nas citações diretas.



Configuraram, deste modo, a ilha Brasil, de que falava Jaime Cortesão (1958), prefigurando, no chão da América do Sul, o que viria a ser o nosso país. Não era, obviamente, uma nação, porque eles não se sabiam tantos nem dominadores. Eram, tão só, uma miríade de povos tribais, falando línguas do mesmo tronco, dialetos de uma mesma língua, cada um dos quais, ao crescer, se bipartia, fazendo dois povos que começavam a se diferenciar e logo se desconheciam e se hostilizavam. (RIBEIRO, 2015, p. 25)

A posição dos indígenas na estrutura da evolução era de progressos consideráveis. Estavam na escada evolutiva muito distante dos europeus que recebiam, mas começavam a dominar a agricultura e tinham noções efetivas sobre grupos e guerras:

Na escala da evolução cultural, os povos Tupi davam os primeiros passos da revolução agrícola, superando a condição paleolítica, tal como ocorrera pela primeira vez, há 10 mil anos, com os povos do Velho Mundo. É de assinalar que eles o faziam por um caminho próprio, juntamente com outros povos da floresta tropical que haviam domesticado diversas plantas, retirando-as da condição de selvagem para a de mantimento em seus roçados. Entre elas, a mandioca, o que constituiu uma façanha extraordinária, porque se tratava de uma planta venenosa a qual eles deviam, não apenas cultivar, mas também tratar adequadamente para extrair-lhe o ácido cianídrico, tornando-a comestível. É uma planta preciosíssima porque não precisa ser colhida ou estocada, mantendo-se viva na terra por meses. (RIBEIRO, 2015, p. 26-27)<sup>32</sup>.

Os indígenas, obviamente, tinham preferência por locais que permitiam uma melhor relação com a natureza. A faixa atlântica, com clima temperado e forte produção de frutos da natureza, permitia que esses povos chegassem a deter até três mil indígenas irmanados. Essa não era a regra, entretanto, centenas de pequenos povos se instalavam, diante da ordenação de seus chefes e pajés, líderes religiosos, vivendo da caça, da pesca, mas muito próximo da produção agrícola, revelando, dessa forma, essa fase pré-urbana, que menciona Darcy Ribeiro (2015). Isso os proibiu de federalizar-se, unirem seus povos uns aos outros, formando conglomerados, ou unissem forças, o que os deixava frágeis diante de portugueses apurados por riquezas, entorpecidos pela invasão das terras e armados com armas toscas, funcionando à pólvora, mas muito superior às condições dos guerreiros tribais.

---

<sup>32</sup>Darcy Ribeiro menciona ainda mais: “Além da mandioca, cultivavam o milho, a batata-doce, o cará, o feijão, o amendoim, o tabaco, a abóbora, a erva-mate, o guaraná, entre muitas outras plantas. Inclusive dezenas de árvores frutíferas, como o caju, o pequi etc. Faziam, para isso, grandes roçados na mata, derrubando as árvores com seus machados de pedra e limpando o terreno com queimadas. A agricultura lhes assegurava fartura alimentar durante todo o ano e uma grande variedade de matérias-primas, condimentos, venenos e estimulantes. Desse modo superavam a situação de carência alimentar a que estão sujeitos os povos pré-agrícolas dependentes da generosidade da natureza tropical, que provê, com fartura, frutos, cocos e tubérculos durante uma parte do ano e, na outra, condena a população à penúria. Permaneciam, porém, dependentes do acaso para obter outros alimentos através da caça e da pesca, também sujeitos a uma estacionalidade marcada por meses de enorme abundância e meses de escassez (Ribeiro 1970, Meggers 1971).” (RIBEIRO, 2015, p. 27).



Poucos movimentos integrados dos indígenas são registrados. Ribeiro menciona, neste sentido, a Confederação dos Tamoios, apoiada pelos franceses, e o famoso empreendimento regido por Caramuru, que na verdade conseguia unir os povos em torno de sua presença. Essa fragilidade indígena não se movia somente contra os portugueses invasores, mas contra eles próprios. Darcy Ribeiro (2015, p. 28) menciona que “[...] cada núcleo tupi vivia em guerra permanente contra as demais tribos alojadas em sua área de expansão e, até mesmo, contra seus vizinhos da mesma matriz cultural.”. Obvio que essa ojeriza aos concorrentes não poderia permitir uma formação integrada dos povos.

Interessante nesse passo era o resumo dos resultados nos embates dos indígenas com seus inimigos<sup>33</sup>:

Essa resistência se explica pela própria singeleza de sua estrutura social igualitária que, não contando com um estamento superior que pudesse estabelecer uma paz válida, nem com camadas inferiores condicionadas à subordinação, lhes impossibilitava organizarem-se como um Estado, ao mesmo tempo que tornava impraticável sua dominação. Depois de cada refrega contra outros indígenas ou contra o invasor europeu, se vencedores, tomavam prisioneiros para as cerimônias de antropofagia e partiam; se vencidos, procuravam escapar, a fim de concentrar esforços para novos ataques. Quando muito dizimados e já incapazes de agregar ou de defender-se, os sobreviventes fugiam para além das fronteiras da civilização. Isso é o que está acontecendo hoje, quinhentos anos depois, com os Yanomami da fronteira norte do Brasil. (RIBEIRO, 2015, p. 28)

Assim diversos povos se misturavam no embate pela sobrevivência. Eram tupis, paresis, bororos, xavantes, kayapós, kaiagangs e até os biritingas, que ver-se-á mais adiante. Além de todos os tapuias, como eram chamados os indígenas inimigos dos portugueses. Estes eram os povos que habitavam o solo do Brasil até a chegada dos portugueses.

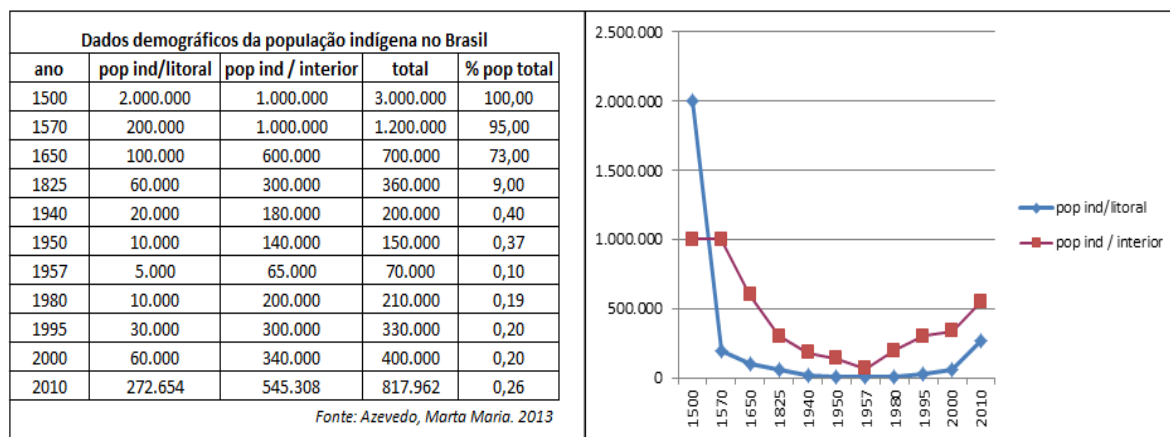
Com uma população considerável, viram-se abater em pouco tempo: escravizados, fugidos de seus locais de produção ou simplesmente destruídos por doenças. Os números podem ser considerados surpreendentes tendo em consideração que os portugueses quando chegaram às terras brasileiras montavam uma população equivalente a dois milhões de pessoas. Ou seja, o estado conquistador tinha uma demografia que não era superior àquela existente e a do

---

<sup>33</sup>Perceptível é a referência que se tinha dos indígenas, memorada por Hans Staden. Menciona Ribeiro: “O caráter cultural e cooparticipado dessas cerimônias tornava quase imperativo capturar os guerreiros que seriam sacrificados dentro do próprio grupo tupi. Somente estes – por compartilhar do mesmo conjunto de valores – desempenhavam à perfeição o papel que lhes era prescrito: de guerreiro altivo, que dialogava soberbamente com seu matador e com aqueles que iriam devorá-lo. Comprova essa dinâmica o texto de Hans Staden, que três vezes foi levado à cerimônia de antropofagia e três vezes os índios se recusaram a comê-lo, porque chorava e se sujava, pedindo clemência. Não se comia um covarde.” (RIBEIRO, 2015, p. 34).

território conquistado. Na Fig. 11, vemos a indicação oficial do governo sobre a população existente indígena<sup>34</sup>:

**Figura 11** – População indígena no Brasil – dados demográficos



Fonte: Fundação Nacional do Índio, 2020

Esse fato não é só revelador, mas instigante sobre a relação que tinha o português em terras brasileiras. Antes de qualquer coisa, para dominar uma área com solo tão extensa, eram preciso pessoas, o que os portugueses não tinham. Nas regiões chamadas de américas havia povos, populações, que a circundavam durante séculos, com graus diferentes de posicionamento social. Darcy Ribeiro revela isto logo no introito de seu livro:

A costa atlântica, ao longo de milênios, foi percorrida e ocupada por inumeráveis povos indígenas. Disputando os melhores nichos ecológicos, eles se alojavam, desalojavam e realojavam, incessantemente. Nos últimos séculos, porém, índios de fala tupi, bons guerreiros, se instalaram, dominadores, na imensidade da área, tanto beira mar, ao longo de toda costa atlântica e pelo Amazonas acima, como subindo pelos rios principais, como o Paraguai, o Guaporé, o Tapajós, até suas nascentes. (RIBEIRO, 2015, p. 29)

Os indígenas são, portanto, os primeiros donos da terra e habitantes que formaram o desenho dos territórios brasileiros, com especial papel na geografia dos sertões brasileiros, visto

<sup>34</sup>“Desde 1500 até a década de 1970 a população indígena brasileira decresceu acentuadamente e muitos povos foram extintos. O desaparecimento dos povos indígenas passou a ser visto como uma contingência histórica, algo a ser lamentado, porém inevitável. No entanto, este quadro começou a dar sinais de mudança nas últimas décadas do século passado. A partir de 1991, o IBGE incluiu os indígenas no censo demográfico nacional. O contingente de brasileiros que se considerava indígena cresceu 150% na década de 90. O ritmo de crescimento foi quase seis vezes maior que o da população em geral. O percentual de indígenas em relação à população total brasileira saltou de 0,2% em 1991 para 0,4% em 2000, totalizando 734 mil pessoas. Houve um aumento anual de 10,8% da população, a maior taxa de crescimento dentre todas as categorias, quando a média total de crescimento foi de 1,6%.” Fonte: Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (2016).

que eles eram fonte de apoio ou oposição dos movimentos feitos pelos lusitanos no interior do Brasil.

### 3.2.2 Os lusitanos

Ferraz de Macedo, a quem a sensibilidade patriótica de seus conterrâneos não perdoa o amargo de algumas conclusões justas, entre muitas de um grosseiro exagero, procurando definir o tipo de normal português, deu logo com a dificuldade fundamental: a falta de um tipo dinâmico e determinado. O que encontrou foram hábitos, aspirações, interesses, índoles, vícios, virtudes variadíssimas e com origens diversas – étnicas, dizia ele, culturais, talvez disse mais cientificamente. (FREYRE, 1987, p. 6)

O toque de vida dos portugueses em terras inovadoras veio recheada de dificuldades. Constituir um arrendamento continental como seria o Brasil dependia de um esforço que ultrapassava o limite da consciência formal. Era preciso mais, e disto não se faltou aos portugueses. Gilberto Freyre menciona em seu livro de origem sobre esse fato:

A mobilidade foi um dos segredos da vitória portuguesa; sem ela não se explicaria ter um Portugal quase sem gente, um pessoalzinho ralo, insignificante em número – sobejo de quanta epidemia, fome e sobretudo guerra afligiu na Idade Média – conseguindo salpicar virilmente do seu resto de sangue e de cultura populações tão diversas e a tão grandes distâncias umas das outras; na Ásia, na África, na América, em numerosas ilhas e arquipélagos. A escassez do capital-homem, supriram-na os portugueses com extremos de mobilidade e miscibilidade: dominando espaços enormes e onde quer que pousassem, na África ou na América, emprenhando mulheres e fazendo filhos, numa atividade genésica que tanto tinha de violentamente instintiva da parte do indivíduo quando de política calculada, de estimulada por evidentes razões econômicas e políticas por parte do Estado. (FREYRE, 1987, p. 8)

É difícil encontrar alguém mais verossímil nessa fase de formação do Brasil do que Gilberto Freyre. As terras encontradas pelos portugueses geravam grandes desafios. De um lado, a existência de povos que ocupavam as terras há muitos séculos; mas não formavam uma civilização comparável àquela da Europa ou mesmo das terras das índias – Índia e China. O desafio primeiro foi de se apossar da terra, depois dar-lhe algum destino; contudo, isto exigiria, inegavelmente, gente, coisa que faltava aos portugueses. Mas, se faltava gente, sobrava-lhes coragem para desafiar o próprio destino.

Os primeiros passos dos portugueses foram se filiar aos indígenas, agregando-os ao mundo novo que prometiam construir. Nesse sentido Darcy Ribeiro menciona:

Os índios perceberam a chegada do europeu como um acontecimento espantoso, só assimilável em sua visão mítica do mundo. Seriam gente de seu deus sol, o criador, Maira – que vinha milagrosamente sob as ondas do mar grosso. Não havia como interpretar seus desígnios, tanto podiam ser ferozes como pacíficos, espoliadores ou dadores.

Provavelmente seriam pessoas generosas, achavam os índios. Mesmo porque, no seu meu mundo mais era mais belo dar que receber. Ali, ninguém jamais espoliara ninguém e a pessoa alguma se negava louvor por sua bravura e criatividade. Visivelmente, os recém saídos do mar, eram feios, fétidos e infectos. Não havia como negá-lo. É certo que, depois do banho e da comida, melhoraram de aspecto e de modos. Maiores terão sido, as esperanças que os temores daqueles primeiros índios. (RIBEIRO, 1987, p. 34)

Mas quem eram esses brancos, sujos e aventureiros que se aprofundavam pelos sertões, enfrentando indígenas, o clima sofrível, atrás de riquezas novas? Sergio Buarque de Holanda arrisca-se a dizer:

Pioneiros da conquista do trópico para a civilização, tiveram os portugueses, nessa proeza, sua maior missão histórica. E sem embargo de tudo quanto se possa alegar contra sua obra, forçoso é reconhecer que foram não somente os portadores efetivos como portadores naturais dessa missão. Nenhum outro povo do Velho Mundo achou-se tão bem armado para se aventurar à exploração regular e intensa das terras próximas à linha equinocial, onde os homens depressa degeneram, segundo o conceito generalizado na era quinhentista [...]. Essa exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono. (HOLANDA, 2016, p. 61)

Os portugueses que se movem para o Brasil conquistar, portanto, não vem somente com o andar da conquista. Existe um algo a mais. Duas nações superaram o fim do feudalismo, Portugal e Espanha, avançando sobre novos continentes com a força daqueles que têm algo a mais para conceber. Não eram meros conquistadores, como lembra Darcy Ribeiro, vinham mesmo pessoas que se permitiam um desafio maior:

Ao contrário dos povos que aqui encontraram, todos eles estruturados em tribos autônomas, autárquicas e não estratificadas em classes, o enxame de invasores era a presença local avançada de uma vasta e vetusta civilização urbana classista. Seu centro de decisão estava nas longuras (*sic*) de Lisboa, dotada sua Corte de muitos serviços, sobretudo do poderoso Conselho Ultramarino, que tudo previa, planificava, ordenava, provia.

Outro coordenador poderosíssimo era a Igreja católica, com seu braço repressivo, o Santo Ofício. Ouvindo denúncias e calúnias na busca de heresias e bestialidades, julgava, condenava, encarcerava e até queimava vivos os mais ousados. Nem aí, na vastidão destes imensos poderios, terminava a estrutura civilizatória que se impunha sobre o Brasil nascente. Ela era um conglomerado

interativo de entidades equivalentes em ativa competição, às vezes cruentas umas com as outras. (RIBEIRO, 1987, p. 31)

Prossegue o mesmo Darcy Ribeiro ao descrever os lusitanos que chegavam ao Brasil quando menciona:

Esse complexo do poderio português vinha sendo ativado, nas últimas décadas, pelas energias transformadoras da revolução mercantil fundada especialmente na nova tecnologia, concentrada na nau oceânica, com sua nova velas de mar alto, seu leme fixo, sua bussola, seu astrolábio e, sobretudo, seu conjunto de canhões de guerra. Com ela surgiam solidárias a tipografia de Gutenberg, duplicando a disponibilidade de livros, além do ferro fundido, generalizando utensílios e apetrechos de guerra. (RIBEIRO, 1987, p. 32)

Essas condições oferecidas aos portugueses desbravadores, seja de formação administrativa política, religiosa e tecnológica, seja condições de estarem a um passo à frente no seu encaminhar para o mundo novo:

O motor dessa expansão era o processo civilizatório que deu nascimento a dois Estados nacionais: Portugal e Espanha, que achavam de constituir-se, superando o fracionamento feudal que sucedera à decadência dos romanos. Não era assim, naturalmente, que eles se viam, os gestores dessa expansão. Eles se davam ao luxo de propor-se motivações mais nobres que as mercantis, definindo-se como os expansores da cristandade católica sobre os povos existentes e por existir no além-mar. Pretendiam refazer o orbe em missão salvadora, cumprindo a tarefa suprema do homem branco, para isso destinado por Deus: juntar todos os homens numa só cristandade, lamentavelmente dividida em duas caras, a católica e a protestante. (RIBEIRO, 1987, p. 32)

A empreitada dos portugueses, portanto, ao enfrentar o novo mundo, tinha diversos fundamentos. A sua busca era revestida por um apelo muito grande, mítico, fundamentado em uma fé que os movia no sentido de dar um novo sentido a toda a humanidade conquistada. Isso justificava o senso de propriedade e certeza ao alcançar terras novas. Eles vinham salvar o mundo dos seus próprios habitantes.

Para realizar tão grande empreitada eram necessários alguns movimentos, reconhecidos pelos estudiosos. Primeiro a coragem e o desejo de aventura, misturada com uma certa dose de ambição para o resultado. Nesse ponto é Sergio Buarque de Holanda que traça um perfil do homem desbravador dos solos brasileiros, assim menciona:

Nas formas de vida coletiva podem assinalar-se dois princípios que se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens. Esses dois princípios encarnam-se nos tipos do aventureiro e do trabalhador. Já nas

sociedades rudimentares manifestam-se eles, segundo sua predominância, na distinção fundamental entre os povos caçadores e coletores e os povos lavradores. Para uns, o objeto final, a mira de todo o esforço, o ponto de chegada assume relevância tão capital, que chega a dispensar, por secundários quase supérfluos, todos os processos intermediários. Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore. (HOLANDA, 2016, p. 62-63)

Mais adiante, completando a descrição desse povo invasor e conquistador, o historiador menciona:

E, no entanto, o gosto da aventura, responsável por todas as fraquezas, teve influência decisiva (não a única decisiva, é preciso, porém dizer-se) em nossa vida nacional. Num conjunto de fatores tão diversos, como as raças que aqui se chocaram, os costumes e padrões de existência que nos trouxeram, as condições mesológicas e climatéricas que exigiam longo processo de adaptação, foi o elemento orquestrador por excelência. Favorecendo a mobilidade social, estimulando os homens, além disso, a enfrentar com denodo as asperezas ou resistências da natureza e criou-lhes as condições adequadas a tal empresa. (HOLANDA, 2016, p. 67)

Mas em uma terra tão imensa, onde os portugueses representavam uma pequena margem dos habitantes existentes, era preciso mais para conquistar o território. Para fazer isso, não faltaram soluções. Gilberto Freyre, em seu trabalho sobre a conquista do Brasil, menciona a miscibilidade dos portugueses, assim relembrando:

Quanto à miscibilidade, nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora. A miscibilidade, mais que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas. Para tal processo preparara-os a íntima convivência, o intercurso social e sexual com raças de cor, invasora ou vizinha da Península, uma delas, a de fé maometana, em condições superiores, técnicas e de cultura intelectual e artística, à dos cristãos louros. (FREYRE, 1987, p. 9)

Essa miscibilidade já se via na formação inicial do Brasil. Afinal, Caramuru dá a lição, aprendida com Luiz Alberto Moniz Bandeira, que será repetida por diversos pensadores: tratou da chegada dele como um exemplo de integração no ambiente:

Alguns anos depois de Frei Vicente do Salvador, o padre Simão de Vasconcelos, na *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*,

publicada em 1663, em Lisboa escreveu que não podia deixar de referir a ‘história do celebrado Diogo Álvares, o primeiro povoador da Vila Velha’, identificando-o com um judeu, ou seja, como ‘português de nação, natural da notável vila de Viana, de gente nobre e generoso coração’. O episódio de Caramuru ele contou com mais detalhes do que Vicente do Salvador, mas igualmente se baseou na tradição oral – também não podia tê-lo feito de outra forma – e daí apresentar aspectos confusos e imprecisos, sobretudo quanto à época em que ocorrera. Segundo ele, a nau em que Diego Álvares viajava para a Capitania de São Vicente, ‘já então povoada por Martin Afonso de Souza, ou para a Índia’. Pelo que se devia deduzir da versão de Frei Vicente do Salvador, ele se escondera entre pedras, coberto de sargaços, como o Caramuru, nome dado pelos indígenas à moreia, e fora encontrado por uma cunhantã, filha de um principal da tribo, que o salvou. (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 61)

Da história de Caramuru se vê a integração dos povos. Portugueses e indígenas se encontravam, seja para guerrearem, seja para se miscigenarem. Essa miscigenação e embate era o primeiro desafio para a formação de um povo que pode ser chamado no futuro de brasileiro. Era o caminho para resolver o outro desafio da solução econômica para terras tão grandes e ocupadas por nações de povos que ainda não operavam no compasso econômico e social dos invasores portugueses.

Essa condição de miscigenação e integração é bem retratada por Simonsen, que mostra o aspecto econômico:

Forçou o colono europeu a cooperação do índio e do negro como elementos indispensáveis para o aproveitamento definitivo das novas terras: “No Brasil iniciaram os portugueses a colonização em larga escala dos trópicos por uma técnica econômica e por uma política social inteiramente novas: apenas esboçadas nas ilhas subtropicais do Atlântico. A primeira: a utilização e o desenvolvimento de riqueza vegetal pelo capital e pelo esforço do particular; a agricultura; a sesmaria; a grande lavoura escravocrata. A segunda: o aproveitamento da gente nativa, principalmente da mulher, não só como instrumento de trabalho mas como elemento de formação da família. Semelhante política foi bem diversa da de extermínio ou segregação seguida por largo tempo no México e no Peru pelos espanhóis, exploradores de minas, e sempre e desbragadamente na América do Norte pelos ingleses. (SIMONSEN, 2005, p. 111)

E adiante, ainda em sua obra sobre a história econômica do Brasil, o mesmo Simonsen menciona que contra uma população de dois milhões de indígenas os portugueses conseguiram alcançar marcas populacionais para o pouco punhado deles aqui:

De fato, apesar de serem escassas as informações estatísticas da época, não é demasiado atribuir-se, ao Brasil de 1690, uma população livre acima de 100.000 habitantes. Mas as capitanias paulistas não tinham talvez 15.000 e o

Rio de Janeiro, mais de 20.000 almas. Cerca de 70% da população brasileira concentravam-se nas regiões nordestinas. (SIMONSEN, 2005, p. 112)

Com esses elementos humanos, formava-se a base do povo que cuidaria de, plantando cana e explorando novas fronteiras, investir no gado e, depois disso, ocupar o interior.

Nesse ponto vale a pena lembrar a razão do movimento rumo ao sertão. São os vaqueiros, espécie de desbravadores, que buscam os primeiros caminhos. Aliás, dois predicados são atribuídos àqueles povos que primeiro se instalaram: o caboclo e o sertanejo. Muitos transmutados em vaqueiros, vejamos suas qualidades.

### 3.2.3 Os negros

A formação de Serrinha e seu entorno acontece em decorrência dos currais que foram ocupando aquela região. A própria sede, que nasce como um curral, adquirida por Bernardo da Silva e transformada em morada dele e sua família, vai evoluir para se tornar a sede da fazenda que dará espaço a sede urbana de Serrinha. A ocupação destas áreas é feita de forma pouco intensa, se aproveitando da liberdade que o gado utilizava para gerar a ocupação do território. Monica Duarte Dantas, em seu trabalho “Povoamento e Ocupação do Sertão de Dentro Baiano (Itapicuru, 1549-1822)”, após comentar a disputa entre as casas da Torre e da Ponte, sucedia-se o seguinte:

A despeito da intriga entre ambos, a pecuária e os povoados do sertão de dentro continuaram a se expandir por todo o século XVII, sendo significativo o número de currais já existentes em 1670. O gado criado nessas regiões descia para as feiras pelas várias ramificações das Estrada das Boiadas.

Partia-se pela cidade da Bahia, passando-se por Feira Velha, Pojuca, Santo Antonio de Alagoinhas, e dali a Aramari – lugar de rancho de animais -, onde bifurcavam-se dois caminhos. O primeiro tomava rumo do norte, atravessando o rio Itapicuru, junto à vila do mesmo nome, passeava no arraial dos Lambis, ladeava o rio Real, no lugar onde hoje se encontra a cidade de Campos, e novamente dividia-se em várias direções. De Aramari, podia o viajante também tomar o rumo de Subaúma, passando pelo riacho Camaragibe, cruzando Água Fria, Serrinha (outra paragem de rancho para as criações de gado), Tambuatá, Coité, deixando para trás o rio do Peixe, em direção ao Vale da Palmerinha até Sapucaia e, daí, a vila de Jacobina. (Dantas, 2000, pg. 13)

A natureza desta ocupação é contrária a lógica da escravidão, tão bem assentada no sistema de produção da cana-de-açúcar. Afinal, se o sistema de casa grande e senzala, mencionado por Gilberto Freyre, onde a escravidão funciona por um método de controle e



produção, a vida no sertão do gado tem como característica a liberdade de seus agentes, que devem conviver na dimensão geográfica em que vive o gado: na liberdade do sertão.

Não foi possível encontrar registros históricos ligados a Serrinha que indiquem a presença de população negra no período inicial de sua formação. Apesar disto, há registros de localidades próximas que indicam a existência de população escrava. O mais destacado dos registros, sem dúvida, é aquele feito por Monica Duarte Dantas (2000, pg. 13), quando menciona o movimento em Itapicuru. Em determinada passagem ela menciona um censo de 1786 que identificou que “Água Fria, por sua vez, tinha 527 livres, 469 escravos, 101 forros, 72 índios e apenas 4 morando nas fazendas”.

Em especial, Água Fria, município que dista pouco de Serrinha, tem registros sobre a população Negra em seu território ainda nos séculos XVII e XVIII. Neste caminho Júcélia Bispo dos Santos, em seu trabalho com o título Colonização do Sertão da Bahia e Formação de Quilombos em Irará

A colonização só se consolidou, de fato, nos solos do atual município de Irará a partir do avanço da pecuária no século XVIII, quando ocorreu a instalação de currais de gado em todo o sertão baiano, tais como o do capitão-mor, Antônio Homem de Afonseca e o de Diogo Alves Campos. Nesse período, os colonizadores ensejaram choques com as tribos dos Paiaíás, mas eles ofereceram resistência. No decorrer dos anos, a região de Irará foi conquistando espaço político no projeto da colonização. Como exemplo desse sucesso ocorreu a criação da Vila da Purificação em 1842, com a mudança da vila de São João Batista da Água Fria (atual Água Fria). Com a implantação da vila ocorreu a ereção do Pelourinho, na atual Praça Pedro Nogueira, o qual era um poste de madeira com argolas de ferro em que os condenados pela justiça eram amarrados e chicoteados. Assim era exercida a justiça: através da aplicação das penas de açoite ou mutilação. Naquele espaço, também eram afixados os editais, anúncios e outras ordens municipais de interesse público. A presença do pelourinho representou a efetivação e o reconhecimento da posse das terras, isto é, simbolizou o poder constituído. (SANTOS, 2009, p. 35)

A própria presença do pelourinho na praça central de Água Fria, confirma não só a existência da população negra na região, como também indica uma presença significativa destes novos brasileiros. Agregados as diversas atividades agrícolas e depois próprias da geração econômica, o negro toma posição nas novas localidades que vão se formando no interior da Bahia.

O historiador Erivaldo Fagundes Neves, estudioso do tema da formação do sertão baiano, principalmente nos entornos do Rio São Francisco, especialmente na região de Caetité.

Em um de seus artigos, onde Neves comenta sobre a propriedade nas margens do rio das Rãs, ele menciona a utilização de escravos na produção agrícola, no final do século XVII do seguinte modo:

A pecuária regional desenvolveu-se desde o final do século XVII, com Antonio Guedes de Brito servindo-se do trabalho compulsório. Cronistas coloniais apresentaram administradores de fazendas do sertão, como vaqueiros e ensaistas posteriores consolidaram a falsa convicção do trabalho livre nos criatórios livres do Vale do São Francisco, que apelidaram de rio dos currais. Entretanto, inventários de fazendeiros e escrituras de compra e venda apresentam outra realidade. Essa documentação, registra com frequência, vaqueiros cativos, com maior intensidade nos estertores da escravidão, quando a Lei Imperial n 2.040, de 28 de setembro de 1871, art. 8º, determinou “matricula especial de todos os escravos”, “com declaração do nome, do sexo, aptidão para o trabalho e filiação” e, no formulário de registro acrescentaram profissão. (NEVES, 2009)

Outro estudioso do sertão, que encontra presença nas terras do entorno de Serrinha é Eurico Boaventura. Ele também não traz histórico de negros que se ocupam no sertão na lida do gado. Aliás, ele menciona que “o pouco preto, elemento em geral negroide e não negro propriamente, que penetrou a catinga nordestina e se infiltrou nas terras que espreguiçam além do vale do Paraguaçu, em meio as águas do Rio de Contas e frente aos barrancos do São Francisco, dilui-se na grossa mistura já encontrada de sangue índio e o sangue português principalmente”. (Boaventura, 1989, pg. 75). Esse caminho que se forma no sertão a partir do caminho dos currais era assentado com trabalho também de escravos, mas propõe Boaventura uma ocupação não tão negra:

Conta a história que Garcia D’Ávila, quando desenhava, a cavalo, o grandioso mapa da Bahia primitiva, costumava largar em cada pouso, onde levantava curral, um casal de escravos. Sabe-se, de igual sorte, que Sebastião Raposo, naqueles idos, perde-se na imensidão dos sertões baianos ‘com seu harém e a sua quadrilha’, no historiar de Alberto Rangel. Carrega para toda parte sua renca de índios e mucamas, de quem tinha vários filhos. Casal de escravos ... certamente seriam índios já escravizados. E foi isso mesmo. Porque o tráfico negro surgiu depois na economia pastoril. E os índios escravizados eram tratados por negros. E atente-se bem para o fato de não se ter completado o povoamento da fazenda de Garcia d’Ávila, no testemunho de Frei Vicente do Salvador, ‘o qual a começou, mas nunca se acabou de povoar sinão de currais de gado’. (BOAVENTURA, 1989, p. 75 (?))

A ocupação pelos negros nos caminhos dos currais veio tempos depois, no dizer do mesmo Boaventura. Diz o escritor que “somente tempos depois, chegou ao Nordeste e aos sertões todo o reflexo do tráfico de escravos africanos ou já seus mesclados descendentes que o engenho repudiava” (pg. 76). Ou seja, a ocupação dos currais não tinha por natureza a recepção de escravos, por diversos motivos: o regime de trabalho livre no campo, a pobreza do negócio, comparado com a produção da cana-de-açúcar e as próprias condições dos primeiros criadores dos sertões e donos dos currais.

Por isto Boaventura insiste que “o pastoreio ficou para o ameríndio, para os seus descendentes já mesclados. No Recife, foi assim que Tollenare viu os vaqueiros que chegavam do sertão, encourados, indumentária e armas do trabalho, já na sua quase totalidade de ‘sangue mesclado de branco e de índio’”. Nisso o estudioso vai mais longe. Afirma que mesmo nos engenhos havia, no correr do século XVII, dificuldades para manter negros em volume e a disposição para operações importantes (BOAVENTURA, 1989, pg. 79)<sup>35</sup>.

Portanto, apesar da falta de registros específicos na formação de Serrinha, que indique a presença da força do trabalho negro, ainda no seu primeiro momento, que acontece com a compra da fazenda e ocupação de outras fazendas no seu entorno, é bem provável que esta força de trabalho tenha sido empregada, ainda mais no final do século XVIII e início do século XIX, onde, ai sim, registros claros da presença negra naquela região. Antes deste tempo, além da falta de registros específicos da presença de negros na formação dos currais que fundam toda a região, se encontram dados bibliográficos que apontam em sentido da pouca presença dos negros naquelas paragens.

### 3.2.4 O caboclo

---

<sup>35</sup> É Boaventura que insiste na ausência, ou pouca presença, dos negros na região dos currais até a ocorrência do século XIX. Numa de suas passagens ele menciona que haveria: uma dúvida renitente, conquanto a presença de negros (pg. 79). A partir da dúvida, lança o debate: “Descrê dos velhos cálculos sobre o negro Mauricio Goulart. Traça comentários seguros a respeito, dando, não sem razão, para a Bahia, menor número de negros importados do que para Pernambuco. Critica as observações de Pyrard, mostrando que este visitante é sempre um visionário. E resume que muitos negros que apareceram na Bahia, depois de 1630, vieram de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba. Fugidos todos. Finalizando, esclarecendo que não havia necessidade aqui de tanto negro como se imagina, nem mesmo possibilidades econômicas reais para a sua aquisição. E um fato acelera a ruína desta incerteza recalcitrante: é que o número de mulheres trazidos era muito menor do que o de homens. E, sendo assim, a procriação do negro puro seria menos densa.” (*sic.*) (BOAVENTURA, 1989, pg. 79).

O caboclo<sup>36</sup>, fruto da miscigenação mencionada por Gilberto Freyre (1987), avança pelo sertão, desbravando o solo novo e puro; somente tocado pelos indígenas. Os caboclos se misturam onde nem os brancos nem os indígenas podem ir. Formam uma terceira via que acessa espaços abertos pela cultura. Sua importância é tão grande no sertão baiano que é mencionada no principal evento da história: o 2 de julho. Nessa passagem da história da Bahia, surgem os caboclos vindos do interior a apoiar os que lutavam pela independência do Brasil<sup>37</sup>.

Darcy Ribeiro comenta o caboclo nas margens dos rios amazônicos. Memora assim a existência como decorrência da exploração portuguesa, misturada com os indígenas na busca da expulsão dos outros invasores. Assim menciona Ribeiro:

A compreensão do modo de vida das populações amazônicas e dos problemas com que se defrontam exige, porém, um breve exame histórico de como chegaram elas à presente situação e das principais forças sociais que atuaram para conformar o seu destino. Esse exame mostra que a penetração e a exploração do vale se fizeram como grandes empreendimentos, seguidos sempre de largos periódicos letárgicos, até atingir o último, que já dura quase um século. Os protagonistas desses esforços foram alguns lusitanos, muitos neobrasileiros mestiços, saídos daquela primeira célula-Brasil, e a indiada engajada como mão de obra escrava para todas as tarefas pesadas e gastas nesse duro trabalho. (RIBEIRO, 1987, p. 230)

O que chama a atenção é a reduzida menção de Gilberto Freyre<sup>38</sup> a essa mistura de povos no Brasil. Apesar de reconhecer a miscigenação forte dos portugueses e não indicar

---

<sup>36</sup> “Mestiço de branco com índio; cariboca, carijo; antiga denominação do indígena; de cor acobreada e cabelos lisos; cabure, tapuio; encantado. (FERREIRA, 1999). Outros autores, como Teodoro Sampaio (1987) ou Câmara Cascudo (1974) fazem originar o caboclo, respectivamente, do tupi caa “floresta”, e boc “que vem de” (procedente do mato). (GRENAND, 1990, p. 26).” (CARVALHO; CARVALHO, 2012, p. 13).

<sup>37</sup> “O livro que ora introduzimos busca apreender as categorias Índio e Caboclo nos distintos campos semânticos<sup>1</sup> em que elas transitam mais frequentemente, enquanto categorias étnicas que costumam se opor a outras nos contextos empíricos aos quais se apresentam (Parte II) e enquanto categoria primordial (Índio) simbolizadora da autoctonia da nação brasileira, a quem o Estado atribuiu a função de unificar as etnias formadoras da nação, sob o designativo caboclo/cabocla,<sup>2</sup> tal como é representado nos festejos do 2 de Julho, data comemorativa da independência política baiana, de onde teria sido deslocado para os candomblés (Parte I). A pretensão é surpreendê-las nas situações referidas, buscando, através de estudos etnográficos, contrastá-las e extrair novas conclusões.” (CARVALHO; CARVALHO, 2012, p. 13).

<sup>38</sup> Uma das referências feitas por Gilberto Freyre aos caboclos vai sobre as críticas à sua espécie: “De que pouco ou nenhum caso tem feito essa sociologia, mais alarmada com as manchas de mestiçagem do que as da sífilis, mais preocupada com os efeitos do clima do que com os de causas sociais suscetíveis de controle ou retificação, e da influência que sobre as populações mestiças, principalmente as livres, terão exercido não só a escassez de alimentação, devida à monocultura e ao regime de trabalho escravo, como a pobreza química dos alimentos tradicionais que elas, ou antes, que todos os brasileiros, com uma ou outra exceção regional, há mais de três séculos consomem, é da irregularidade no suprimento e da má higiene e conservação e na distribuição de grande parte desses gêneros alimentícios. São populações ainda hoje, ou melhor, hoje mais do que nos tempos coloniais, pessimamente nutridas. Entre caboclos do norte as pesquisas de Araújo Lima fizeram-no concluir que a maior parte deste elemento – liricamente considerados pelos ingênuos a grande reserva de vitalidade brasileira – vive reduzida a um “estado de inferioridade orgânica [...] às vezes de falência declarada”. O

impedimentos – se era com negros ou com indígenas – não comenta com força sobre este resultado, que parece ter atingido muito mais os sertões do que o litoral. Afinal, nos engenhos, a mão de obra preferencial era a negra; ao passo que o engajar dos sertões era feita pela combinação de portugueses e indígenas.

Os caboclos serão personagem central no enfrentamento dos indígenas e na travessia dos sertões, absorvendo suas diversidades. Eles passam a ser reconhecidos como membros integrantes do povo Brasil ou povo brasileiro, não só por conta de sua participação na sociedade em construção, mas por reconhecimento da própria legislação<sup>39</sup>.

### 3.2.4 O sertanejo

Para além da faixa nordestina das terras frescas e férteis do massapé, com rica cobertura florestal, onde se implantaram os engenhos de açúcar, desdobram-se as terras de uma outra área ecológica. Começam pela orla descontínua ainda úmida do agreste e prosseguem com as enormes extensões semiáridas das caatingas. Mais além, penetrando já o Brasil Central, se elevam em planalto como campos cerrados que se estendem por milhares de léguas quadradas. (RIBEIRO, 1987, p. 250)

É bem verdade que não se pode falar de uma etnia chamada “sertanejo”. Mas se tem no caso uma mistura de povos que propicia toda uma razão econômica que mudará todo o perfil econômico e social da região. Os ocupantes deste solo apropriado têm características próprias, que vão aqui estacadas.

---

caboclo, escreve esse higienista, “[...] anula o seu valor econômico e social numa insuficiência nutritiva que, secundada pelo alcoolismo pela dupla ação distrófica do impaludismo e das verminoses, tem de ser reconhecida como um dos fatores de sua inferioridade física e intelectual.” (FREYRE, 1987, p. 35).

<sup>39</sup>Em 1873, o Visconde de Sergimirim, Diretor Geral dos Índios, ao encaminhar a relação das aldeias indígenas existentes na Comarca da Bahia, observa que “[...] muitas já não são habitadas por ‘caboclos’ e outras apenas conservam o nome tal é o estado de abatimento a que se achão reduzidas [...]”. (BAHIA, 1875). Dessa sua informação, parece poder concluir-se que a situação vivenciada pelos indígenas era crítica e que a atribuição do designativo caboclo parecia generalizar-se. De todo modo, supomos ser necessária certa cautela para não encerrarmos a categoria caboclo em um espectro unilinear de caráter regressivo ou involutivo. A esse termo pode ter sucedido algo similar ao que ocorreu ao termo tapuia, categoria englobante de todos os grupos indígenas “não Brasis”, portanto não falantes do tupi. Os Pataxó meridionais contemporâneos, por exemplo, utilizam, mais ou menos recorrentemente, a categoria para se referir aos denominados troncos velhos, entre os quais distinguem os bravos, que, procedentes de Minas Gerais, os visitavam de tempos em tempos. Dois deles – Josefa Ferreira e Manuel Santana – afirmaram, sem pejo, a Carvalho, na década de setenta do século XX, que essa “língua de índio é recente, que eles sempre souberam que eram tapuias, em seguida caboclos e, só mais recentemente, Pataxó: e aí ficamos Pataxó toda vida.” CARVALHO; CARVALHO, 2012, p. 15).

Logo após a área de plantação de cana-de-açúcar, uma grande extensão do Brasil aparecia. Formada por solos imprestáveis para a cana e mesmo incapazes de oferecer a riqueza das florestas próprias da mata atlântica, aquilo que se encontrava depois da divisa do agreste. Nesses campos, aventureiros buscavam sua sorte no Brasil, criando, a partir de algumas cabeças de gado, plantéis que lhes possibilitariam um novo patamar econômico.

O sertão e o sertanejo formam, portanto, uma confluência de oportunidades, dificuldades e sonhos. Não era necessário grandes capitais para que os invasores alcançassem algum resultado econômico. Afinal, diversamente do que acontecia com a cana-de-açúcar<sup>40</sup>, onde eram necessários recursos significativos, no plantel de gado, ou produção nos currais, tinha-se somente a necessidade de coragem para enfrentar os indígenas e as dificuldades da natureza.

A cana-de-açúcar representaria, desse modo, aos tempos atuais, a ideia da indústria do agronegócio, destinado a poucos milionários empreendedores, donos de acesso às estruturas governamentais, às alas políticas e às forças que se baseiam nos bastidores do poder e, com isto, aproveitando-se das melhores terras, do apoio total naquele período da Coroa, contrapondo-se com o pequeno produtor agrícola, dependente por completo das forças da natureza e submetido ao julgo dos grandes compradores. Uma relação inevitável e uma opção indiscutível para quem precisava enfrentar o campo para sobreviver.

No meio dessa guerra com fundo econômico que vai formar uma tipologia humana, estava nada menos do que a natureza. A explicação das dificuldades de enfrentar o bioma do sertão também respondia pelo acesso à terra e à oportunidade de geração do próprio negócio para esses novos entradistas agrícolas e depois chamados de vaqueiros e sertanejos.

Nesse caminho, ao descrever o próprio ambiente, Darcy Ribeiro menciona:

Toda essa área conforma um vastíssimo mediterrâneo<sup>41</sup> de vegetação rala, confinado, de um lado, pela floresta da costa atlântica, de outro pela floresta

---

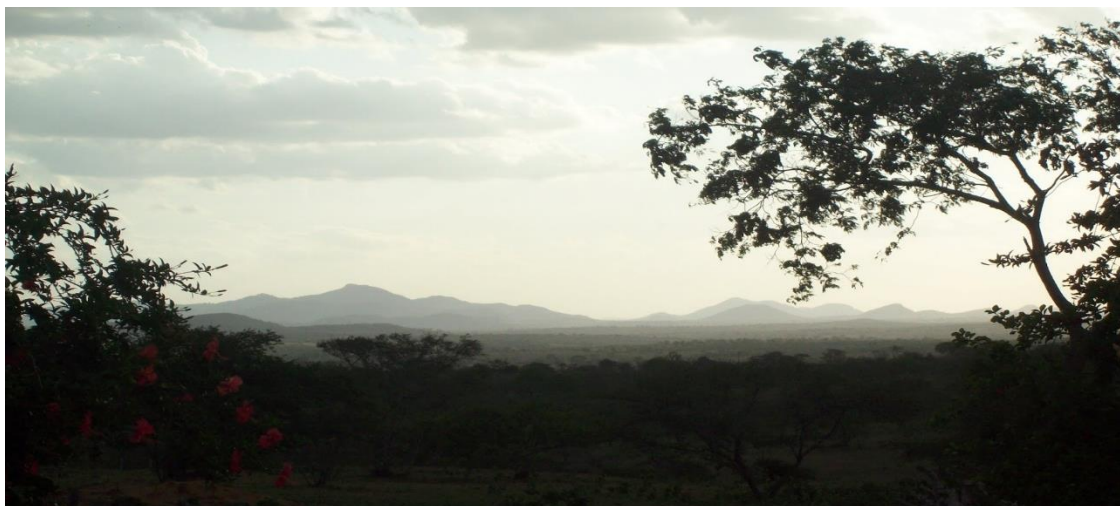
<sup>40</sup>Segundo Darcy Ribeiro (1987, p. 253): “O contraste dessa condição com a vida dos engenhos açucareiros devia fazer a criação de gado mais atrativa para os brancos pobres e os mestiços dos núcleos litorâneos. Acresce que o negócio açucareiro, além de exigir capitais enormes, que excediam as possibilidades da gente comum, só admitia poucos trabalhadores especializados entre a classe de senhores e a massa escrava. A própria rigidez da disciplina do trabalho no engenho devia torná-lo insuportável para o trabalhador livre e, mais ainda, para gente afeita à vida aventureira e vadia dos vilarejos litorâneos. Por tudo isso, muitos mestiços devem ter se dirigido ao pastoreio, como vaqueiros e ajudantes, na esperança de um dia se fazerem criadores. Desse modo proviam uma oferta constante de mão de obra, tornando-a dispensável a compra de escravos.”.

<sup>41</sup>A expressão utilizada por Darcy Ribeiro (1987) – mediterrâneo – se referia a um pequeno espaço considerado o tamanho do que venha ser o sertão brasileiro. Como o próprio Ribeiro define, o que se chama sertão seria o território que envolve as costas do agreste e zona da mata nordestina, voltando-se como limite para, ao sul, tocar nas regiões temperadas de Minas Gerais, indo ao oeste em direção ao pantanal, chegando ao norte na própria floresta amazônica. Algo que pode definir mais de um terço do Brasil, excluía a floresta amazônica. Sem dúvida, um espaço tão ou mais significativo que o próprio mediterrâneo em proporção.

amazônica e fechado ao sul por zonas da mata e campinas naturais. Faixas de florestas em galeria cortam esse mediterrâneo, acompanhando o curso dos rios principais, adensando-se em capões de mata ou palmeiras de carnaúba, buriti ou babaçu, onde encontra terreno úmido. A vegetação comum, porém, é pobre, formada de pastos naturais ralos e secos e de arbustos enfezados que exprimem em seus troncos e ramos tortuosos, em seu enfolhamento maciço e duro, a pobreza das terras e a irregularidade do regime das chuvas. Nos cerrados e, sobretudo, nas caatingas, a vegetação alcança já uma plena adaptação à secura do clima, predominando as cactáceas, os espinhos e as xerófilas, organizadas para condensar a umidade atmosférica das madrugadas frescas e para conservar nas folhas fibrosas e nos tubérculos as águas da estação chuvosa. (RIBEIRO, 1987, p. 250)

Assim vemos que é da junção do ambiente pobre e dificultoso, reunido com o sonho de alguns lustres obcecados pela chance de vencer que aparece o resultado do sertão e, por consequência, do sertanejo. Esse personagem aparece quase como acaso fruto da oportunidade e transforma-se em agente de desenvolvimento e responsável pela construção de todo um povo.

**Figura 12** – Imagem do sertão nordestino. Foto da entrada de Serrinha



Fonte: Colégio Josevaldo Lima (2013)<sup>42</sup>

O que se tem, nesse sentido, é a união do fator humano, da geografia desguarnecida e permissiva aos aventureiros menos abastados, e um elemento essencial: o gado. Este elemento novo na vida das terras americanas trazia uma importância ímpar. Afinal, dele, o boi, nada se perdia. Tudo se aproveitava, além da força, da comida e de seus subprodutos: o couro, o artesanato, a força nos engenhos.

Tanto é assim que Darcy Ribeiro comenta a situação do gado oferecido ao Brasil:

<sup>42</sup>Disponível em: <http://www.colegiojosevaldolima.blogspot.com/2013/04/serrinha-relevo-e-vegetacao.html>  
Acesso em: 10 maio 2023.

O gado trazido pelos portugueses das ilhas de Cabo Verde vinha já, provavelmente<sup>43</sup>, aclimatado para a criação extensiva, sem estabulação, em que os próprios animais procuram suas aguadas e seu alimento. Os primeiros lotes instalaram-se no agreste pernambucano e na orla do recôncavo baiano, suficientemente distante dos engenhos para não estragar os canaviais. Daí se multiplicaram e dispersaram em currais, ao longo dos rios permanentes, formando as ribeiras pastoris. Ao fim do século XVI, os criadores baianos e pernambucanos se encontravam já nos sertões do rio São Francisco, prosseguindo ao longo dele, rumo ao sul e para além, rumo às terras do Piauí e do Maranhão. Seus rebanhos somariam então cerca de 700 mil cabeças, que dobrariam no século seguinte. (RIBEIRO, 1987, p. 251)

A relação geografia, homem e gado produziu um fenômeno de conquista, e mais, gerou uma nova forma de convivência do homem com a terra, apropriou-se uma cultura nova e, inclusive, determinou a indicação de um novo tipo de vivente nessas terras, agora, o sertanejo.

A invasão do sertão trouxe consigo todo um preparo, necessário para enfrentar as adversidades do solo, e a busca por lucros mais factíveis. O homem teve que se reinventar, adaptando-se a essa nova natureza. A busca por fontes de água, onde agora o gado solto, mas controlado somente diante dos currais, gerando um novo tipo de oásis, onde a princípio pudesse se ajustar a reunião do gado, periodicamente e, depois, o próprio campeiro, que devia se instalar nas proximidades, sobrevivendo da relação com o ambiente e o negócio.

---

<sup>43</sup> Merece referência especial a indicação dada por Moniz Bandeira, quando menciona em sua obra: “Muito tempo não havia que Garcia d’Ávila começara a criação de gado. Tomé de Sousa quando chegara a Salvador mandara a caravela Galga buscar nas ilhas de Cabo Verde algumas cabeças de gado em troca de um carregamento de madeira, e dera-lhe as primeiras, sob o conceito de pagamento pelos seus serviços, muitas vezes feito em mercadorias. Sob esta forma, Garcia d’Ávila em 1550 ganhara, como homem d’armas, 3.000 réis, que lhe eram devidos de seis meses, ou seja, 500 réis por mês de agosto de 1549 a janeiro de 1550. E em dezembro desse mesmo ano, a título de pagamento de soldo, ele recebera duas vacas, o equivalente a 4.000 réis; Diogo Muniz Barreto, um novilho, no valor de 2.500 réis, Antonio Freitas, seu criado, uma vaca, no valor de 2.500 réis. Destarte, de gado vacuum importado de Cabo Verde, bem como dos escravos e das mudas de cana-de-açúcar Garcia d’Ávila, que fizera seus primeiros currais na península de Itapagipe, continuou a receber cada vez maiores quantidades e tratou de expandir sua criação, ao ponto de em 17 de julho de 1552 receber 12.000 réis em dinheiro pela venda de ‘dois bois maninhos para os carros de sua alteza’. E seu rebanho de gado já crescera tanto que, nesse mesmo ano de 1552, Garcia d’Ávila, já a residir na Torre de São Pedro de Rates, requereu mais duas léguas de sesmaria nos campos de Itapoã, ao longo do mar, e uma para o sertão, dado que em apenas três anos, desde que chegara a Bahia, sua criação de gado aumentara para perto de 200 cabeças, além de porcos, cabras e éguas que possuía, e elas já não cabiam dentro de sua propriedade. Tomé de Sousa atendeu-lhe o pedido, mas o inverteu-o. Ao invés de dar-lhe duas terras ao longo do mar, deu-lhe uma, a começar onde acabava a data do Conde de Castanheira, no rio Vermelho, e deu-lhe duas para o sertão, no lugar de uma conforme ele pedira. A posse ocorreu em 19 de julho de 1553, em presença de Tome de Sousa, que lhe deu sua autoridade, Antônio Cardoso de Barros, provedor-mor da Fazenda, e Cristóvão de Aguiar Daltro, almoxarife dos Armazéns e Mantimentos da cidade do Salvador. Foi um dos últimos atos de Tomé de Sousa como governador-geral, pois em 13 de julho daquele ano o rei nomeara Duarte de Costa para o substituir. Garcia d’Ávila tinha então 24 anos e já se tornara um dos homens mais poderosos e ricos da Bahia. Com sua própria força composta por índios pacificados, que habitavam as circunvizinhanças de Tatuapara, ele, ademais de seu próprio gado, cuidava daquilo que Tomé de Sousa possuía e não quisera tomar enquanto fora governador-geral do Brasil, mesmo havendo reservado para si as terras adjacentes à ermida de N. S. da Conceição da Praia.” (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 124-125)



O crescimento do negócio se dava de modo quase que orgânico. O gado gerava novos animais que geravam nova necessidade de áreas para vivência e, conseqüentemente, obrigava a expansão de novas terras, novas sesmarias e novos currais; esses currais geravam, novas populações que se abrigavam ao seu entorno<sup>44</sup>.

O fenômeno da invasão do gado pelo sertão gerou alguns fenômenos típicos, que resultaram em processos posteriores. Primeiro, a própria forma de criação expansiva de criação de gado, não estabulado, geraria a necessidade de grandes áreas. Seja porque o método de produção não era concentrado, seja porque o ambiente não permitia a concentração de planteis; diversamente do que acontecia com os ambientes de pastagens que se encontravam ao sul. Aqui a demanda por áreas novas acaba criando os latifúndios e grandes áreas de propriedade; neste sistema também os desvios da forma de propriedade e relação com os que passam a integrar o trabalho nas propriedades<sup>45</sup>.

O crescimento da produção do gado, portanto, vai oportunizar um novo ritmo de relação com o sertão. A expulsão dos indígenas, a fixação do homem nos currais, uma nova relação de produção, a instalação de segmentos agrícolas paralelos. Darcy Ribeiro menciona sobre essas difusões:

A expansão desse pastoreio se fazia pela multiplicação e dispersão dos currais, dependendo da posse do rebanho e do domínio das terras de criação. O gado devia ser comprado, mas as terras, pertencendo nominalmente à Coroa, eram concedidas gratuitamente em sesmarias aos que se fizessem merecedores do favor real. Nos primeiros tempos, os próprios senhores de engenho da costa se faziam sesmeiros da orla do sertão, criando ali o gado que consumiam. Depois, essa se tornou uma atividade especializada de criadores, que formaram os maiores detentores de latifúndios no Brasil. O mais célebre deles foi um baiano tão rico que deixou em testamento, a favor dos jesuítas, recursos

---

<sup>44</sup>Conforme Ribeiro (1987, p. 252): “Os núcleos formados nos currais plantavam roçados e amansavam umas quantas vacas para terem leite, coalhada e queijos. Carneavam, por vezes, uma rês, garantindo-se assim uma subsistência mais farta e segura do que qualquer outro núcleo rural brasileiro. As relações com o dono das terras e do rebanho tendiam a assumir a forma de uma ordenação menos desigualitária que a do engenho, embora rigidamente hierarquizada. O senhor, quando presente, se fazia compadre ou padrinho, respeitado por seus homens, mas também respeitador das qualidades funcionais destes, ainda que não da sua dignidade pessoal. Entretanto, tal como ocorre com os povos pastoris, a própria atividade especializada destacava o brio e a qualificação dos melhores vaqueiros na dura lida diária do campo. Ensejavam-se, assim, comparações da perícia da vida pessoal, fazendo-os mais altivos que o lavrador ou o empregado serviçal. O sistema resultante aproxima-se mais à tipologia das relações pastoris em todo o mundo que das relações de trabalho de plantação escravocrata, embora se aproximasse dela pelo caráter mercantil do pastoreio e pela dependência do regime latifundiário.”.

<sup>45</sup> Os resultados dos latifúndios e da relação com os sertanejos (povo) e vaqueiros (profissionais) vão render diversos tipos de desvios. Quem retrata bem este episódio da vida sertaneja, entre outros, ainda que no plano da ficção, é Glauber Rocha em *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, em que, na sinopse, vê-se que o fenômeno da posse em desvio gera estes abusos.

para rezarem missa por sua alma até o fim do mundo. (RIBEIRO, 1987, p. 251)

Além do efeito da geração de grandes latifúndios, onde o gado podia se manter ao torno dos currais, outros fenômenos surgem. Além da expulsão dos indígenas, dando chance para a formação de uma nova ordem – a dos sertanejos – passa agora a haver alguns negócios que circundam a produção de gado. Entre eles está a geração de novas agriculturas que operam em paralelo à atividade do gado, destacando a extração agrícola e a produção de agricultura paralela aos currais, como vimos.

A expansão dos currais vai sugerir novos hábitos, decorrentes de novas pessoas que chegavam para explorar o gado; uma outra opção para as atividades econômicas que eram impossíveis de receberem concorrência nos litorais. Por isso uma nova agricultura, um novo modo de produção para a subsistência:

Cada criador procurou, então, fazer-se também lavrador de mocó, ocupando nessa tarefa as famílias de seus vaqueiros e, depois, gente especialmente atraída para os novos cultivos, povoando ainda mais os sertões semiáridos. Os cultivadores de algodão ingressam no latifúndio pastoril como meeiros, vale dizer recebem uma quadra de terra para cultivar o alimento que comercializam e outras para produzir colheitas de mocó, de que deveriam entregar metade ao proprietário. Assim, em cada fazenda, além da casa de telhas do criador, avarandada e provida de portas e janelas, e das rancharias singelas de seus vaqueiros, se acrescentavam as palhoças miseráveis que abrigavam os lavradores de mocó. (RIBEIRO, 1987, p. 255)

E assim um novo povo vai se formando. Expulsando os indígenas, que viam nos bois algum objeto de caça; excluindo os negros, necessários na lavoura em escala da cana-de-açúcar, mas desnecessários na exploração do gado. Essa nova geração de produtores-exploradores do ambiente do sertão expandiu-se e aculturou-se de tal modo que fizeram surgir mesmo um novo povo, descrito interessante por Darcy Ribeiro:

As atividades pastoris, nas condições climáticas dos sertões cobertos de pastos pobres e com extensas áreas sujeitas às secas periódicas, conformaram não só a vida mas a própria figura do homem e do gado. Assim associados, multiplicando-se juntos, o gado e os homens foram penetrando terra adentro, até ocupar, ao fim de três séculos, quase todo o sertão do interior. Como uma mercadoria que se conduz a si mesma, o gado, apesar de cada vez mais distanciado do mercado consumidor, ia sendo desbastado pelos abates. (RIBEIRO, 1987, p. 254)

O homem que entra no sertão é uma mistura de lusitano, confundido com índio e tintado como caboclo. O que sai é o sertanejo. Porém, se o homem que ali é o sertanejo, o profissional que atua no negócio principal do sertão é o vaqueiro. Figura central neste processo. Espécie do gênero habitante daquela região.

### 3.2.5 O vaqueiro

Foi preciso que surgisse o vaqueiro para garantir a aventura da penetração horizonte a dentro. Trazia o vaqueiro a volúpia do sol nos olhos devoradores de distâncias. E para a sua vida será necessária a largura descomunal do horizonte, que a coragem desvendara. E desenha-se o sertão através das ‘rotas traçadas pelo gado’. Ao vaqueiro, sim. Deve a vida social que [no sertão] abrolhou intensamente. Deve a economia, que, sob a sua vista, à sua voz suja de poeira, se modelou, cresceu e auxiliou a combalida dos canaviais [...]. Foi o vaqueiro, tangendo boiada, procurando pasto, que descobriu as terras ignoradas do sertão. Eurico Alves Boaventura. (QUEIROZ, 2010, p. 71)

É possível ver a diferença de estamentos dos agentes humanos que participaram da conquista do sertão. Se os indígenas ali já estavam, os lusitanos chegam para resolver uma questão de produção: sobreviver economicamente além da realidade da cana-de-açúcar. Isso passa a ser uma etapa diversa e fundamental da “ilha Brasil”; sendo definitiva para a formação dos centros urbanos do século XX no sertão nordestino.

Visto aqui anteriormente, dos pedidos de Garcia d’Ávila de terras feitos a Tomé de Sousa, inverte-se a ordem: ao invés de duas léguas frente ao mar, ele recebe duas léguas em direção ao sertão e as aproveita para a implantação da criação de gado. Mas, levar o gado aos sertões não era uma questão simples de vontade. Não se tratava naquela época de levar um boi para uma pastagem plana, completa, limpa, de fácil acesso, como acontecia nas campinas do sul do país. Ao contrário, tratava-se de colocar o gado em campo aberto, cheio de árvores ralas e retorcidas, cheias de espinhos, com movimentações no relevo; as quais exigia do operador dos animais uma especialização. Era o chamado para o vaqueiro.

Diferente do *cowboy* americano, montado em um animal que esperava receber as grandes terras do oeste para a criação de gado, numa paisagem edílica, cheia de planícies, o vaqueiro nordestino espera terreno complexo, solo ardiloso, pequenas oportunidades de sucesso frente ao clima inescrupuloso, que apresentava riscos de grandes infortúnios. Sua chance era vencer e tornar-se um produtor<sup>46</sup>.

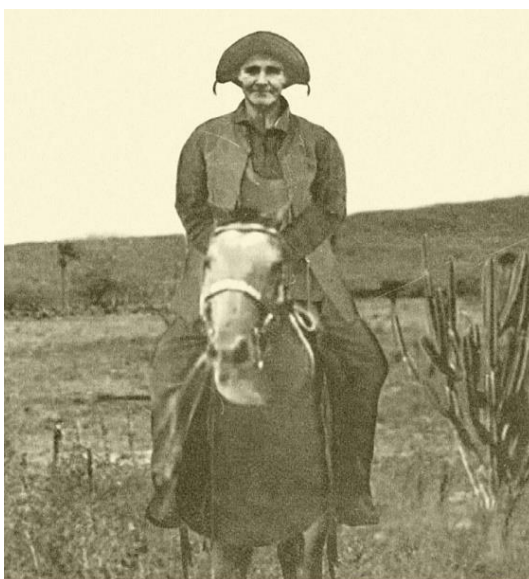
---

<sup>46</sup>“Adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. A este cabia amansar e ferrar os bezerros,

Nos estudos convencionais dedicados aos ciclos econômicos, além do pau-brasil, da cana-de-açúcar e do ouro, não desponta como lembrança a produção de gado, a qual foi responsável pela efetiva conquista do Brasil interior, bem lembrada no trabalho de Queiroz:

Foi, portanto, em cima do cavalo arreado e assim vestido que o vaqueiro conquistou, palmo a palmo, sesmária a sesmária, a nova morada do gado e que se fez a fixação nos longínquos sertões. Fez-se, dessa maneira, portanto, o povoamento da hoje Feira de Santana, do estado da Bahia – e aqui, repito mais uma vez, imperativo se faz não confundi-lo com a cidade de São Salvador ou Cidade da Baía – e do Nordeste e de outras regiões do Brasil. (QUEIROZ, 2010, p. 78)

**Figura 13** – Vaqueiro baiano, Feira de Santana, Bahia, 1903



Fonte: Wikimedia Commons (2022)<sup>47</sup>.

curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregoriamente, abrir cacimbas e bebedouros. Para cumprir bem com seu ofício vaqueiral, escreve um observador, deixa poucas noites de dormir nos campos, ou ao menos as madrugadas não o acham em casa, especialmente de inverno, sem atender às maiores chuvas e trovoadas, porque nesta ocasião costuma nascer a maior parte dos bezerros e pode nas malhadas observar o gado antes de espalhar-se ao romper do dia, como costumam, marcar as vacas que estão próximas a ser mães, e trazê-las quase como à vista, para que parindo não escondam os filhos de forma que fiquem bravos ou morram de varejeiras. Depois de quatro ou cinco anos de serviço, começava o vaqueiro a ser pago; de quatro crias cabia-lhe uma; podia assim fundar fazendas por sua conta. Desde começos do século XVIII, as sesmarias tinham sido limitadas ao máximo de três léguas separadas por uma devoluta. A gente dos sertões da Bahia, Pernambuco, Ceará, informa o autor anônimo do admirável Roteiro do Maranhão a Goiás, tem pelo exercício nas fazendas de gado tal inclinação que procura com empenhos ser nela ocupada, consistindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro. Vaqueiro, criador ou homem de fazenda, são títulos honoríficos entre eles.” (SIMONSEN, 2005, p. 201)

<sup>47</sup>Disponível

em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vaqueiro\\_baiano,\\_Feira\\_de\\_Santana,\\_Bahia,\\_1903,\\_arquivo.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vaqueiro_baiano,_Feira_de_Santana,_Bahia,_1903,_arquivo.jpg). Acesso em: 10 jun. 2022.

A partir do Castelo da Torre<sup>48</sup>, em direção ao interior e à Salvador, instalou-se, onde não havia plantações de cana-de-açúcar a criação de gado. Primeiro nas paisagens norte da cidade sede capital da Colônia. Nesse processo de busca por pastagens e locação de currais, onde se fazia o controle do gado criado em campos soltos, vemos o Brasil entrar dentro do Brasil. Nesse caso, a baía virar Bahia.

O gado, que servia aos engenhos, como força de produção na extração do líquido doce da cana, a princípio não serviu como outra fonte. Os bois, movendo as rodas do engenho ou puxando cargas, serviam para garantir a produção da própria cana. Mas, com as entradas, e a própria produção de gado, eles passaram a servir para outros objetivos. Assim, o leite, a carne e o couro passaram também a serem de utilidades importantes para aquela nova cultura.

A entrada do gado pelos sertões começa a partir de Salvador, mas vai encontrar sua primeira grande referência na paróquia de São José das Itapororocas. Nesse local, onde existiam currais, o local conhecido como olhos d'água, depois vindo a ser conhecido como Feira de Santana. Essa localização será conhecida mais tarde por se tornar uma das primeiras sesmarias de Guedes de Brito, como menciona o próprio Washington Queiroz:

Porém, muito antes disso, a marcha do gado já atingira a sesmaria dos Tocós – que abrangia o território onde se ergueria Feira de Santana – doada em 1609 a Antônio Guedes de Brito, um grande criador de gado da província, já naquela época. Se não era de forma intensa, como se deu a partir de 1650, em virtude das lutas com os holandeses na costa e com as tribos indígenas Aimoré, Paiaíá e Tapuia do interior, o certo é que a marcha para o sertão empreendida pelos d'Ávila anunciava de forma irreversível a tomada do sertão pelo gado. Ao Recôncavo, com o seu rico massapé, cabia quase que exclusivamente o cultivo da cana. Como diz Poppino, em seus estudos sobre o comércio de Brasil chamando a atenção para o papel desempenhado por Feira de Santana. “Em certo sentido, a história de Feira de Santana pode ser considerada como a história da pecuária na Bahia.” (POPPINO, 1969, p. 54-58). (QUEIROZ, 2010, p. 73)

Essa mesma sesmaria dos Tocós viria a dar origem, logo depois, também a localidade de Serrinha. Ela foi criada também por uma expansão da produção de gado, que subia ao norte

---

<sup>48</sup> Citando Câmara Cascudo, assim comenta Washington Queiroz (2010, p. 72): “Como sustenta Cascudo (1965, p. 2-3): A Casa da Torre, no seu ninho na encosta de tatuapara, nove léguas da cidade do Salvador, constituiria, com fome de terra e força irresistível, a expansão do instinto povoador, alargando os limites numa cega, diária e quase inconsciente, impulsão natural de posse dos terrenos pela pecuária. É um avanço irradiante, contínuo, geração a geração, manadas de gado conduzidas pelos guerreiros emplumados e capatazes que são os melhores mosquetes da época. [Sobre o papel das buscas das minas e do ouro no início do processo de povoamento, arremata o autor potiguar.] A idéia de ‘mina’ justifica a pesquisa, mas o curral de gado era a fixação. [...] O princípio da Casa da Torre fora o curral, e ela se perdeu porque desejou o ouro.”

de Feira de Santana buscando novas terras e oportunidades para deixar o gado solto no meio da caatinga.

Da formação original de Feira de Santana, a partir de onde os vaqueiros rompiam o sertão, iniciou-se uma centralidade para a criação de gado. A partir dali se reuniam negócios com gado e os seus produtos associados. A fazenda original pertencia a um casal de portugueses, Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão, e a partir dali se multiplicaram os currais sertão à dentro. É claro, que o sertão não era conhecido pela acessibilidade via rios. Sua planta hidrográfica era montada a partir de pequenos riachos, muitos dos quais tinham seu leito cortados durante os períodos de seca. Portanto o caminho a ser cravado pelos novos territórios foi feito pelos vaqueiros, originalmente. São eles que cavam as estradas, na percepção clara, quase poética, de Washington Queiroz:

Este movimento irradiador que levava à conquista de território, também ia criando e construindo no ferrão, facão, e no casco dos cavalos e bois, as chamadas ‘estradas’ para a necessária comunicação além da comunicação hidroviária. Em realidade não eram estradas e sim caminhos para a passagem das grandes boiadas que podiam chegar a trezentas cabeças. Da mesma maneira que o pouso das boiadas e o estabelecimento dos currais significaram, como aconteceu com Feira de Santana, a origem da maioria das cidades do sertão nordestino, como salienta Cascudo (1965, p. 1-7), as estradas seguiram a rota que o gado ia abrindo. Os caminhos do gado, as chamadas estradas de boiadas, como quem morou em Feira de Santana, nos bairros dos Olhos d’Água, na rua Araújo Pinho, até a década de sessenta cansou de ver, foram as origens de muitas das nossas principais estradas de hoje, a exemplo das estradas que ligam Salvador a Feira e esta a Ipirá, Mundo Novo e a Riachão do Jacuípe, Jacobina, Juazeiro, para citar apenas estas. (QUEIROZ, 2010, p. 74)

Todavia, conquistar os sertões exigia muito mais do que só vontade. Exigia alguém com preparo, o vaqueiro que era responsável pela travessia do gado, pela busca de novos campos. Era preciso trocar as roupas de linho e algodão pela roupa de couro cru, que permitia ao vaqueiro se embrenhar na mata rústica e cheia de espinhos da caatinga. Trajando assim como um soldado medieval, dizia-se que aterrorizava indígenas, apesar de comporem uma massa miscigenada formada por caboclos, ou melhor, definidos como mamelucos, brancos portugueses, indígenas e posteriormente negros.

Foi o vaqueiro portanto, aquele agente responsável pela expansão do Brasil, a partir dos terrenos vizinhos aos canaviais e, depois pelo interior. Não só isso, mas como se verá, transformou toda a economia da região, gerando um novo Brasil no interior ou, nas palavras de Washington Queiroz:

Este homem, que na figura da dinastia dos d'Ávila da Casa da Torre, iniciou a expansão pastoril saindo das areias do litoral, atravessando o massapê do Recôncavo e varando os carrascais espinhentos da caatinga, aqui não deve ser visto apenas como símbolo de intrepidez e coragem, como um guerreiro. Foi ele – o vaqueiro<sup>6</sup> – a força motriz da expansão pastoril. Aquele que contribuiu de forma decisiva para a criação do fenômeno socioeconômico da pecuária em toda a região Nordeste e em outras regiões do país. Este fenômeno foi fundado em dois momentos: o primeiro, com a criação e estabelecimento dos primeiros currais, que tem início no século XVI e vai até meados do século XVIII; o segundo, quando o senhor feudal começa a erguer em pleno sertão as chamadas casas-de-fazenda, que predominam desde a segunda metade do século XVIII. De acordo com Boaventura (1989, p. 21-24): A cada pouso novo, a cada curral levantado, uma raiz mais funda se ia cravando na terra. [...] Na fazenda de criar, a mais forte origem da nossa civilização. E o cadinho mais adequado para a fixação da nossa gente, pela ausência de influência exótica, de início. Não fossem as nossas fazendas de gado, largadas na amplidão do Nordeste, no côncavo das serras além do Jacuípe e do Itapicuru, para além do Paraguaçu e do Rio de Contas, e não teríamos este produto racial a que chegamos. Foi, então, a partir das bandeiras baianas que o território do estado da Bahia se criou e se estabeleceu. Esta “geografia dos currais” teve na fixação dos currais sua primeira instância de assentamento do homem nos sertões da Colônia. Como diria Câmara Cascudo, foi feito – o território da Bahia e do Nordeste – das impressões deixadas pelo gado; dos cascos dos cavalos dos primeiros vaqueiros, que buscavam pouso e assentamento para os rebanhos que cresciam, alcançavam o Piauí e voltavam inundando de gado o São Francisco até alcançar Minas Gerais. Nessa busca do ambiente próprio para o criatório bovino, sem rumo certo e solitário, foi o vaqueiro bandeirante que pontuou com locais de pouso, currais, primeiros arruados, aquilo que viria a ser em número bastante razoável as cidades do sertão do Nordeste. (QUEIROZ, 2010, p. 77)

Apesar da proximidade, Feira de Santana faz Serrinha ser uma das primeiras áreas contíguas à expansão do gado a receber destinos idênticos, milhares de outras cidades nasceram do mesmo modo, justificando a população destes rincões. A trilha do gado, intrépida e constante, atravessou esses sertões indo parar nos sertões do Maranhão, desviando-se para as margens do Rio São Francisco, transpondo-o inclusive para sua outra margem.

Com pequenas variações, o percurso desses vaqueiros, a partir do sec. XVI, enfrentou caatingas, matas, agrestes, cerrados, planaltos e chapadas. Nesses locais, por muitas vezes, eram a vegetação baixa típica da candeia (campo branco), dos umbuzeiros, xique-xique, pau de rato, unhas de gato, mandacarus, gravatá, paus-de-culé. Além dessas, as madeiras resistentes ao tempo e duras por natureza, como o pau ferro, a aroeira e a baraúna. O Frei Vicente do Salvador, em sua obra de essência na história brasileira, publicada em 1627, fala da vegetação agreste:

Outras árvores se estimam ainda que agrestes, por seus saborosos frutos, que são inumeráveis, as que frutificam pelos campos, e matos, e assim não poderei contar senão algumas principais, tais são as sasapocaias de que fazem os eixos para as moendas dos engenhos, por serem rigíssimas, direitas e tão grossas como

tonéis, cujos frutos são uns vasos tapados, cheios de saborosas amêndoas, os quais depois que estão de vez se destapam, e comidas as amêndoas servem as cascas de grãos para pisar adubos, ou o que querem. Maçarandubas, que é a madeira mais ordinária de que fazem as traves e todo o madeiramento das casas, por ser quase incorruptível, seu fruto é como cerejas, maior e mais doce, mas lança de si leite, como os figos mal maduros. Jenipapos, de que fazem os remos para os barcos como na Espanha os fazem de faia, tem um fruto redondo tão grande como laranjas, o qual quando é verde, espremido dá o sumo tão claro como a água do pote; porém quem se lava com ele fica negro como carvão, nem se lhe tira a tinta em poucos dias.” (SALVADOR, 2010, p. 79).

Esse aspecto agressivo da vegetação fazia obrigatório ao vaqueiro um treino para enfrentá-la; era preciso as roupas e a habilidade em caçar os animais que viviam de modo quase selvagem no meio desses campos. Por isso o preparo para se embrenhar na mata junto com o cavalo, que parecia vestido como se fosse uma armadura de guerra, preparado para os espinhos e para a mata, sempre disposta a manter-se intacta contra a entrada dos vaqueiros<sup>49</sup>.

A atividade dos vaqueiros gerou outras ordens de produção. Inegavelmente, suas veredas e passagens acabaram, com o passar do tempo, transformando-se em estradas, quando oportuno, convertidas em acessos de rodagem e via férrea; em outros, mantidas como estradas reconhecidas ainda hoje.

Além disso, os currais geravam outros tipos de circunstância: a concentração de pessoas; a produção de outros produtos para a alimentação, como a mandioca e o milho; a criação de outros animais; e a definição de novos padrões de apropriação do solo. A terra agora não passa a ser destinada somente ao gado, mas para a extração vegetal e a produção de outros itens necessários à vida daquela população que acaba de se instalar.

Os vaqueiros abrem, desse modo, não só uma interiorização do futuro e diverso Brasil. Mas agem construindo um negócio de proporções incalculáveis, que irá transformar o rumo desse interior, criando centenas de vilas e cidades, além de permitir que uma nova e pujante economia mude o rumo de toda a região

---

<sup>49</sup>O escritor Guimarães Rosa é lembrado como quem tentou descrever essas passagens dos vaqueiros na conquista dos sertões. Suas obras, especialmente, *Grande Sertão Veredas*, descreve um pouco desses momentos. Citado por Queiroz, é assim lembrado: “Assim ergueram-se os currais e com eles teve origem, em virtude das poucas possibilidades do meio, o fenômeno denominado por “época do couro”, “reino dos encourados”, “civilização dos vaqueiros” ou “civilização coriácea” de Guimarães Rosa. Tal fenômeno sociocultural, considerando a sua importância histórica para vastas regiões do Brasil, ainda hoje carece de estudos sistemáticos e aprofundados.” (QUEIROZ, 2010, p. 78)



### 3.3 AS SOLUÇÕES ECONÔMICAS NA REGIÃO DO SERTÃO PRÓXIMA À SERRINHA

Caio Prado Júnior (1963), em sua emblemática obra *Evolução Política do Brasil e outros estudos*, comenta a intenção e a atuação dos portugueses em sua chegada e primeiro século no Brasil:

Não era e não podia o pequeno reino lusitano ser uma potência colonizadora à feição da antiga Grécia. O surto marítimo que enche sua história do sec. XV não resultara do extravasamento de nenhum excesso de população, mas fora apenas provocado por uma burguesia comercial sedenta de lucros, e que não encontrava no reduzido território pátrio satisfação à sua desmedida ambição. A ascensão do fundador da Casa de Avis ao trono português trouxe esta burguesia para um primeiro plano. Fôra ela quem, para se livrar da ameaça castelhana e do poder da nobreza, representada pela Rainha Leonor Teles, cingira o Mestre de Avis com a Coroa lusitana. Era ela portanto quem devia merecer do novo rei o melhor das atenções. Esgotadas as possibilidades do reino com as pródigas dádivas reais – só o condestável Nuno Alvares recebeu o que os contemporâneos julgaram ser a mais rica doação havida em toda Espanha, restou apenas o recurso da expansão externa para contentar os insaciáveis companheiros de D. João I. (PRADO JÚNIOR, 1963, p. 11)

Ou seja, como se disse anteriormente, os portugueses não vieram ao Brasil a passeio. Todas as suas medidas e ações eram feitas em razão do lucro que podiam obter. As terras brasileiras pouco valiam como instrumento de riqueza para os portugueses; era preciso associá-las a itens com valor agregado de produção. Os ciclos econômicos apontados, como o pau-brasil e a cana-de-açúcar vão, justamente, repor essa falta que os recursos extrativistas ofereciam. Era preciso mais do que o solo, as florestas e os indígenas para o Brasil tornar-se um negócio rentável. Era preciso outras soluções.

Ainda mais se fossem consideradas as condições intrínsecas e geográficas próprias do sertão que se pretendia ocupar com a expansão da agricultura destinada à exploração da agropecuária bovina. Aquele sertão pobre, com poucos recursos naturais, vegetação pobre e sofrida, com períodos longos de estiagem e com uma bacia hidrográfica frágil, parecia ser o contrassenso da exploração econômica.

Nesse sentido, como dito, o segredo do interesse da exploração do gado era justamente o fato de que ele propiciaria àqueles menos abastados que os grandes produtores da cana-de-açúcar, uma chance no novo solo. Simonsen (2005) comenta os privilégios da cana-de-açúcar, como instrumento capaz de fazer a instalação do português no Brasil:

Vimos anteriormente que o açúcar representou o elemento fixador por excelência do europeu no Brasil. Salientamos que pela sua própria natureza de indústria tropical, com os engenhos e maquinaria primitiva usada na época e dada a respeitável massa de obreiros de que se utilizava para trabalhos verdadeiramente penosos, só era possível a sua criação baseada no trabalho servil. Como grande elemento formador de riquezas, era no açúcar e nas indústrias derivadas que se concentravam todas as principais atividades. Ainda no começo do século XVII, Brandônio, nos clássicos Diálogos das Grandezas do Brasil, assim justifica a falta de penetração nos sertões em busca de outras fontes de rendimento: É verdade que não se tem estendido muito para o sertão; mas para isso, haveis de saber que todos os conquistadores, que até hoje descobriram de novo as terras que nos são patentes lançaram mão, e se inclinaram trabalhando naquele exercício de que primeiramente tiraram proveito; de onde vejo que os nossos portugueses que povoaram as ilhas dos Açores, pelos primeiros se haverem lançado em agricultura do trigo, até o presente permanecem nela; os castelhanos, que povoaram as ilhas de Canárias, deram em plantar vinhas, e o mesmo exercício guardam até hoje em dia, e os que povoaram as ilhas de Cabo Verde tiveram proveito da comutação de negros, e com isso vivem no reino de Angola, da conquista que também fazem deles, nessa permanecem; na ilha de São Tomé deram em lavrar açúcar muito negro, com ele continuam até o presente, e tendo aparelho para o fazer melhor, não se querem ocupar nisso. Os que povoaram as Índias Ocidentais, uns se ocuparam na pescaria das pérolas, outros em fazer anil, outros em ajuntar cochonilha, outros na cria de gados, outros em lavrarem minas, e todos naquele primeiro exercício, em que se exercitaram nesse permaneceram. Nesse nosso Brasil os seus primeiros povoadores deram em lavrar açúcares; pois que muito que os demais os fossem imitando, conforme o costume geral do mundo, que tenho apontado? E este é o respeito por onde no Brasil seus moradores se ocupam somente na lavoura das canas-de-açúcar, podendo se ocupar em outras muitas coisas. (SIMONSEN, 2005, p. 189-190)

O gado oferecia, a médio e longo prazo, chances efetivas de alguma fortuna a ser amealhada por seus protagonistas e produtores. A produção do gado era, portanto, mais que uma opção: uma grande oportunidade para aqueles que vinham buscar fortuna na *terra brasilis*.

O processo de entranhamento no interior do Brasil, saindo da margem litoral e da mata atlântica, onde a produção da cana-de-açúcar ia funcionando com grandes resultados, foi precedido por diversos movimentos. No sertão, sem sombra de dúvida, a implantação dos criatórios de gado foi o grande motor de expansão. Mas não foi essa a única medida. Segundo Simonsen, outras ações foram realizadas:

Para se poder compreender a formação da trama social, que se constituiu no país, e que nos assegurou e legou a grande área de hoje, torna-se mister procurar os fatores econômicos que permitiram a ocupação do sertão e a manutenção de tão dilatadas regiões sob o domínio lusitano. São de quatro espécies os fundamentos econômicos dessa expansão:

1º) a criação de gado, que ocupou grande faixa do sertão, formando a princípio a retaguarda econômica das zonas de engenho e, mais tarde, um decidido apoio à mineração, fixador do povoamento no interior e o objeto de grandes correntes de comércio que se estabeleceram dentro do país;

2º) a caça ao gentio para servir, em determinadas épocas, de braço escravo nos engenhos e sempre para os trabalhos das lavouras, principalmente naquelas que não comportavam o dispêndio de capital exigido pelo elemento africano;

3º) a mineração, o maior fator de povoamento na era colonial, formadora das principais cidades de nosso interior e origem da ocupação efetiva de regiões longínquas, definitivamente integradas ao nosso território;

4º) a extração de especiarias, plantas medicinais e tintoriais, vários produtos silvestres, cultivos de algodão e do fumo, justificando a estabilização de numerosas povoações no vale do Amazonas. Estas povoações foram em grande parte fixadas pelo trabalho de missionários, assegurando um alargamento considerável de nossas fronteiras, quando se reconheceu o regime do *uti possidetis*. (SIMONSEN, 2005, p. 196)

A criação de gado, naquele período, tinha uma importância indiscutível, afinal, o gado, além de permitir o entrar no sertão, gerando toda uma nova economia, gerava sustentação para a cana-de-açúcar e o movimento nas entradas e nas estradas que se formavam. Tomé de Sousa, por outro lado, como visto, levou gado para a Bahia, inclusive buscando cabeças de vaca na ilha de São Vicente em Cabo Verde.

Além disso, inclusive, o gado servia como base de alimentação nos engenhos, além de que operavam fortemente a sua atividade. Nesse sentido temos registros de que era comum o cercado com animais que serviam para essas funções. Mas o aparecimento dos currais, implantados nos sertões, tem como início a própria Bahia. Simonsen comenta:

Os currais foram, então, penetrando e ocupando o interior. Começaram pelo sertão da Bahia. Era mais fácil aos criadores, do que aos senhores de engenho, estabelecerem um *modus vivendi* pacífico com os índios. O trabalho das fazendas de criar era incomparavelmente mais suave e mais adaptável ao temperamento dos índios do que o rude labor dos engenhos em que o autóctone perecia em pouco tempo. Daí, as alianças com diversas tribos selvagens, que permitiam a mais rápida expansão dos currais. Isso não impediu, no entanto, que se tornassem necessárias várias guerras de expulsão e de extermínio a muitas tribos, que se opuseram à expansão dos currais, ou que vieram a hostilizá-los.” (SIMONSEN, 2005, p. 198)

A expansão dos criatórios de gado no Nordeste fora tão significativa que Antonil, em 1711, citado por Simonsen menciona o tamanho e as áreas ocupadas pelo gado:

Os currais desta parte hão de passar de oitocentas léguas: e de todos estes vão boiadas para o Recife, e Olinda, e suas vilas, e para o fornecimento das fábricas dos engenhos desde o rio de S. Francisco até ao rio Grande: tirando os que acima estão nomeados desde o Piagui até à barra de Iguaçu, e de Pernágua, e rio Preto; porque as boiadas destes rios vão quase todas para a Bahia, cujo melhor caminho é pelas Jacobinas, por onde passam, e descansam. Assim como aí também param, e descansam as que às vezes vêm de mais longe. Mas quando nos caminhos, se acham pastos, porque não faltarão às chuvas, em menos de três meses chegam as boiadas à Bahia, que vêm dos currais mais distantes. Porém se por causa da seca forem obrigados a parar com o gado nas Jacobinas: aí o vendem os que o levam, e lá descansa seis, sete e oito meses, até poder ir à cidade.

“Quanto às estatísticas, atribui:

à Bahia ..... 500.000 cabeças

a Pernambuco ..... 800.000 cabeças

ao Rio de Janeiro..... 60.000 cabeças (SIMONSEN, 2005, p. 65)

Segundo Antonil, mencionado como referência por Simonsen (2005), os currais costumavam ter, no Nordeste, entre duzentas e mil cabeças. Aquelas existentes nos sertões da Bahia pertenciam a duas grandes famílias: a da casa da Torre e a da Ponte, que ou ocupavam ou arrendavam as suas terras com gado. Nesses arrendamentos possibilitava a produção da cana, do tabaco, da mandioca, das serrarias e da lenha. Para a alimentação, o gado e outras criações eram fontes de alimentação.

O valor de gado, também apurado em Simonsen (2005), era significativo, variando, segundo Antonil, conforme sua distância do recôncavo, justificando explicar que a criação no entorno de Feira de Santana permitirá um gado com maior valor.

No século XVI os primeiros bois valiam, na Bahia, 100\$000, normalizando-se, depois, os preços para 10\$000 a 12\$000 por cabeça, ou sejam quase 2:000\$000 em valor aquisitivo de hoje; e em Pernambuco o dobro, tal a procura que havia pelos engenhos (Warden). Em 1618, nos Diálogos das Grandezas do Brasil se lê que no Norte uma vaca valia de 4\$000 a 5\$000; um boi de carro de 6\$000 a 7\$000 e um boi já feito de 12\$000 a 13\$000, valores que, multiplicados por 228, coeficiente de correção para o poder aquisitivo de hoje, representam:

4\$000..... 912\$000

7\$000 ..... 1:596\$000

5\$000..... 1:140\$000

12\$000 ..... 2:736\$000

6\$000..... 1:368\$000

13\$0000 ..... 2:964\$000<sup>50</sup> (SIMONSEN, 2005, p. 212)

---

<sup>50</sup> Simonsen (2005) corrige os valores do gado para os anos 1940.

O transporte de gado era atividade importantíssima. Afinal, a sua criação não se dirigia à sua utilização local. As boiadas eram transportadas, agrupadas em 100 a 300 cabeças. Os vaqueiros guiando levavam, por diversos dias, gado em direção às feiras de Capoame e Salvador<sup>51</sup>. Esse transporte era fato conhecido também por Antonil, que registra os preços de transporte do gado pelo interior da Bahia<sup>52</sup>. Destaca-se, nesse ponto, a importância de Feira de Santana e seus arredores na produção de gado – Capoame.

A produção de couro passou também a ser fator importante, qual seja, a produção de itens de couro do gado. O couro era utilizado em diversos objetos: na porta das cabanas, no leito feito para aplacar o chão duro, para a fabricação de cordas, de cestos para carregar água, de alforje para bagagem e de transporte de comida, na maca para guardar roupa, nas bainhas de faca, nos bancos para os curtiúmes, ou seja, uma imensidão de usos<sup>53</sup>.

O couro ganhou uma proporção grande nos negócios da Coroa, pois além dos usos locais, bem como nas cidades que se formavam, também era levado em grande escala para Portugal, sob formas determinadas, como menciona Simonsen:

---

<sup>51</sup> “Guiam-se, indo uns adiante cantando, para serem desta sorte seguidos do gado; e outros vêm atrás das reses tangendo-as, e tendo cuidado, que não saiam do caminho e se amontoem. As jornadas são de quatro, cinco, e seis léguas, conforme a comodidade dos pastos, aonde hão de parar. Porém, aonde há falta d’água, seguem o caminho de quinze, e vinte léguas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso, até que achem paragem, aonde possam parar. Nas passagens de alguns rios, um dos que guiam a boiada, pondo uma armação de boi na cabeça, e nadando, mostra às reses o vão, por onde hão de passar.” (SIMONSEN, 2005, p. 203-204)

<sup>52</sup> “CONSTAM AS BOIADAS que ordinariamente vêm para a Bahia de cem, cento e cinquenta, duzentas e trezentas cabeças de gado; e, destas, quase cada semana chegam algumas a Capoame, lugar distante da cidade oito léguas, aonde têm pasto e aonde os marchantes as compram; e em alguns tempos do ano há semanas em que, cada dia, chegam boiadas. [...] Quem quer que entrega a sua boiada ao passador, para que a leve das Jacobinas, v.g., até a Capoame, que é jornada de quinze ou dezesseis até dezessete dias, lhe dá por paga do seu trabalho um cruzado para cada cabeça da dita boiada; e este corre com os gastos dos tangedores e guias; e tira da mesma boiada a matalotagem da jornada. De sorte que, se a boiada constar de duzentas cabeças de gado, dão-se-lhe outros tantos cruzados, se com todas chegar ao lugar destinado. Porém, se no caminho algumas fugirem, tantos cruzados se diminuem quantas são as reses que faltam. Aos índios que das Jacobinas vêm para Capoame se dão quatro até cinco milréis, e ao homem que com o seu cavalo guia a boiada, oito mil-réis. Sendo as distâncias maiores, cresce proporcionadamente a paga de todos. E, por isso, do rio de São Francisco acima, vindo para Capoame, alguns dos que tomam à sua conta trazer boiadas alheias querem seis ou sete tostões para cada cabeça, e mais, se for maior a distância. Uma rês, ordinariamente, se vende na Bahia por quatro até cinco mil-réis; os bois mansos, por sete para oito mil-réis. Nas Jacobinas vende-se uma rês por dois mil e quinhentos até três mil-réis. Porém, nos currais do rio de São Francisco, os que têm maior conveniência de venderem o gado para as minas o vendem na porteira do curral pelo mesmo preço que se vende na cidade. E o que temos dito até aqui das boiadas da Bahia, se deve também entender com pouca diferença das boiadas de Pernambuco e do Rio de Janeiro.” (ANTONIL, 2011, p. 274-275)

<sup>53</sup> Simonsen completa as informações: “[...] para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz.”<sup>11</sup> As descobertas de salinas no Ceará e em Alagoas, a existência de barreiros salgados no vale de São Francisco e a maior proximidade de Portugal, grande produtor e exportador de sal, favoreceram a expansão criadora do Norte. (SIMONSEN, 2005, p. 204)

A sua procura era tão intensa e tão grande movimento teve a criação nas regiões platinas, que ali, antes do estabelecimento da indústria do charque e dos modernos frigoríficos, matava-se o gado só para aproveitamento do couro. Antonil (1711) dá o orçamento do preparo do artigo curtido e o custo final do meio de sola posto em Lisboa:

Vale cada couro em cabelo .....	2\$100
De o salgar e secar .....	\$200
De o carregar ao curtume .....	\$040
De o curtir .....	\$600

---

Importa tudo .....	Rs. 2\$940
Um meio de sola vale .....	1\$500
De o carregar à praia .....	\$010
Do frete do navio .....	\$120
De descarga para a alfândega .....	\$010
Por todos os direitos .....	\$340

---

Importa tudo .....	Rs. 1\$980
--------------------	------------

Os meios de sola, que ordinariamente vão cada ano do Brasil para o reino, importam no seguinte:

Da Bahia, cinquenta mil meios de sola a 1\$980 réis .....	99:000\$000
---	-------------

De Pernambuco, quarenta mil meios de sola a 1\$750 réis .....	70:000\$000
---	-------------

Do Rio de Janeiro e outras Capitais do Sul, vinte mil meios de sola a 1\$640 réis .....	32:800\$000
---	-------------

---

O que tudo importa em Rs .....	201:800\$000
--------------------------------	--------------

Verifica-se, desse orçamento, que os direitos reais representavam mais de 20% sobre o couro curtido e, portanto, mais de 30% sobre o couro em cabelo. (SIMONSEN, 2005, p. 67)

O pastoreio, a criação do gado no entorno do Recôncavo era uma atividade indiscutível. Além disto, era já importante o suficiente para tornar-se motor de criação de diversos pontos de apoio de pessoas. Boaventura menciona: “Vaidosamente o pastoreio já se apruma na área feireinse” (1989, pg. 96). E nisto, o autor feirense menciona expressamente Serrinha:

Nos campos amparados pela sombra adolescente da Matriz de Senhora Santana de Serrinha, intensa também já se faz a vida, econômica e social das famílias disseminadas por aquelas paragens, que se vão despertando. Ressalta uma coincidência: os núcleos de mais evidência, que se organizam na nossa vizinhança, vão ficando sob a égide de Senhora de Santana dos Olhos d'Água (hoje, Feira de Santana), Santana do Camisão (Ipirá), Santana de Tucano, Santana de Serrinha. O patriarcalismo social assim, rende homenagem ao matriarcado espiritual. (BOAVENTURA, 1989, pg. 96)

Era o caminho que se abria para a formação das novas e futuras povoações, vilas, cidades e municípios.

### 3.4 A CASA DA PONTE – O PROPRIETÁRIO DA ÁREA ORIGINAL: GUEDES DE BRITO

“Nascia ao toque das boiadas a vida da pátria” (BOAVENTURA, 1989, pg. 15)

Apesar do gado formar uma expressão dos negócios de Garcia d’Ávila, primeira grande família responsável pela nominada Casa da Torre, eram as relações com a Coroa e com todo agentes que aqui a representavam que deu origem ao imenso poder que veio a constituir, chegando mesmo a ser chamado de o “maior latifundiário do Brasil”, com terras que iam de Itabuna, na Bahia, ao Maranhão. É Pedro Calmon, em sua célebre obra *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*, que menciona essa nova fundação do Brasil:

Para fundar, na baía de Todos os Santos, a capital do Brasil, mandou o rei D. João III, em 1549, um dos seus melhores soldados, Tomé de Sousa, com 320 homens de armas e seiscentos degredados. Entre aqueles, criado do governador, talvez de sua vila natal, São Pedro de Rates – nome do primeiro curral, destacou-se o moço Garcia d’Ávila, por ele tão estimado que o fez, ao desembarcar, Feitor e Almoxarife desta Cidade e Almoxarife da Alfândega. Deu-lhe as chaves dos armazéns, confiando-lhe as cousas trazidas do Reino, para a guarda e distribuição nos dias febris em que se edificou, sobre os barrancos que nominam o ancoradouro, a fortaleza de Salvador. Começaram os trabalhos a 1º. de maio.

A 16 de agosto determinou Tome de Sousa ao tesoureiro, que pagasse a Garcia d’Ávila, homem de armas, 1\$500 que lhe eram devidos, ‘a razão de 500 reis por mês, do 1º. de maio até o derradeiro julho. E logo, em ‘resgates’ e ‘mercadorias’, o soldo de 1º. de agosto ao derradeiro de janeiro de 1550.

Não se sabe quem ganhou, administrando o material del-rei, nesses primeiros tempos da Bahia. O fato é que mudou de ofício, ao chegar a caravela Galega carregada de gado vacum.

Largou os paíóis e cuidou de reses, a partir de 6 de dezembro de 1551, quando, na partilha das que vieram, ‘coube ao dito Garcia d’Ávila homem de armas duas vacas’. Valiam 4 mil reis. ‘Morador’ na cidade (não mais seu almoxarife) ao ano seguinte lucrou em ter dobro, vendendo por 15 mil réis em dinheiro

dois bois maminhos para os carros de Sua Alteza.” (CALMON, 1983, p. 23-24)

Além dos engenhos e das terras, Garcia d’Ávila se reputou por iniciar terras em diversos locais, expandindo seu poderio até firmar-se como uma das famílias mais ricas da Coroa Portuguesa. Suas terras se iniciam no litoral baiano, se expandem além das cercanias das praias, invadindo os sertões, alcançando o São Francisco e mesmo transpondo-o. Eram imensas propriedades onde se espalhavam seu gado e seus currais.

Na busca por novas terras, Garcia d’Ávila tinha apoiadores, destacando-se entre eles o nominado Padre Antônio Pereira. Este vigário, como observa Pedro Calmon (CALMON, 1983, p. 36), “[...] por longos meses, em companhia de pajens, gentes de armas e negros cativos, cavalgava por misteriosos caminhos que conduziam a Jacobina, ao Morro do Chapéu, ao rio de Contas<sup>54</sup>”. Ou seja, as buscas por novas terras era um exercício quase empresarial, feito ao comando do líder da Casa da Torre.

O sucesso de Garcia d’Ávila, nesse empreender de conquistar novas terras, foi um fato indiscutível. Apesar disso, no meio das conquistas do Senhor da Casa da Torre, a própria forma de ocupação do solo era complexa. Os vaqueiros e produtores de gado geralmente ocupavam o solo e iam construindo os currais. Nesse transcorrer formavam ajustes com os proprietários das sesmarias, recebendo a posse da terra ou o direito de usá-las, pagando para isto uma parte da própria produção do gado.

Esse processo, entretanto, não acontecia diuturnamente. Era lento e manso, como o próprio repisar dos bois que subiam se alimentando junto aos novos terrenos. Sem pressa, com a velocidade que a natureza lhes impunha. Determinavam com isto os novos territórios que seriam o futuro de outros currais. Ou melhor expresso pelas palavras de Eurico Boaventura que

---

<sup>54</sup>O Mesmo Pedro Calmon menciona as atividades do Padre Antônio Pereira, complementando sobre suas caminhadas: “E a medida que se embrenhava nos tabuleiros e nos chapadões crescia-lhe o impulso de tudo se assenhorear. A fronteira dos seus domínios estava nas patas de seu cavalo. Do capitão-mor de Sergipe conseguira todo o território adiante de Jacobina, para o rio real ou do Salitre até a barra, e quando o secretário do Estado, Bernardo Vieira Ravassaco, lho contestou, por colidir com o que obtivera da Bahia, por carta de 8 de junho de 1655, já os rebanhos do padre invadiam aquele deserto. Não havia expulsá-los: e caducou a concessão de Vieira. No seu requerimento, os da Torre lembravam: ‘Dizem o Capitão Garcia d’Ávila e o padre Antônio Pereira que ele tem descoberto o rio São Francisco lá em cima no sertão, onde chamam as aldeias de rodela, a qual terra descobriram eles suplicantes com muitos trabalhos que passaram de fomes e sedes, por ser todo aquele sertão falto de águas e mantimentos, abrindo novos caminhos por paragens onde nunca os houve e com muito risco de suas vidas e dispêndios de muita fazenda, resgates que deram ao gentio para o poder obrigar ao conhecimento e povoação das ditas terras em que despenderam mais de 2 mil cruzados de fazendas e roupas com todas aquelas aldeias que são muitas, e por meio das ditas dádivas os ditos índios como naturais e senhores das ditas terras lhas entregassem ... e como tais as povoaram de currais de gado etc.’” (CALMON, 1983, p. 71-72).



rememora a formação daquelas terras, que saem da atual Feira de Santana e se espalham até o Rio São Francisco, composta de sítios ocupados pelos produtores de gado:

Recordando-se o fastígio, a opulência que a cana derramou no Reconcavo, modelando o fenômeno social que se conhece por civilização do açúcar, e o brilho momentâneo das minas, tem-se de evocar a civilização do pastoreio, sua contemporânea e que a ambas sobreviveu. Um dos seus ambientes definidos e de moldura precisa foi a zona da Feira de Santana, conhecida, na época inicial, como Campos do Jacuípe e das Itapororocas. Mais além, até o vale do São Francisco, depois, a vida rude mantém outro tipo de civilização até muito tempo. Por ali, medravam meros sítios sob o guante da Casa da Ponte, até certa altura de que se tem vasto rol. (BOAVENTURA, 1989, pg. 15)

Verifica-se que havia, desse modo, um processo estratificado, no qual, no estamento superior, os grandes proprietários obtinham direito de explorar novos territórios e, abaixo, os próprios pequenos exploradores seguiam o gado atrás de novas pastagens e novos currais. Estes formariam, eventualmente, uma ocupação que poderia dar origem a uma nova localidade. Porém, quando em vez, a combinação da legalidade a estes atos – posse contratada e ocupação regular – o sucesso tinha maior chance de êxito, tal como acontece com Serrinha.

Nesse perpassar, entretanto, um fato surge importante para a construção do que viria a ser a ocupação de Serrinha. Um novo ocupante e sesmeiro alcança um espaço no seio das terras de Garcia d'Ávila, abrindo uma clareira na imensa floresta de propriedades dos donos da Casa da Torre. Bem lembra esse avançar Queiroz, em seu trabalho sobre vaqueiros:

Porém, muito antes disso, a marcha do gado já atingira a sesmaria dos Tocós – que abrangia o território onde se ergueria Feira de Santana – doada em 1609 a Antônio Guedes de Brito, um grande criador de gado da província, já naquela época. Se não era de forma intensa, como se deu a partir de 1650, em virtude das lutas com os holandeses na costa e com as tribos indígenas Aimoré, Paiaíá e Tapuia do interior, o certo é que a marcha para o sertão empreendida pelos d'Ávila anunciava de forma irreversível a tomada do sertão pelo gado. Ao Recôncavo, com o seu rico massapé, cabia quase que exclusivamente o cultivo da cana. Como diz Poppino, em seus estudos sobre o comércio de Brasil chamando a atenção para o papel desempenhado por Feira de Santana. Em certo sentido, a história de Feira de Santana pode ser considerada como a história da pecuária na Bahia. (QUEIROZ, 2010, p. 73)

A importância de Guedes de Brito deve ser cuidadosamente registrada, também pelos motivos que importam no atual estudo, pelo tamanho que ele se tornou naquele momento inicial da ocupação da Bahia. Ainda mais, de Feira de Santana até os confins do rio das Velhas e do rio São Francisco, esteve presente lá Guedes de Brito e depois o seu morgado.

Pedro Calmon descreve em um capítulo de seu livro sobre o que ele chama *A Casa Rival*. Nele há uma digressão sobre os abalos que trouxeram a casa da Ponte se instalando entre as terras que saíram da mão da Casa da Torre. Ele menciona sobre a forma de chegada dessa nova casa:

O sargento-mor Antônio Guedes de Brito, porém, apesar da vigilância do Padre Antônio Pereira, socara naquele maciço tronco a cunha de uma sesmaria.

De repente, quando a Casa da Torre se apercebeu da invasão, o magnante não somente tinha o seu domínio titulado, como nele estendera oito currais. O instituto da defesa dos fidalgos de Tatuapara acalorou-lhes os protestos, que se revestiam de várias formas: a mais convincente, a violência.

Seu avô, o notório Antônio Guedes, lançara em notas o testamento do primeiro Ávila. Legou o cartório, e a ambição de riqueza, a dois filhos afortunados: Lourenço de Brito Correia, provedor-mor da Fazenda, governador interino da Bahia e no Rio de Janeiro, e Antônio de Brito Correia, ambos combatentes famosos da guerra holandesa.”<sup>55</sup> (CALMON, 1983, p. 79)

A importância para o sertão de Guedes de Brito é completa para o conhecimento de Serrinha. Afinal nasce a localidade em terras de Guedes de Brito aproveitando, inclusive, a compra das terras ao seu primeiro benfeitor diretamente a filha de Guedes de Brito, como registra Tasso Franco (1996).

A fortuna amealhada pela Casa da Ponte fez história na Coroa portuguesa, demonstrando que a opção de Guedes e Brito pelas terras do sertão lhe serviram economicamente com grande repercussão econômica. Seus caminhos, que iam de Feira de Santana até aos recantos do Rio São Francisco, subindo além do Rio das Velhas, permitiram

---

<sup>55</sup>Pela importância das memórias registradas por Pedro Calmon, vale a pena completar a transcrição de sua importante obra, que vai no seguinte sentido: “Os serviços de Antônio 2º asseguraram ao neto do tabelião, Antônio 3º, uma situação privilegiada nas milícias coloniais. Sargento-mor em 1667, mestre-de-campo em 1671: o maior posto a que poderia aspirar. Fora disto, havia o governo. Exerceceu-o, como juiz ordinário mais velho, em 1675, no triunvirato à espera do governador-geral. Fez enorme fortuna. Foi, senão, a mais vasta, pelo menos mais falada do Brasil: porque sem sucessores masculinos, passou à filha, Isabel Maria, e à neta, D. Joana Guedes de Brito, requestadas por isto, discutidas, celebrizadas, como as mais ricas herdeiras da América portuguesa. Entronca-se nessa abastança a Casa da Ponte, rival, na Bahia, da casa da Torre, ao tempo em que Antonil (padre João Antônio Andreoni) redigiu as suas páginas minuciosas e exatas. A divergência entre as duas famílias que retinham, como dinastias reais, centenas de léguas consolidadas em morgadio – definira-se em 1655 com o modesto requerimento de sesmaria (seis léguas) que Antônio Guedes de Brito, com seu pai, apresentara ao Governador Francisco Barreto. Parecia banal: com a petição bem encaminhada arrendar-se-ia, no deserto, por onde não transitara ainda homem branco, um domínio desmesurado. Mas o grão-senhor, que queria terras tão longe do litoral, não era um visionário. Açambarcava regiões desconhecidas como se lhes advinhasse o futuro. Dir-se-ia que a experiência dos negócios lhe dera um sentido profético – semelhante ao do fundador da Torre quando se fortificara, solitário, na sua montanha de Tatuapara. Os Ávilas, no seu trajeto para o S. Francisco, através do Itapicuru e do Rio Real, insensivelmente procuraram Pernambuco, o Ceara-Mirim, raias do Maranhão: eram os homens do meridiano. Guedes de Brito cobiou o ocidente, o curso superior do S. Francisco, o sertão que confinava com os espigões e as nascentes dum território misterioso que viria a chamar-se Minas Gerais. Era o homem do oeste. Acertou.” (CALMON, 1983, p. 79-80)

formar um amealhado econômico considerável, a ponto de a história da riqueza da família ultrapassar os mares atlânticos alcançando as terras originárias de Portugal<sup>56</sup>. Antonil (2011, p. 272), menciona assim sobre as terras de Guedes de Brito:

Sendo o sertão da Bahia tão dilatado, como temos referido, quase todo pertence a duas das principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre, e a do defunto mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito. Porque a casa da Torre tem duzentas e sessenta léguas pelo rio de São Francisco, acima à mão direita, indo para o sul, e indo do dito rio para o norte chega a oitenta léguas. E os herdeiros do mestre de campo Antônio Guedes possuem desde o morro dos Chapéus até a nascente do rio das Velhas, cento e sessenta léguas. E nestas terras, parte dos donos delas tem currais próprios, e parte são dos que arrendaram sítios delas, pagando por cada sítio, que ordinariamente é de uma légua, cada ano, dez mil-réis de foro. E, assim como há currais no território da Bahia e de Pernambuco, e de outras capitanias, de duzentas, trezentas, quatrocentas, quinhentas, oitocentas e mil cabeças, assim há fazendas a quem pertencem tantos currais que chegam a ter seis mil, oito mil, dez mil, quinze mil e mais de vinte mil cabeças de gado, donde se tiram cada ano muitas boiadas, conforme os tempos são mais ou menos favoráveis à aparição e multiplicação do mesmo gado, e aos pastos assim nos sítios como também nos caminhos.

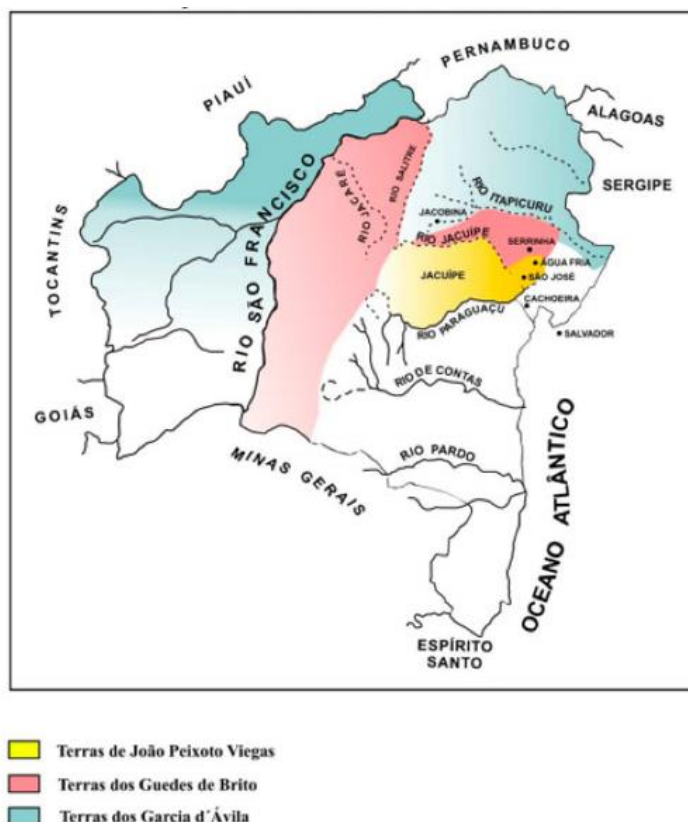
Essa formação desenhada por Antonil, bem próxima ao momento da formação da localidade de Serrinha, demonstra o mecanismo que se instaurou naqueles tempos, vinculando a origem dos currais às propriedades e, em alguns casos, às formações das cidades futuras em toda aquela região do Nordeste do Brasil.

---

<sup>56</sup>É ainda Pedro Calmon que menciona o tamanho da importância deixada por Guedes de Brito, ao ponto de fazer sua filha e sua neta mulheres com dotes consideráveis. Assim ele menciona: “Foi aí procurador de D. Isabel Maria o destemido Manuel Nunes Viana. Habilitou-se às cinquenta arrobas de ouro com que deixou as minas – depois de ser ditador dos ‘emboabas’ – com a confiança que nele depositou a filha do papa-terra. Ninguém teve na colônia palácio mais primoroso que o dele: a sua mansão da rua do Saldanha, nome que lhe ficou, do segundo marido de D. Joana, a terceira possuidora daquele mundo.... Casou-se com o Conde de Cocolim. O Bispo do Pará a ela se referia, neste lanço de suas memórias: ‘Terrível desaforo teve a Condessa de Coculim! Foi o caso. Quis um seu filho casar com a herdeira da casa da torre (sic) da Bahia. Dois fidalgos requestavam-lhe, e ela para os afastar disse que a dita herdeira era judia, e entregou a medalha e venera o Santo Ofício. Casou, e querendo-a reaver, escreveu à mãe. Foi a Condessa ao cardeal da Cunha expor-lhe a rapazia e a dependência. O cardeal não assentiu, e, vendo-se apertado, disse que o Santo Ofício não era guardanapo de limpar nódoas. Respondeu a Cocolim: ‘É rodilha de limpar bacios’. Nem lhe bastou - a mameluca D. Joana (diz a tradição, magoava o marido recebendo, no palácio, os parentes caboclos...) um conde de sangue puro. Viúva e moça, pediu a Portugal outro fidalgo. D. Manoel Saldanha da Gama foi o escolhido – e consta que ao despedir-se del-Rei D. José, segredou-lhe este, fazendo olhar de inveja: bem menor dote lhe levava a Rainha D. Mariana Vitória... veio, morou naquele paço sem rival na cidade, ligou seu nome à rua, e por morte da mulher se mudou para o reino, sem filhos. Para contrair novas núpcias, desta feita dentro em sua linhagem, do que resultou passar tudo o que os Britos acumularam para a Casa da Ponte, que na terceira geração liquidou o espólio – com a sua magnificência, com seu infortúnio, o seu desprendimento e a sua prodigalidade.” (CALMON, 1983, p. 80-81).

O poderio e a importância dos Guedes de Brito e a casa da Ponte serão definidoras de todo cenário que veremos por dezenas de quilômetros que cercam o sertão, iniciando-se de Minas Gerais até as partes nortes de São Francisco.

**Figura 14** – Demarcações de terras na capitania da Bahia, início do século XVIII



Fonte: Freire (2012)<sup>57</sup>.

Moniz Bandeira também menciona a importância de Guedes de Brito, ao registrar a história da Casa da Torre. Porém, nesse caso, ele reconhece a importância dos currais no avanço destes novos rincões, que fogem ao fácil acesso das beiradas do oceano e dos canaviais contidos na mata atlântica. Por isso ele registra:

Esse avanço pelo sertão, entretanto, continuou, não mais visando tanto ao apresamento dos índios, cuja a escravização a lei régia de 3 de junho de 1609 proibira de modo absoluto e entregara sua civilização e catequese à Companhia de Jesus, quanto, no curso do século XVII, a pecuária cada vez mais continuou a assumir crescente significação econômica e social, em função da intensa procura de gado bovino, equino e muar pela indústria do açúcar, que empregava para o transporte terrestre a pequenas distâncias bem como na tração nos engenhos e trapiches, onde os negros da Guiné e de Angola

<sup>57</sup> Ilustração publicada no Atlas da Bahia

mais e mais substituíam os índios. Tal demanda impulsionou a sua expansão, mas, em virtude das plantações de mandioca e cana ao longo do litoral, ela só podia ocorrer adentrando o sertão, cujas terras eram mais pobres e áridas, impróprias para a lavoura<sup>58</sup>. (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 156)

O avanço do gado pelo sertão, muito bem aproveitado pelos Guedes de Brito, ajustava as próprias dificuldades da terra a uma nova investida. A própria ação da casa da Torre, em expansão pelo Nordeste, buscando um caminho a Pernambuco, auxilia a formar milhares de quilômetros em terras possíveis de invasão de novos currais e, com isto, garantindo-se acesso amplo àqueles que se misturam em portugueses ansiosos pelo lucro sem a necessidade de capital, a chance de mamelucos e caboclos, mas tudo sob o domínio dos vaqueiros conquistadores.

Esse andar de conquista por novas áreas do nordeste baiano vai encontrar, em Guedes de Brito e em sua casa da Ponte, um grande formulador de um Brasil interior, ligado ao gado e a propriedade de novas terras. Dentre os estudiosos desse período brasileiro, Moniz Bandeira se posta como um dos mais importantes, relatando, junto com Pedro Calmon, a vivência e a fluência da Casa da Torre no período. Mas ele mesmo menciona a força de Guedes de Brito, como agente definidor daquele período nas localidades baianas:

Em 1612, o tabelião Antônio Guedes já alargara suas propriedades entre os rios Real, Itapicuru e Inhambupe, assenhorando-se de uma extensão de quase 50 léguas pelo sertão, enquanto Belchior Dias Moreia e outros obtinham sesmarias no fim das terras do conde de Linhares. Francisco Dias d'Ávila, a quem o capitão-mor Baltazar de Aragão, quando o governou interinamente a Bahia, ordenou a patente de capitão da gente de distrito de Jacuípe até o rio real, tomou, porém a dianteira. E o que lhe facilitou o alargamento do seu domínio no rumo do sertão foi o fato de que criadores de gado tiveram condições de estabelecer um *modus vivendi* com os índios, pois os trabalhos nas fazendas eram, segundo Roberto Simonsen, 'mais suave e mais adaptável' ao seu temperamento do que nos engenhos de açúcar, onde eles logo pereciam. A criação de gado *vacum*, que ilimitadamente se multiplicava, requeria pouca inversão de capital e dispensava especialização, não demandava tantos braços como a cultura da cana e a produção do açúcar, nem exigia o mesmo esforço de trabalho a que os indígenas não estavam acostumados. (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 156)

---

<sup>58</sup>Para explicar o aproveitamento das oportunidades feito pelos membros da Casa da Ponte, Moniz Bandeira completa: "E a conquista definitiva de Sergipe, em 1590, possibilitou este avanço. Ao permitir a constituição de mais uma capitania, a de Sergipe d'El-Rei, ele acabara com a solução de continuidade existente entre a cidade de Salvador, sede de governo, e Recife, os únicos centros de colonização portuguesa no Norte, e no início do século XVII já se podia viajar da Bahia para Pernambuco. Talado assim o caminho, os criadores de gado da Bahia puderam dilatar seus currais e avançaram através do altiplano espalhando as manadas, que até então se desenvolveram nas vizinhanças da cidade de Salvador até a margem direita do Rio São Francisco." (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 156).

A vastidão de terras dos líderes das casas da Ponte e da Torre não aconteceria impune. Dois potentados econômico-agrícolas não poderiam acontecer de graça sem haver interferência e ações de um contra o outro. A história sobre esses fatos pode ser vista por dois aspectos. Primeiro olhando sob o prisma dos d'Ávila, temos, na transcrição de Moniz Bandeira, a seguinte visão:

A dilatação do domínio da Casa da Torre em mais de uma centena de léguas dentro sertão S. Francisco, acarretou-lhe, entretanto, sérios confrontos. O primeiro ocorreu com o sargento-mor Antônio Guedes de Brito, neto de Antônio Guedes, o tabelião que registrara o testamento de Garcia d'Ávila. O conde de Óbidos, D. Vasco de Mascarenhas, concedeu-lhe, em 1663, uma sesmaria, 'a maior que ainda se deu', a abranger desde a nascente do Itapicuru até o S. Francisco e por ele acima, tantas léguas houvesse, até as cabaceiras do Paraguaçu, com o que toda a extensão territorial do Urubu, até 10 léguas abaixo do rio Salitre, passou a pertencer quase que exclusivamente à família de Antônio Guedes de Brito, dando origem ao morgado da Casa da Ponte e à Casa da Torre de Garcia d'Ávila, cujo interesse de ambas, consistia, sobretudo, em proceder à mineração, por trás das manadas de bois, longe das vistas do governo. [...] A rivalidade entre as duas famílias tornou-se destarte inevitável. Embora as 160 léguas obtidas por Antônio Guedes de Brito se estendessem pela margem ocidental do rio S. Francisco, a contar do morro do Chapéu à nascente do Rio das Velhas, a Casa da Torre não se conformou e reagiu. E, em 1668, Alexandre de Sousa Freire, que sucedeu o Conde de Óbidos, ordenou a prisão de Antônio, o crioulo, e advertiu outros criados do Padre Antônio Pereira, Bento Gomes, João e Manuel Calhelha e Lourenço, que se abstivessem de ameaçar Antonio Guedes de Brito. (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 195)

Assim fincada a cunha entre terras que se encaminhavam para os domínios dos d'Ávilas, coube a Guedes de Brito um novo encaminhar, sempre cindido com os donatários da Casa da Torre. Tanto assim que é Pedro Calmon quem conta, sob um outro aspecto, a divisão que havia entre as famílias:

Ao primeiro choque entre Antônio Guedes e os da Torre, reconheceram estes quão perigoso seria enfrentar adversário desse porte. Pela primeira vez, cederam. O Governador Alexandre de Sousa Freire ameaçou, com penas severas, quando turbassem as posses do sargento-mor. Um escravo do padre Pereira foi apregoado como foragido da justiça. E em 6 de dezembro de 1668 uma portaria intimava Bento Gome, João Calhelha, 'criados do Padre Antônio Pereira', que se abstivesse de inquietar o vizinho. Não tivesse dúvida: era lei<sup>59</sup>. (CALMON, 1893, p. 82)

---

<sup>59</sup>Concluindo, Pedro Calmon explica, em seu livro num capítulo que intitula: "Como dois príncipes". Nessa passagem ele menciona: "Garcia e Guedes trataram-se como príncipes. Ajustaram dividir amigavelmente as suas terras da Jacobina e do nordeste. E acertaram que do Rio Real se botasse rumo para a serra de taipiaba, que cai sobre o Itapicuru, e da ponta da serra outro rumo ao poente até a nascente do mesmo Itapicuru, donde uma linha partiria para o São Francisco, ficando com a Torre a parte do Nordeste, com os Guedes a parte do

A formação da Casa da Ponte, que vai dar origem a grandes destinos do Nordeste e origem a localidade em estudo, deu-se entre grandes oportunidades de descobrimento de um solo novo, que apesar de não aproveitar solos ricos, soube tirar de regiões ressentidas geograficamente soluções consideráveis econômicas. Os rumos do sertão foram aproveitados plenamente, dando grandes oportunidades ao Brasil que se formava no grande e novo sertão.

Se Garcia d'Ávila foi responsável pelo envio do gado ao sertão e a abertura de caminhos para a implantação de novos criadouros, foi Guedes de Brito quem definiu, junto com a Casa da Torre os rumos do oeste baiano de vasta área situada a margem direita do rio São Francisco, o norte de Minas Gerais e a chegada de centenas de novas cidades que se sucederiam ali a partir daí.

---

sul. No ano seguinte (março de 1669), desafiou Garcia d'Ávila mais alto poder: a Companhia de Jesus. Acabavam os missionários de fundar, com as igrejas, as aldeias de Itapicuru e Geremoabo. Destruiu-as, numa fúria sacrílega, cujos ecos chegaram a Roma e a Lisboa. Pediu depois os padres perdão pelo atentado; mas este ficou impune. Constituiu o primeiro episódio de uma luta incruenta e vasta; da avareza do grão senhor com os apóstolos do sertão. Recolheu Garcia a Tatuapara, e morreu num isolamento magoado, ao findar o inverno de 1675, quando o filho acabava de conquistar o Piauí para a coroa de Portugal.” (CALMON, 1983, p. 82-83).

#### 4 A LOCALIDADE DE SERRINHA: A FUNDAÇÃO POR PARTE DE BERNARDO DA SILVA

Famílias poderosas vão dominando sertão adentro.  
(BOAVENTURA, 1989, pg. 96)

Para compreender claramente a posse de terras que deu origem à cidade de Serrinha, necessário é entender, antes, o regime de terras que se infundia entre portugueses durante toda a colonização. Afinal, três fenômenos, de ordem político, econômico e social se realizavam para a definição de um território de ocupação.

Naqueles tempos, que se seguem à chegada de Tomé de Souza e os d'Ávila, os movimentos que cercavam a Coroa buscavam compensar a falta de população e de recursos para conquistar as novas terras, que seriam chamadas logo após de brasileiras<sup>60</sup>, com estratégias. É bem claro que haveria necessidade de um regulamento comum que moldasse a atuação da Coroa, bem como solução para os objetivos a serem conquistados. Nesse sentido três questões precisavam ser enfrentadas.

Uma, e imprescindível questão, era a ordem econômica, já aqui enfrentada em diversos momentos. As soluções buscadas na *terra brasilis* deveriam resolver a viabilidade econômica dos investimentos empregados. Sendo a cana-de-açúcar proposta de solução para o investimento na América portuguesa, nenhuma outra resposta – inclusive a aquela voltada para a busca de minerais preciosos – deveria se sobrepor. Por conta disso, a busca de soluções tinha que considerar as realidades pretendidas pela Coroa: soluções econômicas, apropriação do solo e aperfeiçoamento do controle político – o cunhadismo<sup>61</sup>.

Uma das soluções importantes tomadas no período de formação da localidade de Serrinha, como de tantos outros que lhe cercavam, era a construção de um modo de apropriação da terra. Falido o modelo de capitania hereditárias, que obtivera resultado em Pernambuco e em São Vicente, outras medidas precisaram ser tomadas. Era chegada a época das sesmarias, ainda que este modelo – sesmarias – já tivesse sido adotado em Pernambuco.

---

<sup>60</sup> Afinal, só o atual estado da Bahia corresponde a 6,16 vezes mais que o próprio tamanho de Portugal.

<sup>61</sup> Darcy Ribeiro (1987) atribui a expressão cunhadismo a uma prática que os indígenas tinham de aceitar casamento entre mulheres indígenas e portugueses. Lembrando que, para os indígenas, era português qualquer um que não fosse indígena. Porém essa prática se espalhou entre os costumes portugueses, em que sobrinhos, parentes e cunhados eram chamados para ocupar círculos próximos ao poder ou mesmo obter vantagens governamentais.



As sesmarias<sup>62</sup>, que têm origem na sua dicção da participação sexta dos recursos decorrentes do seu uso, já tinham sido utilizadas em Portugal desde a expulsão dos mouros, na passagem dos séculos XII e XIII. Nesse período a Coroa via a solução da agricultura como forma de expansão e assentamento de um reino novo<sup>63</sup>, que se dividia das origens ibéricas comuns. A solução da concessão de terras, que sempre pertenciam ao reino, nunca ao particular, deveria fortalecer a agricultura.

O modelo adotado no Brasil, de entrega da terra através das sesmarias, foi efetivado após a crise que acontece com as capitanias. Ainda pertencendo todas as terras ao reino, agora elas poderiam ser utilizadas conforme as demandas de seus ocupantes. Ou seja, o norte para a sua aquisição não seria nunca a forma de um processo da administração governamental do reino, mas sim decorrente das ocupações ou das relações com os poderosos da Coroa.

A concessão das terras era feita pelos sesmeiros, homens bons que tinham a dignatária posição junto ao reino. Mostra, entretanto, que as primeiras concessões de terra sob regime de sesmarias, atendiam às regiões destinadas aos engenhos; ficando proibida a sua concessão para áreas destinadas à criação de gado<sup>64</sup>.

---

<sup>62</sup> De acordo com Carra, Ordenações Filipinas, Livro IV, Título XLIII, registram: “Sesmarias são propriamente as dadas de terras, casaes, ou pardieiros, que foram, ou são de alguns Senhorios, e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas, e agora não o são. As quaes terras, e os bens assi danificados, e destruidos podem e devem ser dados de sesmarias, pelos Sesmeiros, que para isto forem ordenados. E a Nós sómente pertence dar os ditos Sesmeiros, e os pôr nos lugares onde houver terras ou bens de raiz que de sesmaria se devão dar. E se as terras onde se as sesmarias houverem de dar, forem foreiras, ou tributarias a Nós ou a coroa de nossos Reynos, quer se os foros e tributos arrecadem para Nós, quer para outrem, a que os tenhamos dados, costumamos dar por Sesmeiros os nossos Almoxarifes dos lugares ou Almoxarifados, onde os taes bens ou terras estão.” (CARRA, 2020, p. 23-24).

<sup>63</sup> “Responsável pelas organizações municipais o sesmeiro ou courelheiro tinha como função a distribuição de terrenos sem dono ou incultos, no caso dos donos não os aproveitarem. Assim, conforme a incidência de presúrias diminuem com o arrefecer da guerra, os sesmos e sesmeiros começam a tomar espaço. O sesmo era a subdivisão de uma área maior, como uma quota de um todo, que deveria ser dada pelo sesmeiro, até serem esgotadas e, como decorrência, aproveitadas. Cada sesmeiro, homem bom ocupante do cargo administrativo, superentendia no seu dia da semana e no sesmo de competência, e esses dias excetuavam-se os domingos, que eram os dias do tribunal destinados ao concelho. Tal terra, deveria ser cultivada efetivamente e cumpridos, pelos agraciados com a posse, os encargos costumeiros ou foraleiros, única maneira de garantir a gleba, que se não agricultada, poderia ser repassada a outras pessoas que se dispusessem a fazê-lo. Esgotadas as terras a serem distribuídas no concelho, só por um título legítimo, como a compra ou a doação, poderiam ser adquiridas. Os ocupantes do cargo de sesmeiro eram nomeados pelo concelho, através de eleição do grémio municipal, onde o rei delegou a este o poder de distribuir terras, mas posteriormente, necessitavam de confirmação real. A inexistência dessa delegação, eram nomeados pelo rei. Nas terras régias ou reguengos cabia a um funcionário real como o almoxarife ou contador do rei; em domínios de senhorio, competia a este por delegação régia. Ulteriormente, a produção de géneros agricultáveis entrou em decadência, provocada por diversos fatores o que, com tempo, demandou medidas mais incisivas no âmbito agrário, que deram origem a famosa Lei das Sesmarias, em 1375.” (CARRA, 2020, p. 14).

<sup>64</sup> “Não era definido na lei que seriam os ditos “homens bons”<sup>31</sup> nem o modo pelo qual seriam escolhidos. Defende Gama Barros que a escolha era feita em forma de eleição no concelho, que ficava dependendo de confirmação régia. Chegou a esta conclusão o autor através do exame de dois documentos da Chancellaria de D. Fernando.<sup>32</sup> A restrição da criação de gado também foi uma preocupação de D. Fernando. A atividade só era permitida quando beneficiasse a lavoura; a pena em caso de incumprimento era o confisco do gado pela justiça do lugar,

A concessão de sesmarias, entretanto, acabou gerando efeitos inversos, considerando o quanto foi proposto no modelo português. Adotando a legislação de 1375, na época de D. Fernando, em que se pretendia distribuir terras para promover a produção agrícola; como se disse: a preocupação de alocar áreas retomadas dos mouros. Porém se as dimensões de Portugal permitiram uma reorganização fundiária, no Brasil, o processo, pelos próprios matizes acabou invertendo esta lógica. Luiz Antonio Ferraro Júnior e Marcel Bursztyn (2010), em seu artigo *Das sesmarias à resistência ao cercamento: razões históricas dos Fundos de Pasto*, comentam que as concessões feitas, na ordem de 50 léguas para cada fundiário<sup>65</sup>, criaram grandes latifúndios, que acabaram se preservando, de algum modo, no transcorrer dos anos.

Assim, os sesmeiros, que no processo em terras portuguesas eram oficiais que faziam a distribuição de terras, no Brasil, eram proprietários, que subdividiam o solo ao seu interesse (ver figura 16). O modelo, também denominado de enfiteuse romana, trouxe diversas distorções, como se verá na própria história, ainda hodierna. Esses desvios são mencionados por Evelyn Carra, em seu trabalho sobre as sesmarias apresentado junto à banca de Coimbra:

A lei não definiu a forma pela qual a repartição de terras deveria ser feita. Inclusive, a falta de disciplinamento sobre o modo pela qual deveriam ser dadas as sesmarias causou muitas reclamações nos concelhos e, é uma das críticas tecidas à lei de D. Fernando por Vicente de Carvalho<sup>36</sup> ao referir que a falta de disposição a respeito das formas através dos quais deviam ser dadas as terras, em sesmarias, tinha como consequência o arbítrio dos sesmeiros no campo prático (CARRA, 2020, p. 19)

Apesar de a legislação portuguesa conter diversas formas para garantir-se o controle das sesmarias, parece que estas medidas geravam poucos efeitos em terras tão distantes<sup>66</sup>. Exigência

---

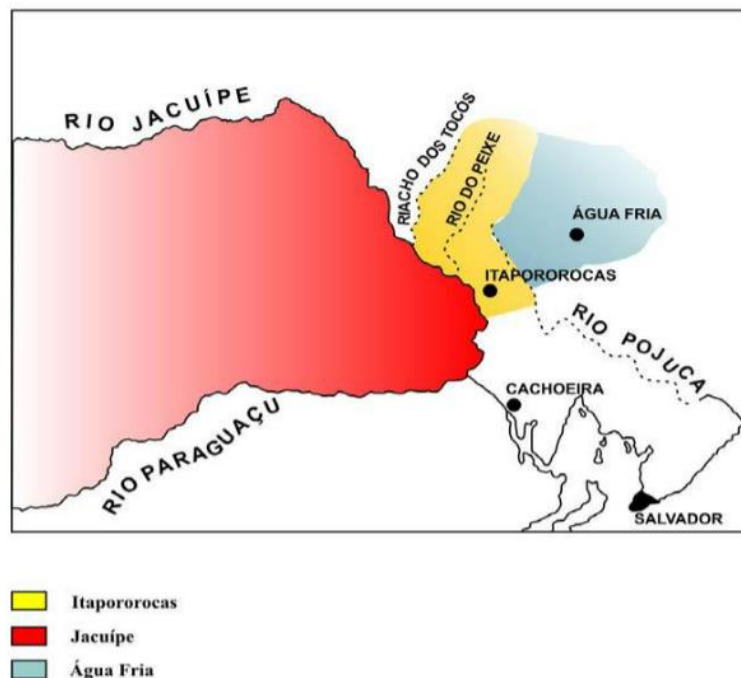
em prol do bem comum e, quem denunciasse e mostrasse onde outro mantinha seu gado, levava a terça parte. Não são estranhas as disposições quando confrontadas com o costume e situação do reino, afinal “no Alentejo, região de terra dura e rebelde, bem como em outros cantos do Reino, os camponeses preferiam criar animais ao invés de plantar por não haver mão-de-obra suficiente provocada pelo êxodo rural.”<sup>33</sup> A regra pode ter vindo de provisões de D. Pedro I, parecidas com as contidas na lei, que dispunham só poder haver o gado que fosse necessário para o arado e cujo número máximo seria dezesseis cabeças de gado; proibia, ainda, que se disponibilizassem terras para a criação de gado<sup>34</sup>. As penas instituídas variavam de perda das terras, multas, açoites e até desterro do Reino. Estas, apesar de excessivas e violentas aos sob o prisma dos valores atuais, eram fruto de recursos técnico-jurídicos da época.<sup>35</sup> CARRA, 2020, p. 19-20).

<sup>65</sup>Esta medida – 50 léguas – referia-se ao ingresso em linha de terra da área.

<sup>66</sup> “Em virtude disso, Costa Porto<sup>154</sup> chegou a afirmar que o erro da Coroa portuguesa não foi aplicar a sistema sesmarial em solo brasileiro<sup>155</sup>, mas não tomar nota das peculiaridades e diferenças da colônia em relação à metrópole: no Reino, as terras haviam sido cultivadas e, portanto, não eram virgens como na colônia; a diferença na extensão das terras, muito maiores na colônia, dificultava a fiscalização do processo de distribuição, visto que a atividade era deixada a cargo de poucos capitães e delegados do Rei e, após a instituição do governo geral, passa a ser dever dos Provedores e Ouvidores locais, que ficavam restritos nas sedes, ignorando o que se passava no interior, enquanto no Reino, minúsculo em tamanho quando comparado com a extensão da América lusitana e, em cada comarca ou vila havia funcionários encarregados da legislação

de éditos para a busca do sesmeiro, a persecução daqueles que permitissem a manutenção das terras incultas, determinação de prazos para que fosse regularizada a produção, eram meios previstos na legislação, mas muito pouco praticados.

**Figura 15** – Sesmarias de João Peixoto Viegas, Capitania da Bahia, início do século XVIII



Fonte: Freire (2012)<sup>67</sup>.

Cabia aos sesmeiros também compelir a produção agrícola, sob a pena de perda das áreas concedidas, mas, ao que parece, as dimensões e investidas no Brasil não permitiam exatamente este controle. As dimensões, a falta de controle formal do Estado, a ocupação irregular do solo, feita a partir do andar do gado, não permitiu que o sistema fosse acompanhado de um ordenamento. Transformou-se no conjunto de desvios que é vivente até os dias atuais<sup>68</sup>.

sesmarial. Na conceção autor, fazia-se mister criar regulamentação adequada e específica para a realidade colonial, e não aplicar o molde de D. Fernando, que estava, invariavelmente, destinado ao fracasso em terras brasílicas. Isso ocasionou, posteriormente, diversas alterações legais, através de regulamentos, cartas régias, resoluções do Conselho Ultramarino e outros, na tentativa de dar uma resposta aos problemas jurídicos que a antiga legislação portuguesa não conseguia suprir.” (CARRA, 2020, p. 50).

<sup>67</sup> Ilustração publicada no Atlas da Bahia, edição de 1978, adaptada por Luiz Cleber Moraes Freire, em sua obra: *Nem tanto ao mar nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850 -1888*. Feira de Santana, UEFS Editora, 2012. p. 42.

<sup>68</sup> Também Luiz Antonio Ferraro Júnior e Marcel Bursztyn (2010, p. 385) destacaram “[...] um campesinato advindo de famílias de vaqueiros, agregados e outros recém-chegados, num processo de acampesinamento relacionado ao apossamento comunal das terras. O descontrole do Estado sobre essas terras, o desinteresse econômico por elas e seu relativo isolamento geográfico são aspectos que favoreceram seu desenvolvimento. No sertão, essas condições perduraram sem alterações bruscas e exógenas até as décadas de 1970 e 1980, quando o cercamento de grandes áreas criou choques com os usos costumeiros. A partir daí, atos mais ou

Além disso, outro capítulo devia chamar a atenção: a relação entre os sesmeiros e os agricultores; destacando-se entre estes, os vaqueiros. O modelo de arrendamento de terras, denominado “sorte”, estabelecia que o vaqueiro pudesse manter para si uma entre cada quatro crias, fazendo com que seus animais fossem criados juntos com os do “patrão”. Este sistema é que permitia o acesso à riqueza daqueles que não tinham, além do próprio esforço, chance de participação no resultado econômico. Além desse modelo, como veremos adiante, nos casos em que as áreas superassem medidas significativas, era possível sua aquisição, mediante pagamento de foro, com valores de 10 mil réis por ano<sup>69</sup>.

Apesar do sistema de sesmarias ter sido aplicado sob a mesma égide legislativa, não se pode considerar, claramente, que o modelo adotado aqui conseguiu receber a mesma inspiração. Obviamente, as realidades dispares, a distância da Coroa, as influências e desvios familiares e o “cunhadismo”, permitiu que o ocorrido no Brasil fosse muito dessemelhante daquilo que tivera ocorrido em Portugal em seus mais de 200 anos anteriores à chegada do modelo ao Brasil.

A intervenção da Coroa, efetivamente muito frágil, não foi suficiente para causar espanto ou solução para os problemas das sesmarias para o período contemporâneo à formação de Serrinha. Todavia, por circunstâncias que serão anunciadas logo em seguida, poderemos ver que elas não foram capazes de modificar a realidade da localidade analisada.

Ali, por decorrência e prospecção de seus ocupantes, ela – a locação do espaço – deu-se do modo que se pode recomendar completamente regular, não gerando grandes expectativas divergentes.

Mencionado antes, foi o aboiar do gado que amansou a terra e expos os caminhos do novo Brasil do sertão. Nisto Boaventura (1989) menciona as estradas que formaram os novos caminhos. Ele comenta os currais formadores dos futuros povoados:

Vem completar o século XVIII a disseminação dos currais, com o apossamento do sertão e o sacudir do ouro escondido na terra.

---

menos isolados de resistência comunitária e o “reconhecimento” desses usos costumeiros por parte de uma fração do Estado criaram as condições que transformaram um padrão de ocupação e uso da terra em uma nova categoria social.”.

<sup>69</sup>No Nordeste, as concessões coloniais de terras foram maiores, dando origem a imensas casas senhoriais, como Casa da Torre, Casa de Sertão, Casa da Ponte, Casa do Sobrado, Casa de João País, Casa de Vieira (Faoro, 1997). “Sendo o sertão da Bahia tão dilatado, como temos referido, quase todo pertence a duas das principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre, e a do defunto mestre de campo Antonio Guedes de Brito” (Antonil, 1982, p.200). Nessas imensidões, eram imprecisos os limites de terras entre as Casas. As únicas referências às dimensões alcançadas por elas são as de Antonil (Neves, 1998). As relações entre sesmeiros e vaqueiros repetem os padrões em que um poder central mantém e se mantém em função da reciprocidade com poderes locais (Faoro, 1997; Bursztyn, 1990). Com a decadência da pecuária, essas relações se tornaram mais instáveis e voláteis. Os movimentos desses poderes locais sempre foram determinantes para a relativa autonomia dos posseiros; quanto mais presentes e poderosos os senhores, tão mais difíceis e incertas as suas condições.” (FERRARO JÚNIOR; BURSZTYN, 2010, p. 390).

Distribuídos os primitivos currais, subdivididos, esfacelados os latifúndios da Casa-da-Torre e da Casa da Ponte e dos seus contemporâneos, quebrando o encanto das velhas sesmarias, Feira de Santana, Riachão do Jacuípe, Camisão, Serrinha, Monte Alegre, Baixa Grande, na pureza da catinga aqui perto, produziram autêntica civilização de pastoreio. (BOAVENTURA, 1989, pg. 45)

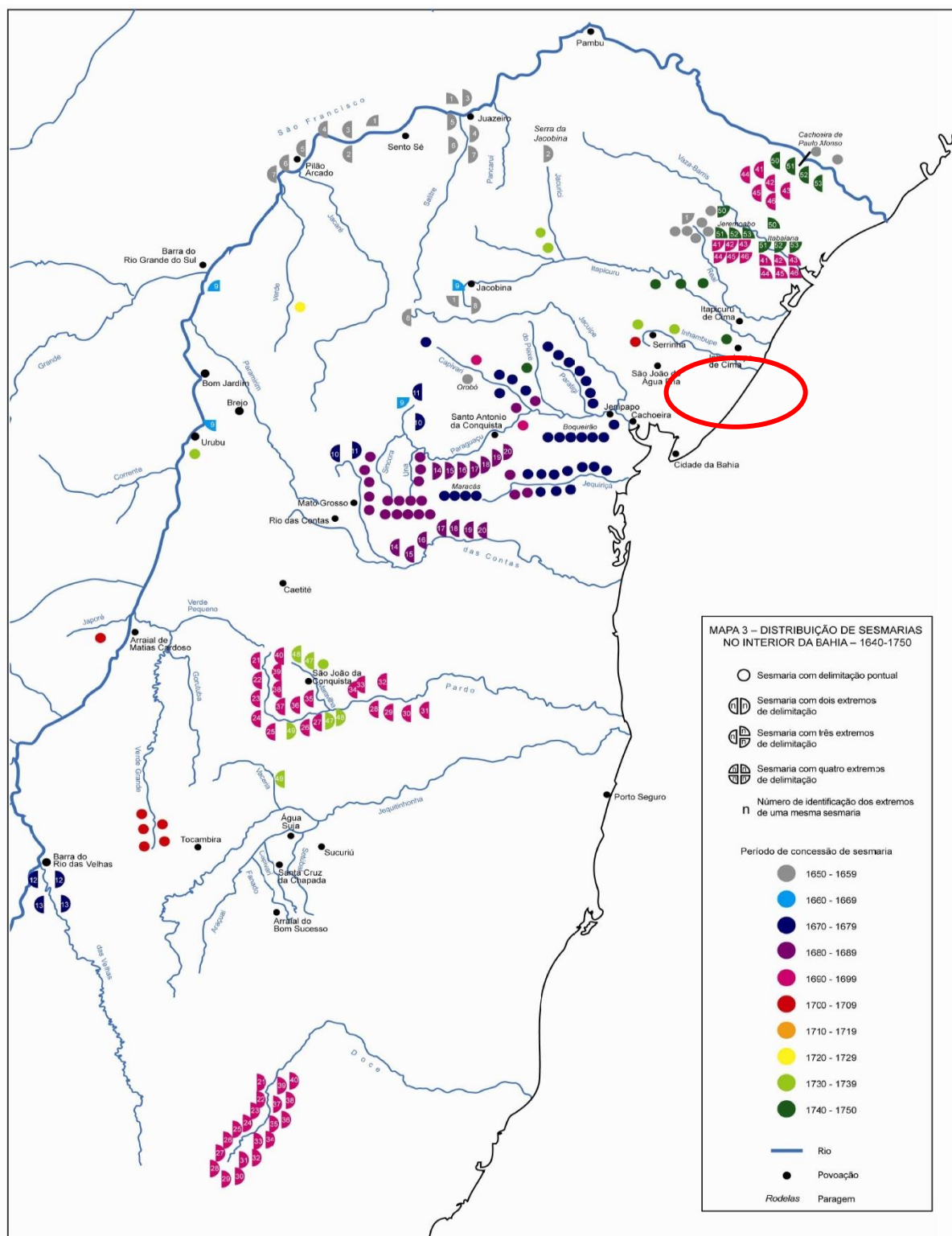
Assim, Serrinha nasce a partir da invasão dos portugueses e seus mestiços, além da influência de uma economia que se inicia como lateral – o gado – mas é imprescindível à formação deste novo Brasil. O Brasil que nasce dos sertões sem os rios e sem as estradas, enfrenta indígenas, proprietários originais das imensas terras, com pluviosidades variáveis, mas geralmente muito pobres ou pouco intensas, tudo dentro de uma geografia desafiadora. Nasce da coragem e da vontade este novo Brasil.

#### 4.1 A AQUISIÇÃO E A FUNDAÇÃO DE SERRINHA

A forma de ocupação do solo, através de mecanismos efetivos e legais, que dão origem a Serrinha, reconhece a existência de quanto fora previsto pela legislação de então para lhe dar causa. A importância do reconhecimento de Guedes de Brito como sesmeiro e sua possibilidade de conhecer o uso das terras daquela região detém uma situação de legalidade não usual naquela ocupação original.

Bem de se lembrar que Serrinha era conhecido mesmo antes da sua formação histórica por Bernardo da Silva. Pesquisas feitas por Márcio Roberto Alves dos Santos (2010), em seu imenso trabalho *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*, permitem identificar o reconhecimento da existência de Serrinha, muito antes de sua ocupação confirmada pelo seu fundador, o que leva a dizer que diversas populações já cercavam o solo naquele período, como pode ser visto no mapa (Fig. 17).

**Figura 16** – Distribuição de um conjunto de 127 sesmarias concedidas entre 1640 e 1750, no interior da Bahia



Fonte: Santos (2010, p. 190).

Ou seja, apesar das indicações de que a ocupação oficial de Serrinha venha se dar posteriormente ao ano de 1700, considera-se que este local tenha sido ocupado entre 1670 e 1679. Segundo Márcio Santos:

Essas concessões correspondem a registros oriundos, na sua maior parte, de duas coleções documentais: os dois volumes manuscritos do códice 427 do Arquivo Nacional, que abrangem registros de datas e demarcações de sesmarias da Provedoria da Fazenda da Bahia entre 1671 e 1714; e as sinopses das concessões de sesmarias registradas nos livros existentes no Arquivo da Tesouraria da Fazenda da Bahia, que abrangem documentos de 1534 a 1828, publicadas pelo Arquivo Nacional a partir do códice manuscrito 155. 379. Certamente essas coleções não exaurem todas as concessões emitidas para o interior da Bahia no período de 110 anos que estou considerando. Acredito, não obstante, a partir da sua descrição arquivística, que se trata de conjuntos bastante representativos da totalidade das concessões no espaço e período abrangidos pela pesquisa. A propósito, desde já devo sublinhar o número relativamente baixo de concessões encontradas, que corresponderiam a uma média de 1,2 sesmaria concedida por ano no interior baiano entre 1640 e 1750. 380 A ocupação lusobrasileira rarefeita, o povoamento disperso mencionado por Cláudia Damasceno Fonseca para o sertão do São Francisco, 381 constitui, sem dúvida, a explicação mais importante e plausível para esse fato. A ela está associada a dimensão das terras concedidas, comparativamente maior do que, por exemplo, no Recôncavo Baiano ou nas Minas Gerais. Essas duas tendências – povoamento luso-brasileiro rarefeito e áreas de concessão maiores –, evidentemente entrelaçadas, explicariam o baixo número de registros documentais encontrados nessa etapa da pesquisa. (...).

Em 1657 o capitão Garcia de Ávila, o mesmo padre Antonio Pereira, Catarina Fogaça, Francisco Dias Ávila e Bernardo Pereira recebem sesmarias nas mesmas regiões. A referência inicial é a sesmaria concedida a Antonio Pereira três anos antes. A descrição dos limites não possibilita a plotagem, como foi feito no primeiro caso, mas deve-se ressaltar que pelo menos dois pontos citados no documento são conhecidos: o limite sul da primeira sesmaria do padre (20 léguas São Francisco acima, a partir da foz do Salitre, o que calculo esteja na altura da futura povoação de Sento Sé) e a nascente do rio Real. Esses dois pontos estão a pelo menos 370 quilômetros de distância; uma linha imaginária traçada entre eles cortaria toda a porção nordeste do atual estado da Bahia. (...).

Seis anos depois, uma sesmaria possivelmente ainda maior é concedida para Antonio Guedes de Brito e Bernardo Vieira Ravasco. Cálculos aproximativos semelhantes aos do primeiro caso nos dão uma ideia das extensões: 270 quilômetros da nascente do Itapicuru ao São Francisco (supondo-se manter a mesma latitude, o que evidentemente o documento não informa); 200 quilômetros ao longo do São Francisco, mais ou menos da altura da ilha do Gado Bravo (atual município de Xique-Xique) à localidade contemporânea de Boa Vista do Lagamar (atual município de Ibotirama); 230 quilômetros entre essa última localidade e a nascente do Paraguaçu; e 200 quilômetros da nascente do Paraguaçu à nascente do Itapicuru. A superfície aproximada é de 37.500 quilômetros quadrados, ou quase 7% do atual estado da Bahia. É importante destacar que nessa concessão as terras ainda não estavam ocupadas pelos suplicantes. Segundo a petição, eles tiveram notícia de que no “mais interior do sertão” haveria terras que poderiam ser aproveitadas para a criação de gado e plantio de roças; a concessão seria útil também por servir como

bloqueio contra possíveis ataques tapuias a terras já povoadas. [...] O último e mais complexo caso é o de uma sesmaria concedida a Antonio Guedes de Brito em 1684. Trata-se, graças a Antonil, da sesmaria mais conhecida entre esse conjunto de sesmarias continentais do qual estamos tratando. De imediato se apresenta um problema documental: não foi encontrado, até hoje, o ato oficial de concessão dessas terras, o que, como veremos, abre campo para controvérsias na historiografia. Conhecemos a delimitação pelo resumo que é feito numa representação encaminhada à Coroa pela filha do sesmeiro, Isabel Maria Guedes de Brito, em algum momento entre 1719 e 1720: [...] e da outra que lhe concedeu o Sesmeiro o Capitão-mor Brás da Rocha Cardoso no ano de 1684 em confirmação e extensão da que antecederamente tinha das cabeceiras da sua data do Rio de São Francisco de toda a terra que havia por este rio acima até o Rio Vainhu e sua nascente com águas vertentes de uma e outra banda e da nascente do dito Rio Vainhu, até a do Rio Paraguaçu toda a terra que entre estas nascentes houvesse pelo rumo que diretamente lhe tocasse como melhor consta do traslado da mesma Sesmaria folha 9 et seguintes e pela justificação que fez o mesmo Antonio Guedes de Brito no ano de 1684 com as testemunhas que discorrem de folha 14 verso até folha 24 e declaram o compreendido nas mesmas sesmarias de que estava de posse [...]. (SANTOS, 2010, p. 191-193)

Ao rememorar os fatos da fundação de Serrinha, pelo que se chamou de criação de uma família de Serrinha, Dr. Antonio José de Araújo menciona sobre a importância própria da ocupação dos territórios baianos. Assim ele observa:

Quando chegaram as suas cabeceiras e as grandes vastidões territoriais ainda se estendiam por ellas afora, começaram a abrir trilhos que os pusessem em comunicação com os rios de curso mais longo que os contornavam além, ou mais facilmente unissem os logares que melhor se afeiçoassem ao gênero de sua actividade, agrícola, pastoril ou mineira. Surgem as primeiras aldeias de naturais do paiz sob a direção espiritual do frade, aparecem as mais antigas fazendas de criar, despontam os sítios da lavoura. Ao lado do frade duas grandes figuras de grande relevo, como que representando as demais, se levantam. São Garcia d'Ávila e Antonio Guedes de Brito, os dois maiores proprietários de terras na capitania da Bahia, troncos respectivamente das casas da Torre e da Ponte. (ARAÚJO, 1926, p. 4)

O autor da origem e registro das famílias de Serrinha parece predizer que as origens dos primeiros locais, posteriores espaços onde se fundariam diversas vilas e cidades, têm razão nesta ocupação cruzada, onde os negócios, a inscrição dos acampamentos e currais, somados à autorização dos sesmeiros, permitiria a construção de novas ocupações.

O primeiro historiador de Serrinha, Dr. Antonio José de Araújo, menciona que a origem da fundação tem por gênese a ocupação de Guedes de Brito, o qual, por Carta Régia de 21 de julho de 1609, obteve todas as terras existentes entre o rio Itapicuru e Inhambupe.

A partir disso, os documentos referentes às posses no sertão dos Tocós, se referem, segundo o mesmo biografista de Serrinha, a dados de 1716. Uma escritura pública de venda da



viúva do Coronel Antonio da Silva Pimentel, a Sra. Da. Izabel Maria Guedes de Brito, dava conta do negócio que ocorrera em 31 de maio, registrado que foi na Cidade do Salvador e referindo-se à “[...] donataria de capitão Antonio Homem da Affonseca Correia, dos sítios da Massaranduba, Serra Grande e Dois Irmão, todos havidos por herança do falecido pae, Antonio Guedes de Brito, na época, pelo valor de 1:500\$000”<sup>70</sup> (ARAÚJO, 1926, p. 12).

O estudioso das origens da cidade registra, entretanto, que, somente após passados sete anos, o fundador de Serrinha haveria de comprar da filha de Guedes de Brito, D. Joana da Silva Guedes de Britto e seu esposo, D. João de Mascarenhas, as terras do sertão dos Tocós, por 2:200\$000 à vista. Como se percebe da descrição, Bernardo da Silva já residia no nominado sertão dos Tocós, que agora adquiriria; porém um fato novo se soma: a aquisição da fazenda que viria a ser chamado Serrinha, que confronta com novas demarcações<sup>71</sup>.

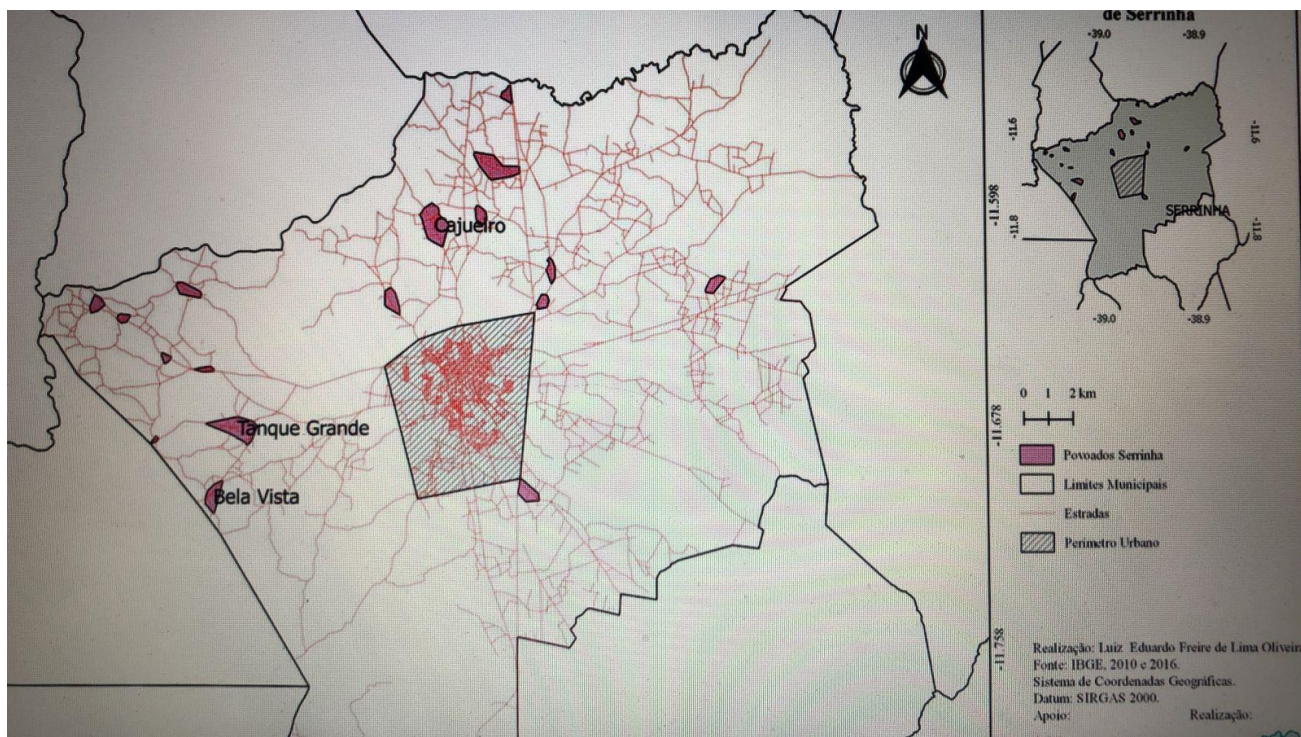
O local, para onde se mudaria Bernardo da Silva, distava pouco de onde era sua pousada anterior, no que veio a se chamar, Tanque Grande.

---

<sup>70</sup>Segundo as escrituras obtidas pelo Dr. Antonio José de Araújo, assim se expressavam as divisas: “[...] começava onde fazia o meio certo a estrada da fazenda massaranduba, onde estavam as casas do capitão João Alves Figueiras, para o Tambuatá, onde morava Bernardo da Silva, e dahi, como pião, corria rumo direito para a parte do nascente até chegar ao morrinho que está entre o Saco Grande, a fazenda da Serra e Serrinha e delle corria direito a nascente do riacho da Tapera e por ele abaixo, com todas as voltas e enseadas até as capueiras que fizeram no rio Salgado, que, sendo o mesmo da dita Tapera, e sua nascente lhe chamam Salgado; em baixo, nas capoeiras, cinquenta braças abaixo delas, seguia para a parte do norte, rumo direito a quarta parte do norte, buscando as caatingas até endireitar ao emparelhar com a casa do sítio chamado Dois Irmãos e dahi segui para diante com o mesmo rumo até se encher da meia légua e nesta forma se dividia então por esta parte ficando bem com o sítio do Salgado, onde morava Gaspar Pinto para se medirem e demarcarem pelas partes do poente. Tornava ao primeiro pião da estrada, que estava entre o Tambuatá e Massaranduba, e delle corria rumo direito para a parte do Poente para a parte da Massaranduba, do dito rumo a chegar a primeira baixa, vindo do riacho do Subaé, a mão esquerda, pela estrada que vinha para Massaranduba, depois de salvar esta dita légua ia seguindo o mesmo rumo em que viesse até encher a meia do rumo que corria para as catingas com que se dividiam com o sítio Dois Irmãos, e de um outro rumo, onde findassem se botaria o travessão pela parte da catinga.” (ARAÚJO, 1926, p.12-13).

<sup>71</sup>“As terras do Sertão dos Tocós e nelas um sítio chamado a Serrinha, que houveram por herança de seu pae e sogro o Coronel Antonio da Silva Pimentel, o qual sítio de terra, assim chamado a Serrinha, confronta e demarca por uma parte com terra deles vendedores, e sítio que está de renda Gaspar Pinto, buscando o taboleiro que vai para catinga onde morou Antonio Gonçalves e demarcando ao meio com o Saco do Moura, donde corre rumo a Tapera do Cypriano, de la cortar a entestar e demarcar com terras de Francisco de Sá Peixoto, de outra parte com rumo a partir de terras do cel. Antonio Homem, por outra parte ainda corre direito o rumo a partir de terras com Manoel Carlos Lima, e deste corre direito a entestar a partir com o Saco dos Tapuyos, buscando a lagoa do Genipapo, correndo o ramo direito a entestar com terras do dito Francisco de Sá Peixoto.” (ARAÚJO, 1926, p. 13-14).

**Figura 17** – Mapa onde se vê o primeiro rancho ocupado por Bernardo da Silva, atualmente denominado Tanque Grande e Serrinha



Fonte: IBGE 2010 – sistema de Coordenadas Geográficas.

Esse registro da moradia anterior do fundador de Serrinha é feito pelo estudioso de Serrinha, Antonio José de Araújo, o qual registra que, sete anos antes de comprar o local, Bernardo da Silva arrendava o Tamboatá, depois Tanque Grande. E mais, o estudioso, fundado em sua pesquisa, considera que desde 1698 toda esta região já se encontrava habitada por brancos com suas fazendas (ARAÚJO, 1926).

A prova da ocupação sequente vem da descrição feita por Araújo (1926), que menciona serem as principais divisas de Serrinha, outros sítios ou posses, pelo que menciona: de um lado, os sítios Massaranduba, Serra Grande e Dois Irmãos, de propriedade do Coronel Antonio Homem da Fonseca Correia (o pesquisador nota que o Coronel não morava nestes sítios); de outro o sítio Salgado, tendo como proprietário D. João Mascarenhas e sua mulher, D. Joanna; por outro lado, com o sítio de Manoel Carlos de Lima e, finalmente, com o sítio de Francisco Sá Peixoto.

Conclui o autor de *A Família de Serrinha* que a região era composta, já àquela época, “[...] por uma porção de sítios de lavoura e criação, ‘a pequena distância uns dos outros’” (p. 14) uns dos quais, Serrinha, se limitava entre tantos.

Naquele período, relembra que, entre os caminhos que ligavam a Bahia – certamente referindo-se a Salvador, a Jacobina e o São Francisco, somente havia três freguesias: Rosário do Porto da Cachoeira, São Gonçalo dos Campos e São José das Itapororocas – e duas capelas: Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Desterro. Não havia nada registrado além disto em toda a região, sendo então a capela a mais existente somente em Jacobina.

Apesar da cuidadosa lembrança postada pelo primeiro historiador dos antecedentes de Serrinha, o jornalista e pesquisador Tasso Franco aprimora alguns aspectos dessa chegada dos portugueses no sertão baiano, com destaque para a intervenção de Bernardo da Silva na formação deste novo local.

Tasso Franco considera que alguns dados históricos devem ser levantados. Trata primeiro da expedição que partiu, ainda em 1590, do recôncavo baiano em direção aos sertões. Esta expedição que se acercou das terras próximas à Serrinha, pela entrada do Jacuípe. Também, outra expedição importante se deu sob ordens de Belchior Dias Moreira, passando por Jacobina, ao caminho pelo rio Itapicuru acima e seguindo pelas caatingas do Tucano.

A partir disso, foram concedidas diversas sesmarias em toda a região a “[...] pessoas influentes à Corte [...]” (FRANCO, 1996, p. 30). Entre elas, o pesquisador menciona uma que foi concedida a Mathias Cardozo, de 30 de setembro de 1653, sendo que esta mediava com a do sogro do concessionário, Sebastião da Silva, que segundo Tasso Franco, seria o provável pai de Bernardo da Silva. Essa concessão se demarcaria com a de Garcia d’Ávila, Francisco Dias d’Ávila, e estendia-se até alcançar a de Belchior Dias Caramuru.

Ainda em 1654, começam as relações com os indígenas das aldeias de Itapicuru, pelo capitão Luiz da Silva. Alguns bandeirantes baianos, entre eles Elias Adorno e Pedro Gomes, avançam para o sertão. Já em 1669, o capitão Fernando Carrilho, com apoio da Casa da Torre, destrói mocambos em Jeremoabo e segue subindo o sertão. Esse movimento permite o acesso das populações de Jacobina, Itapicuru, Rio Real e Itabaiana. Nesse aspecto o autor considera que surge a partir de então a primeira estrada para o Piauí, servindo para a condução do gado nestes trechos.

O movimento colonizador se expande, e em 1752, dirige-se com intensidade até Jacobina, onde se localiza Antonio Ribeiro Sardinha e outros sitiante. Naquele momento achava-se “Domingos Alves Moreira, no sertão do Tijuco, no rio do Peixe, desde a lagoa do Rufino no riacho do Tocós e para o poente até a serra dos três irmãos, a encontrar a estrada real do Pindá que vem do Piauí.” (FRANCO, 1996, p. 31).

Mas é Antonio José de Araújo, em sua obra, que menciona as linhas traçadas a partir da invasão dos sertões, com o movimento do gado e o afastamento de indígenas, que permite a construção de uma rede de acessos e novos povoados:

Uma dessas estradas, aberta por Garcia d'Ávila e outros, grandes criadores de gado no Alto Sertão, entre os anos de 1654 e 1698, para a condução de suas boiadas, e retificada e melhorada pelo coronel Pedro Barbosa Leal, em 1720, quando fundou a Vila de Santo Antonio de Jacobina, cortava o Sertão dos Tocós, também chamado do Pindá, onde ficava o arraial de Agua Fria, e as fazendas do Saco do Moura, Serrinha, Tambuatá, Massaranduba, Pindá, Coité etc. Em Serrinha, tomava as direitas para a fazenda Razo, hoje vila Aracy, para Geremoabo e pontal no Rio São Francisco, e no tanque do Papagaio, adiante de Coité (Cuyate – no original), tomava a direita para Itiuba, como se diz hoje, e Joazeiro, no Rio São Francisco, e as esquerdas para Jacobina. (ARAÚJO, 1926, p. 7)

Essa rede de acessos, construída com o pisar do gado e o afastamento de indígenas que se encontravam neste caminho traçado rumo ao sertão, prosseguiu abrindo passagens aonde os rios não chegavam, mas o gado se expandia. Nesse sentido, é Felisbello Freire que menciona Serrinha e seu entorno:

Vejamos agora as estradas da cidade da Bahia para o norte. Passava na Feira Velha, Pojuca, ladeando o rio do mesmo nome; o rio Catu, zona esta já bastante povoada e de lavoura de cereais, fumo e cana.

Bandejando a Mata de S. João chegava a Santo Antonio da Alagoinhas, com alguns moradores.

Neste lugar a estrada entroncava com a que segue para Pernambuco. Chegava a Alagoinhas, lugar de ranchos ao riacho da Prata, donde outra estrada para Subauma, passava o riacho Camurujipe e seguia para Água Fria, onde a estrada toma a direção sudoeste, ficando a direita Agua Fria e tomando a mesma direção até a Serrinha, lugar de muitos moradores onde havia um excelente rancho e algumas fazendas de criação de gado. Daí chegava a Tambuatá, lugar de criação de gado, ao tanque de Coité, ao rio do Peixe, seguindo o valle da Palmerinha, até Sapucaia, onde estava o registro das estradas e dahi a villa de Jacobina.

Como se vê, a estrada de ferro da Bahia ao Joazeiro, segue a mesma direção da velha estrada dos sertanejos, separando-se dela nas Queimadas.

Veremos adiante que a velha estrada até Joazeiro, por onde descia o gado do Piahy, tinha a mesma direção da via férrea actual.

A engenharia moderna não fez mais do que confirmar o tino e a prática do velho sertanejo. (FREIRE, 1906, p. 88-89)

Ainda, no caminho da formação desses territórios, vimos a destruição de populações indígenas e o estabelecimento de novos currais e sedes de povoamentos destinados à pecuária. Esse avanço modorrento do gado, antecipado pelos invasores que atacavam os indígenas, é lembrado por Tasso Franco, que mencionando Katia Mattoso sobre esta invasão, afirma:

[...] o vasto Sertão não tardou a atrair os mais pobres ou mais corajosos – o avanço das boiadas e das missões religiosas que buscavam converter os índios ocupavam o Nordeste brasileiro. Ficaram conhecidas como Entradas as expedições que partiam para conquistar novas terras, para fazer guerra aos índios Cariris, Anaioas, Caiajós, Acronias e Poiás ou descobrir metais e pedras preciosas. (FRANCO, 1996, p. 32)

A história de Serrinha se forma, portanto, sob os auspícios de todo esse movimento feito historicamente pelo embate dos invasores portugueses, os indígenas, os religiosos e o gado, que se imbricavam na busca de uma solução onde fosse possível colocar os interesses econômicos dos conquistadores dos sertões.

Tasso Franco (1996, p. 32), quando relembra a colonização portuguesa, comenta que sesmeiros e missionários jesuítas brigavam em razão do método de cada um para ocupação da terra. Para ele os “[...] padres praticavam a catequese e difundiam o cristianismo fundando missões nas proximidades dos aldeamentos, algumas das quais, posteriormente, se transformaram em lugarejos, vilas e cidades.”<sup>72</sup>.

Esses agentes se misturam na formação do povo e dos destinos que cercam Serrinha. Mas cabe uma visão mais ampliada de alguns destes fatores.

## 4.2 A SEDE DE SERRINHA

Para falar da sede de Serrinha e seus futuros destinos, devemos mencionar Bernardo da Silva, fundador e razão da existência do próprio local. Quem faz homenagem ao fundador é Eurico Boaventura, quando menciona a plantação humana feita por Bernardo da Silva. Num pensamento que demonstra a importância deste fundador:

Plantou Bernardo da Silva, antes de 1716, as raízes de sua gente em Tambuatá, passando-se, em 1623, para a fazenda Serrinha. E muito da população dos municípios, que se desenvolveram na região, vem do tronco fincado em Tambuatá. Ou nele se engastou. Dele nasceu parte da nobreza da terra nestas imediações. E a nobreza do recôncavo vinha procurar na sua gente apoio para a formação de outras famílias. Casa-se com uma descendente do ramo dos Apolinários, o Barão de Pojuca. E é deste sub-tronco, desta estirpe que se conhece o Conde de Subaé. Falta apenas que façam um estudo deste povo, estudo que se poderá alicerçar nos dados coligidos do livro de Antonio José de

<sup>72</sup> Darcy Ribeiro comenta a questão do embate entre os jesuítas e os invasores portugueses: “Tal foi o alto plano jesuítico que se regeu e ordenou a colonização. Todas as qualidades mais vis se conjugaram para compor o programa civilizador de Nóbrega. Aplicado a ferro e fogo por Mem de Sá, este programa levou a desespero e a destruição acerca de trezentas aldeias indígenas na costa brasileira no século XVI.” (RIBEIRO, 2015, p. 51).

Araújo. Porque de importância as fazendas Saco de Moura, Tambuatá, Genipapo, Tiririca, Sítio, por exemplo, formação da nossa sociedade. Ainda se aparentam bem os Carneiro, de Serrinha, como os Carneiro da Silva Rego, heróis da Sabinada, aparentados com os Barbosa de Almeida – o Dr. Luiz Antônio Barbosa de Almeida, o Barão de Mucuri, e Rui Barbosa. (BOAVENTURA, 1989, pg. 97)

Adquirido a fazenda que viria se tornar Serrinha por Bernardo da Silva, coube, em primeiro momento, ocupar o novo espaço. Das rememorações existentes, sem sombra de dúvida, a mais completa é a de Tasso Franco, que menciona diversos detalhes de como deve ter sido esta ocupação. Como se viu, Bernardo da Silva<sup>73</sup> habitava a fazenda no local denominado Tamboatá desde período anterior a 1700. Contudo, em 1716, ao adquirir a propriedade que continha Serrinha, ele se muda com a família, aproveitando ser ali uma passagem de tropeiros e de gado, ampliando a dimensão desta localidade.

Tem-se dados com relação à compra, por escritura pública, identificando a venda da Fazenda Serrinha a Bernardo da Silva, registrada pelo tabelião Manoel Affonseca da Costa, ainda guardada no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que vai assim tratada:

Escritura de venda que fazem D. João Mascarenhas e sua mulher D. Joanna da Silva Guedes de Britto e Bernardo da Silva de hum Cittio de terra pelo preço de 2.200#. = Saibam quanto este publico instrumento de escritura da venda e de quitação ou como melhor em direito se possa chamar, que no anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil settecentos e vinte e três n'esta cidade de Salvador Bahia de Todos os Santos, e pousada de D. João Mascarenhas e sua mulher D. Joanna da Silva Guedes de Britto, estes vendem a Bernardo da Silva, morador nos Certões dos Tocós, as terras do Certão dos Tocós e nelas um cittio chamado Serrinha, que houveram por título de herança de seu pai e sogro o coronel Antonio da Silva Pimentel, o qual sítio de terra, assim chamado Serrinha, parte ao meio por uma parte com terras deles vendedores e Cittio que está de renda Gaspar Pinto, buscando o taboleiro que vai para a caatinga onde morou Antonio Gonçalves demarcando ao meio com o Saco do Moura, donde corre rumo a tapera de Cypriano, de lá cortando a contestar e demarcar com terras de Francisco de Sá Peixoto e de outra parte com rumo a partir com terras do coronel Antonio Homem, pela outra parte corre o dito a partir do meio com as terras de Manoel Carlos Lima e deste corre rumo direito a contestar a partir do Saco dos Tapuyas buscando a lagoa chamada Genipapo correndo o rumo direito a contestar com terras do dito

---

<sup>73</sup> Segundo Tasso Franco, as referências originárias devidas ao fundador de Serrinha ainda não foram esclarecidas. Alega o pesquisador que o mais provável é que ele teria sido “[...] filhou ou neto do tabelião Sebastião da Silva que, entre 1612 e 1653, atuou na capital e era proprietário de terras entre os rios Subauma e Inhambupe, e do qual era descendente Roberto da Silva e outros, que em 1716 eram heróis confinantes do fidalgo Manoel Saldanha. Há outra informação de que seria português provindo de Oliveira de Azeméis e que abandonou a Europa em busca de riqueza fácil nas terras do novo mundo. No extenso trabalho de genealogia das famílias da Bahia, realizado pelo Frei Jaboatão, não existem anotações sobre Bernardo da Silva no índice das famílias Silva.” (FRANCO, 1996, p. 67).

Francisco de Sá Peixoto, e assim confrontando e demarcado e com quem mais diretamente deva e haja de partir. (FRANCO, 1996, p. 68)

Essas novas terras e esse novo local, aproveitam os caminhos que tomavam o sertão, importante para o caminho do gado e, melhor, tornavam esta nova ocupação feita por Bernardo da Silva uma passagem agradável e possível para o gado que agora transitava em diversos sentidos: seja em caminho de Jacobina, ou de Juazeiro, do Piauí, formando um verdadeiro corredor possível que acabaria transformando toda a região. Serrinha estava prestes a deixar de ser um núcleo fechado, uma fazenda, para tornar-se uma vila (1876) e depois cidade (1891).

Nesse ponto, uma outra pesquisadora cuida das lembranças de Bernardo da Silva e menciona obre uma ocupação por ele feita; trata-se de uma inspirada pesquisadora das origens do sertão. Luana Ramos Oliveira comenta sobre a formação de Serrinha, apanhando notícias de diversos historiadores:

Serrinha teve como seus primeiros habitantes os índios da nação Cariri. Entretanto, foi com a chegada do português Bernardo da Silva Sacramento comandante de uma expedição da colonização portuguesa, em 1715, que a organização urbana da cidade se deu. Assim, foi iniciada a construção de uma capela sob a invocação da Senhora Santana. A capela era filiada à freguesia de São João de Água Fria. A esse tempo o povoado já possuía 16 casas cobertas de telhas e servia de pousada aos visitantes e comerciantes e lojas de tropeiros (*sic*) que se destinavam ao Rio São Francisco.

Em 1º de junho de 1838, a lei nº 67 criou o Distrito de Paz de Serrinha, e levou a capela à categoria, com paróquia própria, pelo Arcebispo D. Romualdo Antônio Seixas. Em 24 de outubro de 1763 foi nomeado capelão o Pe. Antônio Manuel de Oliveira.

A Igreja Matriz de Serrinha foi concluída em 1780 e possui uma inscrição de mármore no frontefício (*sic*) com os seguintes dizeres: “Louvado seja o Santíssimo Sacramento e a imaculada concepção da Virgem Nossa Senhora concebida sem pecado original”. Presume-se que o ano de 1646 tenha sido o início da catequese dos índios Biritingas que dominavam a região. Pela Lei Provincial nº 1.069 de 13 de junho de 1876, foi o Arraial de Serrinha elevado à categoria de Vila e criado o Município de Serrinha, com território desmembrado do município de Purificação dos Campos, sendo inaugurado a 11 de janeiro de 1877. A Vila de Serrinha recebeu foros de “cidade” pelo Ato estadual de 30 de junho de 1891, assinado pelo Barão de Lucena, fato que constou da data de 4 de junho de 1891 do Conselho Municipal de Serrinha. A instalação solene da cidade ocorreu em 30 de agosto de 1891 segundo consta da Ata do Conselho municipal de Serrinha do referido dia. (OLIVEIRA, 2018, n.p.)<sup>74</sup>

<sup>74</sup>Informações disponíveis no blogpost da autora: <http://estoriasdeantigamente.blogspot.com/2018/09/historia-de-serrinha.html>. Acesso em: 10 set. 2022.



Antes de chegar a esses tempos, decorrentes da ocupação, deve ser lembrado que, no que seria a praça central de Serrinha, foram construídas a casa de Bernardo da Silva e a capela dedicada à Senhora de Santana. Esses edifícios ainda originais não formavam o complexo citadino que se reuniria em torno do espaço público local, mas seriam o anúncio desta nova cidade que estava prestes a se formar em torno da Fazenda Serrinha.

Três fotos mostram o casarão construído por Bernardo da Silva, ao lado da capela que se transforma na igreja matriz e a partir de onde se forma o espaço inicial da sede da fazenda e depois, a cidade de Serrinha:

**Figura 18** – Foto da antiga casa de Bernardo da Silva, reformada para se aproximar com a imagem do Palácio do Catete, no Rio



Fonte: IBGE (2010).



**Figura 19** – Foto da antiga casa de Bernardo da Silva, onde funcionaria a sede da Prefeitura Municipal



Fonte: IBGE (2010)

**Figura 20** – Foto parcial do antigo palacete de Bernardo da Silva ao lado da igreja Matriz



Fonte: Oliveira (2014)<sup>75</sup>

<sup>75</sup> Foto disponível no blogpost da autora: <http://estoriasdeantigamente.blogspot.com/2014/03/casa-de-bernardo-da-silva-em-serrinha.html>. Acesso em: 10 set. 2022.

Tasso Franco, estudioso das origens da cidade de Serrinha, menciona que a chegada de Bernardo da Silva ao novo espaço, agora Serrinha, irá transformá-lo, fazendo aproveitar o seu próprio acesso, bem como as condições pré-existentes – posição geográfica e possibilidade de acesso a toda a região – permitindo que, além de mera passagem, viesse aquele local a ser um importante ponto. Conforme relata Franco, entre outros motivos, o destaque para Serrinha acontece pelos seguintes motivos:

O local desenvolveu-se por dois motivos básicos: era trajeto obrigatório da estrada de Salvador ao São Francisco rumo ao Piauí, por onde passavam as boiadas, e tornou-se ponto de negócios. Já estavam nos sertões, desde o final do século XVII e início do século XVIII, Gaspar Pinto, Bernardo da Silva, Francisco de Sá Peixoto, João Alvares Figueiras, Manoel Ferreira Santhiago, Antonio Homem e Alexandre da Fonseca entre outros. Havia, portanto, já a esta época, várias fazendas de lavoura e criação a pequena distância umas das outras e esses homens se reunião em Serrinha para compra e venda de produção. (FRANCO, 1996, p. 68)

Ou seja, Serrinha acabou reunindo condições para que ali se transformasse em algo além de um ponto de passagem. Mas agora, a possibilidade de ter, em toda a região, diversas ocupações, tornava possível que fosse também transformado num local de troca e negócios. Afinal, a produção nas regiões extensivas do sertão baiano, apesar de não refletir uma alta produtividade, representava uma realidade econômica de uma grande quantidade de ocupações e currais. O número de pequenos localidades era capaz de oferecer populações aptas a conceber a necessidade de trocas.

Além disso, o gado produzido na região já oferecia carne a animais para os engenhos do Recôncavo. Nesse ponto, relembra Tasso Franco que Bernardo da Silva e a família tiveram méritos em saber aproveitar as oportunidades da região, absorvendo-as para Serrinha. E sobre a influência de Bernardo da Silva na formação de Serrinha, diz o estudioso e pesquisador: “[...] por ser um homem de posse e empreendedor, além de possuir numerosa família, o local expandiu-se como centro aglutinador e pousada para comerciantes e curraleiros que iam fazer negócios de cereais e gado.” (FRANCO, 1996, p. 69). Viria a se tornar, em seguida, também um centro religioso.

Bernardo da Silva morreu em 1750, na mesma Serrinha que construiu. Ao falecer deixava uma família imensa – muitos filhos e filhas – que tinha se relacionado com proprietários de terra das imediações, construindo assim laços profundos e duradouros para a formação de toda a região. Após a morte, além da partilha de suas terras entre os herdeiros, estes últimos doaram uma área à Nossa Senhora Santana. Em razão disso que se ergueu, onde existe a praça

original e multicentenária até hoje, ao lado da casa que fora de Bernardo da Silva, uma capela, futura igreja, ponto marcante neste processo de construção da localidade serrinhense. Este fato, da igreja, voltará a ser abordado.

Mas, inegável, esse processo de constituição de um polo de troca de mercadorias, com a recepção de produtores, entradistas e vaqueiros, conseguiu converter Serrinha, de uma pequena propriedade no meio do sertão, em um local de convergência do privado para o público.

#### 4.3 A IMPORTANTE REVERSÃO – DO ESPAÇO PRIVADO PARA O ESPAÇO PÚBLICO

Um dos aspectos mais importantes na formação de Serrinha evidente que é a transformação de um espaço privado – uma fazenda no interior do sertão – em um espaço público. Devemos considerar que àquela época as formações de espaços públicos se davam por iniciativa de duas ordens: ou da Coroa ou da Igreja. Afinal, elas eram capazes de fomentar essa mudança – transformar a terra tomada pelos portugueses aos povos ancestrais em algo que era similar ao conhecimento do povo europeu invasor: a vila e a cidade.

Esse efeito, de converter-se de espaço onde o líder e donatário decide, para aquele espaço onde os iguais se enfrentam, é algo misterioso e importante. As transformações sociais ocorridas a partir da conversão das relações das pessoas é fundamental na percepção de uma sociedade.

Assim, trazendo Hannah Arendt (2010) para esta construção conceitual, devemos apropriar alguns valores conceituais. Entre eles, a própria concepção do que seja o espaço público e o privado, bem como aquelas atividades humanas que convertem a natureza e o mundo: o trabalho, a obra e a ação. Identificar esses elementos próprios da existência humana pode demonstrar, sob um ponto de vista social e político, as razões para a formação das sociedades sul-americanas.

A atividade dos vaqueiros formava à base do trabalho<sup>76</sup>. Através do trabalho de cada invasor, de cada vaqueiro, de cada entradista, transformava-se um pouco o sertão. Mas eles vão além. A junção do trabalho de cada um gera necessidades interdependentes; relações que precisam ser restabelecidas. É necessário que agora o trabalho de um seja aproveitado pela

---

<sup>76</sup>Para Arendt, o trabalho é: “[...] a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e resultante declínio estão ligados às necessidades vitais produzidas e fornecidas ao processo vital pelo trabalho. A condição humana do trabalho é a própria vida.” (ARENDR, 2010, p. 8).

oportunidade que tem o outro. O sujeito que atua na criação de gado em um curral, bem como aquele que avança sobre os sertões todos os dias buscando esfacular os povos indígenas, prometendo acesso e a ocupação destas fontes econômicas; ou ainda, aqueles que cercam os currais, com sua pequena produção de animais e alimentos de sobrevivência, oferecem diuturnamente, com a força do seu braço, o trabalho, repetitivo, incessante, que começa do zero todos os dias e se repete no dia seguinte, não exatamente a mudança da natureza, quer humana, quer geográfica, mas, ao contrário, permite a construção de uma força silenciosa que invade a natureza do mundo e torna possível a existência do homem condicionado.

Ao instalar a praça central e a própria capela, Bernardo da Silva e sua família dão início a uma obra<sup>77</sup>: um campo, onde as pessoas que rodeiam todas as comunidades do entorno de Serrinha podem concentrar-se. A realização da obra, servindo-nos do pensamento de Arendt, permite uma nova mudança na condição do homem, na condição humana. Nesse novo espaço, a existência das pessoas passa a se tornar realizada a partir de uma nova natureza. Não a natureza dada, mas a natureza construída pela intervenção humana, dando sentido diverso ao original pequeno monte onde se instala a sede, em um local de ocupação humana destinada ao comércio, à troca política; as vivências entre tantos usos que se permitem pela existência, agora, da praça.

Por fim, para a cientista política, a ação<sup>78</sup> é a terceira etapa da condição humana. Nela se abstrai a conduta individual e passa a ocorrer a compreensão e o sentido de um todo conjugado. Nesse caminho vemos que, no momento em que Serrinha deixa de ser uma simples

---

<sup>77</sup>Para Arendt obra é: “[...] a atividade correspondente à não-naturalidade (um-naturalness) da existência humana, que não está engastada no sempre-corrente (ever-recurrent) ciclo vital da espécie cuja mortalidade não é compensada por este último. A obra proporciona um mundo ‘artificial’ de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras é abrigada cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e transcender todas elas. A condição humana da obra é a mundanidade (wordliness).” (ARENDT, 2010, p. 8).

<sup>78</sup>Nesta etapa temos no conceito de Arendt: “A ação, a única atividade que ocorre diretamente entre homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde a condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Embora todos os aspectos da condição humana tenham alguma relação com a política, essa pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua nom*, mas a *conditio per quam* – de toda vida política. Assim, a língua dos romanos – talvez o povo mais político que conhecemos – empregava como sinônimos as expressões ‘viver’ e ‘estar entre homens’ (*inter homines esse*), ou ‘morrer’ e ‘deixar de estar entre os homens’ (*inter homines esse desinere*). Mas, em sua forma mais elementar, a condição humana da ação humana está explícita até em Gênesis (‘Macho e fêmea Ele os criou’), se entendermos que esse relato da criação humana é distinto, em princípio, do outro segundo o qual Deus originalmente criou o Homem (*Adam*) – ‘ele’, e não ‘eles’, de modo que a multidão de seres humanos vem a ser o resultado da multiplicação. A ação seria um luxo desnecessário, uma caprichosa interferência nas leis gerais do comportamento, se os homens fossem repetições interminavelmente reproduzíveis do mesmo modelo, cuja natureza ou essência fosse a mesma natureza para todos e tão previsível quanto a natureza ou essência de qualquer outra coisa. A pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que já viveu, vive ou viverá.” (ARENDT, 2010, p. 8-9).

e exclusiva propriedade para transformar-se numa terra onde fica estabelecida uma identidade entre os proprietários, ou idênticos e diversos, como proprietários que negociam entre si e praticam hábitos religiosos, vendedores de gado, transeuntes que percorrem o sertão e se aproveitam do benefício de um espaço que se encaminha para o todo, a ação humana, não necessariamente muda os objetos da natureza, mas muda a condição do homem. Agora os homens não se voltam contra a natureza, mas atuam em conjunto em razão do debate político que os toma.

A ação que transformou Serrinha em um espaço público contou com o envolvimento de uma série seguida de fatores. Alguns de ordem essencialmente geográfica, como aqueles que decorrem da passagem de tropeiros a animais que aproveitam as pastagens e o clima ameno, onde o fundador resolve instalar seu paço. De outro lado, a chance de encontrarem-se diversos em um ambiente de igualdade – ainda que relativa – mostrando-se melhor para todos conduziu a uma percepção comum, aproveitada pelo fundador e seus familiares.

No período que antecede a formação de Serrinha, poucas vilas ou povoados converteram-se em cidades a partir da exploração natural da ação humana; era mais comum o esforço da Coroa ou da Igreja – lembremo-nos, aqui no sentido de operar resultados administrativos que lhe eram próprios, na busca de soluções para formação de suas vilas e cidades. O surgimento de Serrinha, nesse aspecto, apesar de não ser único, é exemplar, pois mostra a força da integração de fatores sociais, econômicos e humanos que se dá nem sempre pela vontade clara de um ou mais agentes; mas pela chance que a geografia humana costuma explicar.

Mas, acima de tudo, de fato mais valioso nesse processo: o espaço originalmente privado – fazenda Serrinha, pertencente a Bernardo da Silva – convertida agora como espaço da futura vila e cidade, era o espaço público.

O espaço privado e o público são explicados com qualidade insuperável também por Arendt, que menciona sua origem em moldes semelhantes ao que temos na presente pesquisa. Explica a cientista política alemã que a origem deste debate nasce exatamente do intrincado encontro entre a polis e a família<sup>79</sup>. A apartação do poder privado, que agora recebe as forças da igualdade política, é que dá origem a esta nova orientação.

---

<sup>79</sup>Em sua obra, a filósofa alemã comenta sobre a pólis e a família, do seguinte modo: “Embora a incompreensão e o equacionamento das esferas política e social sejam tão antigos quanto a tradução latina de termos gregos e sua adaptação ao pensamento romano-cristão, a confusão tornou-se muito maior no uso moderno e na moderna concepção da sociedade. A distinção entre a esfera privada e pública da vida corresponde aos domínios da família e da política, que existiram como entidades diferentes e separadas, pelo menos até o surgimento da antiga cidade-Estado;” (ARENDT, 2010, p. 33).

Do embate entre o espaço reservado exclusivamente à família e o espaço onde a política passa a ter ascendência, há um limite de transformação. Isto aconteceu na cidade antiga e repetiu-se, com algumas mudanças, na vida do Brasil ainda recém-descoberto.

Esses espaços, portanto, do que era privado e transforma-se em público, tomam feição aqui pela recepção do Estado e pela existência da Igreja, como ente capaz de oferecer algum tipo de atividade que refugia ao domínio privado. Essa transformação é essencial para que sejam absorvidos os novos agentes de atuação social e, deste modo, possam dar algum sentido a ação humana.

O espaço do privado funciona com o controle pelo agente em razão e contra todos os outros. Arendt afirma ser o domínio da propriedade a principal característica do espaço privado<sup>80</sup>. Já no espaço público, existe a intermediação da política, onde os agentes, para fazerem prevalecer a sua vontade, precisam negociar certos limites e legitimar certas condutas. A construção da cidade, acima de tudo, propõe esta perspectiva política, que deve ser tomada para a sua assunção.

A construção do público e do espaço público, onde o particular, o privado, demanda legitimidade para exercer a primazia da vontade própria, repassa o momento do poder de família naquele exato caminho que se viu aqui na expressão de Arendt. Em Serrinha, percebe-se que este fenômeno de transição do privado para o público alcança pleno êxito no momento em que os herdeiros de Bernardo da Silva doam um espaço de terra no centro da fazenda de Serrinha para a construção da capela e seus arredores. Nesse momento não é exatamente a capela que vai ao espaço privado e o torna público, mediando, com sua ascensão, um embate entre os particulares que utilizam o espaço que agora não é só da família de Bernardo da Silva. É a conversão do espaço, reconhecida pelos descendentes do próprio Bernardo da Silva, que construíram a capela e, além, no transcorrer dos 27 anos que se passam, desde a construção da sede da fazenda, até a sua morte, no mesmo local, que agora permite que se transmude em espaço público.

Arendt descreve, primeiramente, os conceitos referentes ao espaço público, dada a sua própria concepção do debate sobre a condição humana. Todavia aqui inverte-se a ordem,

---

<sup>80</sup>Segundo Arendt (2010, p. 71-72): “É com relação a essa múltipla significação do domínio público que o termo ‘privado’ tem significado, em sua acepção original de privativo. Viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, estar privado de coisas essenciais a uma verdadeira humana: estar privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação ‘objetiva’ com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida.”. Em seguida a filósofa continua: “Nas circunstâncias modernas, essa privação de relações ‘objetivas’ com os outros e de uma realidade garantida por intermédio destes últimos formou-se o fenômeno de massa do desamparo, no qual assumiu sua forma mais extrema e mais anti-humana.”

passando-se a citar a interpretação primeiro dos conceitos do espaço privado, em homenagem a própria ordem de formação da história de Serrinha. Vale o registro sobre a percepção conceitual que Arendt dispensa ao termo público:

O termo ‘público’ denota dois fenômenos intimamente correlatos, mas não completamente idênticos. Significa, em primeiro lugar, que tudo que aparece em público pode ser visto ou ouvido por todos e tem maior divulgação possível. Para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade. Em comparação com a realidade que decorre do ser visto e ouvido, mesmo as maiores forças da vida íntima – as paixões do coração, os pensamentos do espírito, os deleites dos sentidos – levam uma espécie de existência incerta e obscura, a não ser que, e até que, sejam transformadas, desprivatizadas e desindividualizadas, por assim dizer, de modo que assumam um aspecto adequado à aparição pública. A mais comum destas transformações ocorre na narração de histórias e, de modo geral, na transposição artística de experiências individuais. Mas não necessitamos da forma do artista para testemunhar essa transfiguração. Toda vez que falamos de coisas que só podem ser experimentadas na privacidade ou na intimidade, trazemo-las para uma esfera na qual assumirão uma espécie de realidade que, a despeito de sua intensidade, elas jamais poderiam ter sido antes. A presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos; e, embora a intimidade de uma vida privada plenamente desenvolvida, tal como jamais se conheceu antes do surgimento da era da modernidade e do concomitantemente declínio do mundo público, sempre intensificará e enriquecerá grandemente toda a escala de emoções subjetivas e sentimentos privados, essa intensificação sempre ocorre à custa da garantia da realidade do mundo e dos homens. (ARENDT, 2010, p. 61-62)

Em seguida a autora desdobra:

Em segundo lugar, o termo ‘público’ significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que privadamente possuímos nele. Este mundo, contudo, não é idêntico à Terra ou a natureza, enquanto espaço limitado para o movimento dos homens e condição geral da vida orgânica. Antes, tem a ver com o artefato humano, com o que é fabricado pelas mãos humanas, assim como os negócios realizados entre os que habitam o mundo feito pelo homem. Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo feito pelo homem. Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que possuem em comum, como uma mesa se interpõe entre os que assentam ao seu redor; pois, como todo espaço-entre (in-between), o mundo ao mesmo tempo separa e relaciona os homens entre si. (ARENDT, 2010, p. 63-64)

Ao observar a formação do espaço que dá causa à cidade de Serrinha é de se aproveitar o pensamento de Hannah Arendt, ajustando aos fenômenos daquela localidade, quando define os movimentos que formam a construção do espaço privado e público, dando-lhes as razões de sua existência. De outro modo, a descrição da cientista política alemã parece conseguir



compreender plenamente as forças do movimento que ocorreu ao natural das forças da vida naquela oportunidade.

#### 4.4 A FORMAÇÃO DA IGREJA MATRIZ E SUAS CONSEQUÊNCIAS

No item anterior, houve uma avaliação dos fenômenos de transposição do espaço privado para o público, em que fenômenos sociais, familiares e econômicos surtiram efeito neste resultado. Mas um fato deve ser considerado como de mais alta importância na formação da cidade de Serrinha: a doação de uma área, feita pela família de Bernardo da Silva, para a construção da capela, futura matriz e depósito da fé não só regional; mas também alcançando toda a redondeza do espaço urbano.

Tasso Franco menciona, sobre a longa vida de Bernardo da Silva, que sobrevivera até 1750, deixando como principal herança uma grande família e um futuro promissor para toda a localidade. Assim menciona o Autor:

Bernardo viveu em Serrinha até sua morte, em 1750. Ao falecer, muitos dos seus filhos e filhas já estavam casados com proprietários de terras da vizinhança, e o local contava com algumas casas de maior porte, como a do patriarca, lojas comerciais e casas menores. Com seu falecimento, as terras foram partilhadas entre herdeiros, que doaram uma área à Nossa Senhora Santana, no local da sede da fazenda, e ali ergueram uma capela em seu louvor, concluída em 1780. Sabe-se da dedicação da viúva de Bernardo, Josefa Maria do Sacramento, nessa empreitada, e os esforços de seus filhos padre Prudente e Maria da Purificação, conhecida pela alcunha 'a piedosa'.

A cópia de escritura da doação encontra-se no arquivo Público do Estado. Foi passada em 1813 em casa de residência do capitão Apolinário da Silva, na Fazenda Saco do Correia, tendo como testemunhas José da Silva Cardoso, administrador da capela. Trecho: "E pelo dito doador Capitão Appolinario da Silva me foi dito em presença das mesmas testemunhas que elle era legitimo senhor e possuidor de uma porção de terra no lugar do Arraial da Serrinha que houve por título de herança de sua falecida Mãe Josefa Maria do Sacramento, e que as terras livres e desembargadas as dava, com efeito logo deo de hoje a Senhora Santa Anna da Capela da Serrinha com a condição de haverem que em sua vida as suas filhas e o reverendo Antonio Manoel de Oliveira e Custodio Francisco Junqueira morarem na dita terra, ou terem as ditas casas sem que paguem fôro ou pensão alguma." (FRANCO, 1996, p. 69)

É interessante notar que, como anteriormente aludido, a construção de um espaço público naqueles tempos exigia uma sequência de condições, oportunidades e medidas. Entre elas, se destaca, no caso de Serrinha, a oportunidade geográfica, a perspectiva autorizada deste futuro realizada pelo fundador Bernardo da Silva e, como fato agregador indiscutível, sua condição de líder familiar que integra os seus aos demais.



Esse fenômeno de formar famílias é tão contradito por Gilberto Freyre<sup>81</sup> quando comenta a formação dos primeiros brasis, principalmente ao falar sobre as passagens pela família dos recôncavos e da cana-de-açúcar. Bernardo da Silva parece seguir caminho inverso. Cercado de outros proprietários que mantinham condição semelhante à sua, seja na posse e nos negócios com a terra, mas também em relação à sua aproximação com a Coroa: eram proprietários de terras com a mesma disposição e ânimo de fazer suas fortunas em terras brasileiras.

Porém o contundente depoimento vem da capacidade do formador da localidade original de Serrinha, o mencionado Bernardo da Silva, em manter-se em sua capacidade de formar família e famílias. Esse processo envolvia principalmente o reconhecimento e respeito às mulheres. Os portugueses chegaram, como se viu, em muitos momentos, afrouxados no tocante a construção de uma família, afinal chegaram aqui os homens, na maioria imensa dos casos sem esposas ou famílias. Mas os laços de transformação aconteceram principalmente quando se destacou esta ideia: a partir dos relacionamentos familiares, novas famílias começam a existir. Esse processo, inclusive, é retratado dolorosamente por Gilberto Freyre (2006), a partir de que os proprietários dos latifúndios e expressões maiores da economia nordestina não gostavam da ideia de que as riquezas pudessem ser partidas tomando em consideração a participação de novos sócios: maridos, gentis, homens que pudessem roubar as riquezas dos colonizadores portugueses. Diante disso, o fenômeno da vida das mulheres neste período é reconhecido por momentos terríveis, onde elas tinham que submeter a um mundo hostil o seu próprio sexo, que as excluía e as transformava em pessoas de qualidade não consideráveis. Essa é a visão de Freyre e de alguns historiadores que se dedicam a este momento histórico brasileiro<sup>82</sup>.

Mas o que se apresenta para a produção da terra pública é a dissolução da propriedade privada, que nunca nasceria somente pela doação de bens privados. Era preciso um pouco mais;

---

<sup>81</sup>Os depoimentos de Gilberto Freyre sobre a formação da família no Brasil são contundentes, para se dizer o mínimo. Segundo ele muitos do que aqui – no Brasil – chegavam não tinham como objetivo constituir famílias e viver uma vida mais regrada. Por isto ele memoriza: “Atraídos pelas possibilidades de uma vida livre, inteiramente solta, no meio de muita mulher nua, aqui se estabeleceram por gosto ou vontade própria muitos europeus do tipo que Paulo Prado retrata em traços de forte realismo. Garanhões desbragados.” (FREYRE, 1987, p. 21).

<sup>82</sup>Freyre menciona, em seu segundo volume sobre as memórias brasileiras, sobre estes episódios. Assim destaca ele: “Muita mulher brasileira deve se ter salvado da loucura, que parece haver sido mais frequentes entre as mulheres puritanas da América do que entre nós, graças ao confessorário. Pyrard, na Bahia, notou o grande número de mulheres que se confessavam; e concluiu pela multidão de pecados entre as senhoras brasileiras. Estes pecados não seriam maiores nem mais numerosos que entre as mulheres europeias da mesma época; apenas mais tóxicos para as pobres das pecadoras, obrigadas a uma vida de reclusão e segregação maior que na Europa ocidental, já francamente burguesa. Confessando-se, elas se desintoxicavam-se. Purgavam-se. Era uma limpeza para os nervos, e não apenas para suas almas ansiosas do céu onde as esperavam seus filhinhos anjos gritando ‘mamãe, mamãe’”. (FREYRE, 2006, p.208).

valores que não podem ser descritos na simples observação dos fatos que cercam esta vida nascente nas terras do sertão nordestino.

Entender as razões da união desses elementos formadores da cidade brasileira, ou ao menos, de parte da sociedade brasileira, passa, sem dúvida, pela perspectiva de compreender a interferência da religiosidade na formação desse povo que surgia.

Murilo Marx (1991), ainda inaugurando as primeiras páginas de sua obra *Cidade no Brasil, terra de quem*, menciona que, por muito tempo, se esqueceu que a relação entre a Coroa e a religião eram complexas, uma vez que o poder estatal e a fé estavam unidos por laços legais. Esse fato determinou que atividades que usualmente são realizadas pelos governos fossem praticadas pela igreja, modulando assim o poder estatal e a atuação dos particulares.

Essas influências, no caso das cidades, podem ser relevantemente sentidas; afinal, a cidade, para nascer, dependia de apetrechos que somente podiam ser fornecidos por instituições como a Igreja. Não se tratava, então, de conceder um alvará para a instalação de um templo religioso. Na verdade, se tratava de conceber a cidade ao entorno da capela, que lhe dava origem e sentido.

É por isso que na formação das cidades brasileiras, Murilo Marx menciona:

Todo lugarejo viu sua incipiente ordenação jurídica refletida na sua frouxa disposição inicial, disposição relativa de suas primeiras casas, de seus quintais, de suas passagens comuns, de um eventual terreiro, com certeza de uma ermida ou capela. Exibindo com maior frequência um perfil caracteristicamente pitoresco em sua irregularidade, sugeriu assim, as mais das vezes, uma organização aleatória ou, mais recentemente, um tabuleiro de xadrez. Num e noutro caso, contudo, não fica claro o motivo de tal disposição espacial, a razão de ser de tão conhecida paisagem. Parece-nos que se trata também do papel ainda não suficientemente avaliado da Igreja, papel político e social, papel normativo e institucional. (MARX, 1991, p. 17)

Essas disposições que se tornavam necessárias para a formação da cidade enfrentavam debates inevitáveis. Uma localidade para se transformar em espaço público demandava local seguro para construção de atividades comerciais, para recepção de pessoas extra cidade, concepção para atendimento daqueles que resolvessem habitá-la. Era necessária toda uma infraestrutura de forças que não passavam pelas ações que o poder público oferece. Eram pedidos mais amplos e estavam situados no espaço de debate que funciona como intermediário

entre o público e o privado. Nesse ponto a posição da Igreja é fundamental, pois garante segurança para os novos agentes que passam a funcionar nas cidades<sup>83</sup>.

A constituição de uma capela e, conseqüentemente, uma posterior igreja matriz, não garantia somente espaço para o atendimento da fé. Mas muito mais. A missa semanal, o batismo, o casamento mais fáceis, o amparo aos doentes, os sacramentos da morte, tudo isto e muito mais; o registro do nascimento, a declaração das propriedades e as implicações de todo o registro que cabia às paróquias naqueles tempos. Tão longe da Coroa e mesmo de suas instâncias existentes nos espaços americanos ao sul, a dificuldade para garantir a presença do Estado junto às populações locais. A Igreja substituíra com muita eficácia estas ausências.

Por conta disso, Murilo Marx (1991) menciona que a construção de, ainda que fosse, uma pequena ermida, garantia atendimento aos anseios da população local. Mas, se isso atendia aos anseios locais, era preciso mais para que aquela pequena unidade religiosa fosse capaz de assegurar com eficácia seus potenciais efeitos. Era necessária à sua integração ao sistema religioso, que funcionava em par com a estrutura do Estado, da Coroa.

Para preservar essa situação, Marx observa que era necessário, em cada pequena unidade religiosa a sua sacralização. Com esse reconhecimento, que se exigia em cada unidade religiosa, tinha-se a perspectiva de recepção de um padre e, assim, curada a capela, estaria ela incorporada a todo o sistema religioso integrante da fé romana.

O reconhecimento da igreja local a transformava em peça do sistema religioso, e, com isto, ligava população ao Estado. Dada a importância deste fenômeno – sacralização de uma capela – era necessário respeitar-se um rito, inserindo este nas chamadas Constituições da Bahia (MARX, 1991, p. 20).

Esse documento, que regeu a construção de capelas e sua transformação em igrejas durante o período posterior a 1719, na capitania, foi seguido em diversas outras capitanias e estabeleceu diversos procedimentos para a recepção destas unidades religiosas, tratando-as, a partir de então, como aptas a regular o funcionamento das igrejas em solo local<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup> O próprio Murilo Marx menciona quando comenta a formação das primeiras vilas e cidades. Como foram atendidas? Como algumas eram reconhecidas e outras não? Passando a explicar, assim menciona o estudioso: “Como se expressaria essa atuação? Através da Igreja, de suas instâncias de base, umbilicalmente ligados às do próprio Estado, a tal ponto que se confundiam – e, sem dúvida, hoje confundem os estudiosos – com a religiosidade da população, mormente aquela mais humilde ou mais distante dos centros de cultura. A institucionalização da vida dessas tantas e tão dispersas comunidades se dava pela oficialização de sua ermida, de sua capelinha visitada por um cura, pela elevação um dia a matriz, elevação que significava a ascensão de toda uma região inóspita, ou de ocupação mais antiga e em expansão, ao novo status de paróquia ou freguesia.” (MARX, 1991, p. 18)

<sup>84</sup> Segundo Murilo Marx, as Constituições eram: “Normas rigorosas, atentas à uniformidade e à natureza dos ritos necessários à Contra-Reforma, definidos pelo Concílio de Trento, que se reuniu de 1545 a 1563, e que – unida à Igreja aos Estados Nacionais que se formaram na Europa, como no reino português – passaram a representar

As recomendações previstas nas Constituições eram amplas e cuidadosas, apesar de comentar, em suas notas, Murilo Marx (1991), que nem sempre eram as mesmas possíveis de serem cumpridas. Mas, além disso, medidas como a definição do local onde deveria se edificar uma capela, quais os afastamentos que deveriam ser preservados para as casas particulares, os cuidados com os sacramentos, os livros sagrados etc.

Havia orientações das mais diversas nas Constituições da Bahia. Marx comenta: “Mas havia outras recomendações, nem sempre passíveis de atendimento quando uma concentração já fosse avantajada e mais densamente ocupada, como a que aparece na mesma constituição 687 determinando que as igrejas paroquiais estivessem livres também ‘de casas particulares, e de outras parades (*sic*), em distância que possam andar as procissões ao redor delas...’, considerando não só o destaque maior do edifício como a possibilidade de uso ou contorno pelos préstitos. Ora, tal recomendação se tornaria imediatamente uma condicionante também para o tecido urbano, o sistema de ruas e prédios ou, no mínimo, para as redondezas da igreja. Se esta deveria ser afastada das demais construções, e quando isto fosse possível, um espaço à volta se configuraria, sendo transformado, com o passar do tempo e com a evolução do povoado, quem sabe, em determinado logradouro. E isso foi possível quando o povoado era incipiente, pequeno e de construções ainda esparsas. Além de uma igreja destacada pelas alturas, pelo próprio local urbano, o arraial passava a contar com a sua valorização pelo espaço livre em volta. Estava definida a ocupação de algum ponto topograficamente privilegiado e um espaço aberto à expressão relativa.” (MARX, 1991, p. 22-23). Parece que neste ponto a igreja matriz de Serrinha atende aos ditames da constituição 687, uma vez que seu prédio se encontra na parte mais alta da praça e totalmente rodeada de vias nos seus quatro entornos.

Parece, todavia, que os principais preceitos relativos à construção da igreja matriz de Serrinha atendem criteriosamente às exigências das Constituições da Bahia: o afastamento do prédio de qualquer outro imóvel, a sua altura, significativa para a época, além da cercania que lhe tocava. Todas as medidas deviam ser consideradas excepcionais para aquele período – 1780; ainda mais se considerarmos que as expensas familiares não eram tão significativas naquela região comparadas com as regiões de minas e de negócios reais.

---

normas aceitas pelo poder temporal e também oficiais. As Constituições sinodais, constituições do bispado, constituições do arcebispado. As da Bahia nos governaram espiritualmente, e com implicações temporais lembradas, por toda última centúria da vida colonial. Operaram plenamente, quando o fenômeno da urbanização ganhou outro ímpeto entre nós, não esquecendo as normas anteriores, que também provinham da Bahia, com ascendência sobre a maior parte do Brasil. Constituições que foram pela nossa primeira Carta Magna oficializadas através da união da Coroa com a Mitra.” (MARX, 1991, p. 19).

Apesar disso a capela, futura igreja matriz atrai para Serrinha uma nova posição diante de toda a região, uma vez que outras capelas, com o mesmo significado, se localizavam a léguas de distância, como vimos anteriormente. Apenas as capelas de Água Fria, Jacobina e Feira de Santana concorriam com alguma proximidade.

**Figura 21** – Foto da igreja matriz de Serrinha demonstrando o afastamento das laterais da igreja de modo a atender às regras das Constituições da Bahia



Fonte: IBGE (2010)

O fato da construção da capela e futura igreja matriz em Serrinha toma significativa importância, ainda mais se considerarmos os efeitos que este movimento tinha em relação à própria urbe. As definições previstas nas Constituições da Bahia, e respeitadas no modelo do local em estudo, ajudaram a definir todo o movimento da praça central da cidade. Não se tratava mais de cuidar de um terreno em frente à casa da fazenda, ou mesmo da paisagem que acontecia nos espaços de movimento de gado, que transitavam pela fazenda de Bernardo da Silva. Agora aquilo que viria a ser cidade seguiria um rumo definido pela legislação – religiosa, é claro, para aquele assentamento.

Não menos importante é o debate, inclusive, sobre o adro das igrejas. Chegam causar impressão os cuidados mencionados por Marx, em sua obra, sobre a influência da igreja nas cidades. A questão da dimensão do adro, ou o espaço fronteiro da igreja é marcado, com destaque, na obra do estudioso. Todavia, no caso de Serrinha, não é possível saber a

identificação exata do adro original, tendo em vista que o recorte consequente da praça, feita muitos anos depois e, a falta de documentos, fotos ou imagens da época original de sua construção. Todos os dados referem-se a eventos posteriores à reforma da praça que tomaria o nome Luís Nogueira e que acontece após a conclusão da obra da igreja matriz. Entretanto, merecem registro as lembranças de Murilo Marx sobre a questão do adro das igrejas conforme a legislação da época: “Mais sutil, e de implicações imediatas e futuras muito maiores, é o adro, outra exigência muito antiga e nem sempre passível de cumprimento. Exigência que vai muito além do simples realce que torne condigna a frontaria de uma igreja católica. Esse espaço aberto, que tão frequentemente vemos, com maior ou menor definição de trato, na frente de uma igreja no campo ou na cidade, buliu com ambiente desta. Enriquece-o com a sua simples presença, proporcionando-lhe com mais área livre, de forma a criar um conjunto articulado de vazio e construção que, por vezes, alcançou o patamar da mais alta expressão artística, como em João Pessoa, na Paraíba, diante da capela do convento de Santo Antônio. Essa exigência não deixa de ter a consciência da força que a sábia articulação do adro com o frontispício de um templo poderia alcançar no cenário citadino.” (MARX, 1991, p. 23-24).

As Constituições da Bahia são repletas de menções aos cuidados urbanísticos, não agregados diretamente pela Coroa portuguesa na recepção de suas vilas e cidades. Essa era mais uma atribuição delegada aos religiosos; como em uma divisão de atribuições. Esse modelo era bem divergente do que fora corrente na construção da cidade espanhola. Na formação da cidade de origem portuguesa, a igreja vai exercer papel preponderante.

Diante dos fatos que cercam fisicamente a presença da igreja e da casa do fundador, de onde se formou a bela e considerável praça, é possível considerar que a força que a imposição das constituições na construção do templo, que cercam o momento posterior a doação do terreno, foi decisiva no desenho central da cidade. É possível identificar, a partir das fotos produzidas em tempo posterior à origem desta praça, que ela respeita o círculo central que contorna a presença da igreja como fato essencial para a sua própria existência. Ou seja, a cidade respeitou a igreja e a igreja mandou nos destinos dos fundadores.

Isso confirma ainda mais as observações de Murilo Marx (1991), quando repreende a ideia de que os povoados brotam da paisagem. Não é bem assim. A impressão de que têm alguns historiadores, arquitetos e urbanistas, sobre o descuido com a cidade brasileira tomada pelos portugueses, não concorre com a prática executada pela Coroa no exercício da parceria com a igreja; em que pese não ser esta expressão muito adequada. Afinal, aqui não existia parceria: a Igreja e o Estado – leia-se a Coroa – praticavam e atuavam juntas, cada uma tendo uma série de competências concorrentes.

Assim, para a criação de uma capela reconhecida, diversos passos tinham que ser realizados. Entre os primeiros, estava a aceitação da terra doada para a capela ou igreja.

**Figura 22** – Foto da praça central com o coreto que é construído na frente da igreja. Toda a praça se abre para além do adro da igreja matriz



Fonte: IBGE (2010).

A capela de Serrinha segue, também aqui, a ordem prevista nas constituições e no regime próprio à sua época. Sem uma possível qualificação deste fato, o filho de Bernardo da Silva, o padre Prudente, deve ter sido o interlocutor junto ao sistema religioso que estabelecia os critérios e o controle. Do primeiro passo, a doação da terra, era uma etapa acertada; não necessariamente eficaz para a constituição da igreja. Diz Murilo Marx, quando cuida da acessibilidade a propriedade religiosa, o seguinte: “A terra para o santo, seu patrimônio ou de sua capela eram doadas por um ou mais detentores de glebas vizinhas, sob determinadas condições. Destacam-se as de cunho religioso, como rezar missa para o doador e sua família, periodicamente após a sua morte. Além da terra, outras doações permitiram a construção de uma primeira capela e, sobretudo, sua manutenção e funcionamento. Para tal, uma administração se impunha e se constituía através de uma entidade específica ou de uma irmandade. A construção do edifício e guarda ficavam a cargo de seus responsáveis.” Nessa

mesma sequência, Marx faz questão de observar: “Este processo, tão usual, persistente e despercebido, expressa um curioso equilíbrio entre as grandes glebas, domínio de poucos senhores, e estes pequenos núcleos, domínios de outras gentes, uns ‘vizinhos’ separados pelas grandes distâncias entre suas casas grandes, outros ‘moradores’ conglomerados junto a algo comum. O que de comum? A terra, o chão que ocupavam, o solo de um santo que merece um certo tipo de retorno para sustento do ‘seu’ culto e que já merecera para tal uma porção de terra, para o seu teto e para o dos que congregaria.” (MARX, 1991, p. 26).

Não é de se admirar que nesse conceito de apropriação de solo sagrado, doado por um benfeitor ou seus herdeiros – como acontece em Serrinha – viessem à tona símbolos e modelos já destacados em outros povos. Primeiro a conversão do solo comum em terra sagrada, devido à guarda dos antecedentes (devemos lembrar da permissão de enterro do doador e dos principais de sua família em solo religioso que seria guardado a partir de então pela igreja que o recebia). Depois, a conversão do entorno daquele solo em algo mais complexo. Agora o bem previsto na doação não pertencia sequer à cidade; passava a pertencer a própria igreja, e alcançava proporção de espaço estatal, dada a sua vinculação com a Coroa. E, por fim, a definição de todo o entorno em que se encaixava o espaço religioso, uma vez que aquele que fora espaço privado, definiria o movimento que os particulares podiam fazer para ocupar a área que a envolvia. Essas definições mostram o claro perpassar do espaço privado para o mundo de todos: o espaço público, relatado no capítulo anterior.

Marx (1991) observa ainda mais. Ao conseguir, um arraial alcançar certo “status populacional”, podia requerer seu reconhecimento institucional, mudando agora sua condição – não só de sua igreja, mas também de todo o quadrado urbano que a cercava. Esse espaço tinha que conquistar um reconhecimento para alcançar agora a condição de paróquia, que não dependia do Estado, mas sim da igreja. E aqui veremos que Serrinha segue esta concertação de modo impecável, fazendo crer que o roteiro traçado por Marx é exatamente aquele definido no local analisado.

Desse modo, o reconhecimento daquela população se dará expressamente pela indicação provida pela igreja. Com isso a capela pode se transformar em igreja, aumentando o tamanho de sua nave e fazendo perfilar sua importância no contexto local. Estado e Igreja se pertencem e envolvem toda a população do lugar.

Os efeitos dessa relação Igreja x Estado são complexos. Agora os “fregueses da capela” (como menciona Marx (1991), os *filií ecclesiae*, ou, os filhos da igreja) se reunirão para apoiar ainda mais a igreja, tanto em obras como em eventos de reconhecimento, fazendo com que este ciclo positivo seja cada vez mais reconhecido e amparado. A igreja se amplia, seu entorno fica



reconhecido, seus membros se multiplicam e a cidade amplia seus esforços no entorno do marco zero: a capela original.

Uma coisa não mudará jamais nesse curso: o local da capela original ou da igreja. A cidade não se converte mais e isto fica, no caso do espaço de Serrinha, profundamente exemplificado. Não que não haja outras oportunidades. No ciclo de crescimento da cidade, fundou-se tempos depois um novo ponto de toque religioso, distante algumas centenas de metros da igreja original. Nesse novo espaço, fruto também de outros agregadores religiosos, talvez agora dissidentes políticos e sociais dos representantes dos membros originais, forma-se uma nova igreja, mas esta nunca ocupará a marca, o desígnio destinado ao centro inaugural. Até porque a formação da cidade se marca por ali, pela proposição de origem, nunca pela nova capela que se instala diante de novos sabores religiosos, sociais e políticos impostas pelo Estado.

Um notável movimento de progresso da cidade de Serrinha acontece nos anos 1960. Nesse ano, o espaço em que fora erigido a igreja nova – na chamada Praça Miguel Carneiro, recebera não só uma nova e grande igreja, mas acima de tudo, estrutura cidadina. Mas nada disto foi capaz de mudar a estrutura original do movimento central previsto pela igreja matriz. Veja-se na citação:

Vê-se assim, que a década de 1960 é marcada por um forte movimento urbano; afinal a chegada da luz elétrica e a inauguração do asfaltamento da BR 116 juntavam-se ao fato da melhoria de vida na cidade. Franco (1996) comenta sobre este período: ‘Ao lado dos deputados Juarez Hortélio, Ana Oliveira (conhecida por Nanú Oliveira, esta filha de Teofilândia e irmã do chefe do Tesouro do Governo Lomanto Júnior, Teófilo de Oliveira, daí a sua ascensão na política) e Rubem Nogueira inaugurou 15 mil metros quadrados de ruas – Ponciano Oliveira, Júlio Virginio Santana, Carolino Campos, Basílio Cordeiro, Araújo Pinho, 15 de Novembro, Campos Filho, e Praça Miguel Carneiro, nesta instalando luz a vapor. Impressionava sobretudo os habitantes da sede com a urbanização de praças com jardins modernos e inspirados na cidade de São José do Rio Preto, São Paulo, onde residia um de seus irmãos.’ (FRANCO, 1996, p. 118).

Interessante tratar, neste processo de criação de cidades brasileiras, o reconhecimento dos desenhos impostos versus a realidade imposta. O modelo de quadriculas, tão fortemente valorizado em todas as cidades desde Platão, no caso português-brasileiro foi chamado a sofrer outras influências. Não era possível definir todas as dimensões da praça e da ocupação feita na cidade. Afinal, do espaço privado se fez o público, e não ao contrário. Diante dessa perspectiva, foi fundamental que outras soluções fossem adotadas.

O caso de Serrinha chega à mais adequada prova de que fatores sociais e de poder foram profundamente capazes de influenciar as soluções dadas na construção do espaço original – quando tratamos da formação da cidade –, e mais, seus prolongamentos, relatados quase que com adequação justíssima por Murilo Marx (1991), mostram que as influências para a formação de diversas cidades nascem de um estado de percepção de poder que vem desta importante coparticipação da ordem religiosa. Marx menciona em sua obra aspectos importantes para explicar a formação da cidade. Assim ele trata do tema: “O ponto focal, se não central, do antigo e pequeno ajuntamento humano estará, portanto, confirmado e renovado em seu fulgor. Não é mais a capela ou igreja que domina a povoação, mas sua matriz; não é mais o seu terreiro, mas o largo da matriz. Esta presença dominante revigorada se dá, contudo, em que tipo de aglomerado? Ainda de reduzidas proporções e, o que é mais importante, com traços físicos característicos, muito claramente repetidos. Irregular, com ruas tortas, de largura incerta, de ladeiras, se for o caso, de inclinações variadas e por vezes excessivas. Localidade que se casa com a paisagem, ou com ela se enlaça, na expressão notável de Sergio Buarque de Hollanda, no capítulo IV: ‘O sementeiro e o ladrilhador’, de seu *Raízes do Brasil*. Talvez seja o lugarejo o esboço de alguma configuração mais regular, que se anuncia em suas poucas vias e largos, em seus muros que separam prédios não muitos numerosos. Talvez .... porque se a verdade é que se alguma orientação houve por parte dos agentes do poder público e das normas legais, porventura mais próximos geograficamente ou mais diretamente interessados, por algum motivo, sabemos que essa orientação tendeu a ser tênue e não muito clara. Mas recentemente, nos últimos pouco mais de cem anos, dentro do mesmo processo, o traçado em quadrícula se impôs logo por alguma razão que procuramos adiante; anteriormente, não.” (MARX, 1991, p. 28).

A questão de a ligação Igreja-Estado ter como resultado as cidades, que nem sempre foram motivo de grande atenção. Todavia, além do próprio Murilo Marx, estudiosos se preocuparam em entender, por exemplo, a formação de cidades como as que se sucediam no interior da província de São Paulo, como Rubens de Borba de Moraes, Pierre Deffontaines ou mesmo Pierre Monbeig (citados por MARX, 1991, p. 38).

Apesar disso, a instalação das capelas, com a consequente formação de núcleos urbanos, dependia, ainda no início do século XVIII, das autorizações que deviam ser feitas pelo Arcebispado da Bahia, respeitando principalmente que não fossem construídas em lugares ermos ou despovoados, além de contar para que fossem construídas com recursos suficientes para que pudessem se manter. A origem desses recursos, vindos de particulares ou doadores que pretendiam se vincular à igreja, pela fé, era essência do processo de construção da religião.

Mas deviam, esses recursos, se integrarem a uma forma de responsabilização e garantia, de modo que permitissem esta autonomia à igreja. Eram as porções de terra doadas a uma devoção ou santo padroeiro, de sorte que eles ficassem protegidos para garantia do funcionamento do próprio templo.

Assim, Marx menciona que a concessão de terras permitia que o templo pudesse lhes dar destinação através de cessões ou arrendamentos a particulares, de modo a obterem-se recursos imprescindíveis para o sustento das capelas<sup>85</sup>.

Os registros iniciais da formação dos primeiros arraiais dão conta do forte cunho rural destas localidades, justificando assim a baixa ocupação dos pequenos aglomerados. Mas essa mudança está acontecendo paulatinamente e o próprio Serrinha prova isto. Afinal o que fora fazenda, passagem de gado e depois um ponto de encontro da região recebe uma igreja e converte-se agora em um pequeno conglomerado urbano, oferecendo, a partir de terras da igreja, chance de comércio e recepção de pessoas. A mudança do simples regime rural com a apropriação de soluções nos distritos agora urbanos, em torno do espaço concedido as igrejas.

Era, portanto, o crescimento do centro urbano a partir do patrimônio religioso o fenômeno que acontece em Serrinha e se expande para diversas outras comunidades no interior do Brasil. A ocupação através de foreiros que agora faziam pequenas ocupações, pois não precisavam mais da amplitude de terras necessárias na agricultura expansiva; afinal, agora, os negócios e as atividades que passavam a ser desempenhadas no entorno das igrejas não demandavam mais de grandes áreas, mas apenas de um regime jurídico que relacionasse a atividade do pequeno comerciante e produtor aos espaços pertencentes à igreja. Neste caminho apura-se o regime do aforamento<sup>86</sup>.

---

<sup>85</sup>Marx menciona sobre estas formações religiosas, observando sua possibilidade nas regiões do interior: “Fica mais difícil acompanhar o mesmo processo no litoral ou mais perto dele, em formações urbanas que se desenvolveram muito antes, mais lentamente, e submetidas a outros tipos de constrangimento, civis, militares ou clericais. Muito mais difícil captar nelas, também, o outro potencial e motivação clara, porém pouco conhecida, dos patrimônios religiosos: garantir rendimentos para a manutenção do templo. E de que forma? Através da cessão de parcelas para eventuais interessados em habitar junto ao templo, reunidos para tratar de sua subsistência comum, seja pelo plantio, pelo artesanato ou pela troca, amparados pela assistência espiritual, ainda que muito esporádica, oferecida pela capela, e estimulados pelo apoio material de todos aqueles que de longe a acorriam. Tais interessados poderiam obter concessões da gleba do templo, do santo, através do aforamento ou de simples doação. Não apenas representavam uma renda eventual ao templo, como garantiam uma comunidade junto dele que justificasse não só sua construção, como sua manutenção e visita periódica por um cura, atendendo à exigência apontada na constituição 693 do arcebispado de que nunca fossem erguidos ‘em lugares ermos, e despovoados’”. (MARX, 1991, p. 40).

<sup>86</sup>Murilo Marx comenta a importância do regime que ligava a igreja aos pequenos particulares: “Uma das maneiras de se obter recursos para o sustento do pequeno templo é o que nos interessa e que tem ficado esquecido. Trata-se da destinação da terra doada, depois de reservada a área suficiente para o templo, suas futuras expansões, seu adro ou área aberta dianteira e a circundante. Trata-se das porções a serem cedidas para interessados, dos chãos a serem pleiteados para morar e trabalhar. Trata-se de parcelas cedidas mediante uma quantia anual fixa e predeterminada: o foro. Trata-se de um contrato pelo qual, a exemplo das concessões de sesmarias com

As regras para a construção das igrejas e capelas eram bem definidas pela legislação que formataria o crescimento dos arraiais e das futuras vilas. Assim a definição da localização geográfica no futuro espaço, cabendo à igreja o ponto mais alto daquilo que viria a se tornar uma praça, estabelecendo também a orientação dos prédios ao seu redor, inclusive quanto às vias de acesso. Eram a indicação e as regras do ordenamento espacial que dariam futuro para as cidades. Marx (1991) menciona que as concessões e os aforamentos deveriam se resolver por uma legislação específica: as Ordenações Filipinas o fazem em seu título 62, parágrafos 45 a 51.

O passo seguinte nesse processo seria o espalhamento do modelo, o seu eventual sucesso em diversas localidades faria surgir uma nova necessidade: outro estágio do urbano. Um casario se transformava num povoado, seguindo-se passar a ser um arraial e, em seguida, convertia-se em uma vila. Isso sem haver a interferência da Coroa, como tinha acontecido até então com as grandes vilas. Este seria o próximo passo na formação das cidades brasileiras, que aconteceu de modo idêntico em Serrinha. Sobre este significativo processo, Marx menciona:

Refletindo o que mostravam as vilas e poucas cidades coloniais, a realização dos pequenos povoados, dos arraiais e dos aldeamentos, mais próximos ou apartados das mesmas, era sucinta e clara: um modesto casario em torno de uma igrejinha, um terreiro por vezes relativamente vasto, poucas ruas ou ruelas e becos. Esta mesma realidade da freguesia, como já se mencionou, naturalmente maior e mais densa como aglomeração, que já revelara bastante força para alcançar a sua categoria religiosa, e civil também, de paróquia, categoria oficial, de embrião institucional reconhecido. Na prática, as linhas de demarcação entre tais categorias não costumavam ser bem definidas, como nos lembra Aroldo de Azevedo (1956 e 1957); a freguesia manteve esses traços ao se desenvolver, aumentando a sua população, ou seu número de lares ou fogos, a quantidade de suas vendas e eventuais serviços.

E ele continua:

Crescendo sua expressão populacional, econômica e edificada, terá aumentado sua aspiração a outra categoria institucional, a outro tipo de reconhecimento por parte da sociedade organizada, em meio à divisão territorial estabelecida pelos poderes constituídos, enfim, por parte do Estado. A sua aspiração seguinte seria constituir não mais um embrião oficial, a célula menor eclesiástica e administrativa, porém algo mais, que não se referia apenas ao tamanho ou à ascensão gradual e hierárquica: seria alcançar a autonomia política e administrativa, seria passar a constituir a sede de um município, passar a zelar por si mesma, aglomeração, e por um território próprio correspondente que lhe seria designado, seu termo. A autonomia

---

obrigação apenas do dízimo, obrigava-se o beneficiário a um módico pagamento anual para custeio das despesas do templo, o aforamento ou, melhor, o sistema sutil e complexo aos nossos olhos da enfiteuse.” (MARX, 1991, p. 44).

municipal colocaria o povoado, quem sabe a antiga freguesia ou paróquia, como unidade autônoma dentro do Estado, fosse o reino como uma de suas colônias, fosse esta como o país já independente. O povoado se tornaria a sede de uma área territorial bem definida, entre outras mais antigas ou a serem criadas, termos municipais na ocasião definidos e redefinidos. Ganhava então, para todos os efeitos, um lugar ao sol. (MARX, 1991, p. 52)

Os rumos definidos nos estudos de Murilo Marx servem aquilo que aconteceu em Serrinha. Logo após a instalação e o reconhecimento da igreja dedicada à Senhora Santana, no centro urbano de Serrinha, logo ao lado da casa do fundador Bernardo da Silva, inicia-se o processo para o reconhecimento do distrito de paz e, em seguida, a constituição da vila.

Esses passos são registrados por Tasso Franco, que menciona que o primeiro momento que Serrinha alcança com a construção da capela, futura Igreja matriz, fundada em 1780, foi ser reconhecida como arraial. Alguns documentos mencionam que até 1763, e outros de 1775, o reconhecimento através do termo da localidade de Nossa Senhora Sant'Anna de Serrinha. Mas, após isso, os descendentes de Bernardo da Silva reivindicaram junto ao Presidente da Província a condição de distrito atendido pela lei provincial no. 67, datada de 1º de junho de 1838. Com isso seguiu-se à elevação da capela à categoria de Freguesia de Senhora de Santana de Serrinha, tendo sido canonizada pelo então arcebispo Romualdo Almeida de Seixas. O fato vai assim registrado:

Thomas Xavier Garcia d'Almeida, Presidente da Provincia da Bahia, faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Provincial decretou e eu sancionei: Art. 1º Fica também erecta em Matriz a Capela de Santana de Serrinha, ora filial da Freguesia da Vila de Água Fria – Assinado Thomas Xavier Garcia d'Almeida, Presidente da Província, 1º de junho de 1836. (ARAÚJO, 1926, p. 20)

Anteriormente a esse momento, Serrinha era uma filial da freguesia de São João Baptista de Água Fria. Após, então, por questões de ordem religiosa, passa a integrar o termo da Vila de Purificação dos Campos, hoje conhecido como o município de Irará.

Nesse período, Tasso Franco, lembra que a economia de Serrinha era relativamente diversificada. No final do século XVIII, além da pecuária, distribuída nos campos dos produtores locais, para o sustento do próprio distrito, havia a produção dos artesanatos de couro, as culturas de subsistência, a plantação de milho, mandioca, feijão, batatas e demais cereais além do aluguel de espaços para a guarda dos bois transportados.

Devemos lembrar que essas locações de prédios e espaços para pessoas e animais naquele período eram muito comuns e rentosas. Afinal, sendo Serrinha ponto de passagem e

equilíbrio entre as distâncias de diversas localidades, além de possuir condições de abastecimento de água para os animais, permitia que seu solo fosse considerado seguro e importante para o gado que era transportado desde as distâncias remotas do Piauí ou mesmo das barrancas do São Francisco. Afinal, após a paragem em Serrinha, o próximo encontro seria em Feira de Santana ou mesmo a própria Baía – leia-se, Salvador.

Tasso Franco menciona que em 1840 o distrito tinha várias casas e uma “[...] administração patriarcal constituída pelos descendentes de Bernardo da Silva, bisnetos e tetranetos [...]” (FRANCO, 1996, p. 70). Devemos observar que tinham se passado, nesse período, noventa anos da morte de Bernardo da Silva, mas ainda assim sua memória e a referência para a urbe ficavam guardadas nas lembranças dos seus sucessores.

O pesquisador relata, para esse período, que Serrinha, como Distrito de Paz, ganhou a nomeação de um juiz deste grau – juiz de paz. Este juiz, Miguel Carneiro da Silva Ribeiro – ao qual o historiador cita seu codinome, Pai Geza – acabou se transformando na principal liderança conservadora da localidade serrinhense.

Posteriormente, já em 1846 (19 de agosto), Franco menciona que a corrente dominante perdeu a eleição para “[...] José Joaquim de Almeida, do São Caetano, eleito o 1º juiz de paz com 300 votos, cuja posse deu-se na igreja matriz em 2 de novembro de 1847.” (1996, p. 70)<sup>87</sup>.

O último registro que Franco cita desse período refere-se à eleição dos diversos membros do Conselho da Cidade, dezenove pessoas ao todo. Esse fato é bem significativo, pois demonstra que a evolução da localidade convertia para um núcleo que já tinha deixado de ser uma fazenda para, mediada pela importância da igreja, ser um núcleo urbano com ordens e direções políticas. Nesse sentido merece transcrição pela referência da época:

A apuração foi efetuada pelos cidadãos Antonio Pinheiro da Silva Ribeiro, Francisco de Oliveira, José Pinheiro Alves de Souza e Luis Lopes da Silva. Foram eleitos 19 membros efetivos do Conselho, sendo o mais votado escolhido juiz de Paz, autoridade maior do distrito: José Joaquim de Almeida (Presidente, 330 votos), Vicente Pereira da Silva (291 votos), João Cardoso Ribeiro (290 votos), Manoel Cardoso Ribeiro (288), Manoel Sabino Nunes (285), Manoel José Pinto (285), Honorato José Ribeiro (285), José Pedro Cardozo (281), José Emygdio Ribeiro (279), Miguel Carneiro Ribeiro (279), Antonio Ferreira de Oliveira Junior (279), José Lopes da Silva (278), Manoel José Vieira (275), Vitalino Ferreira de Oliveira (275), José Ferreira de Souza

<sup>87</sup>Franco menciona que a cópia da ata de apuração de votos dessa sessão está tombada no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, tendo sido lavrada por Antonio Ferreira da Silva Pinheiro e tinha o seguinte teor: “Aos dois dias do mez de Novembro de mil oitocentos e quarenta e sete nesta Igreja matriz de Santa Anna da Serrinha, Termo da Villa da Purificação dos Campos e Meza Paroquial prezidida pelo juiz de Paz mais vottado deste Districto, o cidadão José Joaquim de Almeida e demais membros eleitores e suplentes escolhidos em conformidade o artigo 8º da Lei que determinou [...] as eleições de 19 de agosto de 1846.” (FRANCO, 1996, p. 70).

Sobrinho (272), Miguel Ferreira de Oliveira (271), Angelo José de Oliveira (271), José Carneiro da Silva Junior (250) e vigário Francisco Furtado de Mendonça (190) (FRANCO, 1996, p. 70-71)

Essa importante etapa, que se inicia com a confirmação da igreja matriz de Serrinha como templo reconhecido pela Igreja e, por consequência, lhe dispõe o status de local de reconhecimento público, alcança o ápice quando Serrinha se transforma, efetivamente, em uma entidade política reconhecida. Era a emancipação do distrito, transformado em reconhecido ente político.

Os registros oficiais, providos pelo IBGE, tratam sobre a formação dessa primeira igreja dizendo o seguinte:

Em 24 de outubro de 1763 foi nomeado capelão o padre Antônio Manuel de Oliveira. A igreja Matriz de Serrinha foi concluída em 1780 e possui uma inscrição de mármore no frontefício (*sic*) com os seguintes dizeres: ‘Louvado seja o Santíssimo Sacramento e a imaculada Conceição da Virgem Nossa Senhora concebida sem pecado original’. Presume-se que o ano de 1646 tenha sido o início da catequese dos índios Biritingas que dominavam a região. (IBGE, [2010a], n.p.).

#### 4.5 EMANCIPAÇÃO DE SERRINHA – O DISTRITO VIRA TERRITÓRIO

Tudo leva a crer que havia uma preocupação grande da Coroa no reconhecimento dos municípios no Brasil, sobretudo no século XVIII. Tanto assim que a evolução dos municípios brasileiros observada por Aroldo de Azevedo (1992) se dá com uma parcimônia considerável. Em sua obra, reconhecida como importante análise da formação das municipalidades brasileiras, ele observa que, no primeiro século de existência do Brasil, apenas 14 municípios foram formados. Foram necessários mais 100 anos para que os municípios e vilas tenham sido triplicados, o que demonstra um pequeno avanço considerando o tamanho total do país<sup>88</sup> e principalmente o avanço pelo litoral e depois pelo interior brasileiro.

De fato, no século XVIII o município irá assumir importância na formação do Brasil. As duas grandes cidades brasileiras da época se destacam de tal modo que são insuscetíveis de

---

<sup>88</sup>Segundo Aroldo Azevedo: “No que se refere às vilas, nada menos de 37 foram criadas durante o século XVII, particularmente em sua segunda metade (sob os reinados de D. Afonso VI e D. Pedro II), o que fez com que se elevasse para 51 o total das vilas brasileiras. Registrou-se uma verdadeira proliferação de vilas ao longo do litoral, de maneira especial em dois trechos: entre a cidade da Paraíba e a vila de Ilhéus, como também da vila de Vitória ao extremo norte do atual litoral catarinense. Percebe-se, por conseguinte, que os dois importantes centros econômicos do quinhentismo — Olinda e São Vicente — continuavam a exercer sua hegemonia, reforçado o primeiro pela importância crescente da cidade do Salvador e do Recôncavo baiano.” (AZEVEDO, 1992, p. 13).

concorrência. Assim, Salvador, preparada para ser a capital da América portuguesa, e o Rio de Janeiro, privilegiada pelo acesso às minas gerais, receberão papel de destaque, distanciando-se completamente das outras localidades; mesmo que formadas para serem núcleos militares, postos de câmbio econômico ou mesmo privilegiadas em razão de sua posição geográfica – portos de intensa atividade econômica e exploração.

Vale a pena ressaltar o olhar trazido sobre a criação de municípios na história brasileira: a impressão do completo descontrole por parte da Coroa na formação destas novas unidades sociopolíticas. O próprio perpassar entregue por Aroldo de Azevedo (1992) apresenta duas críticas específicas à formação das cidades brasileiras e, por consequência, à formação de municípios, tendo em vista que no conceito ainda atual só existem cidades onde houve municípios<sup>89</sup>.

Como é de saber, a formação das vilas e a transformação dos arraiais tinha forte influência da igreja, que detinha um rigoroso sistema de recepção para novas igrejas e, além disto, um controle para todo o planejamento urbano a partir do entorno da igreja matriz; se considerado que a Igreja, no período colonial, integrava e participava, com a Coroa, na direção dos destinos da atuação do Estado<sup>90</sup>.

No Brasil vão se produzindo localidades conforme revelam-se periodicamente seus destinos econômicos, apresentando-se, deste modo, um roteiro para as ocupações que lhe sucedem. Assim, ocupado o litoral, principalmente com instalações de ordem militar ou administrativa, as entradas para o interior acontecem, em São Paulo, como porto de partida para o interior, a partir da imensidão de rios; no Rio de Janeiro, para o controle do movimento das minas gerais; em Salvador, como polo central da Coroa na sua América portuguesa; no resto do Nordeste à entrada do rio Amazonas, como forma de contenção dos invasores.

É o gado e a busca das riquezas vindas com o potencial do ouro e da prata que fazem os destinos do interior serem modificados. Todavia, no caso do gado, essa invasão ao interior é mais intensa e efetiva, pois ela se baseia num triplo processo: expulsão dos indígenas, abertura

---

<sup>89</sup>Conforme Aroldo de Azevedo, pelo exame do censo de 1950: “Evidentemente, seria um erro afirmar que esses 1890 centros urbanos devem ser considerados verdadeiras cidades, de acordo com o conceito geográfico desta palavra, pois a grande maioria não apresenta as características culturais e sociais, a estrutura, as características demográficas e as funções geralmente apontadas pelos geógrafos para que possam ser como tais classificados<sup>1</sup>. Acreditamos estar mais próximos da realidade se tomarmos como limite mínimo para a conceituação das cidades (na falta de outro critério) a população urbana de 10.000 hab. Nesta hipótese, existiriam, em 1950, apenas 204 aglomerados urbanos que mereceriam aquela designação, no ponto de vista da Geografia.” (AZEVEDO, 1992, p. 2).

<sup>90</sup>Sobre o tema, tratado de modo alongado, conferir Murilo Marx (1991).



de caminhos e implantação de currais. Soma-se a isso um inevitável contingente: produtores que podiam almejar esta solução econômica sem serem, necessariamente, ricos ou poderosos, como deveriam ser aqueles que pretendiam explorar a cana-de-açúcar.

Essa perspectiva de termos mais pessoas, com maior amplitude sobre pequenos produtores, fazia com que a exploração do sertão, principalmente o nordestino, fosse bastante ampliada; ainda mais que o gado, além de servir como uma fonte em si de recursos – gerava comida (sua própria carne) – agregava a produção de artesanato e de materiais decorrentes do couro, era importante na indústria da cana-de-açúcar, tanto como animais na força de transporte.

Assim, ao contrário e muito mais rápido do que acontece com o sul do país, o Brasil centro e nordeste viu-se com um explosivo conjunto de currais e ocupações de ordem econômica destinadas à produção de gado e toda uma série de itens que cercavam esta produção. Apareciam assim currais que integravam sedes de fazendas, que se transformaram em povoamentos, depois arraiais, seguindo para serem vilas, urbanidades e sedes municipais.

Essa transformação seguia um roteiro muito rígido, apesar da sensação menos apurada, de que a Coroa portuguesa era descuidada com o ambiente urbano. Tal percepção decorre, provavelmente, da importância dada à igreja na formação da localidade.

Deve ser lembrado, de outro modo, que um aspecto era muito importante para a definição dos municípios: a questão da agenda de poder. Deliberar a existência de um município significava, antes de tudo, determinar que outro agente, que não a Coroa, por seus representantes, ou mesmo a própria igreja, poderiam liderar movimentos sociais, políticos e econômicos. O esfacelamento das populações pode ser muito razoável num debate sobre esforços de poder. Quanto mais frágil fosse a esfera de poder local, maior a ascendência do poder central.

Sobre isto, vale a pena a observação de Carneiro da Silva (2018):

Algo mais. Insistem os estudiosos em mencionar o poder das localidades no período colonial. Tal é assim que volta e meia o Rei era obrigado a determinar intervenções quando o poder nas cidades ameaçava ultrapassar os limites autorizados pelo controle central. Assim, inclusive, surgiu uma grande quantidade de movimentos abolicionistas e separatistas durante o período de colonização, todos contidos pela força ou pela intervenção política. A formação das cidades é, portanto, a primeiro ar que prova a existência política brasileira, sediada na base; algo parecido com o movimento que vemos hoje, quando grupos locais lançam ideias e movimentos que contrariam os núcleos econômicos e políticos, ganhando apoio das redes sociais e da possibilidade da internet. Naqueles momentos iniciais do Brasil, entretanto, podemos ver que são nas câmaras locais que surgem os tablados próprios para construção de um debate político. Também é lá que nascem as forças do envolvimento em defesa de um estado nacional. As discussões que lá ocorreram,

influenciadas pelos movimentos que pairavam ora na própria Europa, ora nas Américas, é que promovem a intensificação das lutas pela independência. (CARNEIRO DA SILVA, 2016, p. 17)

Por tudo isso, a ideia original do invasor não era formar núcleos políticos. Sua interpretação original de América era a conquista econômica. Não havia braços para povoar a América portuguesa nem interesses que justificassem esta medida. Desse modo, iniciar outras unidades com caráter político era medida completamente fora de perspectiva.

A ideia prevista para a construção dos municípios<sup>91</sup>, ainda pelos romanos, trazia a perspectiva de se conceder certa parte de poder político àqueles espaços territoriais que se formavam no entorno de uma comunidade relativamente organizada e com uma dada condição pública. Transpor esse modelo para a situação brasileira demandaria tempo, necessidade e reconhecimento. O tempo se propagou pelo decorrer de quase três séculos, desde a descoberta; a necessidade aconteceu pelo transcorrer de demandas que surgiam em cada espaço aberto, onde se formavam pequenas vilas, arraiais, unidades onde o espaço público transitava além do poder da igreja. Já o reconhecimento acontece pela perspectiva de que as localidades alcançaram tal dimensão que as tornavam necessárias para a realização daquele espaço.

Nesse transcorrer parece que o movimento, modorrento e tranquilo de ocupação do Brasil exigiu não anos, mas séculos. O primeiro, visto acima, produziu poucas localidades.

As referências históricas dão pouco valor à formação das localidades no transcorrer do primeiro século de existência portuguesa. Nesse sentido comenta David de Medeiros Leite (2015, p. 264), em seu artigo:

Especificamente, no caso do Brasil, como, de princípio, não existia a intenção de povoar, tampouco houve interesse por organizar o Município no sentido que temos hoje. De forma que a autonomia municipal, em seu principal sentido da palavra, só veio tomar forma muito tempo depois do descobrimento. Segundo José Nilo de Castro, o início da municipalização respondia ao modelo português: Pondo os pés no Brasil, trouxeram os portugueses, em 1500, as instituições municipais segundo o direito lusitano, com a seguinte organização: a) um prefeito b) juízes ordinários; c) conselheiros (de Câmaras); d) almotacés com funções administrativas

---

<sup>91</sup> A palavra Município vem de MÚNUS. Significa “tarefa, dever, obrigação, encargo”. Veio sem alteração do Latim *munus* (fora o acento, que eles não tinham), “emprego, cargo, ofício”. Gerou *munera*, “funções oficiais”. Em Roma os cargos públicos eram obtidos através de influências e compras, não por concurso; por isso que daí resultou o verbo *munerare*, “presentear, recompensar”. Este verbo hoje é representado por **remunerar**, com o prefixo *re-*, intensificativo. MUNICÍPIO – vem do elemento *muni-*, com a idéia de “obrigações”. Assim, *municeps*, “aquele que faz parte dos que têm obrigações, deveres”. Ou como se dia atualmente, **munícipe**, usado para citar alguém que faz parte de um município, com os direitos e deveres inerentes. (CARNEIRO DA SILVA, 2016, p. 13)

subalternas; e) procuradores (advogados representantes do Município); f) os homens bons. (CASTRO, 2006, p. 11) A princípio, os “Municípios” foram formados com base na necessidade de uma organização mercantil e do próprio povoamento do território, assim também tendo em vista as necessidades sanitárias, ou com o objetivo de execução de obras para servir a todos aqueles que viviam nas aldeias e vilas. Se personificarmos o Município no Brasil, as vilas seriam seus antepassados mais remotos. Sobre o nascimento das vilas: A primeira foi São Vicente, em 1521, fundada por Martin Afonso; antes de ter sua carta [doação]; em 1546, Santos; em 1560, São Paulo; e Itanhaém, em 1561. O surgimento dos municípios pode ser visto mais como uma necessidade das comunidades que viviam em solo brasileiro para os desígnios de Portugal. (CORRALO, 2006, p. 56). Como podemos observar através dos próprios nomes das vilas que estavam sendo criadas, a igreja também influenciou fortemente a fundação das mesmas e de outras organizações nucleares. A Igreja Católica, no Brasil, viu a necessidade de catequese dos povos nativos em nome da mensagem cristã, que ajudou tanto a exploração dessas áreas, muitas vezes inacessível, como na estruturação em forma de cidade para essas comunidades (CASTRO, 2006). A regulamentação do Município como formação jurídico-administrativa vinculada a algum ordenamento se concretiza no momento em que Portugal impôs à colônia o cumprimento das Ordenações Manuelinas, Alfonsinas e Filipinas, derivada da intenção de criar um lugar de administração geral na colônia. Essas regulamentações, que datam da segunda metade do século XVI e princípios do século XVII, tinham como finalidade dotar as capitânias de um poder administrativo organizacional com a criação de várias funções e de Câmaras nas vilas que foram formadas. Em termos formais, as constituições brasileiras começaram a refletir a forma do país de ver a organização municipal a partir da Constituição de 1824, que abriu as portas para a sistematização administrativa local.

Tanto assim que estudiosos como Hely Lopes Meirelles dividem os períodos em que os municípios foram criados, conforme as condições e a legislação de cada momento, destacando os dois primeiros momentos da história naquele próprio do Brasil Colônia e, depois, o momento do Brasil imperial. Afinal esses dois momentos mantêm, de algum modo, uma legislação que lhes dá uma especificidade. Meirelles menciona:

O Município português foi transplantado para o Brasil-Colônia com a mesma organização e atribuições políticas, administrativas e judiciais que desempenhava no Reino. Sob a vigência das três ordenações – Alfonsinas, Manuelinas e Filipinas – que regeram até a Independência (1822), nossas municipalidades foram constituídas uniformemente por um presidente, três vereadores, dois almotacéis e um escrivão. Além desses encarregados administrativos, serviam junto à Câmara um juiz de fora vitalício e dois juizes comuns, eleitos com os vereadores. No período colonial a expansão municipalista foi restringida pela ideia centralizadora das Capitânias, afogando as aspirações autonômicas dos povoados que se fundavam e se desenvolviam mais pelo amparo da Igreja que pelo apoio dos donatários. (MEIRELLES, 2017, p. 35-36)

Na formação de um município, no período colonial, depois de vencidas as dificuldades originais, era possível que as atividades políticas e jurídicas nas localidades tomassem impulso significativo, criando a sensação de governança e funcionamento do mundo público. Meirelles menciona que, depois de criada uma localidade, era possível receber serviços indiscutíveis como fiscalização da vida na cidade, cobrança de taxas e indicação de posturas, com depositários, avaliadores de bens, capitão-mor, sargento-mor, juízes de vintena e tesoureiros-menores. Também a estrutura jurisdicional disposta nas cidades naquele momento permitia que fossem julgadas ofensas e injúrias e, em alguns casos, extravasando as competências, a deliberar sobre interesses da capitania, chegando até a convocar governadores para tratar de negócios públicos (MEIRELLES, 2017).

As municipalidades perdem muito de sua força política com o Império. Apesar de ter sido permitida a instituição das câmaras, um dos primeiros fatos jurídicos que caracteriza esta nova posição dos municípios é a perda do poder jurisdicional. Eles agora não podem dispensar a justiça, que passa a ser entregue diretamente pelo governo provincial.

Já as câmaras, com seus membros eleitos pelos moradores da cidade, têm no vereador mais votado o seu presidente, como se verá adiante na eleição da primeira câmara de Serrinha. Porém, mencionado por Meirelles (2017, p. 37), Pandiá Calógeras cita que o centralismo provincial “não confiava” nas atividades municipais. Assim poucos atos dos municípios guardavam algum respeito a suas autonomias. Os municípios, em sua maioria, distantes do poder central, que se situava entre a província e o próprio Imperador. Os primeiros cortejados pelos governos regionais; afastando os interesses locais do espaço de apoio e decisão do governo central.

Meirelles menciona também que a Lei Regulamentar de 01 de outubro de 1828, que transformou os municípios em mera divisão territorial, com pouquíssima significação política, tendo em vista que a dita lei mencionava que as câmaras eram meras corporações administrativas (art. 24), afastando assim o poder político da localidade. Era um passo contrário ao que havia regido por todo o período colonial. Essa incapacidade política das localidades fica ainda mais evidente durante a publicação de Ato Adicional - Lei 16, de 12 de agosto de 1834 – que vinculou a atividade das câmaras às próprias assembleias provinciais; desmantelando-as como espécie de centro decisório de caráter político.

A atividade municipal, então, era exercida para garantir a cobrança de recursos para manutenção dos mínimos serviços locais, possibilitando a existência eventual de um procurador

– que tinha por função postular em nome da câmara, atuar perante os juízos de paz, servindo como mero funcionário de apoio às atividades do legislativo<sup>92</sup>.

Aroldo de Azevedo (1992), descrevendo o aumento do número de municípios no transcorrer dos séculos iniciais, comenta que após o primeiro século de ocupação começam a surgir as primeiras vilas com formação oriunda do avanço português sobre o solo. Aroldo de Azevedo comenta inicialmente a formação das primeiras cidades:

Essa extrema pobreza em cidades, que tão bem caracteriza o Brasil do século XVI, não só correspondia à modéstia de nossa vida colonial, dando então os seus primeiros passos, como também era um reflexo da tradição portuguesa da época e, mais proximamente, resultava do regime dominante das Capitâneas hereditárias. Os Donatários não tinham o direito de fundá-las, porque ‘as cidades, perpetuando em si o antigo Município romano, de natureza independente, só assentavam em terras próprias alodiais’<sup>12</sup>. Por isso mesmo, para que pudesse ser fundada a cidade do Salvador, necessário se tomou que, primeiramente, revertissem à coroa portuguesa as terras da capitania da Bahia, então pertencentes aos herdeiros de seu malogrado Donatário. (AZEVEDO, 1992, p. 7)

O século seguinte vai propiciar a criação de mais 37 localidades. Ou seja, em 200 anos, cerca de 51 municípios ou localidades haviam sido instituídos no Brasil. Demonstra-se quão lenta se dava a ocupação do solo em terras tão imensas<sup>93</sup>.

---

<sup>92</sup>Hely Lopes Meirelles relata que a figura institucional do prefeito aparece somente em 1835 e foi destacada a partir da Província de São Paulo. Era alguém escolhido como delegado do Executivo pelo presidente da província. A inovação foi tão bem recebida que logo após, uma a uma, as províncias foram recebendo também este agente. Ainda Meirelles, nesta sua descrição histórica sobre outros fatos que foram acontecendo após este momento, gerando uma melhoria lenta e superficial da paisagem do município no cenário institucional brasileiro: “Daí por diante amadureceram-se projetos de reforma da administração municipal, com ampliação de órgãos e concessão de franquias aos novos governos locais, merecendo destaque o do Marquês de Monte Alegre, que instituiu agentes especiais do governo nas cidades e vilas (1850); o do deputado Romão de Ataíde, que restituía as atribuições judicantes às Câmaras (1857); o do Marquês de Olinda, que opinava pela separação das funções administrativas das deliberativas (1862); o do Visconde de São Vicente, que propunha a criação de Conselhos de Presidência nas Províncias (1867); o do deputado Paulino de Souza, que entregava ao presidente da Câmara o Executivo Municipal (1869); e, finalmente, o senador Carrão (1882), que outorgava às Assembleias Legislativas provinciais a atribuição de nomear o prefeito para as cidades e vilas. A despeito da iniciativa desses parlamentares e da acerba crítica dos publicistas de então ao espírito centralizador e a sufocante uniformidade que a Lei Regulamentar de 1828 impunha às Municipalidades, o malfadado diploma resistiu incólume até a proclamação da República, com todo seu cortejo de malefícios aos municípios do Império.” (MEIRELLES, 2017, p. 38).

<sup>93</sup>Novamente Aroldo de Azevedo comenta: “Daí a existência de duas áreas de maior concentração urbana: a) a que poderemos chamar de região baiano-pernambucana, tendo por base a economia açucareira e resultante, em parte, da luta contra os flamengos; b) a região paulista-fluminense, girando em torno da vila de São Paulo e da cidade do Rio de Janeiro, tendo por fundamentos de sua prosperidade econômica dos fatores diversos: a criação de gado e os engenhos de açúcar, no trecho fluminense; e o preamento de índios, no trecho paulista<sup>17</sup>. A par de tais áreas, modestamente esboçavam-se duas outras, onde também se registrava uma certa concentração urbana: a região paraense, mais importante, e a região maranhense. De qualquer maneira, o fato é que fachada atlântica, desde a foz do rio Tapajós até a ilha de São Francisco (Santa

Na virada do século XVIII, verifica-se um aprofundamento do Nordeste, que passa a ganhar margens de mais de quinhentos quilômetros além da linha do mar. Eram as entradas, promovidas pelo gado que avançava lentamente, formando a cada canto um curral, uma ocupação e o início de espaços urbanos. Azevedo menciona o desenvolvimento do traçado urbano brasileiro neste século XVIII do seguinte modo:

Ao contrário do que acontecera no século XVII, registraram-se modificações substanciais no panorama urbano do Brasil no decorrer do setecentismo. A obra de urbanização conseguiu libertar-se definitivamente da orla atlântica, em consequência da expansão povoadora e da conquista de larga porção do Planalto Brasileiro e da própria Amazônia. A análise do mapa das vilas e cidades do século XVIII demonstra, de maneira evidente, a penetração do Bandeirismo, o povoamento da Chapada Diamantina e do vale médio do rio São Francisco, a expansão pastoril no sertão do Nordeste, a obra dos missionários na Amazônia e, em menor escala, a influência do chamado ‘ciclo do luar’ e da conquista de caráter militar levada a efeito no extremo sul. No Planalto Brasileiro, as vilas ‘bocas de sertão’ chegaram a fixar-se a 400 e 500 km do oceano, particularmente em terras mineiras e baianas, se bem que ‘sentinelas’ avançadas mas isoladas da onda urbanizadora pudessem ser encontradas a mais de 1.000 km, em terras de Goiás e de Mato Grosso. Por outro lado, na conquista da Amazônia, esses postos vanguardeiros do povoamento atingiram a margem direita do baixo Javari, na atual fronteira com o Peru, 2.000 km continente a dentro. Se deixarmos de lado os casos das vilas isoladas do extremo sul (São Pedro do Rio Grande) e dos sertões do Planalto Central, como também o caso especial do povoamento da Amazônia, nitidamente linear porque fluvial, poderemos considerar como bocas do sertão, verdadeiras balizas do povoamento, as seguintes vilas do setecentismo: Lajes, Castro, Itapeva, Porto Feliz, Mogi-Mirim, Campanha, Itapeverica (antigo arraial de São Bento do Tamanduá), Pitangui, Serro, Minas Novas, Jacobina, Senhor do Bonfim, Crato, Viçosa do Ceará e Monção. Dentre as áreas de mais intensa urbanização, duas se destacavam por apresentarem uma relativa continuidade: 1) a que poderemos denominar de região baiano-nordestina, estendendo-se desde a Baixada Maranhense até o baixo Mucuri, com maior penetração no sertão do Nordeste Oriental e no trecho situado ao norte do Recôncavo baiano; 2) a que poderemos chamar de região paulista-mineiro-fluminense, estendendo-se desde a foz do rio Doce até a ilha de São Francisco, com maior penetração na área áureo-diamantífera de Minas Gerais e no planalto paulista-paranaense. As demais áreas de urbanização apareciam como se fossem ‘ilhas’, sendo numerosos e expressivos os exemplos, tanto na orla marítima, como no Planalto Brasileiro e na Planície Amazônica. (AZEVEDO, 1992, p.19)

Esse período oferece, segundo o mesmo Aroldo de Azevedo, 118 novas localidades reconhecidas no Brasil. Ainda um estágio muito pequeno. Mas devemos considerar que as Constituições da Bahia, termo legal das normas constitucionais, que responderá pelas balizas

---

atarina), passara a ser balizada por vilas e cidades, numa extensão quase duas vezes maior do que a registrada no século anterior.” (AZEVEDO, 1992, p.14).

de cada igreja e seu entorno, somente aparece nos idos do ano de 1706, a partir do qual a introdução de igrejas e seus traçados vizinhos terá algum controle sobre o movimento urbano.

Temos nessa fase o período mais fecundo na produção das pequenas localidades que se formam em torno dos currais, geradores de novas comunidades. Afinal, conforme a própria descrição de Azevedo, neste período o avanço do gado acontece de modo mais pleno. Os currais deixam de existir para formar as fazendas. Estas estão começando a sumir para dar espaço aos arraiais, dependendo somente da força que cada população tem para atrair para si o público, substituindo o privado.

É indubitável que essa mudança de status, evoluindo a fazenda para o arraial, passa pelo reconhecimento do público. Ou seja, há que existir um esforço no sentido de negar-se o privado que existe em cada localidade original. Não era bastante querer receber-se em vila. Era preciso declinar da condição de agente privado liderando o espaço coletivo para atingir a situação de sociedade pública. Desse espaço dependiam diversos movimentos.

Serrinha, nesse transcurso, somente consegue alcançar esse grau a partir do momento em que recebe o templo religioso autorizado pelas Constituições baianas. Mas era preciso mais um pouco. Era preciso agora o reconhecimento do Estado. E isto acontece com a declaração da Coroa no sentido de reconhecer a condição mais elevada de Serrinha. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística menciona assim a condição de Serrinha em sua fase original:

Serrinha teve como seus primeiros habitantes os índios da nação Cariri. Entretanto, foi com a chegada do português Bernardo da Silva, comandante de uma expedição da colonização portuguesa, em 1715, que a organização urbana da cidade se deu. Assim, foi iniciada a construção de uma capela sob a inovação da Senhora Santana.

A capela era filiada à freguesia de São João de Água Fria. Nesse tempo o povoado já possuía 16 casas cobertas de telhas e servia de pousada para visitantes, comerciantes e lojas de tropeiros que se destinavam ao Rio São Francisco.

Em 1 de junho de 1838 foi criado o distrito de paz de Serrinha. Pela Lei Provincial n.º 1.069 de 13 de junho de 1876, foi o Arraial de Serrinha elevado à categoria de Vila e criado o Município de Serrinha, com território desmembrado do município de Purificação dos Campos, sendo inaugurado a 11 de janeiro de 1877.

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Serrinha pela Lei Provincial n.º 67, de 01-06-1838, subordinado ao município de Purificação. Elevado à categoria de vila com a denominação de Serrinha pela Lei Provincial n.º 1.609, de 13-06-1876, sendo desmembrado de Purificação. Sede na antiga povoação de Serrinha. Constituído do distrito sede. Instalado em 11-01-1877.

Elevado à categoria de cidade com a denominação de Serrinha pelo Ato de 30-06-1891. (IBGE, [2010a], n.p.)

Tasso Franco comenta que, na segunda metade do século XIX, Serrinha tinha se transformado em um ponto de impulso econômico, seja pela oportunidade de oferecer caminhos para o sertão, mas, também, por oferecer um posto de produção e troca, com comércio de gados e cereais. As trocas com as regiões de Feira de Santana e com o Recôncavo permitiam Serrinha aspirar alcançar um novo patamar. Desse modo, pela Lei Provincial 1.609, de 13 de junho de 1876, por conta das reivindicações feitas pelo capitão José Joaquim de Araújo (Zezinho da Soledade), o arraial foi elevado à categoria de vila (FRANCO, 1996); por este modo, constituindo-se em município, desmembrando-se de Irará, a antiga Vila da Purificação dos Campos. A transcrição do ato de registro de Serrinha vai assim gravado:

Luiz Antonio da Silva Nunes, Presidente da Provincia da Bahia = Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Resolução seguinte = Artigo primeiro = Fica elevado à Villa o Arraial da Freguesia da Serrinha, constituindo município reunido ao da Villa da Purificação. Artigo Segundo = Revogam-se as disposições em contrário. Mando, por tanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da referida resolução pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como n'ellas se contém. = O secretário d'esta Provincia faça imprimir, publicar e correr = Palácio da Presidencia da Bahia, treze de junho de mil oitocentos e setenta e seis, quinquagesimo quinto da Independencia e do Império. = Luiz Antonio da Silva Nunes. Neste Secretaria da Presidencia da Bahia foi publicada a presente Resolução em trinta e um de julho de mil oitocentos e setenta e seis = Adriano Fontes Bustamante. Registrando a folhas trinta e cinco verço do livro novo de leis e Resoluções da Assembleia Legislativa Provincial = Secretário do Governo da Bahia. (FRANCO, 1996, p. 71)

Em seguida, para constituir a primeira câmara de vereadores, realizam-se, em primeiro de outubro de 1876, as eleições<sup>94</sup>. Esse processo, sem sombra de dúvida, eterniza o processo de

---

<sup>94</sup>Tasso Franco registra trechos da ata da eleição da Câmara; “No dia onze de janeiro do anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e setenta e sete, quinquagesimo sexto da independência do Império, sendo Imperador Sua majestade Imperial o Senhor Dom Pedro Segundo e achando-se na administração Suprema do Império de Sua Alteza Imperial a Regente Princeza Senhora Dona Izabel, nesta Freguesia de Sant’Anna da Serrinha, Termo da Villa da Purificação dos Campos, Comarca de Feira de Sant’Anna, pelas honze digo pelas onze horas da manhã em uma caza destinada a servir nas sessões da Camara Municipal da Villa de Serrinha, creada pela Resolução Provincial numero mil seiscentos e noventa de treze de junho de mil oitocentos e setenta e seis, e officios do Excelentissimo Prezidente d’esta Provincia datados de dez de Agosto de mil oitocentos e setenta e seis e de nove de dezembro de mil oitocentos e setenta e seis, sendo Presidente d’esta Provincia sua Excelencia, o Senhor Doutor Luiz Antonio da Silva Nunes, em virtude do que dispõe o decreto de oito de novembro de mil oitocentos e trinta e dois, pelas onze horas da manhã do dia referido, e no logar supra indicado, compareceu o Doutor Angelo Custodio dos Santos, Prezidente em exercício da Camara Municipal da Villa da Purificação, comigo José Joaquim de Carvalho, Secretario da mesma Camara, e ahi presentes o Capitão José Joaquim de Araujo, o Tenente José Emygdio Ribeiro, José Carneiro da Silva Filho, o capitão Manoel Simão de Oliveira, Alferes Rozendo Carneiro da Silva, o Alferes Joaquim Cordeiro de Almeida e Antonio Joaquim de Araujo vereadores eleitos, no dia primeiro de Outubro do anno passado para servirem n’esta Villa durante o quadriênio começando



publicização do espaço de Serrinha. Já não era um curral, não era uma fazenda, nem um arraial. Era uma instituição pública para todos os fins. Com sua instalação, apesar de isto acontecer num período sombreado pelas diminuições municipais, paira aqui uma sensação de triunfo por conta da história que se arrastara durante mais de cem anos, desde a compra das terras da fazenda de Serrinha.

Uma menção curiosa é de ser observada, notada cuidadosamente por Tasso Franco: eleito como Presidente da Câmara, José Joaquim de Araújo determinou a elaboração da ata que agora firmava o termo de juramento de todos os eleitos. Essa ata, pela importância e referência que vai assim:

Em virtude do que ao primeiro votado, mencionado Capitão José Joaquim de Araújo, foi pelo Presidente da Camara Municipal deferido juramento, que prestou aos Santos Evangelhos, pondo sua mão direita sobre um livro deles no qual prometeo de cumprir e fazer cumprir todas as disposições legais na qualidade de Presidente da Camara Municipal d'esta nova Villa da Serrinha. = Em seguimento o Presidente da Camara Municipal da nova Villa de Serrinha, deferido juramento dos demais Vereadores, que prestarem pela mesma forma, pondo suas mãos direitas no livro dos Santos Evangelhos = São Emidiados na ordem de votação os cidadãos Manoel Pedreira Marques de Freitas, Romão Ferreira da Silva, Luis dos Santos Cordeiro, Antonio Carneiro da Silva Oliveira, Romoaldo Ferreira Coutinho, José Emigdio Ribeiro, digo Emygdio Carneiro, Antonio Ferreira da Silva Pinheiro, Antonio Ferreira de Araujo Oliveira, Maximiano Alves de Oliveira, Virginio de Oliveira Sam Tiago, Manoel Joaquim do Nascimento e Symphronio de Souza Pinto, e como dos juramentos, fossem o vereador José Carneiro da Silva Filho – cunhado do Presidente da Camara, e Antonio Joaquim de Araujo, Irmão do mesmo Presidente, foram convocados para prestarem juramento, e exercem por esse empedimento os imediatamente votados – Manoel Pedreira Marques de Freitas e Romão Ferreira da Silva, ficando assim constituída e funcionando a Camara da nova Villa. (FRANCO, 1996, p. 73)

Outros cargos foram ocupados no mesmo dia, de importância administrativa para a municipalidade. Coube a João Cardoso Ribeiro ocupar o cargo de procurador; sendo secretário Symphronio de Souza Pinto. Até o cargo de porteiro foi provido, por Agostinho José; sendo fiscal João José Baptista.

Serrinha teve logo após seu primeiro Código de Posturas, composto por 25 artigos e que determinava as regras essenciais para a cidade, tais como normas para construção de casas e

---

no dia sete deste mez e que se há de terminar no dia sete de janeiro de mil oitocentos e oitenta e um, o referido Presidente da Camara Municipal da Villa da Purificação perante crescido numero de Cidadãos que presente estavam, declarou instalada na forma da Lei a Villa da Sant'Anna da Serrinha.” (FRANCO, 1996, p. 72).

prédios, cuidados na matança de gado e outros animais; uso de águas dos tanques e lagoas, plantações, colheitas. Ou seja, era uma legislação que regulava diversos cuidados da cidade, sendo aprovada em 25 de julho de 1877<sup>95</sup>.

Dois outros atos promovidos por aquela câmara de vereadores chamam a atenção. Há falta de recursos do município, inclusive para custear os poucos funcionários existentes. Isto faz com que o Presidente da Câmara tenha que requerer fundos para o pagamento de tais despesas, tendo ele assim elaborado o pedido:

São as rendas municipais d'esta Villa tão mesquinhas que de nenhum modo se pode pensar em qualquer melhoramento, a menos que a Assembleia Provincial decreta qualquer meio de aumentar as mesmas rendas, e acodir as precisões mais palpitantes, tais como a fonte de agua potável, corral do conselho, matadouro e casa do mercado. (FRANCO, 1996, p. 73)

Nesse mesmo ano, a Câmara aprova seu orçamento, com valor previsto de Rs363\$450. Outras melhorias administrativas também são feitas: a proposição do aluguel de uma casa para a Câmara e a instituição de tributos locais.

Diante desse ambiente e com os avanços que cercam a população que se encaminhava para um mundo político aconteciam os relevantes – embora frágeis – passos que uma comunidade dá na sua transformação para um centro público.

---

<sup>95</sup> Tasso Franco (1996, p. 110) transcreve um dos artigos para demonstrar as peculiaridades da época: “Artigo 15 - É rigorosamente proibido lançar fogos nas mattas e florestas deste Município. Pena de 10\$ a 50\$ e de 10 a 30 dias de prisão”.

## 4.6 OS POVOS DE SERRINHA EM SUA FORMAÇÃO

### 4.6.1 Os povos originais: a origem dos indígenas nas proximidades de Serrinha

Evidente que é o fato da colonização portuguesa que movimenta toda a ideia de construção de Serrinha. Os indígenas não tinham por objetivo a construção de cidades e vilas, nem tampouco era isto o objetivo dos negros que foram conduzidos a participar deste processo. Assim, como os povos originais, vale a pena entender um pouco sobre os personagens importantes e ancestrais desse local.

Se de um lado o esforço para a produção do gado no interior da Bahia dependia do afastamento dos indígenas que ocupavam as terras dos futuros campos de criação, de outro lado a invasão da terra dependia de um tripé: o negócio do gado, a concessão de terras e o acesso aos campos de produção.

Os povos originais também enfrentavam suas divisões, como era inevitável entre povos que tinham suas próprias peculiaridades e seus interesses de sobrevivência em cada território. Nesse sentido, é sabido que o litoral era fortemente ocupado pelos povos tupis, tapuias e tupinaês. A rivalidade entre esses povos acontecia por diversos motivos, independentemente de haver entre eles algum grau de familiaridade. Este fato fez com que alguns destes grupos indígenas fossem buscar também no sertão, afastado das florestas beira-mar, solução para seu viver. Tasso Franco, memorando essa história, menciona:

Os primeiros povoadores que viveram na Bahia de Tomé de Sousa e sua Comarca, segundo informações que se tem de índios mais antigos, foram os tapuias, que é uma casta de gentio muito antigo [...]. Estes tapuias foram lançados fora da terra da baía e da vizinhança do mar dela, por outro gentio seu contrário, que descem do sertão, a fama da fartura e nas dessas províncias, que se chama tupinaês, e fizeram guerra um gentio ao outro, tanto tempo quanto gastou para os tupinaês vencerem e desbaratarem aos tapuias, e lhes fazerem despejar a ribeira do mar, e irem-se para o Sertão, sem poderem tornar a possuir mais esta terra de que eram senhores, a qual os tupinaês possuíram e senhores em muitos anos, tendo guerras ordinárias pela banda do Sertão com os tapuias, primeiros possuidores das fraldas do mar. (FRANCO, 1996, p. 22)

Pelas informações obtidas na obra de Franco sobre Serrinha, eram os indígenas cariris os principais ocupantes das terras que cercam Serrinha. Por esses registros, este povo tinha características muito especiais. Eram considerados pacíficos e mantinham sentimentos sobre a família e a religião. Eram considerados individualistas e melindrosos, não gostando de serem repreendidos. Seu deus único era Menerur. Este deus teria sido pai de dois filhos – Quenbabaré

e Uaraquidza – e criador de Cemacuré – o homem. Os indígenas, na sua cerimônia de importância, apareciam nus e as índias também, sempre pintados.

Os indígenas realizavam essas cerimônias em cabanas sagradas, onde, ao som de música – produzida com uma espécie de flauta – fumavam, dançavam e bebiam, pedindo proteção, bom tempo, qualidade da caça, mantimentos e saúde, conforme menciona Franco (1996).

Por sua vez, os padres, na busca de cristianizar os indígenas, tinham como primeira medida queimar as cabanas sagradas, destruindo assim o contato deles com suas origens (*ibidem*).

Dos povos que se mantinham na região que deu origem a localidade, os tocós e os biritingas eram considerados os mais primitivos entre indígenas que frequentavam as regiões a serem povoadas pelos portugueses. Tasso Franco comenta que não existe vestígio desses povos na região, apesar de mencionar uma localidade chamada Lage dos Caboclos. Nesse local, onde houve forte miscigenação entre negros, predomina esta raça mista. Nesse aspecto verifica-se que a miscigenação das raças trouxe um grupo que vivia com o cultivo de milho, feijão e mandioca. Habitavam malocas e casas de taipas, sendo indefesos aos ataques dos invasores, diferente de alguns povos indígenas que ocupavam as regiões mais próximas ao rio São Francisco, conforme cita Tasso Franco (1996).

#### 4.6.2 As famílias de Serrinha de origem portuguesa

O fundador de Serrinha é um português, Bernardo da Silva. Vimos em 3.2.2 Os lusitanos que os desbravadores das terras no Brasil serão eles, vindo a busca de riqueza, com diversos matizes de atuação. Para Serrinha este fato não será diferente em sua essência; mas terá uma especialidade: portugueses apropriam-se de terras na região que desemboca no sertão do entorno de Serrinha e, apesar de origens diversas, passam a unir-se e formar um grupo comum, integrados pelos casamentos de seus filhos, netos e interações comerciais, sociais e depois políticas.

Já foi mencionado sobre as ligações apontadas por pesquisadores da região, a existência de laços familiares entre o fundador e outras famílias da região. Neste caminho é que Boaventura aponta a relação entre diversas famílias do entorno de Serrinha:

E esta gente do nosso pastoreio, na bucólica das fazendas feirenses, plantaram a árvore de rebentos inúmeros e fecundos. Mereces reavivada a história destes pastores. Do povo de Santa Rita, da São Bartolomeu, a primeira, no município de Feira de Santana, e a segunda, em Riachão de Jacuipe, que ANTONIO JOSE DE ARAÚJO pacientemente evocou, transladando-a para o seu interessante

livro, apesar de falhas e lacunas inevitáveis e naturalíssimas em trabalhos que tais e bem desculpáveis, história que é capítulo de muito possível trabalho de genealogia de várias famílias da região e de outras latitudes no estado. Difícil uma velha família da região e de outras latitudes no Estado. Difícil uma velha por aqui e em Riachão do Jacuípe e Serrinha e Conceição do Coité, cujos representantes não se entrossem nas estirpes catalogadas neste livro raríssimo e de consulta útil. Porque se uniu este povo feito ao pastoreio aos que vieram dos engenhos, cujos fornos iam apagando-se e desaparecendo, ia a cana dentro nas fazendas de criar. Fecundos e repetidos casamento, quase que em família. Perpetuam-se os Carneiros, vivamente, entre primos e parentes mais chegados. (BOAVENTURA, 1989, pg. 209)

Entretanto, a pesquisa não consegue apontar, além da originalidade portuguesa, as definitivas localidades de onde vem estas famílias em sua ancestralidade do continente europeu. Há indicações sugeridas no livro a *A Família de Serrinha* apontando para a região que Bernardo da Silva seria, ou português ou descendente direto. Neste ponto o autor memoriza:

Nenhuma dúvida existe sobre a personalidade de Bernardo da Silva, de sua mulher, Maria do Sacramento e de seus filhos. Eram eles em 1731 moradores das ‘bastantes casas’, bem como proprietários da fazenda de gado, que o mestre de Campos Quaresma, de viagem de Bahia para a villa de Jacobina, encontrou em Serrinha. Não sei se eles eram portugueses ou tão somente descendentes de portugueses.

Talvez Bernardo da Silva seja filho ou mesmo neto de Sebastião da Silva, tabelião na cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, que de 1612 a 1653 era proprietário de terras entre os rios Subauma e Inhambupe, de quem eram descendentes Roberto da Silva e outros que ainda em 1761, eram heréos (*sic*) confinantes do fidalgo Manoel de Saldanha, senhor de grandes tratos de terras no sertão dos Tocós, e de cujos antepassados Bernardo da Silva, houve por compra, em 1723, o sítio Serrinha. Seja ou não, ele era de fina linhagem portuguesa, e dos honrados portugueses d’aquela época tinha a tempera inamalgável de finíssimo aço. (ARAÚJO, 1926, pgs. 18 e 19)

Portanto, os portugueses, nascidos na pátria continental europeia, ou desdentes diretos, eram os donos dos genes predominantes na formação fundiária daquela região; especialmente neste caso surgindo em Serrinha.

As demais famílias, que cercam e conformam a origem de Serrinha não terão origem muito diferente. Portugueses e descendentes se reúnem naquele entorno. Podemos observar este fato da análise das famílias.

Desta forma, da verificação dos portugueses e seus descendentes pode ser enriquecida com o exame das principais famílias originais de Serrinha:

- A Família de Bernardo da Silva – fundador de Serrinha

É essencial, antes de tudo, mencionar e compreender a existência de Bernardo da Silva, personagem central na formação de Serrinha. Poucos dados resistiram ao tempo, por isto não é muito claro, segundo as fontes confiáveis, as origens de fundador de Serrinha. Nem mesmo ser ele legítimo português ou brasileiro filho de portugueses assentados. O IBGE, ao mencionar Bernardo da Silva, menciona que ele seria “comandante de uma expedição da colonização portuguesa”<sup>96</sup>.

A família original de Bernardo da Silva é formada pela união do fundador com Josefa Maria do Sacramento. Segundo o livro *A Família de Serrinha* (ARAÚJO, 1926), eles tiveram dez filhos, que vão formar as famílias que se reúnem no entorno de toda a região de Serrinha. Formam-se aqui não somente novas famílias, mas novas linhagens responsáveis pela continuação da ocupação de áreas que rodeiam a fazenda original. O pesquisador Tasso Franco (1996) menciona, baseado nos registros do referido livro, que quatro mulheres da família de Bernardo da Silva, não identificadas, casaram-se formando outras famílias importantes, que ocuparam regiões próximas a terra original.

Merecem destaque as relações entre as famílias, com primos e tios unindo-se entre eles, formando novas relações familiares. Além, é claro, com a introdução de pessoas de fora, vindas de Portugal, Salvador ou mesmo de vilas vizinhas, consorciando-se em relações originais e integradoras da nova região<sup>97</sup>.

O fundador de Serrinha, Bernardo da Silva, construiu, com sua família, relações que envolveram proprietários, outras famílias em toda a região. Essa conjunção de laços, sem sombra de dúvida, foi o fato mais significativo no encaminhamento para a formação da futura cidade.

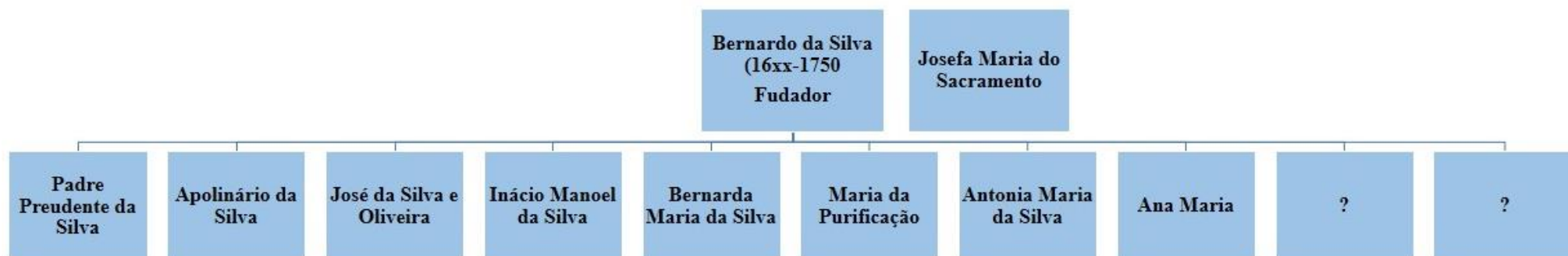
Os filhos de Bernardo da Silva, com Josefa Maria do Sacramento, casaram-se com membros de outras famílias e adquiriram ou receberam, por herança, terras que cercam toda Serrinha, indo, inclusive, além, na formação de outros distritos e depois cidades próximas.

Os sobrenomes que aparecem nesses primeiros laços de formação vão se repetir durante umas duas centenas de anos, nas lideranças políticas, no mapa dos mandatários da cidade, na formação do comércio e dos negócios locais.

<sup>96</sup> In <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/serrinha/historico>, pesquisado dia 28 de dezembro de 2023.

<sup>97</sup> Vide Figura 24 que reproduz a árvore genealógica original da primeira família e fundadora de Serrinha

Apresentamos, *a posteriori*, um desenho simples das principais famílias formadoras de Serrinha, a partir da união e dos casamentos dos filhos de Bernardo da Silva, tomados a partir de dois registros memoriais importante. Um feito por Antonio José de Araújo, que em 1926 publicou sua obra acima mencionada: *A Família de Serrinha*. Outro trabalho que acompanha esta pesquisa é aquela feita por Tasso Franco, em *Serrinha: a colonização portuguesa numa cidade do sertão da Bahia* (1996). Nessas pesquisas podemos identificar as principais famílias: os Apolinário, os Affonso, os Silva e Oliveira, os Silva, os Mottas, os Santhiagos, os Carneiros e os Mayas.

**Figura 23** – Os descendentes de Bernardo da Silva

Elaboração: Próprio autor.

Fonte: Araújo (1926) e Franco (1996).



- Os Apollinários (Família do Saco do Moura)

Segundo o livro *Família de Serrinha*, foi o “[...] capitão Apollinario da Silva o mais representativo dos filhos e genros de Bernardo da Silva [...]” (ARAÚJO, 1926, p. 16). Casou-se com “[...] uma senhorita da família Trindade e passando a residir na fazenda Saco do Moura, cuja qual herdou de seus pais, adquirindo outras partes dela por compra de quinhões aos seus irmãos.”.

Apollinário teve cinco filhos, com histórias bem significativas, mesmo para a época. Destaca-se, entre elas, o registro da filha Josepha, que não se casou e foi declarada pródiga, dissipando a herança paterna<sup>98</sup>.

**Figura 24** – Árvore genealógica da Família Apollinário



Elaboração: Próprio autor.

Fonte: Araújo (1926) e Franco (1996).

- Os Affonsos (Família do Sítio)

A Família do Sítio formou uma longa linhagem, reunindo-se em parentesco com diversos primos, tios e descendentes de fazendeiros da região e parentes do próprio Bernardo da Silva. Entre os tetranetos desse ramo dos descendentes de Bernardo da Silva se destaca Lauro Farani Pedreira de Freitas, tendo sido este candidato a governador.

Dos Affonsos surgem diversos líderes da cidade, como José Emigdio Ribeiro e Manoel Cardozo Ribeiro, que ocuparam cargos importantes no município.

<sup>98</sup> Segundo os registros do livro *A Família de Serrinha*, esta filha do capitão Apollinario “[...] foi declarada interdita judicialmente, sendo seus bens vendidos em hasta pública, em 20 de janeiro de 1817, e arrematados por 73\$500 pelo sargento Manoel de Jesus da Silva Gomes, a parte que tinha a fazenda Saco do Moura[...].” (ARAÚJO, 1926, p. 17).

**Figura 25**– Árvore genealógica da Família Affonsos

Elaboração: Próprio autor.

Fonte: Araújo (1926) e Franco (1996).

- Os Silva e Oliveira (Família da Tiririca)

Há um debate entre os historiadores de Serrinha sobre a estrutura deste ramo da família de Bernardo da Silva. Parece que isso se dá por conta da existência de alguns membros com o mesmo nome: José da Silva e Oliveira. Quem tenta prever uma ordem mais ajustada para o tema é o autor de *A Família de Serrinha*, Dr. Antonio José de Araújo (1926).

Os filhos do alferes José da Silva e Oliveira deixaram diversas gerações, em que pese existirem registros de alguns adotarem o sobrenome e ocuparem as terras da Tiririca mas não guardarem lembrança específica de pertencer a este ramo da família.

**Figura 26**– Árvore genealógica da Família Silva e Oliveira<sup>99</sup>

Elaboração: Próprio autor.

Fonte: Araújo (1926) e Franco (1996).

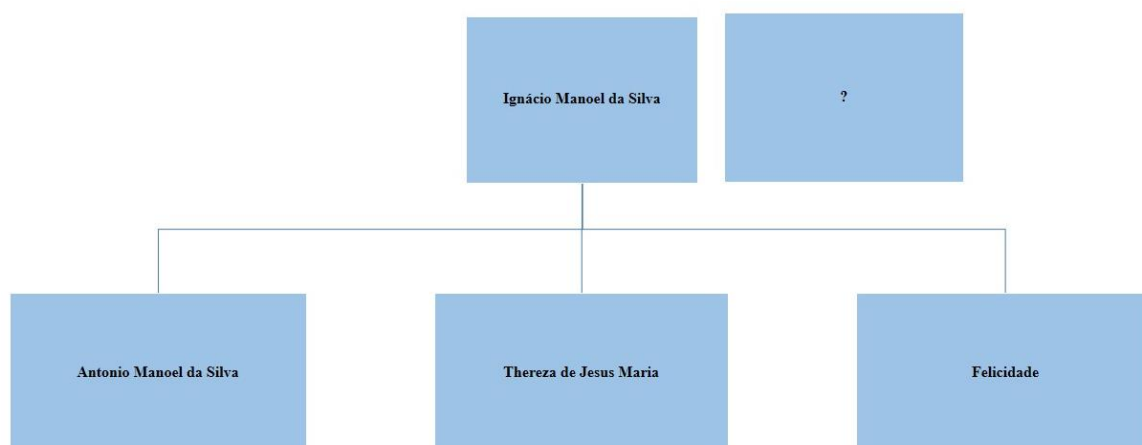
<sup>99</sup> O livro *A Família de Serrinha* (ARAÚJO, 1926) cita três outros filhos (Manoel, Carlota e Clementina) como menores sem registrar relacionamentos.

- Os Silva (Família do Genipapo)

Esse ramo das gerações de Bernardo da Silva tem como descendente Ignácio Manoel da Silva, filho de Bernardo da Silva e Josefa Maria do Sacramento. Ele vai ter três filhos, sendo que um deles, o capitão Manoel da Silva, foi procurador da Casa da Ponte. Coube a ele se instalar na Fazenda da Pedra, onde se situa atualmente o município de Teofilândia.

A uma das descendentes dessa família, Elisa, casou-se com Antonio Freitas, “[...] comerciante abastado de Beritingas [...]” (ARAÚJO, 1926, p. 51). Esse Freitas dirigiu o partido conservador em Serrinha durante longos anos, tendo deixado a política com a República. A ele se atribui a perspectiva de Serrinha ter sido elevada à categoria de vila em 1875.

**Figura 27**– Árvore genealógica da Família Silva



Elaboração: Próprio autor.

Fonte: Araújo (1926) e Franco (1996).

- Os Motta (Família do Tambuatá)

A fazenda Tambuatá<sup>100</sup> fora ocupada desde 1716 pelo próprio Bernardo da Silva. Pelos registros dos imóveis da época, sabe-se que em 1785 o Tambuatá pertencia a Francisco Manoel da Motta, que recebera de herança. A fazenda pertencera ao avô de Francisco, Antonio Manoel da Motta, que fora casado com uma das filhas de Bernardo da Silva.

<sup>100</sup> Em *A Família Serrinhense* comenta-se sobre os moradores do Tambuatá: “Escreve Quaresma, no seu roteiro: ‘do tanque (refere-se ao tanque de Serrinha) a Tambuatá há uma légua e um quarto e tem seus moradores e cria-se gado e esta ua ponta de uma serra e mais adiante fica um caminho a parte direita que vai dar em uma nascente de água. Daqui pode ir adiante mais três quartos de légua, a Massaranduba, que é sobre um alto de uma serra e tem um morador e agua abaixo da casa para a parte do sudoeste e pastos não faltam’. Isto escreveu ele em 1731.” (p. 32)



Em 12 de janeiro de 1741, por escriptura publica passada na cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, Antonio Carneiro da Silva comprou a Santa Casa de Misericordia, representado por seu procurador Francisco de Sá Peixoto, a fazenda Bartholomêo, no termo da Villa de N. S. do Rosario do Porto de Cachoeira. Vinte e cinco anos depois, em 21 de maio de 1766, Antonio Carneiro da Silva, comprou a Manoel de Saldanha, por escriptura publica, passada em notas do tabellião de notas da cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, Antonio Barbosa de Oliveira, do sítio em Bom Sucesso, Boqueirao e Tocós, “que parte ao meio com a fazenda Serrinha, pelo Morro”. (ARAÚJO, 1926, p. 46).

Antonio Carneiro da Silva foi casado com Anna Maria da Silva, filha de Bernardo da Silva, possuindo os seguintes filhos:

**Figura 30**– Árvore genealógica da Família Carneiro



Elaboração: Próprio autor.

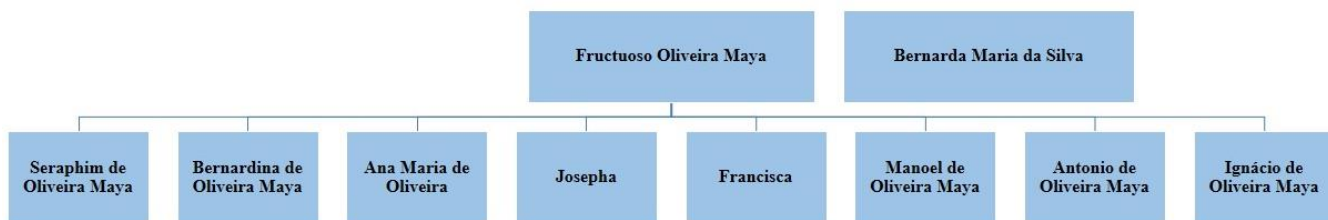
Fonte: Araújo (1926) e Franco (1996).

- Os Mayas (Família de Serrinha)

Antonio José de Araújo em seu relato sobre as famílias em Serrinha, menciona:

Por escriptura passada na cidade do Salvador e Bahia de Todos os Santos, em casa de morada do ilustríssimo Manoel de Saldanha pelo tabelião Manoel Antonio Campello, em 17 de novembro de 1759, o mesmo ilustríssimo Manoel de Saldanha e sua mulher Dona Joanna da Silva Guedes de Brito, legitimamente senhores e possuidores de um sítio chamado o Saquinho e dos Possos nas suas terras dos certos dos Tocós, ahi grafado Toquôz, com três léguas de comprido e duas de largo, o qual confronta com todas as partes com quem de direito for, venderam-n'o por 600\$000 (seiscentos mil reais) que no ato receberam, a Fructuoso Oliveira Maya que nessa escriptura se diz ser morador nos certões. (ARAÚJO, 1926, p. 52)

Fructuoso Maya casou-se com Bernarda Maria da Silva e teve oito filhos, assim:

**Figura 31**– Árvore genealógica da Família Maya

Elaboração: Próprio autor.

Fonte: Araújo (1926) e Franco (1996).

#### 4.6.3 A população negra em Serrinha

Primeiro associado ao açúcar, depois às minas, e mais tarde às plantações de café, o escravo africano, dentro da economia rudimentar das caatingas e dos campos de criação, foi um elemento deslocado. [...] Tudo conspirava contra o regime da escravidão negra. (VIANA FILHO, 1976, p. 115)

Havia uma compreensão geral, por parte de alguns estudiosos, de que os negros não chegaram aos sertões baianos e nordestinos por conta de vários fatores. Primeiro, eles eram largamente utilizados na produção da cana-de-açúcar e nas atividades mais valiosas que existiam nas faixas litorâneas. Utilizar pessoas que tinham alto custo na produção de gado e da pequena agricultura havida no sertão não seria razoável do ponto de vista econômico.

Porém, é inegável que os negros avançaram também na ocupação do solo do interior do Brasil, alcançando em grande parte os locais que deram origem à produção de gado. Não se pode dizer claramente que este encaminhar aconteceu no mesmo ritmo da implantação dos currais. Mas obviamente sua força acontece em período posterior aos avanços originais ocorridos no entorno dos séculos XVII e XVIII. Não seria imponderável reconhecer que o próprio declínio da produção canavieira – ou a sua estabilização – no decorrer dos séculos posteriores à sua instalação permitiria que os negros ali instalados fossem trabalhar agora na agricultura ligada ao gado.

Conforme pesquisa encetada por Ana Paula Carvalho Trabuco Lacerda (2008), com base em dados do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, o censo de 1872 apontava que a população de Serrinha era de 3.726 habitantes; destes, 2.987 eram indivíduos livres, formando uma população com 80,2% de contingente total. Por outro lado, 739 pessoas foram consideradas escravos, totalizando, portanto, 19,8% da população como não livres. Esse dado por si só mostra muito. Identifica que Serrinha nessa época tinha um contingente de escravos significativo para o conteúdo de sua população. O Tabela 2, abaixo, informa um pouco mais sobre os dados populacionais do censo:

**Tabela 2** – Dados populacionais de Serrinha, segundo o censo de 1872

	POPULAÇÃO		POPULAÇÃO	
	LIVRE	%	ESCRAVA	%
HOMENS	1726	57,8%	385	52
MULHERES	1261	42,2%	354	48
TOTAL	2987	-	739	-
	TOTAL GERAL	100	3726	100

Elaboração: Próprio autor.

Fonte: Lacerda (2008, p. 31).

Mas um fato chama muito a atenção. Segundo os dados censitários da época, Serrinha tinha uma das menores populações de pessoas não libertas; neste ponto ultrapassando somente Ouriçangas, que tinha cerca de 500 cativos. Localidades como Purificação dos Campos contavam com 1.452, já Coração de Maria tinha 1.360 e Coração do Jesus do Pedrão 1.447.

Outro dado que merece interesse é o que indica as propriedades registradas no período 1857 a 1860. Para os 2.987 moradores de Serrinha, apenas 139 declaram serem donos de algumas das 360 propriedades. Porém um escravo também é listado como proprietário de imóvel. A pesquisadora menciona o seguinte sobre esse fato:

Um fato inusitado foi o de Maria Joaquina de Jesus que declarou que seu escravo Manoel é possuidor de uma parte de terras na fazenda Serra Grande, por compra a Manoel Ferreira Santiago. A mesma Maria Joaquina aparece como vendedora da escrava Reginalda por 300\$000 em 19 de agosto de 1858. Nas malhas do poder local, um escravo torna-se senhor de parte das terras de uma fazenda da sua senhora, o que constitui um fato curioso. Certamente, as relações entre Maria Joaquina e seu escravo Manoel eram bastante próximas e compostas por laços de fidelidade. Infelizmente, a documentação não informa os preços das terras adquiridas por compra e se o escravo a ocupava antes como “roça”. (LACERDA, 2008, p. 30)

Identifica-se, desse modo, uma relação entre os proprietários de imóveis agrícolas e os proprietários de escravos. Estes últimos – os escravos – não pertenciam àqueles que viviam de atividades na cidade; ainda mais se considerarmos os fatores econômicos decorrentes da produção, que estavam profundamente ligados à propriedade rural. Dentro desse contexto, em um quadro (Vide Tabela 2) que relaciona os proprietários ao número de escravos em Serrinha, vemos este fato aplicado naquela sociedade:



**Tabela 3** – Escravos por proprietário em Serrinha (1868-1888)

NÚMERO DE ESCRAVOS	QUANTIDADE DE PROPRIETÁRIOS	%
01	154	53,5
02	56	19,4
03	28	9,7
04	18	6,0
05	09	3,0
06	05	1,6
07	08	2,6
08	04	1,2
Acima de 08	09	3,0
Total	288	100,0

Elaboração: Próprio autor.

Fonte: Lacerda (2008, p. 31)<sup>102</sup>

Conforme o Tabela 3, 53,5% dos proprietários de escravos possuíam apenas um. Nove pessoas possuíam mais de oito cativos; dentre elas destaca-se Maria Moreira da Representação Carneiro, que tinha 23 escravos e Luduvina Francisca dos Santos, possuidora de 12 cativos. Depois delas, João Ferreira de Oliveira possuía 11 escravos; o tenente João Manoel de Freitas e Manoel Pedreira Marques de Freitas possuíam ambos 10 escravos.

O que parece se destacar, nesse processo de recepção do escravo, era o seu alto custo considerando a capacidade de produção: a não existência de grandes propriedades e, de outro lado, propriedades rurais sem grande expressão de produtividade não permitiam a concentração também de grandes contingentes escravizados. Algumas conclusões podem ser tomadas a partir de então. Primeiro, a forte influência da atividade familiar, que substituíam a necessidade da adoção do regime escravo e o próprio custo deste – escravo. Essa é a percepção, inclusive de Iara Rios (2003), ao analisar a forma de exploração na cidade de Coité, vizinha à Serrinha.

É de se considerar, também, que o escravo não era o único negro existente em Serrinha naquele período. Afinal, havia negros que mantinham outro tipo de relação. Primeiro os

<sup>102</sup>A autora utiliza como fonte dados da AFMLV: Cartas de alforria e registros de compra e venda de escravos: 1870-1888 e ASAFSA: Registros de casamento, batismo e óbito: 1868-1888.

alforriados, que podiam disputar o trabalho com outras pessoas livres. E, de outro lado, aqueles fugidos, que se integravam em quilombos.

O processo de libertação de escravos, conhecido e reconhecido pela legislação da época, tratava da obtenção da chamada carta de alforria. Em Serrinha, segundo a pesquisadora Ana Paula Carvalho Trabuço Lacerda (2008), em seu trabalho sobre os escravos na localidade, a maior parte das cartas de alforria era comprada pelos próprios cativos, que utilizavam do Fundo de Emancipação, uma bolsa corrente entre os negros libertos ou não, apoiada por particulares, que reuniam recursos e os empregavam na aquisição da liberdade de uma ou outra pessoa.

Assim a alforria envolvia um processo pelo qual escravo e senhor negociavam preço e valor suficiente para compensar a perda de propriedade. Não era, aliás, no dizer de Roberto Guedes, citado por Lacerda (2008) somente uma mera negociação com caráter econômico. Muito mais estava envolvido. As próprias folgas concedidas, toda e qualquer benefício dado. Os motivos e valores para a concessão eram assim muito variados. Mas eram efetivos e ajudavam a formar uma nova classe de trabalhadores, agora libertos.

Desse modo, a própria situação do senhor, ao enfrentar dívidas pendentes, ter que passar as renitentes secas, geradoras de crises econômicas comuns e periódicas; fatores como estes sempre eram capazes de embalar a relação entre senhor e o escravo, permitindo a chance de uma negociação que levasse à alforria. Era a carta de alforria, antes e durante às legislações, que flexibilizaram a escravidão – lei do ventre livre e lei do sexagenário – que permitiu a formação de um novo tipo de homem no sertão: o homem liberto. Uma das histórias registradas por Lacerda (2008), a brilhante pesquisadora da escravidão em Serrinha, conta sobre a trajetória de dois escravos que se casam e lutam pela liberdade juntos. É mais do que uma história de amor<sup>103</sup>.

---

<sup>103</sup> “A trajetória de Thomaz e Francisca, dentre outras histórias. Era maio de 1883 quando da realização do casamento de Thomaz, escravo de Manoel Joaquim do Nascimento, e Francisca, escrava de D. Anna das Brotas de Santa Delfina<sup>1</sup>. O casal, que possuía linha de parentesco de primeiro grau, precisou insistir pela manutenção do matrimônio que foi anulado e reconsiderado somente quase um ano depois, em 15 de Fevereiro de 1884. Thomaz e Francisca formavam o tipo de casal que é considerado incomum pela historiografia da família escrava, visto que pertenciam a senhores diferentes e viviam numa região do sertão da Bahia em que predominava a pequena propriedade de terra. Contudo, o casal de escravos não se contentou apenas em oficializar sua união perante a Igreja, lutando também por suas liberdades, o que, sem dúvida, possibilitaria a ambos uma vida cotidiana mais digna. Em 3 de Fevereiro de 1885, a mesma Francisca compra a própria alforria ao pagar 300\$000 à sua senhora<sup>2</sup>. Seu companheiro, Thomaz, aos 32 anos de idade, também compra a sua carta de liberdade pela quantia de 600\$000, sendo que, nesse caso, o Fundo de Emancipação auxiliou com o valor de 100\$000, em 10 de Julho de 1885. Certamente, os objetivos do casal não terminaram após o casamento e ambos seguiram firmes por caminhos que os levariam à conquista de suas alforrias e, conseqüentemente, a uma maior liberdade no dia-a-dia de uma família composta por escravos de senhores diferentes. Esses caminhos, bem ou mal sucedidos, percorridos pelos escravos de Serrinha constituem-se objetivo central desse trabalho. A historiografia brasileira da escravidão esteve, por um longo período, alicerçada em análises que enfatizavam o escravo como indivíduo completamente acomodado, submisso, vítima do sistema ou até mesmo como o herói

Além dos escravos e dos libertos, Serrinha vai conviver com quilombolas, formas da expressão da liberdade diante das agruras da escravidão. Um dos quilombos é o da Flor Roxa<sup>104</sup>. Afinal, apesar de Serrinha propiciar um relacionamento mais próximo entre escravos e senhores, permitindo inferir-se sobre a ausência de feitores (LACERDA, 2008, p. 83), isto não afasta a ocorrência das circunstâncias degradantes da escravidão que justificariam fugas e convivência entre populações fugidas.

Atualmente, consta registrado em Serrinha o Quilombo Lagoa do Curralinho<sup>105</sup>. Em Biritinga existe atualmente o registro de um quilombo, nomeado Vila Nova<sup>106</sup>.

Tasso Franco menciona que algumas localizações no município eram conhecidas por manterem um número de escravos em suas atividades agrícolas. Destacam-se, segundo o pesquisador, o distrito de Araci, citando “João Vieira e Tapuias” e “em Beritingas, Lage dos Caboclos e outras localidades” (FRANCO, 1996, p. 74).

Um detalhe observado por Franco é a exigência dos cadastramentos dos escravos no âmbito do município. Nesse ponto ele menciona a troca de correspondência entre o presidente da Câmara de Vereadores, Leovigildo Cardoso Ribeiro, e o Presidente da Província, informando não haver em Serrinha juiz de paz estabelecido nem coletoria, justificando assim a impossibilidade do ato<sup>107</sup>. Ao que parece, segundo as informações do pesquisador, havia uma resistência dos comerciantes de escravos na entrega de informações para o devido cadastramento. Esse fato da exigência do cadastro feito pelo governador da Província em relação ao presidente da Câmara é registrado, inclusive, com indignação por parte deste último.

---

da rebeldia. Durante boa parte do século XIX, sob os fundamentos de uma historiografia marcada pelo tradicionalismo, típica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o negro fora excluído da história desse jovem país e seus valores e influências culturais foram negativados.” (LACERDA, 2008, p. 13).

<sup>104</sup> Sobre este quilombo, Ana Paula Lacerda (2008, p. 17) faz referências sobre a sua existência no seguinte sentido: “A existência desse quilombo, localizado na Serra de São Caetano, em Bela Vista, região próxima de Serrinha, é mencionada por alguns estudiosos da história da região, a exemplo de Antônio José de Oliveira. Contudo, estudos acerca desse quilombo ainda precisam ser realizados, principalmente através da história oral, visto que ainda não foram encontradas fontes escritas que salientassem sua existência. Sobre o Quilombo, ver Apêndice. Também consultar OLIVEIRA, Antônio José de. Principais raízes do nosso povo: o indígena, o africano e o português. Serrinha, 2004.”.

<sup>105</sup> Informação disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/serrinha-quilombo-lagoa-do-curralinho/#!/map=38329&loc=-11.675466136380923,-39.02425861628876>, 17. Acesso em: 17 out. 2022.

<sup>106</sup> Informação disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/biritinga-quilombo-vila-nova/#!/map=38329&loc=-11.638850396968435,-38.809605180255595>, 17. Acesso em: 17 out. 2022.

<sup>107</sup> Conforme Tasso Franco (1996, p. 75): “Tendo o antecessor de V. Exa. designado no dia 1º de maio deste corrente anno para a classificação dos escravos d’este município, e não havendo Coletoria Geral n’este Termo, ordenou o mesmo Exmo Governo que esta Prezidencia se dirigisse ao Collector da Villa da Purificação a fim d’este empregado nomear hum agente que fizesse suas vezes nesse termo, tendo-me dirigido ao referido Collector; ( ) ... e como até esta dacta ainda não tenha feito a classificação dos escravos d’este Municipio; ( ) comunico a V.Exa. para deliberar como entender.”.

A sequência de leis<sup>108</sup> que levaram à Lei Áurea foi recebida pelos senhores de escravos, geralmente membros mais abastados de Serrinha, com contragosto; assim como se dava, de modo geral, em todo o Brasil. Porém, com a libertação total dos escravos, coube o registro feito já pelo Presidente da Câmara Joaquim Hortélio da Silva, no momento da passagem do primeiro ano da lei de 13 de maio de 1888, nos seguintes termos:

De conformidade com o telegrama de V.Exa. no qual recomendou a esta Camara para commemorar o 1º anniversario da Aurea Lei, de 13 de maio de 1888, esta Camara tem a satisfação de comunicar a V.Exa. que as ordens de V.Exa. foram cumpridas, tendo havido passeatas pelas Ruas d'esta Villa e correndo tudo na melhor ordem possível. (FRANCO, 1996, p. 76)

Este item encerra o período da escravidão em Serrinha, mas mantém, do mesmo modo, dois fatos: o aprisionamento econômico daqueles que ganharam a liberdade, mas poucas condições tinham para enfrentar a vida numa região onde a poucos era dada alguma perspectiva de trabalho; ficando, portanto, à mercê dos proprietários e donos de propriedades e comerciantes. Além disso tudo, era uma espécie de subvida. Mas o fato da miscigenação também era inexorável e tornou-se fato corrente, que misturou as pessoas cada vez mais. A exploração do gado, pelo próprio regime que imprimia, onde se demandava uma quantidade de liberdade para os seus trabalhadores, era contrário ao método de exploração do gado; diferente modo do que acontece com a produção da cana-de-açúcar.

#### 4.7 A ECONOMIA LOCAL NA FORMAÇÃO DE SERRINHA

Formada a economia de Serrinha à base do gado, seja pela sua produção, como também por suas decorrências: o couro, as produções associadas à pequena agricultura, aquela próxima aos currais e suas ocupações. Essa formação vai sugerir um aspecto interessante: não existem, como se observou anteriormente, grandes propriedades na região de Serrinha; a maioria delas era formada de pequenas fazendas e sítios. Isso conforma-se com as condições climáticas da região, visto que não ofereciam uma estabilidade hídrica. A produção, portanto, era muito sensível às condições climáticas<sup>109</sup>.

<sup>108</sup> A sequência de Leis tomadas em prol do combate à escravidão são as seguintes: Lei Eusebio de Queiroz (1850) – proibia o tráfico de escravos para o Brasil, não permitindo a venda deles em território nacional; Lei do Ventre Livre (1871), estabelecia que os filhos de escravos, nascidos a partir da lei seriam libertos; e, por fim, a Lei Áurea, promulgada em 13 de maio de 1888.

<sup>109</sup> Lacerda (2008, p. 29) cuida de comentar sobre a situação climática e as condições de produção na região: “Na citação acima, já em um período pouco posterior ao estudado, percebe-se a descrição de uma cidade que ainda

Tendo como base de produção o gado, algumas culturas vão ganhar destaque na região, sendo o fumo uma das forças agrícolas importantes para a Bahia e suas regiões de produção. O fumo se torna uma fonte de recursos importante para diversas e específicas regiões, afinal ele exigia certos cuidados climáticos não cabíveis em todos os locais. Serrinha, especialmente no seu distrito de Biritinga, tinha um forte polo de produção, permitindo que a região fosse uma importante exportadora do produto. Simonsen (2005, p. 471-472) menciona sobre o fumo o seguinte:

De início, “beber fumo”, como faziam os selvagens que se utilizavam do tabaco queimando-o em canudos de palma, era considerado costume bárbaro. Os civilizados usavam o tabaco em pó, em forma de rapé. Os ingleses e holandeses divulgaram o uso do cachimbo. Portugal passou, mais tarde, a usar os charutos, e o vício do fumo, tornando-se universal, fez, no dizer de Antonil, a América conhecida nas outras quatro partes do mundo. Foi na metade do século XVII que se iniciou o comércio do produto. A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais deu-lhe novos mercados. A paixão que despertou o seu uso entre os africanos tornou o fumo um dos artigos prediletos no tráfico de escravos, e, daí, o intenso comércio que se estabeleceu entre a Bahia e a Costa da Mina, a Angola e a Benguela, tornando-se São Salvador, por esse fato, importante mercado de escravos. De acordo com as informações de Antonil em princípios do século XVIII, um rolo de 8 arrobas de tabaco comum da Bahia ficava, posto em Lisboa, em 12\$124, e em Rs. 16\$620 o de Pernambuco e Alagoas. A exportação, nessa época, atingia cerca de 400 contos de réis, ou seja, pouco mais de £ 100.000. Para o comércio africano, era usado o fumo de qualidade inferior, que se embarcava em pequenos rolos de 3 arrobas. Numerosas informações existem em documentos do arquivo da Marinha e Ultramar, de Lisboa, dando cifras precisas sobre a exportação do fumo em diversas épocas. Em 1757, por exemplo, a exportação foi de 248.702 arrobas; de 1761 a 1763, atingiu 248.197 arrobas, sendo 185.000 para a África e 56.500 para Lisboa. Em 1767, a frota levou 209.245 arrobas. Em 1797, de acordo com o relatório do administrador da Alfândega ao governador da Bahia, a safra de tabaco era de cerca de 30.000 rolos anuais, ou seja, 240 mil arrobas. O valor da exportação girou, pois, durante o século XVIII, ao redor de 100.000 libras esterlinas. Em 1796, a exportação do produto alcançou £ 160.000; em 1797, £ 120.000; em 1799, devido a grande alta nos preços, se elevou a £ 350.000, voltando a £ 100.000 entre 1800 e 1818. Na Bahia, Cachoeira foi afamado centro de sua cultura. Não será exagerado avaliar em cerca de £ 12.000.000 o valor aproximado da exportação total do tabaco brasileiro na época colonial. Sendo uma cultura que podia ser exercida em pequena escala, em terras

---

sofria com os períodos de seca no verão, caracterizada pela pequena criação devido à falta de água em grande quantidade, cultivando, dentre outros produtos, cereais, fumo e algodão, principalmente para comercialização com Alagoinhas e Feira de Santana. Em Serrinha, era comum o cultivo de cereais, além da criação de gado, comercializado principalmente com Alagoinhas, Feira de Santana e Salvador. A mandioca também era cultivada, visto que sua plantação oferecia maior resistência à falta de chuvas, aliviando de certa forma, a situação de alguns fazendeiros. Assim, o que se cultivava em Serrinha não se limitava à subsistência da população local, tal como afirma Erivaldo Neves. Entre 1857 e 1860, as terras da freguesia de Serrinha foram declaradas no livro de Registros eclesiásticos que atualmente se encontra no Arquivo Público do Estado da Bahia.”.

inapropriadas à cana-de-açúcar, e exigindo despesas de custeio relativamente pequenas, tornou-se uma ponderável fonte de riqueza para os pequenos agricultores. Gozava, igualmente, de grandes facilidades de transporte, sendo uma das cargas preferidas pelos navios.

O couro, subproduto da produção do gado, depois de curtido ou transformado em sola, servia como produto de uso e exportação. Uma parte dele era utilizado para acondicionar o fumo que, nesse período, era exportado para a Metrópole e para a África, onde era utilizado para troca por mão de obra escrava. Verifica-se assim que uma ligação era inevitável: a produção do gado e a produção de fumo, soluções agrícolas que se complementavam. O esterco gerado pelo gado era capaz de melhorar a plantação do tabaco, ao tempo em que o resultado do gado permitia a sua exportação; inclusive dando chance de haver um simulacro para o caso das exportações onde não havia o pagamento de impostos.

Mas esses fatos deviam muito a uma reverberação ao clima – a agricultura do fumo e o gado se adequavam ao ritmo das chuvas irregulares e, também, à própria forma de ocupação agrária.

Eram negócios viáveis em Serrinha, naquele período, a recepção do gado e a cobrança pela estadia em suas paragens, uma vez que ali encontrava-se no caminho de Feira de Santana e da Baía – Salvador – local apto a receber o gado durante a sua paragem.

Um dos fatos que merece importância no aspecto econômico de Serrinha, nesse período do início de sua formação, é a condição das propriedades rurais. Entre 1857 e 1860, foi apurado que existiam em Serrinha 360 propriedades registradas, destas, foi possível identificar sobre como elas estavam divididas entre os proprietários:

**Tabela 4** – Quantidade de propriedades rurais declaradas em Serrinha (1857-1860)

NÚMERO DE PROPRIEDADES	QUANTIDADE DE PROPRIETÁRIOS	%
01	82	59,0
02	20	14,0
03	12	8,5
04	05	3,5
05	07	4,0
06	05	3,5
07	02	2,1
08	03	2,7
Acima de 08	03	2,7
Total	139	100,0

Fonte: Lacerda (2008, p. 29)<sup>110</sup>.

Os dados do Tabela 4 demonstram que o maior número de proprietários possuía uma única propriedade, evidenciando a característica das propriedades pequenas existentes na região e, também, a concentração de pequenos proprietários possuindo a maioria das terras.

Somente em três casos, os proprietários tinham oito imóveis registrados; e em três casos, proprietários de imóveis possuíam mais de oito imóveis. Essa divisão da propriedade feita de modo esparsa garante, como se verá, uma grande concentração da população na zona rural.

De outro lado, a aquisição das propriedades era feita por compra, em quase a totalidade dos casos, como se pode ver do Tabela 5:

**Tabela 5** – Origem das terras declaradas em Serrinha (1857-1860)

ORIGEM	QUANTIDADE	%
Compra	240	66,7
Herança	84	23,4
Doação	26	7,2
Dote	02	0,5
Sem registro	08	2,2
Total	360	100,0

<sup>110</sup>A autora utiliza como fonte dados da APEB – Registros Eclesiásticos de Serrinha (1857-1860).

Fonte: Lacerda (2008, p. 29)<sup>111</sup>.

Como se verifica, as compras e as heranças vão responder por quase noventa por cento das transações imobiliárias, sendo a grande maioria operada na forma de venda. Uma das observações feitas pela pesquisadora Lacerda (2008) para esse fato refere-se aos preços baixos dos imóveis, que justificaria sua grande mobilidade, permitindo que eles transitassem com relativa facilidade entre os proprietários<sup>112</sup>.

Essas eram, portanto, as condições que submetiam a economia local de Serrinha no período que se dá como a sua formação inicial.

#### 4.8 A ESTRADA DE FERRO

A construção de uma via férrea que ligaria o centro da capital regional – Salvador – com o Rio São Francisco, no seu ápice de produção, Juazeiro, foi um marco excepcional. Se a primeira oportunidade de Serrinha, que gera a sua própria existência, demanda fatores humanos – uma família instalada com poder de conciliar-se com os seus próximos, formando laços suficientemente fortes que foram capazes de transformar uma fazenda num arraial e depois numa cidade; a estrada de ferro permitiu a continuidade da cidade, fazendo-a transformar-se ainda mais.

Não só o fator original permitiu a existência de Serrinha sob forma de cidade. Outros mais, históricos e geográficos. A invasão do gado nos sertões, que recebiam a criação vinda em grande parte, das margens litorâneas onde a produção da cana-de-açúcar era primazia, permitiu uma entrada através de Feira de Santana e subindo até as margens do São Francisco e depois ao Piauí. Muitos desses caminhos passavam por localidades que ofereciam condições para receber o gado. Entre elas estava Serrinha, que durante muito tempo – como vimos – foi rota para a implantação da criação no gado no interior do Brasil e depois passagem provável para o trânsito destes animais, tanto indo para a produção, como retornando para as regiões de abatedouro, como Feira de Santana e Salvador.

---

<sup>111</sup> A autora também utiliza como fonte dados da APEB – Registros Eclesiásticos de Serrinha (1857-1860).

<sup>112</sup> Inclusive a pesquisadora menciona um caso pesquisado para demonstrar esta condição dos pequenos preços: “Um exemplo é o do sítio Desengano, localizado na fazenda Tamboatá, pertencente ao declarante Manoel Joaquim do Nascimento por herança de sua esposa Maria Alexandrina, avaliado pela quantia de 6\$000. Outro caso é a declaração de terras na fazenda Pedra, propriedade de Plácido José Ferreira por dote do seu sogro João Manoel da Silva, avaliada na quantia de 10\$000. Dentre os registros que constam o valor das terras, o de maior valor pertence ao declarante Joaquim Alves de Sá, cujas terras localizadas na Fazenda Jenipapo custaram 500\$00057.” (LACERDA, 2008, p. 31).



Esse caminho, que valoriza o local, que exporta e importa qualidades de seus transeuntes e moradores, ganharia, com a estrada de ferro, um novo rumo. Afinal o trem poderia levar pessoas e mercadorias de Serrinha para os sertões – Juazeiro – e, também, para a capital da Bahia. Também traria para ela e todo o entorno o ponto de referência para receber todos aqueles que queriam se comunicar com outros lugares do vasto território.

A ferrovia representava algo tremendamente significativo naquela oportunidade. E um superlativo não é desnecessário para descrever o momento que permitiu aquele canal de acesso e transporte. Os estudiosos da região reconhecem esta importância, como faz a pesquisadora Ana Paula Lacerda, no seu trabalho:

*A estrada de ferro da Bahia ao São Francisco representava esperança de progresso e de integração regional. Contudo, mostrou-se economicamente inviável, pelo menos até fins do século XIX. Essa ferrovia, primeira estrada de ferro construída na Bahia, teve como transporte fundamental produtos relevantes para a economia regional, mas pouco importantes para o Império. Ao analisar os relatórios provinciais, Robério Souza constata que a maior parte dos produtos transportados correspondia a elementos utilizados para a alimentação dos baianos, inclusive animais como bois, vacas, carneiros, que também eram transportados nos vagões dos trens. Dessa forma, a ferrovia transportava elementos fundamentais para o mercado baiano, intensificando a comunicação regional entre interior e capital.*  
(LACERDA, 2008, p. 38)

Só que os fatos que levaram à construção da estrada de ferro têm uma longa e complexa origem que, por muitas vezes, passou longe da oportunidade de receber a ferrovia.

É preciso lembrar que os caminhos no período do descobrimento do Brasil eram, preponderantemente, feitos nos rios, que levavam os bandeirantes em São Paulo e no sul do país e, na Bahia, pelos caminhos dos rios que saíam do sertão em direção ao mar. Considerando o tamanho do interior do Nordeste e da Bahia, é claro que os acessos eram muito poucos.

A construção da ferrovia passa por um plano nacional, no qual se pretendia instalar a modernidade ocidental no Brasil. A primeira experiência com estradas de ferro acontece após a edição do Decreto nº 101, de 31 de outubro de 1835, baixado pelo Regente Diogo Feijó, “[...] que concedia a autorização para a construção de estrada de ferro que ligassem a capital do Império às Províncias da Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul [...]” (FERNANDES, 2006, p. 42). Porém sobrevieram problemas posteriores, que começaram com a queda do Regente,

somados ao conjunto de movimentos graves, como Revolução da Cabanada, no Pará, seguida da Farroupilha, no Rio Grande do Sul, e a Sabinada, na Bahia.

Esses movimentos sociais e políticos, que geraram instabilidade política, levaram a um grande espasmo até que se chegasse à possibilidade de construção de estradas de ferro, com a obra patrocinada pelo Barão de Mauá, Irineu Evangelista de Souza, concluída somente em 1854, ligando o Porto de Mauá a Fragoso, no Rio de Janeiro, num trecho de 14,5 km.

Segundo o portal da Viação Férrea Centro Oeste (VFCO), ao tratar dos planos ferroviários<sup>113</sup>, a obra marca a história do Brasil e coloca no registro dos inesquecíveis o próprio Barão de Mauá – que recebeu este título justamente na inauguração da sua ferrovia das mãos do próprio Imperador D. Pedro II. Mas tinham se passado quase vinte anos entre os primeiros movimentos para a construção de estradas e a primeira ferrovia. Obviamente, a elite rural brasileira, aquela que tinha algum poder econômico, não se movimentava em prol do desenvolvimento do país, muito mais preocupada em manter a sua razão conservadora.

Em seguida, a estrada de Ferro, conhecida hoje como Central do Brasil, chamada então de Estrada de Ferro D. Pedro II, foi inaugurada em 1858. A terceira estrada brasileira foi a estrada de ferro *Recife and São Francisco Railway*. Essa obra, como todas as outras, seguindo tecnologia inglesa.

A partir de então, começam surgir os planos destinados a definir os caminhos das estradas de ferro no Brasil e principalmente na Bahia. O primeiro deles, o Rebelo – conselheiro José Silvestre Rebelo (1835), seguia um traçado muito parecido com o que tem atualmente hoje a estrada transnacional BR-116. Pelo projeto, o início da estrada seria em Porto Alegre, alcançando São Paulo e Rio de Janeiro e passando pelo sertão nas mesmas coordenadas em que se localiza hoje Serrinha, afinal à beira da BR-116.

O Plano Moraes – engenheiro Eduardo José de Moraes – propôs a integração dos canais fluviais com ferrovias, através de canais de ligação. Por essa proposta, uma ferrovia seria construída diretamente de Salvador para Juazeiro, aproveitando o caminho das boiadas. Provavelmente aproveitaria a proximidade de Serrinha por ser o caminho usual.

O Plano Rebouças, idealizado pelo engenheiro André Rebouças, 1874, sugeria que fossem feitas ferrovias paralelas às linhas de latitude, partindo do litoral e indo para o interior. Nesse caso, a ferrovia sairia de Salvador em direção oeste. Sem dúvida, nesse caso, haveria um grande prejuízo em relação à comunicação com o sertão, face ao menor contato com o interior.

---

<sup>113</sup> Informações disponíveis em: <http://vfco.brazilia.jor.br/Planos-Ferrovianos/0-Planos-Ferrovianos.shtml>. Acesso em: 20 set. 2022.

O Plano Bicalho – engenheiro Honório Bicalho, Chefe da Diretoria de Obras Públicas da Secretaria de Estado, 1881. Nesse plano, uma proposta de integração com a navegação fluvial e as estradas de ferro. Também aqui a estrada de ferro, no caso da Bahia, teria início em Salvador, cruzando o São Francisco em Juazeiro e depois seguindo até Teresina. Também nesse caso, seguindo o caminho das boiadas, provavelmente a estrada cruzaria Serrinha.

O Plano Ramos de Queiros, proposto pelo engenheiro Ramos de Queiros em 1882, buscava uma combinação de hidrovias com ferrovias. Nessa proposta, entretanto, havia uma busca pela imersão no interior do Brasil. Para o caso baiano, se aproveitaria o rio São Francisco, a partir de Pirapora, até sua desembocadura, construindo-se uma ferrovia em direção a Urubu, atual Paratinga.

O Plano Bulhões, também de 1882, foi proposto pelos engenheiros Antonio de Oliveira Bulhões, Ferino Melo e Jorge Radamaker. Nesse plano previam-se quatro grandes troncos de transporte no país, interligando hidrovias e ferrovias. Para o interior da Bahia, novamente, se prevê a construção de uma ferrovia que ligaria diretamente Salvador a Teresina, cruzando o Rio São Francisco na altura de Juazeiro. Nesse caso também se segue a estrada das boiadas, passando provavelmente por Serrinha.

Um detalhe importante, antes de alvorecer, o tema da ferrovia construída entre Salvador e Juazeiro, refere-se à relação profunda que Portugal mantinha com os ingleses e que se aprofundara com a chegada da Família Real ao Brasil. É bem verdade que essa relação nem fora de amores e empatias sociais, se devia à ambição e ao poderio econômico dos ingleses que, em muitas oportunidades, aproveitavam desta condição para entregar seus produtos, que já, no final do século XIX, não despertavam tanto interesse na Europa, mas eram vendidos no Brasil em grande quantidade.

Isto se dava com relação a utensílios de vestimentas para os mais abastados que permitiriam a utilização das porcelanas chinesas, do chá e também do uso do vidro e do aço; produtos fornecidos em alta escala pelos ingleses, frutos de suas imensas fábricas ou do acesso à importação da China destes itens comerciais. Esses fatos são muito significativos tendo em vista que as estradas construídas no Brasil, no período que marca a segunda metade do século XIX, tiveram, como apoiadores, construtores e material vindo da Inglaterra

A influência é tão sistemática que, entre 1858 e 1880, vinte novos engenheiros chegam à Bahia, quatro deles trabalhavam na estrada de ferro e dois eram telegrafistas (SILVA, 1998). A pesquisadora Fernandes (2006) menciona a chegada do engenheiro Ferroviário Charles Vignoles, conceituado na Inglaterra, que viera fiscalizar as obras da *Bahia and São Francisco*, em 1858. Esse engenheiro tinha participado, em 1826, da construção da estrada de ferro de

Manchester a Liverpool. Além dele, a pesquisadora cita a chegada de John Watson, também inglês, que veio para acompanhar as obras da estação ferroviária da Calçada, em Salvador, tendo sido empreiteiro nas obras do aterro desta estação.

Deve ser lembrado, de outro lado, que a estrada de ferro *Bahia and São Francisco* não foi a única experiência desse tipo na Bahia naquele período. Outras estradas de ferro tinham sido levadas a efeito na Bahia. Pela importância o fato merece registro.

Uma das ferrovias foi a Estrada de Ferro Central da Bahia, que ligava Cachoeira e São Felix às Lavras Diamantinas. Foi firmado em Londres a Companhia *Paraguaçu Tram Road*. Segundo Fernandes (2006), após isso a empresa passa por uma sucessão de dificuldades que resultam, além da construção do tramo até Feira de Santana, mais 316 quilômetros. Dessa estrada, merece registro a ponte que liga Cachoeira a São Felix, construída toda em aço importado da Inglaterra, com 355 metros.

Também merece atenção a Estrada de Ferro Santo Amaro, que liga a cidade de Santo Amaro ao povoado de Bom Jardim, atualmente Terra Nova. Segundo a pesquisadora Fernandes (2006), essa construção também passou por diversos problemas, entre eles a própria dificuldade do solo. A região em que a estrada foi feita se caracteriza pelos canaviais que, durante os primeiros séculos brasileiros, foram responsáveis pela grande produção de cana-de-açúcar na Bahia. Todavia, esse solo, conhecido como massapé, tem a forte característica de não sustentar edificações pesadas ou necessárias ao transporte. Não poderia ser diferente com a construção de trilhos sobre ele. Detalhe importante é que, por conta do transporte da cana e do fumo, produtos de alto valor agrícola, foi uma das poucas linhas produtivas da Bahia.

Outra das ferrovias construídas na Bahia é a Estrada de Ferro Nazaré. Esse tramo tinha por trecho de origem Nazaré e destino o povoado de Onha. Em seguida traçou-se a sua extensão até Santo Antônio de Jesus, sendo prolongado até Amargosa e chegando à cidade de Jequié.

Outra linha férrea bastante importante era a Estrada de Ferro Bahia-Minas. Com cerca de 550 quilômetros de extensão, tinha por objetivo ligar Minas Gerais ao mar, buscando um porto mais próximo. Seu tramo ligava a Serra dos Aimorés, na divisa de Minas Gerais, com a cidade de Caravelas, já no seu porto. O objetivo era transportar a produção agrícola, principalmente de milho, feijão e café. Foi uma das linhas com lucratividade entre as baianas.

A linha de Sergipe, um tramo que partia de um entroncamento da linha Bahia São Francisco, ligava Esplanada (conhecida então por Timbó), passando por Rio Real, na divisa da Bahia e indo até Aracaju.

Por fim, merece destaque a estrada de Ferro de Ilhéus à Vitória da Conquista. Com autorização para construção dada em 1895, teve uma série de problemas para a sua execução,

sendo iniciadas suas obras somente no século XX. Seu tramo ligava uma região profundamente rica, cortando a área de produção de cacau. Contudo, não se mostrou rentável, apesar da região em que operava, sendo mais uma das ferrovias economicamente inviáveis.

Por fim, temos a *Bahia and São Francisco*, a estrada de ferro que tinha por objetivo ligar a capital da Bahia com o seu interior, conectando pessoas e condições tão distantes. Também, por essa linha, ficaria permitido o carregamento da produção de todo o sertão que funcionava no entorno do rio São Francisco. Sendo o próprio rio navegável, ele seria uma solução hidrográfica, fazendo com que todo o seu leito produtivo e arredores pudessem então se conectar a Salvador e, a partir dali, com todo o mundo, em função de seu porto. Era uma ligação de suma importância.

Não é sem razão que a maioria imensa de todos os projetos de estrada de ferro seguiam com a lógica: Salvador-Juazeiro. Porém, restava discutir a questão do traçado a ser entabulado. Afinal, dada a importância de uma via férrea, pelas soluções econômicas que ela poderia oferecer com a sua instalação, evidente, era motivo de grande disputa. Esta questão da influência na decisão dos traçados das linhas férreas vai bem memoriado por Etelvina Fernandes (2006, p. 91):

A influência política sempre foi uma questão recorrente nas obras públicas e na oportunidade da construção das ferrovias era utilizada como instrumento de barganha, a ponto de se dizer que a ferrovia era '[...] o espaço geométrico de maior influência política' (BENÉVOLO, 1953, p. 23). O Presidente do Brasil, Epitácio Pessoa, exigiu que a ferrovia passasse por sua fazenda, para ouvir o apito do trem. Além da imaterialidade poética do som do apito, estava implícito o pragmatismo da valorização das suas terras como uma consequência lógica do acesso fácil do local de produção ao meio de transporte.”.

Segundo a autora, coube a Francisco José de Souza Soares D'Andrea, Presidente da Província da Bahia, ainda em 1846, declarar que a chegada do trem em Juazeiro seria muito importante, pois facilitaria a comunicação com todas as vizinhanças da calha do São Francisco e, também, com o próprio Piauí, onde o gado havia se expandido e gerado uma grande produção. Esta região tinha como canal de acesso da produção de gado a cidade do Salvador.

Já em 1852, segundo Fernandes (2006, p. 86), os representantes da Junta da Lavoura, associação que reunia os principais produtores rurais do estado, “[...] candidataram-se à construção da ferrovia, demonstrando uma visão prática, com perspectiva de lucro para aquela organização.”. Na solicitação feita ao Presidente da Província, a proposta continha uma definição de traçado, previsão de investimentos e o pedido de concessão para a própria Junta da ferrovia.

Dadas as dificuldades para viabilizar a construção da estrada de ferro, a concessão da junta foi transferida para Joaquim Francisco Alves Muniz Barreto, através do Decreto Imperial nº. 1.299, de 19 de dezembro de 1853. Essa medida gerou diversos debates à época, mas tinha por objeto principal conseguir, através do novo concessionário, recursos para a efetivação da obra, que se arrastava sem solução.

Muniz Barreto vende seus direitos aos ingleses em 1855, sendo então formada a *Bahia and S. Francisco Railway Company*. Tal transferência de direitos foi autorizada no Brasil pelo Decreto nº. 1.615, de 09 de junho de 1855. Com isso, o financiamento, a construção, a operação e a concessão caberiam aos ingleses, numa grande operação internacional.

A sede da empresa *Bahia and S. Francisco Railway* ficou definida como sendo em Londres. Haveria escritórios também no Rio de Janeiro e em Salvador. Esse fato demonstra a liderança e poder dos ingleses, ficando o Rio de Janeiro sob uma fiscalização e controle em função da sede do Império; cabendo a Salvador, centro do objetivo do projeto, um olhar mais administrativo.

Nesse momento começam as discussões quanto ao traçado, fazendo-se estender, sem um plausível motivo, até Alagoinhas, a linha férrea que deveria seguir em direção ao sertão e depois às barrancas do rio São Francisco, até Juazeiro. Essa ligeira curva aponta algumas dezenas de quilômetros a mais no curso da estrada.

Além do debate sobre o traçado, estava também o ponto de origem, ou saída, da linha em Salvador. Nesse caminho, uma das proposições foi de que a estrada deveria partir da Villa de São Francisco, atualmente São Francisco do Conde (FERNANDES, 2006). Porém, diante da dificuldade que esse fato levaria, declinou-se dessa proposta. Afinal as mercadorias chegadas ou saídas em direção à estação ferroviária deveriam ser transportadas através de embarcações marítimas a partir de Salvador.

Diante disso, o trecho inicial tem ponto de partida, em Salvador, em um local conhecido como Jequitaia, que irá ser chamada de estação de ferro da Calçada – conhecida então como Calçada do Bonfim. A instalação do canteiro de obras iniciou-se em primeiro de dezembro de 1858, com a

[...] chegada de trezentos e cinquenta operários, sendo cento e sessenta e sete italianos e os outros brasileiros para trabalharem no trecho da Jequitaia a Periperi, como informa em seu relatório encaminhado ao Presidente da Província em fevereiro de 1859, o engenheiro fiscal do Governo, Firmo José de Mello, Capitão do corpo de engenheiros. (FERNANDES, 2006, p. 102)

**Figura 32** – Foto da estação da Calçada, década de 1861



Fonte: Viação Férrea Centro Oeste (2010).<sup>114</sup>

Apesar da intenção de que a obra fosse construída considerando os melhores parâmetros de estradas férreas da Europa<sup>115</sup>, não é bem isto que se vê de fato. Chama a atenção o problema técnico que alcança a base da construção. Conforme o Decreto nº 1.615, de 9 de junho de 1855, “A linha da estrada de ferro será construída pelo modelo mais perfeito das estradas da Europa, guardando espaço suficientes para transito que se julga haverá.” (BRASIL, 1855, n.p.).

Ocorre que, pretendendo cumprir a lei, oferta-se, por parte dos ingleses, a bitola das linhas com 1,60m, sendo que naquela época já não se utilizava tal bitola, uma vez que os ingleses e na própria Europa tinha adotado a de medida 1,44m. As suspeitas que aparecem a partir desse fato levam a crer que os ingleses aproveitaram a oportunidade para se desfazer de material que já era considerado obsoleto, à época, pelos construtores ingleses nas estradas de ferro.

Um fato chama muita a atenção: a chegada a Salvador, em 1859, da Família Imperial, que, após fazer um roteiro de visitas à Cidade, vai conhecer a Cachoeira de Paulo Afonso. Após esse itinerário real, D. Pedro II percorre a cavalo parte das obras da estrada de ferro que naquele período já ligavam a estação inicial até o Engenho de Mapele.

A operação do primeiro tramo, ligando Salvador a Alagoinhas, teve um movimento econômico que não foi significativo. Um dos fatores que pode ter levado a essa circunstância era a própria concorrência com mecanismos de transporte que já operavam na região. Assim,

<sup>114</sup>Foto disponível no portal da Viação Férrea Centro Oeste (VFCO). Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/Bahia/Ferrez/75estacaoPronta.shtml>. Acesso em: 20 dez. 2022.

<sup>115</sup> Segundo Fernandes (2006, p. 101), o desejo do governo em relação à estrada era muito ambicioso. Comenta ela: “A Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco, que tinha a pretensão de ser uma ferrovia tão perfeita como as europeias, representava uma transição muito brusca, considerando-se os meios de transportes existentes no País, até então acostumado às carruagens, aos cavalos e aos carros de bois ou ao transporte das mercadorias nos lombos de burros conduzidos pelos almocreves.”.

transporte feito por animais ou em embarcações, nos rios e pelo mar, que partia da Baía de Todos os Santos, possibilitava uma concorrência com os serviços oferecidos pelos trens<sup>116</sup>. Os dados relativos à renda da estrada de ferro nos primeiros anos mostram as dificuldades para a operação da linha em sua fase inicial, conforme Fernandes:

A renda da estrada apresentou, nos dez primeiros anos, um déficit médio de 118:276\$656, sendo os piores (*sic*) anos o período compreendido entre os anos de 1863 e 1867, que correspondem aos anos da grande seca acontecida na região. Os anos de 1870 e 1871 deram uma média de saldo de 15:908\$630, sendo que o maior saldo ocorreu no ano de 1877, correspondendo a 104:915\$276, um ano de recuperação da produção de açúcar. Continuava, o movimento, deficitário, recuperando-se em 1880, com saldo de 15:450\$010, quando iniciou o tráfego compartilhado com o “Prolongamento, alcançando a cidade de Serrinha. A ferrovia teve seu movimento financeiro predominantemente deficitário, com o valor médio de 71:793\$380 no período de 1860 a 1883”. (FERNANDES, 2006, p. 137)

Após um período de paralisação das obras e ações destinadas a efetivar a construção da ferrovia Bahia a Juazeiro, e uma sequência de problemas com as obras realizadas, em decorrência dos materiais utilizados e do próprio funcionamento da linha, somente em 1871 tomam-se medidas para reatar seu processo de conclusão. Em 17 de junho de 1871, é editada a Lei nº. 1.953, que autoriza o governo a despender créditos na ordem de 20.000:000\$000 para a construção/prolongamento de três estradas no país, incluída entre estas a Bahia ao São Francisco – interessante é que também se levantaram recursos para a construção da ferrovia Recife ao São Francisco.

O traçado da estrada que ligaria Alagoinhas até Vila Nova da Rainha, feito originalmente por José Maria de Bulhões, agora seria revisto por uma equipe de engenheiros. Esse traçado, segundo Fernandes, seria, pelo menos até Serrinha, o seguinte:

O traçado proposto por Bulhões sairia de Alagoinhas e, partindo da estação da linha inglesa, seguiria um caminho direto, mantendo-se nas cotas mais elevadas nos pontos onde atravessaria o rio Aramary no quilômetro 12, seguiria pelo vale deste rio até o quilometro 25 e, a partir deste ponto, subiria o planalto entre os rios Pojuca e Inhambupe, até atingir a cidade de Serrinha, no quilometro 110,58. Prosseguindo-se, cortaria o riacho Mangabeira,

<sup>116</sup>A pesquisadora Etelvina Fernandes menciona os resultados da operação. Ela cita: “O mapa do movimento financeiro do período compreendido entre julho de 1860 e junho de 1861 indica um valor da receita referente ao transporte de passageiros, (20:305\$000) superior em, aproximadamente, quatro vezes o valor do transporte de mercadorias e animais (589\$113), ou vinte e cinco por cento (CHAVES, 1861). Na renda do ano de 1862, já há uma aproximação do valor do transporte de passageiros (77:501\$030) com o valor do transporte de mercadorias 67:886\$195), em torno de noventa e cinco por cento daquele.” (FERNANDES, 2006, p. 136).



desenvolvendo-se pela encosta da serra de Serrinha, até atingir o alto do Barro Vermelho. (FERNANDES, 2006, p. 149)

Somente em 1876 é que o governo, através do Ministério da Agricultura, após realizar uma concorrência pública, assina contrato com os empreiteiros para a construção do prolongamento até Juazeiro. Os materiais para a construção da ferrovia viriam todos da Inglaterra. Mas, agora, as locomotivas utilizadas viriam dos Estados Unidos.

Foi no ano de 1880 que a estrada de ferro ficaria pronta, no trecho que liga Alagoinhas à Serrinha, com uma extensão de 110,58 km, tendo sido despendida a soma de 1.161:031\$689 réis; isto até o ano de 1879. Com isso, em 18 de novembro de 1880, é inaugurado o trecho que liga a Bahia à Serrinha com grandes festas, registradas do seguinte modo por Fernandes:

Partiram da estação da Calçada às 6h e 40 minutos, em um trem especial, o chefe da estrada de ferro São Francisco, o Presidente da Província Antonio de Araujo Bulcão, acompanhado do engenheiro-chefe da estrada Antonio Augusto Fernandes Pinheiro, e outras pessoas da alta sociedade baiana. Chegaram a Alagoinhas às 10 horas e quinze minutos, ali permanecendo por mais quinze minutos, partindo para Aramari, onde chegaram às onze horas, parando para um almoço festivo, por duas horas e quinze minutos. O Diário da Bahia, de 21 de novembro de 1880, noticiava a ‘Festa inaugural do tráfego do prolongamento, da estrada de ferro da Bahia a Villa de Serrinha’. (FERNANDES, 2006, p. 168)

Enfim, tinha acontecido, após mais de 30 anos, desde os debates sobre a construção da linha de ferro que ligaria a cidade do Salvador a Juazeiro, a inauguração da estação na cidade de Serrinha. Somente em 24 de fevereiro de 1896 vai ser inaugurada a estação de trens de Juazeiro.

**Quadro 2** – Histórico da construção da estrada de ferro Bahia São Francisco

<b>Ano</b>	<b>Fatos relativos à construção da estrada de ferro Bahia São Francisco</b>
1848	Francisco José de Souza Soares D’Andrea, em Presidente da Província da Bahia declara importância da estrada de Ferro.
1848	João José de Moura Magalhães, presidente da Província da Bahia afirma que a obra é necessária.
1852	Junta da Lavoura da Bahia apresenta proposta para construção da estrada de ferro Salvador a Juazeiro.
1852	Primeira concessão para a construção da estrada de ferro dada a Companhia proposta pela Junta da Lavoura, através da Lei 450, de 21 de junho de 1852.

Continuação...

Ano	Fato relativo à construção da estrada de ferro Bahia São Francisco
1853	Concessão transferida para Joaquim Francisco Alves Muniz Barreto, através do Decreto Imperial no. 1.299, de 19 de dezembro de 1853.
1854	Presidente da Província, João Mauricio Wanderley, nascido em Vila da Barra do São Francisco menciona a importância e começam a ser discutidos projetos em nível nacional para apoiar a construção.
1855	Muniz Barreto vende seus direitos aos ingleses em 1855, sendo formada a Companhia <i>Bahia and S. Francisco Railway Company</i> em Londres.
1858	São lançadas ações da Cia <i>Bahia and S. Francisco Railway Company</i> .
1858	A instalação do canteiro de obras iniciou-se, com a “chegada de trezentos e cinquenta operários, sendo cento e sessenta e sete italianos e os outros brasileiros.
1859	Visita de D. Pedro II às obras da linha de ferro
1860	Funcionamento da primeira seção de tráfego (Jequitaia a Aratu) e segunda (Aratu ao Rio Joanes).
1861	Inauguração da terceira seção (Joanes a Feira Velha) e Feira Velha a Pitanga.
1863	Inauguração da quinta seção: Pitanga a Alagoinhas.
1871	Aprovação da Lei 1.953, que autorizou créditos para execução das obras do prolongamento da ferrovia Bahia a Juazeiro a partir de Alagoinhas.
1876	Assinado o contrato com o empreiteiro que será responsável pela construção da estrada de ferro.
1880	Inaugurada a estação de ferro na vila de Serrinha.
1896	Inaugurada a estação de ferro, no seu destino final, na cidade de Juazeiro.

Fonte: Autoria própria.

A inauguração da estação ferroviária em Serrinha mudou profundamente a vida local. Agora a viagem que podia levar dias para Salvador, poderia ser feita em algumas horas, permitindo o transporte de pessoas, de cargas além do trânsito de ideias, descobrimentos e bens. Além disso, a inauguração das linhas que ligavam primeiro Senhor do Bonfim (Vila Nova da Rainha) e depois Juazeiro, permitiu que a vila de Serrinha pudesse receber os passageiros que passavam pela cidade em seu trânsito e parada do trem entre os destinos Salvador e Juazeiro.

Essa nova possibilidade permitiu a construção de um hotel, destinado a receber esses passageiros, além de uma estrutura de restaurantes e atendimento aos passageiros; serviços que eram desconhecidos da população de Serrinha até aquela época.

**Figura 33** – Foto do Hotel da Leste, localizado à frente da estação de Serrinha



Fonte: Giesbrecht(2022)<sup>117</sup>

Segundo Tasso Franco, a importância da estação de ferro se deu em outros aspectos. Ele menciona a importância da formação de uma nova classe trabalhadora: os ferroviários.

O impacto da ferrovia foi fantástico na vila. As ferrovias foram uma escola de formação de uma nova concepção capitalista do trabalho. Os ferroviários trouxeram nova mentalidade nas relações sociais trabalhistas, melhoraram o abastecimento de d'água construindo os açudes da Estação e da Bomba, este último dotado de uma bomba a vapor que puxava água para abastecer as locomotivas e ainda gerava energia, deu dinamismo ao comércio e a agricultura, abriu uma frente de negócios com Alagoinhas e a capital, especialmente no comércio com peles e couros, fumo e cereais, e introduziu nova cultura na localidade, na medida em que chegaram famílias de outras regiões. (FRANCO, 1996, p. 74)

Nesse último aspecto, referente à chegada de pessoas de outras regiões, merece destaque o reconhecimento da centralidade da cidade de Serrinha, fazendo com que muitas localidades que ficavam ao seu entorno passassem a operar suas atividades vinculadas àquele centro ferroviário pela possibilidade que esta importante comunicação permitia.

Mais além, o próprio roteiro urbano sofre uma mudança, na medida em que a cidade se orienta em direção à ferrovia, dada a importância desta última.

<sup>117</sup> Foto publicada no portal Estações Ferroviárias do Brasil, elaborado Ralph Mennucci Giesbrecht. Disponível em: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/ba\\_paulistana/serrinha.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/ba_paulistana/serrinha.htm). Acesso em: 5 nov. 2022.

**Figura 34** – Foto da rua que se abre da praça da Matriz em direção à Estação Férrea, arborizada e com casarões dos proprietários mais abastados, em Serrinha



Fonte: Oliveira (2015)<sup>118</sup>

Inegavelmente, a estação férrea passa a ser a mais importante obra integrada à rede nacional de ações para o interior, capaz de fortalecer a posição de Serrinha como cidade e polo regional.

**Figura 35** – Foto da inauguração da estação de trem em Serrinha



Fonte: Oliveira (2015)<sup>119</sup>

<sup>118</sup> Informações disponíveis no blogpost da autora: <http://estoriasdeantigamente.blogspot.com/2015/12/fotos-antigas-de-serrinhaha.html>. Acesso em: 10 set. 2022.

<sup>119</sup> Ibid.

#### 4.9 A INTRODUÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL

Serrinha formava, na chegada da República, um exemplo de pequeno núcleo urbano, com o início de um comércio local, formação de um espaço público significativo. Serrinha salta, em seu centro urbano, de uma sede de fazenda, para um núcleo com sede religiosa – a sua igreja matriz – e uma proposição de praça, onde funcionava um pequeno comércio e algumas moradias devidas aos donos de propriedade; sempre, no início, descendentes de Bernardo da Silva.

Segundo Tasso Franco, por determinação do governador Rodrigues Lima, coube ao diretor do Arquivo Central, Francisco Vicente Vianna, uma viagem de inspeção ao nordeste baiano. Dessa viagem resulta uma obra memorável: *Memória do Estado da Bahia* (1893). Nesse trabalho o visitante comenta sobre Serrinha nesse período de final do século XIX do seguinte modo:

Situada num taboleiro, à margem da estrada de ferro do prolongamento a quatorze leguas de Alagoinhas com boa edificação de casas terreas geralmente caiadas e pintadas, muitas envidraçadas, e seis sobrados formando diversas ruas assejadas e calçadas, e três praças das quaes é a mais importante a do dr. Manuel Victorino, que é grande, arborista e a noite illuminada por candieiros belgas. Nesta praça é que se acha a matriz de Sant'Anna n'um alto, e a casa do Conselho em construcção já muito adiantada com os compartimentos necessarios para suas sessões, jury, quartel etc., e que, depois de concluida será uma das melhores do centro do Estado, não só pela sua solidez, como pela sua elegancia. N'esta mesma praça tem lugar as feiras semanaes. Seu commercio é pequeno e relacionase com a capital e Alagoinhas. Ha duas escolas na cidade, uma na povoação do Lamarão, uma na da Manga e outra na da Pedra. Ha tambem uma sociedade literaria intitulada 23 de Novembro. (VIANNA, 1893, p. 460)

Continua Vianna ao comentar sobre Serrinha:

Dista duzentos e trinta e quatro kilometros da capital, sendo cento e onze até Alagoinhas e cento e vinte e tres d'esta a capital. Possui um cemiterio com capela. E' o ponto de ajuntamento dos viajantes dos sertões do Norte que procuram a estrada de ferro para a Bahia. Os terrenos do município são aproveitados pela criação em pequena escala pela escassez d'agua no verão quando se esgotam os açudes. Há agua potavel em abundancia em bons açudes, porém insufficientes para a lavoura, que se ocupa com os cereaes, fumo e algodão para a exportação. Ha boas soltas entretanto. O clima é optimo. O terreno da fumo de excelente qualidade, especialmente no discrticto de Beritingas, que exporta em grande quantidade e bom. Também produz uvas e batatas de todas as qualidades, inclusive a ingleza. Tem optimas pedreiras, madeiras para construcção, pedras de cal e barro para telhas e tijollos. O lugar é antigo. A freguezia é criação da lei de 1º de Junho de 1838, a villa da Lei n.

1609 de 13 de Junho de 1876, elevada á cathegoria de cidade por acto do governo de 30 de Junho de 1891 (VIANNA, 1893, p. 60-61).

O cenário bucólico traçado pelo visitante oficial não consegue mostrar os duros momentos que deveriam alcançar os municípios brasileiros a partir de então. Os movimentos que se desencadeiam no período republicano não trazem bons ares para as localidades brasileiras. Era o início do que seria chamado do tempo dos coronéis.

Com a chegada da República, acontece uma mudança na interlocução entre os entes de poder. Não que tenha efetivamente trazido uma modificação para os municípios que não fosse para pior. O próprio Decreto nº 01 de 15 de novembro de 1889 trouxe, segundo Hely Lopes Meirelles (2017), uma imprecisão técnica que parecia demonstrar os apelos da época. Estabelecia que os Estados-membros eram soberanos. Essa imprecisão gerou que alguns estados entendessem que não deviam atribuição à União. Porém, enfrentada essa questão, passou-se à compreensão de que os estados eram autônomos, não soberanos. Somente a União, que detendo a integração dos estados em torno de si, é soberana.

Mantido esse entendimento, coube a compreensão de que os municípios também eram autônomos, no limite de suas competências; dita então, como aquelas competências que respeitem o seu peculiar interesse. O modelo federativo instituído com a República brasileira tinha forte influência do modelo americano de federalismo, em que as competências dos entes federais são definidas pela Constituição. Ou seja, a Constituição define os seus poderes e os dos municípios; ficando remanescentes aqueles não definidos aos estados.

Todavia, o próprio modelo, que atribuía em muitos casos, a competência aos estados para determinar a legislação básica dos municípios, faziam com que lhes fossem retirados ainda mais poderes. Não obstante, o apelo às cidades ainda não havia ocorrido. O Brasil não conhecia ainda – como grande parte do mundo ocidental – a importância das cidades. O Brasil era predominantemente rural; assim, a importância dos municípios para definir as cidades não era reconhecida. Carneiro da Silva (2016, p. 28) menciona que a atração pelas cidades acontecia somente em locais com grande importância política, que representava conjuntamente a representação da capital do estado e do seu próprio poder político<sup>120</sup>.

---

<sup>120</sup> Em seu trabalho, Carneiro da Silva menciona as cidades no começo do século XX e suas transformações em curto espaço de tempo: “Deste modo, ao olharmos novamente para a evolução demográfica, veremos que em 1910 os dez municípios mais populosos do país detinham cerca de 2.700.000 habitantes, sendo que o décimo maior município brasileiro à época, Campinas, tinha 98.800 habitantes. Nos anos quarenta, quando avança plenamente o processo de urbanização, os dez maiores municípios detêm juntos cerca de cinco milhões de habitantes, sendo que o décimo, Santos, em São Paulo, chega à população de 165.000. Os números quase que dobraram em trinta anos; ou seja, estes dez municípios possuem ao menos 12% da população brasileira. Nos anos sessenta, o Brasil, tinha um pouco menos de 71 milhões de habitantes. Brasília, recém-fundada, marca o

Hely Lopes Meirelles, um dos juristas que mais trabalhou a história e as competências municipais, observa mesmo que as localidades podiam pouco oferecer durante todo o nascedouro da República. A atuação das municipalidades era pífia e subordinada a interesses articulados de líderes estaduais. Conforme sua menção, essa era a situação da época:

Durante 40 anos em que vigorou a Constituição de 1891, não houve autonomia municipal no Brasil. O hábito do centralismo, a opressão do coronelismo e a incultura do povo transformaram os Municípios em feudos de políticos truculentos, que mandavam e desmandavam nos ‘seus’ Distritos de influência, como se o Município fosse propriedade particular e o eleitorado um rebanho dócil ao seu poder. (MEIRELLES, 2017, p. 39)

O municipalista continua observando que “os prefeitos eram eleitos ou nomeados ao sabor do governo estadual, representado pelo ‘chefe’ todo-poderoso da ‘zona’”. As eleições eram fraudadas de modo costumeiro, preparadas anteriormente, escolhendo-se entre os líderes os eventuais vencedores. A oposição eventual corria risco inclusive de perseguição e violências.

A melhor descrição da vida municipal nos idos que cercam o momento posterior à República é feito por Victor Nunes Leal, em sua obra *Coronelismo, enxada e votos*. Um dos primeiros passos enfrentados pelo estudioso veio para construir o que viria a ser um dos movimentos políticos brasileiros formadores de diversas gerações da vida municipal. Não sem razão, pode se dizer até hoje que rendeu frutos que ainda funcionam.

Assim, no dizer de Nunes Leal, a concepção desse modelo político, que teve suas sementes lançadas com a República, tem por fundamento o seguinte:

Por isso mesmo, o ‘coronelismo’ é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil.<sup>121</sup> (LEAL, 2012, p. 44)

---

espetacular número de 141.000 habitantes, ocupando a trigésima quarta posição entre as maiores cidades brasileiras. As dez maiores cidades tinham, juntas, nessa época, cerca de 11.500.000 habitantes, representando cerca de 15% dos aproximados setenta e um milhões de brasileiros. A população nas grandes cidades, em vinte anos, tinha mais que dobrado. Em 2010 os maiores municípios brasileiros – dez maiores – possuem cerca de 34.000.000 de habitantes, participando com quase 18% da população brasileira. Isto significa que, em cinquenta anos, as grandes cidades triplicaram de tamanho. Este desenho populacional impulsionou também o crescimento dos municípios no país, mas fez fluir uma nova realidade, como dissemos acima: temos agora duas municipalidades no horizonte demográfico: um imenso plantel de pequenas e médias cidades e macro aglomerados. Ou seja, a nossa federação, pode-se dizer, passa a ser composta pela União, pelos estados e pelos municípios grandes e pequenos<sup>120</sup>.” (CARNEIRO DA SILVA, 2016, p. 29).

<sup>121</sup> Mais à frente, em sua obra, Victor Nunes Leal menciona (2012, p. 45): “Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o ‘coronel’, que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua

Esse fenômeno se desenvolve em Serrinha paulatinamente, ao mesmo sabor que acontece em outros rincões do país. É bem verdade, a origem das forças políticas locais, nos primeiros momentos da formação da vila e depois da cidade, tinha ainda laços efetivos com os membros originais de Bernardo da Silva. Trinetos, parentes mais distantes, herdeiros das terras que tiveram a grande origem nas divisões da propriedade original, se relacionavam na troca de poder. Mas, com o perpassar do tempo, a concentração de poder e os laços com políticos estaduais vai firmando o modelo do coronelismo.

Como visto pode ser observado a seguir, no Quadro 3, que mostra a divisão da propriedade no Brasil, foi ela fundada em Serrinha a partir da base familiar de Bernardo da Silva. Essa divisão da propriedade entre seus habitantes concentrava as terras com alguma dimensão significativa entre poucos proprietários; e os poucos proprietários conseguiam também juntar um número não exclusivo de terras. Assim, era usual proprietários com duas, três, quatro ou mais propriedades. Essa concentração vai trazer consigo um outro efeito: a liderança sobre as pessoas e sobre os que circundam a economia local.

Para demonstrar a concentração da propriedade, Nunes Leal menciona a avaliação do censo agrícola de 1940 – que ainda representa o momento do Brasil rural do século XIX e início dos anos próprios do século XX, analisada em trabalho do professor Costa Pinto, sobre o domínio da propriedade:

**Quadro 3 – Dimensão das propriedades rurais e frações no Brasil**

<b>Área das propriedades</b>	<b>% sobre o número total</b>	<b>% sobre a área total</b>
“super propriedades latifundiárias” (de 1.000ha e mais)	1,46	48,31
“grandes propriedades” (entre 200 e 1.000ha, inclusive)	6,34	24,79
Médias propriedades (entre 50 e 200ha, inclusive)	17,21	15,90
Pequenas propriedades (entre 5 e 50ha, inclusive)	53,07	10,45

---

privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro da esfera própria de influência, o ‘coronel’ como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, em importantes instituições sociais.”.



Minifúndios (de menos de 5ha)	21,76	0,55
----------------------------------	-------	------

Fonte: Leal (2012, p. 50)

O fator do controle da propriedade agrícola é altamente alimentador do poderio político. Assim, o coronel nem sempre será um coronel com patente militar, mas será, certamente, um grande proprietário, capaz de manter sob seu poder muitas terras, produção e pessoas, além da decorrente influência econômica.

Soma-se a isso a dependência econômica de uma grande faixa da população, ainda profundamente rural. A falta de tecnologia para produção, a razão de vínculo do pequeno proprietário com os grandes que estão à sua volta, a fragilidade do solo em muitos casos e principalmente no sertão, a impossibilidade do crédito. Estes são “inconvenientes” citados por Victor Nunes Leal (2012) para justificar a dependência do pequeno produtor para enfrentar algum grau de liberdade; moldando ainda mais o regime de poder concêntrico local.

Mas os fatores que levam ao regime político vigente no período pós-República não são só estes, mas também a própria falta de serviços públicos que permitissem algum grau de liberdade ao cidadão. Sem serviços públicos eficientes, o chefe político vira despachante dos interesses. Victor Nunes Leal menciona esse problema:

Um dos principais motivos desta desorganização é a generalizada incultura do interior, cópia muito piorada da incultura geral do país. Se os próprios governos federal e estaduais tem tanta dificuldade em conseguir funcionários capazes, por isso mesmo improvisando técnicos em tudo da noite para o dia, imagine-se o que será dos municípios atrasados. Os inquéritos que se fizeram a esse respeito em vários Estados depois da Revolução de 1930 revelaram coisas surpreendentes. Daí a criação dos departamentos de municipalidades, que, ao lado da assistência técnica prestadas as comunas, não tardaram a assumir funções de natureza política. Mas o despreparo do interior só explica uma parte da anarquia administrativa observada em muitas municipalidades. A outra parcela de responsabilidade cabe, de um lado, ao filhotismo, que convoca muitos agregados para a gamela municipal, e, de outro lado, à utilização do dinheiro, dos bens e dos serviços do governo municipal nas batalhas eleitorais. (LEAL, 2012, p. 60)

É bem útil lembrar que o mandonismo centralizado dos “coronéis” não aconteceu em um momento único nesse período que se sucede com a República. Com a edição da constituinte de 1890 havia uma preocupação com o que se chamava de franquias municipais. Afinal a República pressupunha eletividade e atenção ao desdobramento federalista. Na expressão de Nunes Leal (2012), o federalismo tem por razão justamente a descentralização do Estado,

impossível de ser praticada sem a atenção aos poderes correspondidos de estados e municípios. Aliás, no período, a ideia que se destacava era de que os municípios deveriam estar para os estados, como estes últimos estavam para com a União<sup>122</sup>.

Foi o construir da República que afastou os municípios da sua autonomia. Com o passar dos anos, as Constituições foram sendo revisadas para centralizar nos estados o poder, deliberando ao município obedecer no máximo do possível os regramentos decididos nas centralidades estaduais. A centralidade era tão grande nos estados que Nunes Leal chega a citar que alguns estados exerciam o controle sobre os municípios *a posteriori*, ou seja, depois de praticados os atos, como se faz no sistema de controle externo – tribunais de contas. Mas, em alguns estados, esse controle era feito *a priori* – antes da execução dos atos – e cumpria verificar os conceitos de oportunidade e conveniência, fazendo com que, no seu dizer, “[...] podiam os governos dos Estados tutelar as municipalidades, com vistas ao interesse político da concentração do poder na órbita estadual [...]” (LEAL, 2012, p. 91).

Assim, esses são os anos que cercam o período imediatamente pós-República, que vão entalhar Serrinha durante a sua expansão.

#### 4.9.1 A cidade de Serrinha recebe a República

A chegada da República na Bahia não fora precedida de tranquilidade. Houve um movimento forte no sentido de manter-se, a custo de enfrentamento, o Império. De início, a indicação de Manuel Victorino Pereira, membro do partido liberal, para suceder o então presidente da província José Luiz de Almeida Couto. No dizer de Hildergades Vianna (1955, p.7): “A chegada de um telegrama de Benjamim Constant dando reconhecer Manoel Vitorino como governador, provocou protestos por parte de republicanos históricos que alegavam escolhido pessoa do partido.”.

Foram momentos de tensão entre as lideranças políticas locais. A atuação do coronel Frederico Cristiano Buys, na época comandante do Forte de São Pedro, foi decisiva, afinal o próprio irmão de um dos proclamadores da República, o Marechal Hermes Ernesto da Fonseca, servindo as forças militares na Bahia, havia indicado sua posição favorável à monarquia e ficando contra a República, contra o que o comandante do forte se insubordinou.

---

<sup>122</sup> Ainda nesta passagem, Nunes Leal (2012, p. 90), cita uma passagem dos incios da República: “‘Estava reservada à República’ – escreveu Carvalho Mourão – ‘a glória de instalar no Brasil a verdadeira autonomia municipal’.”.

Dois dias depois, Virgílio Damásio, que fora membro do governo provincial, faz a Proclamação da República<sup>123</sup> na Bahia. Mas restou-lhe poucos dias de governo. Novamente foi confirmada a indicação de Manoel Victorino Pereira, tendo este assumido em 23 de novembro de 1889. Também assim repercutiu em Serrinha o embate sobre a chegada da República.

Com a República, a nomeação do governador, que substituíra a figura do presidente da província, era feita por indicação e nomeação do governo federal. Também ficava criada a figura da intendência, que passava a substituir além de ampliar os poderes da câmara, centralizando o poder executivo nas mãos deste agente. Os partidos também sofreriam com sua extinção e uma nova formação política partidária no Brasil.

Para melhor compreensão das atividades cabíveis ao Intendente municipal transcrevemos as principais partes do Decreto 50-A de 07 de dezembro de 1889:

Art. 1º Fica dissolvida a Illma. Camara Municipal da Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil.

Art. 2º Até definitiva constituição dos Estados Unidos do Brazil, ou antes, si assim convier, o poder municipal desta capital será exercido por um Conselho de Intendencia Municipal, composto de sete membros, sob a presidencia de um delles, de nomeação do Governo Provisorio, ao qual competem as seguintes attribuições:

§ 1º Rever a divisão civil do municipio e seu termo, fixar os limites de cada uma parochia, crear novas e repartil-as em districtos, conforme o numero de seus habitantes. (FRANCO, 1996, p. 276)

§ 2º Fixar a receita e despesa publica do municipio.

§ 3º Ordenar a despesa e arrecadar as rendas.

§ 4º Reformar as estações ou secções do serviço municipal, como sejam de escripturação e contabilidade, de arrecadação de rendas, matadouro e agencias annexas; creando empregos, conservando os actuaes empregados, ou provendo-os de novos, reduzindo os ordenados e marcando os vencimentos.

§ 5º Ordenar e fazer executar todas as obras municipaes, e prover sobre tudo quanto diz respeito á policia administrativa e economia do municipio e seu termo, assim como sobre a tranquillidade, segurança, commodidade e saude de todos os seus habitantes.

§ 6º Rever, alterar, substituir, revogar os actuaes editaes e posturas municipaes, creando novos, si assim o exigir o bem publico do municipio, nos

<sup>123</sup> Dois comentários de Hildergades Vianna mostram um pouco do que fora o movimento. Um para o povo, outro para as forças políticas. Para o povo: “Zé Povinho não levou, de início, o caso a sério. A figura do Imperador, cercada de respeito e veneração, afastava qualquer suposição de queda da monarquia. Além do mais pouco interessava marido de D. Isabel fosse ou não estrangeiro. Aquilo tudo devia ser, quando muito, ‘barulho de branco’. Para o grosso da população a república era uma idéia frívola, sem consequências. Até aquele momento só tinha produzido umas arruaças acabadas vinda da cavalaria que espaldeirava os recalcitrantes. Fôra disto era apenas motivo para algumas inovações da moda.” (1955, p. 1). Já para as forças políticas o pensamento era outro: “Enquanto isto Frederico Cristiano Buys, comandante do 16º de Infantaria, reunia os seus comandados para declarar que se fosse confirmada a notícia da queda da monarquia, ele se colocaria ao lado do governo provisório. Apoiado de pronto por seus camaradas, telegrafou a Deodoro aderindo e pedindo ordens. Deocleciano Ramos, 1º Secretário do Conselho Republicano Federal, foi intermediário de uma comunicação pondo o quartel do Forte de São Pedro à disposição dos republicanos, como abrigo, em de reação por parte dos legalistas.” (1955, p. 9).

quaes poderão comminar penas até oito dias de prisão e 30\$ de multa, que serão agravadas nas residencias até 30 dias de prisão e 60\$ de multa.

Art. 3º Fica competindo ao Conselho de Intendencia Municipal o julgamento das contravenções das posturas municipaes.

§ 1º Logo que for preso o contraventor, o fiscal, guarda ou inspector de quarteirão da respectiva parochia formará o auto da contravenção commettida e qualificação do infractor, o qual será assignado por este, pelo detentor e duas testemunhas, sendo intimado para apresentar-se no prazo de oito dias ao Conselho de Intendencia, afim de ver-se processar, sob pena de revelia, e logo posto em liberdade, salvo se for vagabundo ou sem domicilio.

§ 2º O processo de contravenção será verbal e summarissimo, lavrando-se somente um auto, e correrá perante o presidente do Conselho de Intendencia, de cuja sentença haverá recurso, que será interposto no prazo de tres dias para o dito Conselho; neste julgamento em recurso votará o respectivo presidente, sendo tomada a decisão por maioria de votos.

Art 4º O Conselho de Intendencia Municipal procederá a exame e syndicancia de todos os actos da Camara dissolvida, de todos os contractos existentes, providenciando nos termos das leis vigentes, ratificando ou annullando quaesquer delles, ainda que estejam em execução, si entender que são contrarios aos interesses communs do municipio.

Art. 5º O Governo Provisorio reserva-se o direito de restringir, ampliar, ou supprimir quaesquer das attribuições que pelo presente decreto são confiadas ao Conselho de Intendencia Municipal, quando assim convenha ao bem publico do municipio; bem como o de substituir em todo ou em parte o dito Conselho, e de nomear substitutos no impedimento de qualquer de seus membros.

Segundo Franco (1996, p. 78), era presidente da Câmara Joaquim Hortélio da Silva, tendo as forças conservadoras de Serrinha aderido à República no dia 24 de novembro de 1889, com um envio de um documento, assinado pelas principais lideranças. O documento reconhecido pelo tabelião, confirmava as 124 assinaturas e concluía do seguinte modo:

[...] nos cidadãos abaixo firmados, representantes de todas as classes sociais n'este município que constituímos o antigo e glorioso Partido Conservador n'esta Villa, vimos, Senhor Governador protestar-vos a nova forma de Governo a nossa adesão e oferecer-vos os nossos préstimos e serviços, tendo sempre diante dos olhos e ante o pensamento a sublime trilogia que será nosso lema: Deos, Patria e Liberdade. (FRANCO, 1996, p. 78)

Já em 10 de fevereiro de 1890, o governador Manoel Victorino assinou o decreto que criou a Intendência de Serrinha<sup>124</sup>, recebeu os documentos enviados e nomeou como primeiro

<sup>124</sup> “Acto: O governador d’esto Estado, usando da autorização que lhe é conferida pelo art. 1º. Do Decreto de 30 de dezembro próximo passado resolve dissolver a Camara Municipal da Villa de Serrinha, e crear uma Intendência e um Conselho Municipal com as attribuições de que trata o Decreto 50 A de 7 do mesmo mez, nomenado o Intendente o cidadão Marianno Silvio Ribeiro, e membro do Conselho Dr. Benedicto Augusto Wencesláu da Silva, Dr. Arthur Borges de Barros, José Joaquim Araújo, Leovigildo Cardoso Ribeiro, Vigário Porphyrio de Almeida Lima e Thyrsos da Silva Pinheiro. Palácio do Governo do Estado Federado da Bahia, 10 de Fevereiro de 1890. Dr. Manoel Victorino Pereira.

intendente Marianno Silvio Ribeiro. Junto com ele, também, segundo Franco (1996, p. 70) diversas nomeações foram feitas, ressaltando a do “[...] delegado Manoel Paz Cardoso [...]”.

Coube a Marianno Silvio Ribeiro a primeira intendência de Serrinha. Seu mandato foi de 03 de março de 1890 a 20 de janeiro de 1893<sup>125</sup>. Esse mandato vai se caracterizar pela oportunidade de transformar Serrinha, na forma da legislação da época em cidade. Sendo assim, por intermédio do pedido de algumas figuras políticas locais, foram levadas reivindicações que foram atendidas pelo Governo do Estado com o seguinte teor: “Ato de 30 de Junho de 1891: o governador do Estado resolve elevar as seguintes Vilas à categoria de Cidade – Serrinha, Porto Seguro, Areia e Santo Antonio de Jesus. Palácio do Governo do estado da Bahia, 30 de Junho de 1891, José Gonçalves da Silva.”

À elevação de Serrinha à condição de cidade lhe trazia uma representação maior e a colocava no curso dos movimentos políticos daquela época, vindos ainda com os suspiros legais previstos nas constituições, tanto a federal como a do estado da Bahia<sup>126</sup>. Porém Tasso Franco (1996), faz questão de pontuar que esse movimento referendava a ideia pela qual a “[...] corporação política fosse constituída a partir do núcleo mais influente das famílias [...]” (p. 81). Assim, continua o estudioso, informando que este fenômeno acabou corroborando com a lógica local onde os filhos e descendentes de Bernardo da Silva continuavam influenciando, com seu poder, os “[...] meios político, econômico e social da cidade [...]” (*idem*).

Esse fenômeno, que resulta na influência das famílias locais, se perpetua nesse primeiro período. Afinal, o próprio intendente, Marianno Silvio Ribeiro era, nada menos, filho de um dos tetranetos de Bernardo da Silva, o tenente-coronel Miguel Carneiro da Silva Ribeiro – membro da família da Fazenda original, conforme Dr. Antonio José de Araújo, em *A Família de Serrinha*.

O segundo intendente de Serrinha foi Basilio Cordeiro de Almeida, cumprindo seu mandato entre 21 de janeiro de 1893 e 31 de dezembro de 1896. Ele foi eleito com 614 votos, nas primeiras eleições para esse cargo. Era casado com descendentes de Bernardo da Silva,

---

<sup>125</sup> Termo de posse: “Aos trez dias do mez de março do anno do nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e noventa nesta Villa de Serrinha, Estado da Bahia e Paço da Câmara Municipal dela achando presentes os vereadores da mesma Câmara, Presidente Joaquim Hortélio da Silva, tenente Emygdio Ribeiro, Vice-Presidente, Leôncio Marques de Freitas, Antonio Ferreira Coutinho, Pedro Alves da Silva, Luis dos Santos Cordeiro, declarou o Presidente Aberta a sessão que ella tinha por fim dar posse e juramento a Nova Intendência Municipal.”.

<sup>126</sup> Constituição do Estado da Bahia de 1891: “Art. 100. O territorio do Estado continua dividido em municipios. Só por lei do Estado poderão ser creados outros municipios ou alterada a circumscripção dos já constituidos, precedendo sempre representação dos municipios interessados. Art. 101. Cada municipio representará, além da unidade territorial, uma collectividade politica formada por interesses communs e relações. naturaes de caracter local, com poder proprio, direitos e deveres distinctos.”.

sendo também um próspero comerciante de tecidos, tendo sua casa comercial mais de oito portas na praça central da cidade.

Segundo Franco (1996), esse período mantém a característica da maioria dos governos municipais no Brasil, com “domínio oligárquico” da classe senhorial” (p. 82). Segundo ele, as eleições eram manipuladas “[...] pelos conselheiros com total controle da máquina eleitoral pelas oligarquias [...]” (*idem*).

Coube a Leôncio Marques de Freitas o cargo de intendente, na terceira gestão de Serrinha. Seu mandato iniciou-se em 01 de janeiro de 1897 e 31 de dezembro de 1899. Ele era filho Manoel Pedreira Marques de Freitas e Constança da Silva Pinheiro, sendo a última filha de um tetraneto de Bernardo da Silva, Vicente Ferreira da Silva. O intendente era casado também com uma descendente de Bernardo da Silva, Tirbutina Ribeiro, filha do coronel Antonio Carlos Ribeiro.

É peculiar o orçamento para o ano de 1898, que tinha seguinte previsão:

**Quadro 4** – Previsão de orçamento para o ano de 1898, intendente Leôncio Marques de Freitas

<b>Receitas</b>	<b>Valor</b>	<b>Despesas</b>	<b>Valor</b>
Receita total para o exercício	10.200#000*		
Fundo escolar	Mil reis por cada chefe de família		
Imposto sobre o valor locatário dos prédios			
Imposto sobre gado e seu consumo	4#000 por cabeça abatida		
Imposto sobre aviação e transporte			
Imposto sobre o exercício de artes, industrias e profissões	10#000 por casa de descaroçar algodão, 40#000 por mascate, ambulante de fazenda, miudezas e quinquilharias		

Continuação...

<b>Receitas</b>	<b>Valor</b>	<b>Despesas</b>	<b>Valor</b>
Imposto sobre comércio a retalho ou a varejo	10 reis por litro de liquido alcoolizado que entra no giro comercial		
Imposto sobre gêneros ou mercadorias produzidas nos municípios			
Emolumentos sobre títulos, nomeações e licença de funcionários municipais	10#000 para armar circo, 1#000 para fazer corrida de argolinha ou bandos mascarados		
Aferição de pesos e medidas			
Multas para infração de posturas, leis e regulamentos			
		Subsídio do intendente	600#000 por ano
		Secretario	500#000 por ano
		procurador	180#000
		Contador	360#000
		Fiscal	120#000

\* Em contos de réis

Fonte: Franco (1996)

Foi durante a intendência de Leôncio que aconteceu o movimento em Canudos. Era governador na época Luiz Viana, que viria ser pai de Luiz Viana Filho – deputado, governador e senador e avô de Luiz Viana Neto. As ações que cercaram Canudos, responsáveis pela morte de milhares de pessoas, ocorreram a partir de expedições da polícia e do exército. Essas incursões aconteceram aproveitando-se do ramal de trem, tendo, portanto, passado por Serrinha. Ressalta-se, neste ponto, a homenagem que a Câmara de Serrinha fez ao General Arthur Oscar Andrade Guimarães, responsável pela última expedição e matança de milhares de pessoas, que mesmo tendo se rendido, foram degoladas.

O intendente posterior, quarto entre os intendentes de Serrinha, foi Leovigildo Cardozo Ribeiro, que exerceu o cargo entre 01 de janeiro de 1900 e 31 de dezembro de 1903. Era casado com uma filha de um tetraneto de Bernardo da Silva, o tenente-coronel Joaquim Carvalho de Campos. Foi no seu mandato que a câmara aprovou um novo código de posturas para o município. Foi substituído por um intendente interino, Antonio Pinheiro da Motta.

O quinto intendente de Serrinha foi o capitão Joaquim Hortélio da Silva. Seu mandato iniciou-se em 01 de janeiro de 1904 e se encerrou em 31 de dezembro de 1907. Parece ter sido o primeiro a romper a relação de parentesco com Bernardo da Silva. Afinal, sendo de Feira de Santana, veio a Serrinha como comerciante e fazendeiro. Pertencia a uma geração nova nas terras serrinhenses; sendo influente entre os políticos e lideranças locais, tinha ocupado diversas vezes cargos junto à câmara de vereadores.

Joaquim Hortélio casou-se com uma das filhas de Francisco Patrício, Porcina dos Santos Silva. Patrício era um fazendeiro conhecido – do Morrinho – e era respeitado na região. Assim, apesar de o intendente não pertencer ou ter relação com membros da família de Bernardo da Silva, era muito respeitado por todos na sociedade.

Nesse período Serrinha sofreu um período de seca. Por conta disso, o mandato de Joaquim Hortélio foi marcado pela construção de obras para solucionar a questão da água local. Assim, com autorização do Ministério da Agricultura, foi construído, na linha que ligava Tucano, o açude que ficou conhecido como Gravatá, em homenagem ao engenheiro responsável, Antonio Gonçalves Gravatá (FRANCO, 1996). O açude tinha proporções significativas para a época, com 140 metros de comprimento na barragem, 9,80 metros de altura sobre o leito do riacho e 40 metros de largura na base. Além do poço, foi construído um poço artesiano, que brotava água cloretada, sódica, magnesiana. Esse poço gerou a água que abasteceu Serrinha por longo tempo, levando a cidade à fama de possuir uma água com propriedades curativas e até afrodisíacas.

Um fato interessante merece destaque e é mencionado por Franco. Além do açude do Gravatá, foi construído por Hortélio o açude das abóboras, já localizado numa região mais próxima ao centro da cidade. O nome do açude se deve em razão da forma com que se fazia o pagamento. Franco comenta que, por falta de dinheiro para pagar os trabalhadores, o pagamento era feito com abóboras.

Também é desse período a qualificação de acessos à estação ferroviária, fazendo crer que a cidade se direcionava neste vetor, crescendo com destino às linhas de trem. Foi construída na nova praça, no entorno da gare, e qualificada outra via até a linha de trem, a: rua Barão de Cotegipe.



O sexto intendente de Serrinha, com mandato de 01 de janeiro de 1908 a 12 de junho de 1912 foi, novamente, Basílio Cordeiro de Almeida, que tinha ocupado este mesmo cargo entre os anos de 1893 e 1896. Nesse período o que se destaca, segundo Tasso Franco (1996), são dois fatores. Primeiro as próprias dificuldades do intendente Basílio, que passava por problemas financeiros, por conta de um golpe que havia lhe dado o seu caixeiro-viajante. E, além disso, a Bahia atravessava momento rumoroso, em função da campanha contra J. J. Seabra e Ruy Barbosa, que culminou com a renúncia de José Ferreira de Araújo Pinho, sendo substituído por Aurélio Viana, tendo este determinado a mudança da sede de governo para Jequié. Para cumprir ordem judicial de devolução do governo houve, no período, o bombardeamento do centro de Salvador, a partir de canhoneiras situadas nos fortes de São Marcelo e Barbalho. O Governador renunciou.

Antonio Pinheiro da Motta foi o sétimo intendente. Seu mandato foi de 13 de junho de 1912 a 31 de dezembro de 1915. Motta também pertenceu a famílias tradicionais de Serrinha, sendo descendente também de Bernardo da Silva. Sua eleição – primeira pelo voto popular – foi marcada por um embate entre Coronel Nenezinho – José Carneiro da Silva Filho, filho de Meu Zé, ambos descendentes diretos de Bernardo da Silva e fazendeiros ricos e reconhecidos na cidade. Aliás, nesse aspecto, relata Franco, o espírito que se vivia à época: “Foi notório que a partir de 1912 os coronéis dos sertões, sobretudo os do São Francisco e da região do cacau, ampliaram suas influências na política estadual, até então de predomínio dos poderosos da capital e do Recôncavo. Essa regra também era válida em Serrinha.” (1996, p. 91).

Nesse período houve grandes ações em Serrinha. A primeira delas, que se destaca, foi a construção do primeiro matadouro público. Ademais, por autorização do Conselho, implantou-se o serviço de coleta de lixo, feito por carroça. Também se construiu um curral de matança no distrito de Beritingas. No mesmo período, houve uma alteração da legislação, modificando a forma de atuação dos governos municipais, assim descrito por Tasso Franco:

Em 11 de agosto de 1915, foi publicada a Lei 1.102 que organizou os municípios. O governo municipal passou a constituir-se por: um conselho deliberativo e um intendente encarregado das funções executivas. Cada paróquia rural constituía-se num distrito administrativo, o qual funciona sob a presidência de um administrador, a quem cabe as funções executivas. As atribuições desses corpos políticos administrativos estão definidos (*sic*) nas leis orgânicas das municipalidades

Na prática, era isto que vinha acontecendo desde a Proclamação da República. Quanto as administrações executivas nos distritos, sempre ficaram subordinadas às intendenças e hoje as prefeituras. São raros, ainda hoje, os prefeitos que nomeiam administradores distritais. Há, no entanto, na maioria dos casos,

representações desses distritos nas câmaras de vereadores que substituíram os conselhos deliberativos. (FRANCO, 1996, p. 92)

O tenente-coronel Luiz Ozório Rodrigues Nogueira foi nomeado pelo Governador J. J. Seabra, cumprindo o mandato entre 01 de janeiro de 1916 e 30 de dezembro de 1917, o oitavo intendente. Apesar de ser casado com uma descendente de Bernardo Ribeiro, sua influência vinha do poder obtido por seu pai, Antonio Rodrigues Nogueira, que viera para as obras de construção da estrada de ferro e acabara se tornando um líder local, principalmente por conta de suas ligações com o Presidente Epitácio Pessoa e com o governador J. J. Seabra.

Durante sua administração, foi concebido o primeiro plano urbanístico para a cidade, sendo a segunda praça urbanizada – atribui-se a primeira à Santo Amaro. O jardim tinha oitais e palmeiras, chafarizes e portões, além de luminárias com luz a acetileno. O calçamento foi recomposto e foi feito esgotamento na região da praça. Durante longos anos, a praça se manteve como centro de convivência da população da cidade, principalmente por ser um local de grande qualidade paisagística.

**Figura 36** – Fotografia Praça Manoel Vitorino, depois Luiz Nogueira, no centro de Serrinha



Fonte: IBGE ([2010?]a).

Luiz Ozório Rodrigues Nogueira foi reconduzido ao cargo de intendente, para o novo mandato que se iniciou em 01 de janeiro de 1918 e se encerrou em 12 de janeiro de 1920. A continuação do mandato deste intendente foi contemporânea à Primeira Guerra Mundial. Nesse período houve dificuldades econômicas no país, gerando problemas para as cidades. Destaca-se também a recepção de figuras importantes, a exemplo do agora Senador J. J. Seabra e do próprio Ruy Barbosa (4 e 5 de dezembro de 1919).

Sem grande expressão, sucede, como décimo intendente, a Luiz Nogueira, o Coronel Antonio Nogueira Junior. Seu mandato inicia-se em 13 de janeiro de 1920 e se encerra em 11 de outubro de 1920.

O décimo primeiro intendente, num retorno das famílias tradicionais de Serrinha, é Agenor Pedreira de Freitas, que viria a ser pai de Lauro Farani Pedreira de Freitas. Este ficou muito conhecido por ter sido candidato a governador e ter morrido em acidente de avião, juntamente com Gersino Coelho, deputado estadual, pai de um futuro governador da Bahia<sup>127</sup>.

Nesse período houve a qualificação da iluminação pública da cidade, uma nova cadeia, melhorias no calçamento de ruas, além de obras nos distritos. O mandato do décimo primeiro intendente ocorreu entre 12 de outubro de 1920 e 31 de dezembro de 1921.

Era então o período dos coronéis. Como representante daquele momento, foi eleito José Carneiro da Silva, conhecido como coronel Nenenzinho. Seu mandato vai de 01 de janeiro de 1922 a 31 de dezembro de 1925. Segundo o pesquisador Tasso Franco, coronel Nenenzinho era o típico coronel da época:

Nenenzinho encarnava a representação do mais legítimo coronel do sertão. Alto, gordo do tipo forte, mal encarado e valente, era respeitadíssimo na fazenda Varginha, onde morava com Josefa. Na cidade tinha cada na rua Conselheiro Dantas e outra mulher, Nair Ramos. Passava mais tempo na fazenda do que na Prefeitura e vinha à sede as sextas-feiras retornando aos sábados, início da noite. (FRANCO, 1996, p. 101)

Não há fatos relevantes sobre a administração da cidade no período. Estimava-se a população de Serrinha para 1925 em 25.000 habitantes (ALMANAK..., 1925). Segundo Tasso Franco (1996), no período, havia 960 eleitores, que votavam em quatro seções: Sala do Conselho, Sala de Audiência do Juizado de Direito, escola estadual do arraial de Beretingas e escola estadual de Lamarão.

---

<sup>127</sup> Encontrava-se em campanha no Vale do São Francisco quando morreu num acidente aéreo, em 11 de setembro de 1950, a exatos 22 dias das eleições. Saindo de Bom Jesus da Lapa, com destino à Carinhanha, o avião caiu logo após a decolagem, a seis quilômetros do aeroporto, ao chocar-se com uma árvore na tentativa de um pouso de emergência. Faleceram os três ocupantes do pequeno aparelho, um Stinson, pilotado por Guilherme de Castro. A outra vítima foi Gersino Coelho, deputado estadual pela região onde ocorrera a tragédia. Lauro Farani Pedreira de Freitas era casado com Maria Elvira da Costa Penna, filha de um dos donos da Costa Penna & Cia., sediada em São Félix, que se constituía num dos gigantes da fabricação de charutos no Brasil. O casal teve cinco filhos: Maria Lúcia, Marina, Graciliano, Marcelo e Francisco. Através da Lei Estadual nº 1.753, de 27 de julho de 1962, em terras desmembradas do território de Salvador, criou-se o Município de Lauro de Freitas. A sede foi instalada na localidade de Santo Amaro de Ipitanga, que passou a se chamar Cidade de Lauro de Freitas. (PORTO FILHO, 2013, n.p.). Informação disponível no blog do autor: <http://www.ubaldomarquesportofilho.com.br/paginas.aspx?id=368&tipo=2>. Acesso em: 17 nov. 2022.

Graciliano, como os Pedreira de Freitas, era descendente de Bernardo da Silva. Tornou-se, junto com sua esposa, um dos homens mais ricos de Serrinha, não deixando descendente direto. Mas com ele tem início a decadência do período dos coronéis e início de uma nova geração de lideranças. Não são mais os descendentes de Bernardo da Silva, nem tampouco o mando dos coronéis, que sucedem e se apoiam nas lideranças ancestrais. Novos grupos políticos e sociais começam a mudar o ciclo de influência local.

Enquanto esses fenômenos se sucediam<sup>128</sup>, Serrinha se tornava cada vez mais uma cidade múltipla. Tanto assim que ainda em 1925 o Almanak Laemmert comenta sobre as dimensões da cidade:

**Quadro 5** – Atividades econômicas de Serrinha - 1925

Situação	Descrição	Situação	Descrição
Situação de Serrinha	Comarca de 2º. Grau	Transporte	Viação Comp. C. F. <i>Brésilien</i> e rodagem para municípios vizinhos
Cultura	Algodão e fumo	Indústria	Fabrico de chapéus de palha de arroz ( <i>sic</i> )
Importação	Tecidos, ferragens, assucar, café e xarque ( <i>sic</i> )	Exportação	Algodão, fumo, peles, couro e milho
População	Estimada 25.000	Cidade sede	Sede do município e da comarca. É servida pela estação Rio Branco, da Comp. C. F. <i>Fedéreaux de l'est Bresilién</i> . Dista 234 km de S. Salvador. 3.000 habitantes.
Repartições e serviços	Collector federal Escrivão Agente de correio Estação metereologica	Repartições e serviços estaduais	Juízo estadual Promotor Partidor, contador e escrivão do cível Oficial de justiça

<sup>128</sup> É Murilo de Carvalho que registra as inferências vividas na década de 1920 que vão permitir mudanças drásticas ocorridas nos anos 1930 “Internamente, a fermentação oposicionista começou a ganhar força na década de 20. Depois dos operários, foram os militares que começaram a agitar-se. Em 1922, houve uma revolta de jovens oficiais no Rio de Janeiro. Em 1924, eles se revoltaram novamente em São Paulo, onde controlaram a capital por alguns dias. Abandonando a cidade, juntaram-se a outros militares rebeldes do sul do país e formaram a coluna que percorreu milhares de quilômetros sob perseguição dos soldados legalistas, até internar-se na Bolívia em 1927, sem ter sido derrotada.” (2014, p. 94-95).

	2ª. Linha do exército e junta de alistamento militar Juízo federal		Delegado de polícia Collectoria estadual Escrivão Inspector escolar
Cemitério	Cemitério parochial	Religião	Vigário e sacristão
Hospital	Hospital do Isolamento	Imprensa	Jornal de Serrinha
Associações	Philharmonica 30 de junho Republicano Democrata Coração de Jesus Coração de Maria	Commercio, indústria e profissoes (atividades funcionais em Serrinha)	3 açougueiros 2 advogados 2 alfaiates Fabrica Companhia Emporio Industrial da Bahia 2 armarinhos Banco da Bahia 2 barbeiros 1 bilhar 1 botequim 1 café 1 fabrica de sabão
Comercio	4 lojas de calçados 2 carpinteiros 5 lojas de chapéus 1 ferreiro 1 funileiro 1 joalheiro 1 livraria e papelaria 1 ourivessaria e relojoaria 2 padarias 1 farmácia	Comissões e consignações	Antonio Carneiro da Silva
Couros e peles	3 lojas	Engenheiro	Agenor Pedreira de Freitas

Lojas de ferragens e loucas	3 lojas	Exportadores de gado e sal	3 – Antonio Motta, Camilo Lima, Graciliano Sobrinho 2 – exportadores de sal – Antonio Carneiro da Silva e Aurélio Dionizio d’Almeida
Médico	Dr. Manoel Cordeiro de Almeida	Secos e molhados, trapiches	6 comerciantes 4 trapiches
Agricultores, criadores e capitalistas	7 agricultores, 9 criadores, 6 capitalistas	Distrito de Beritingas e povoados ( <i>sic</i> )	Beritingas – 1 juiz de paz, 1 escrivão, 1 sub delegado, 1 vigário Povoado Lamarão e Pedras

Elaborado pelo autor.

Fonte: Almanak Laemmert (1925, p. 349).

É possível identificar a complexidade de serviços oferecidos pela municipalidade de Serrinha, mostrando, ainda em 1925, uma base de relacionamento essencial para uma cidade.



Figura 37 – Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1925

VOL. III

ESTADO DA BAHIA — MUNICIPIOS

349

**Veredores:**

Agostinho Verissimo do Nascimento,  
Antonio Nunes Sento Sê,  
Dario Antonio de Almeida,  
João Coelho Cavalcanti,  
José Guilherme dos Santos.

**Thesoureiro e secretario:** Henrique José de Souza.  
**Porteiro:** Januario Balbino da Silva.  
**Fiscal geral:** José Martins Ferreira.

**COMMERÇIO, INDUSTRIA E PROFISSOES**

**Advogado:** Dr. Raul Alves de Souza, deputado federal.

**Fazendas, ferragens, miudezas, generos alimenticios, drogas, borraça e couros:**

Antonio Gonçalves,  
Francisco Nunes de Sento Sê,  
Hildebrando Nunes,  
João Coelho Cavalcanti,  
João Nunes Sento Sê,  
José Affonso de Queiroz,  
José Gil de Brito,  
José Gomes da Cruz,  
Manoel Simplicio de Carvalho,  
Manoel Verissimo do Nascimento,  
Satcho Malaguas Nunes.

**Médico:** Dr. Juvenio Alves de Souza.

**Agricultores e lavradores**

Agripio Duarte Filho, coronel.  
Dr. Americo Alves Souza,  
Agostinho Verissimo do Nascimento,  
Francisco Nunes de Azevedo, capitão.  
Tito Nuno de Souza, coronel.

**Criadores**

Dr. Americo Alves Souza,  
Agripio Duarte Filho, coronel,  
João Nuno Sento Sê,  
José Martins Ribeiro,  
Leopoldino Nunes Sento Sê, coronel,  
Uindolpho de Lacerda, coronel,  
Manoel Antunes Teixeira Palha, coronel.

**Capitalistas**

Dr. Juvenio Alves de Souza,  
Tito Nuno de Souza, coronel.

**SERRINHA**

(Comarca, município e cidade)

**Comarca de 2.ª entrância.** O município limita-se com os de Itara, Foz de Sant'Anna, Conceição do Coité, Soure e Aracó.  
**Distritos:** Berlingas, Lamarão e Pedro.

**Viação:** Comp. C. F. Fédérax de l'Est Brésilien, Linha Bahia ao S. Francisco, estrada de rodagem para os municípios circunvizinhos.  
**Serras:** Grande, Serrinha, S. Caetano, Silva e Mitoirundo.  
**Rio:** Cassari.  
**Clima:** Quente.

**Culturas:** Algodão e fumo.  
**Industria:** Fabrico de Chapéus de palha de arroz.  
**Flores:** Cedro, itapicura e acoreira.  
**Importação:** Tecidos, ferragens, açúcar, café e maraca.  
**Exportação:** Algodão, fumo, peles, couros e milho.  
**População:** 25.000 habitantes.

**SERRINHA** — Cidade, sede do município e da comarca. É servida pela estação de Rio Branco, da Comp. C. F. Fédérax de l'Est Brésilien. Distâ 234 k. de S. Salvador. 3.000 habitantes.

**REPARTIÇÕES E SERVIÇOS FEDERAES**

**Collectoria Federal**

**Collector:** José de Lima Coutinho.  
**Escrivão:** Pedro Augusto da Silva Caldeira.

**Correio**

**Agente:** Maria Pinheiro Carvalho.  
**Telegraphista:** Francisco Nogueira.

**Estação Meteorologica**

**Observador:** José Calixto da Motta.

**2.ª Linha do Exercito**

**Comendante:** Basilio Cordeiro de Almeida, coronel.

**Tenentes coronéis:**

José Cordeiro de Almeida,  
Antonio Pinheiro da Motta,  
João Carneiro da Silva.

**Majores:**

Emiliano Santhiago,  
Americo Simões Carneiro.

**Capitão:** Antonio Simões Carneiro.  
**1.º Tenente:** Pedro Ferreira da Silva.  
**2.º Tenente:** João Carneiro da Silva.

**Junta de alistamento militar**

**Presidente:** Americo Simões Carneiro, (representando Intendente).  
**Secretario:** Basilio Cordeiro de Almeida.  
**Escrivão:** Paulo Bertholdo.

**Julio Federal**

**Substituto do juiz seccional:** José Carneiro da Silva Filho.  
**Suplente:** Julio Paes Cardoso.  
**Ajudante do procurador da Republica:** Alfredo Maciel.

**REPARTIÇÕES E SERVIÇOS ESTADUAES**

**ADMINISTRAÇÃO JUDICIARIA**

**Juiz da comarca:** Dr. Cyllio Nunes Leal Filho.

**Suplentes:**

José Carneiro d'Oliveira,  
João Eustaquio da Silva.

**Promotor:** Dr. Gennaro Lima Pedreira.  
**Adjunto:** José Simões Carneiro.

**Partidor, contador e Escrivão do Civil:** Cornelio Paes Cardoso.  
**Avaliador:** Manoel Joaquim Oliveira.  
**Official de justiça:** Guilherme Fontoura.

**ADMINISTRAÇÃO POLICIAL**

**Delegado:** Misael Sarmento, ten. da Policia do Estado.  
**Sub-delegado:** João Carneiro da Silva.  
**Suplente:** Tiburcio Oles.  
**Escrivão:** José Paulo.

**COLLECTORIA ESTADUAL**

**Collector:** Joaquim Gonçalves da Silva.  
**Escrivão:** Manoel Geraldo de Oliveira Filho.

**INSTRUÇÃO**

**Inspector escolar:** O Juiz de Direito.  
**Escola nocturna:**  
**Professor:** Simões Carneiro.  
**Escolas pariculares:**

**Professoras:**

Maria Amelia S. Carneiro,  
Joannita Souza.

**ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

**Intendente:** Dr. Agente Pedreira de Freitas, eng. civil.  
**Secretario:** Orlando Carneiro da Silva.

**Conselho municipal:**

**Presidente:** Antonio Pinheiro da Motta.  
**Vice-presidente:** Leobino Cardoso Ribeiro, pharmaceutico.

**Conselheiros:**

José Ferreira de Araujo Oliveira,  
Elpidio Dias de Oliveira,  
Pedro Benevides da Silva,  
Isidro Avelino Queiroz,  
José Cosme Junqueira,  
Clarindo Pereira Lima,  
João Alves de Oliveira,  
Feliciano Ferreira de Oliveira.

**Procuradores:**

Mario Ribeiro Calazero,  
Laudelino da Silva Lopes,  
José Paulo da Silva,  
José Alves Maxi,  
Antonio Vital dos Santos.

**Thesoureiro:** José Simões Carneiro.  
**Advogado:** Dr. Gennaro Pedreira.  
**Fiscal:** José Francisco dos Santos.  
**Zelador do matadouro:** Luciano Santos.

**Zeladores dos jardins:**

José Maria,  
Cicero Moreira.

**Ag. arrecadadores:**

Francisco P. Pinho,  
Thomé Apostolo,  
Manoel Ferreira.

**Guarda-fiscal:** Pol. 1.ª do Estado.  
**Aleridos:** Antonio Vital dos Santos.  
**Porteiro:** João Baptista Pinheiro.

**Comitêrio**

**Comitêrio Parochial.**

**Religião**

**Vigario:** Mario Helberto Fernandes, padre.  
**Sacristão:** Torquato Ferreira.

**Hospitais**

**Hospital de Isolamento.**

**Imprensa**

**Journal de Serrinha,** de Reginaldo Cardoso Ribeiro.

**Associações**

**Philarmônica 30 de Junho.**  
**Republicano Democrata.**  
**Coração de Jesus.**  
**Coração de Maria.**

**Comp. C. F. Fédérax de l'Est Brésilien**

**Linha Bahia ao S. Francisco:**

**Estação de Rio Branco.**  
**Agente:** Guilhem Mala Novet.  
**Ajudante e conferente:** Pedro Bahia.  
**Telegraphista:** Manoel Araujo.  
**Estação de Lamarão.**  
**Kilometro 111.**  
**Kilometro 145.**

**COMMERÇIO, INDUSTRIA E PROFISSOES**

**Açougueiros:**

Freitas & Imlio,  
S. Carneiro,  
Camilo Sant'Anna.

**Advogados:**

Gennaro Pedreira,  
Hildebrando Cordeiro.

**Alfaiates:**

Severiano Leite,  
Domingos Ferreira.

**Algodão:** Fabrica Companhia Emporio Industrial de Bahia.

**Almarrão, lareiras e modas:** Basilio Cordeiro de Almeida.

**Bancos:** Agencie, Antonio Motta.

**Agencia do Banco da Bahia.**

**Barbeiros:**

João Marinho de Oliveira,  
Oraciano Bispo.

**Bilhete:** Reginaldo Ribeiro.

**Botequim:** Adalina.

**Café (Torrefacção de):** José Alves da Silva.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil<sup>129</sup><sup>129</sup> Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=90552&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 10 jan. 2023.

## 5 A CIDADE DE SERRINHA SE TRANSFORMA EM UM CENTRO URBANO

A chegada da estrada de ferro possibilitou Serrinha ser um centro econômico e social que passou a alcançar outras regiões próximas, garantindo-lhe uma centralidade. Serrinha muda de posição. O que era caminho, virou destino; o que era família, virou comunidade; e o que era troca virou comércio. A estrada de ferro, portanto, trazia os elementos necessários para mudar um centro familiar em uma unidade urbana: em uma cidade.

Os anos 1930 e 1940 transformam completamente o rumo das cidades, no Brasil e no mundo. A industrialização e a implementação de processos tecnológicos de produção passam a pautar a mudança e o rumo das pessoas, saindo da zona rural para os destinos urbanos.

Em Serrinha, a introdução dos arados produzidos industrialmente e das primeiras plantadeiras manuais causou uma grande revolução. Além disso, as Caixas de Apoio, que geravam crédito para os agricultores, permitiam uma nova chance aos produtores, que agora centralizavam seus negócios a partir da cidade que se alinhava ao trem. Indo ao sertão, ou voltando para a sede do estado, Serrinha servia como ponto importante de apoio e troca.

O fenômeno que permitiu a centralidade em Serrinha tem relação direta com a construção da estrada ferro. Mas outros fenômenos, correlatos e contemporâneos, vêm consolidar esse processo de nucleação. A expulsão dos moradores da zona rural estará entre eles. O processo de produção agrária, ao demandar menos mão de obra no campo, permitindo uma solução para a cidade também. Mas, ao contrário do que se pode pensar, o processo político, com redução da influência dos homens do campo, será o mais significativo.

Sobre o tema, escreve José Murilo de Carvalho, um dos mais abalizados pensadores brasileiros, em termos que se ajustam com a situação de Serrinha:

O ano de 1930 foi um divisor de águas na história do país. A partir desta data, houve aceleração das mudanças sociais e políticas, a história começou a andar mais rápido. No campo que aqui nos interessa, a mudança mais espetacular verificou-se no avanço dos direitos sociais. Uma das primeiras medidas do governo revolucionário foi criar um Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A seguir veio vasta legislação trabalhista e previdenciária, completada em 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho. A partir deste forte impulso a legislação social não parou de ampliar seu alcance, apesar dos grandes problemas financeiros e gerenciais que até hoje afligem sua implementação. (CARVALHO, 2014, p. 91)

Mas se esses eram os fenômenos nacionais que permitiam uma mudança na política, havia outras que atendiam às situações locais. Não se pode falar, naquele momento de Serrinha, em processo de industrialização. Contudo, inegavelmente, a virada dos anos 1930 e todo o



período que segue a Segunda Grande Guerra Mundial e as transformações que se seguiram deram chance a uma mudança nas localidades em transição – de pequenas fundações para verdadeiras cidades.

Os fenômenos que acontecem no idos dos anos 1930 são surpreendentes. No exterior, a crise da bolsa de valores de 1929, atingiu o mundo todo por tabela. O processo de criação econômica fundada na venda de ações supervalorizadas caía e, com isto, diversos segmentos industriais encontrariam um colapso sistemático.

O processo de industrialização, por outra via, que alcançava o comércio mundial, vinculando-se nos países que satelitizavam a economia americana, veriam efeitos diversos do processo<sup>130</sup>. Tudo isso deve ser somado, no caso de Serrinha, ao processo de funcionamento da estrada de ferro, que levava e trazia as novidades: fossem da indústria, da agricultura, da guerra, dos jornais, do movimento dos povos.

Ao se falar em processo de industrialização, talvez, as mensagens percebidas, naquele período, sejam muito maiores. Queda de poder dos coronéis e das lideranças patriarcais locais; movimento em função do padrão da agricultura, com chances para o início de produção em escala; movimentação das populações, em início de mudanças migratórias. Todos esses fenômenos juntos e aliados permitiram um novo redesenho no cenário nacional, com a Revolução de 1930<sup>131</sup>. Não era por acaso que Getúlio Vargas ascenderia a um governo capaz de ficar por quinze anos à frente do país. Todos esses movimentos são contemporâneos do

---

<sup>130</sup> Entre as novas introduções, econômicas, políticas e sociais, que vão fazer reverberar o pensamento dos anos 1960, está o pensamento do francês Henri Lefebvre (2011), que comenta sobre os desafios vividos na construção da cidade. No dizer do pensador, espelhando aquele momento, vivia-se uma transformação da cidade: Para apresentar e expor a ‘problemática urbana’, impõe-se um ponto de partida: o processo de industrialização. Sem possibilidade de contestação, esse processo é, há um século e meio, o motor das transformações na sociedade. Se distinguirmos o indutor e o induzido, pode-se dizer que o processo de industrialização é indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir a crescente importância dos lazeres e das questões relativas à ‘cultura’. (LEFEBVRE, 2011, p. 11)

<sup>131</sup> Menção ao movimento que acontece com a chegada de Getúlio Vargas em 1930 ao poder: “A chegada de Getúlio Vargas ao poder se deu por meio da Revolução de 30, que pôs fim ao domínio político das elites paulista e mineira. Durante anos, esses dois estados dominaram a política brasileira, através de um sistema de alternância de poder na Presidência da República. Essa aliança ficou conhecida como ‘República do Café com Leite’, em alusão à produção de café e leite que era base econômica desses dois estados, respectivamente. A partir dessa aliança, as elites oligárquicas garantiam seus interesses econômicos por meio de uma política externa agroexportadora. Em 1930, no entanto, o então presidente Washington Luís (paulista) rompeu com a aliança que sustentava a República do Café com Leite, ao nomear outro paulista para a presidência. Em represália, o governador de Minas Gerais, juntamente com os estados da Paraíba e do Rio Grande do Sul, formaram a Aliança Libertadora (AL), com o objetivo de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de seu sucessor. Faziam parte dessa aliança as oligarquias desses estados e militares. Assim, o gaúcho Getúlio Vargas chegou ao poder por meio do Golpe de Estado organizado pela Aliança Libertadora, comumente chamado de **Revolução de 30**. A partir de então inicia-se o Governo Provisório de Getúlio Vargas – intitulado dessa maneira por haver expectativa de que novas eleições fossem convocadas”. (MORAES, 2022, n.p.]. Informação disponível em: <https://www.politize.com.br/era-vargas/>. Acesso em: 20 set. 2022.

período econômico e social que funcionou em Serrinha. A cópia dos modelos nacionais e estaduais se repetiam nas ações locais.

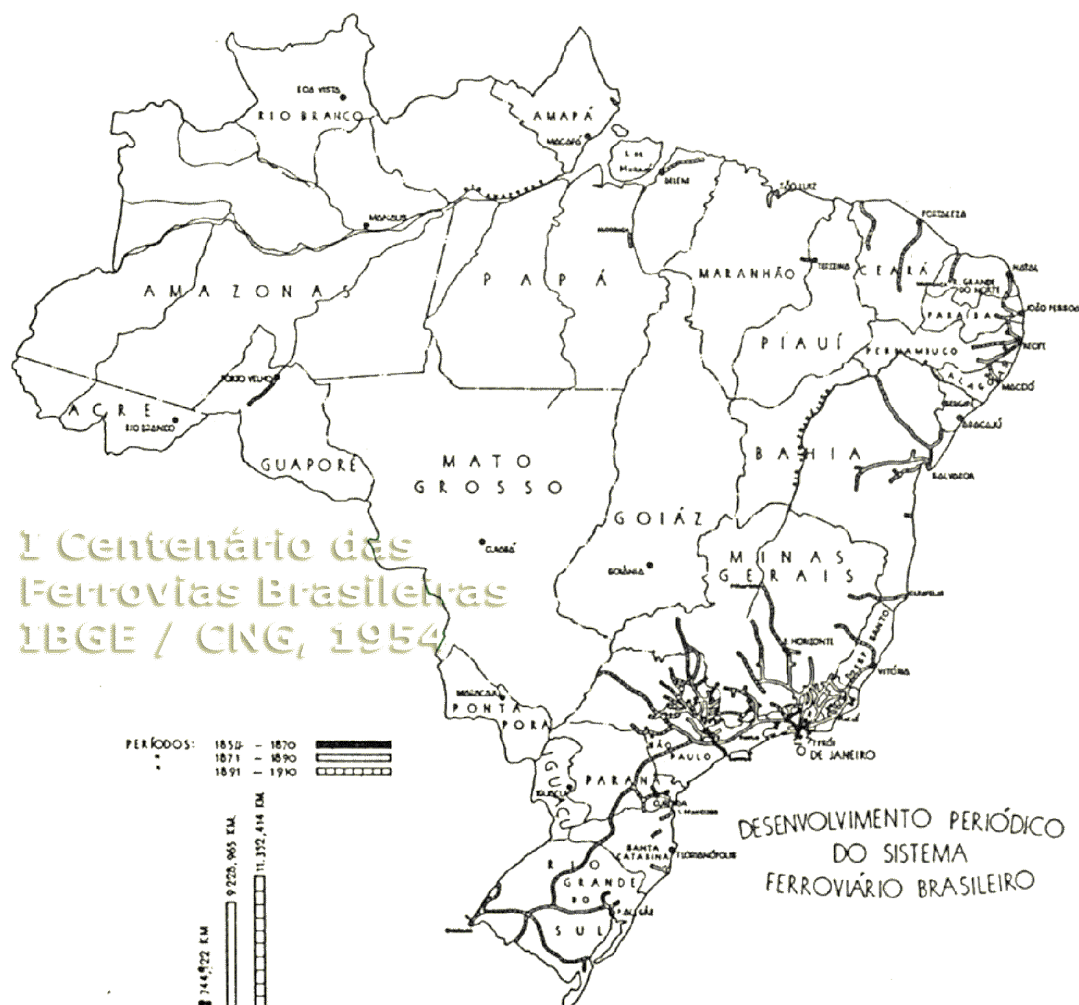
O fenômeno de transformação indicando a construção de cidades é múltiplo, e tem razão de ser na capacidade local de aproveitar oportunidades na conexão com seu entorno. Ser cidade, nesse caso, significa saber falar com os seus e os outros. Foi isso que permitiu à Serrinha transformar-se em um centro de conexão local, recebendo populações exteriores que vêm formar novos destinos, mas também, no seu entorno, falando com a população de outras cidades, ligadas pelo trem ou ligadas em função do trem. Aqueles que precisavam usar a rede para se comunicar com o centro, nas cidades que ficam ao entorno de Serrinha, e aqueles que se vinculam através da linha férrea para falar com quem vai e volta da capital para Juazeiro e Pernambuco.

Melhor, nos idos dos anos 30, era possível se deslocar por diferentes caminhos a partir das estradas de ferro. Isso possibilitava à Serrinha se comunicar com diversos pontos do Brasil a partir da estrada férrea. Ir a Feira de Santana, Vitória da Conquista, Juazeiro, Jequié, Ilhéus – as principais cidades da Bahia, ou mesmo chegar a Minas, Pernambuco, São Paulo já não era impossível.

Era um momento em que Serrinha, além das fronteiras locais, agora alcançava diversos pontos do Brasil. Serrinha se tornava um local de alcance nacional.

O mapa a seguir (Figura 38), embora date de 1910, dá uma visão da implantação da rede ferroviária nacional, na qual a cidade de Serrinha já estava inserida.

**Figura 37 – Mapa das estradas de ferro existentes em 1910**



Fonte: Viação Férrea Centro Oeste (2010)<sup>132</sup>

As mudanças que ocorreram no início dos anos 1930 foram profundamente influenciadoras em diversas órbitas da vida brasileira. Nos municípios os movimentos políticos e econômicos, que afligiam o mundo e o Brasil, chegaram com maior ou menor intensidade, conforme a sua proximidade do centro do poder. Em Serrinha, Tasso Franco recomenda:

Encerra-se aqui a fase do coronelismo serrinhense e, de resto, na maioria dos municípios do País. A ascensão da Aliança Liberal e dos tenentes ao poder modificaram o quadro com a nomeação de prefeitos indicados pelos interventores nos Estados. Era o fim (aparente) do domínio oligárquico da República Velha e da política dos governadores que mantivera dois Estados (São Paulo e Minas Gerais), no comando da nação. Na Bahia, o governador eleito tinha sido Pedro Lago mas este não assumiu. Foi nomeado por Getúlio

<sup>132</sup> Foto disponível no portal da Viação Férrea Centro Oeste (VFCO). Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/Planos-Ferrovios/evolucao-da-rede-de-estradas-de-ferro-1910.shtml>. Acesso em: 20 dez. 2022.

Vargas o comandante da VI Região Militar, general Ataliba Jacinto Osório, provisoriamente, até a indicação do prefeito de Salvador, Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral, que governou entre 01 de novembro de 1930 e 18 de fevereiro de 1931. (FRANCO, 1996, p. 103)

Os efeitos dos movimentos sociais e econômicos que explodiram no Brasil desde 1922 e evoluíram para uma ruptura que modificou a atividade política, trouxe consequências econômicas e sociais. Meirelles menciona que a edição da Constituição de 1934 foi para o municipalismo algo como “um renascimento” (2017, p. 39). Foi nesse caminho que a Carta primeira da década de 1930 sugeriu que não bastava autonomia. Era necessário também que o município tivesse recursos e respeitabilidade para execução de seus interesses. Desse modo, ficou estabelecido naquele momento em princípio constitucional: “[...] em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse, e especialmente a eletividade do prefeito e dos vereadores, a decretação de seus impostos e a organização de seus serviços (art. 13).” (MEIRELLES, 2017, p. 40).

## 5.1 O ESPAÇO OCUPADO PELA CIDADE DE SERRINHA

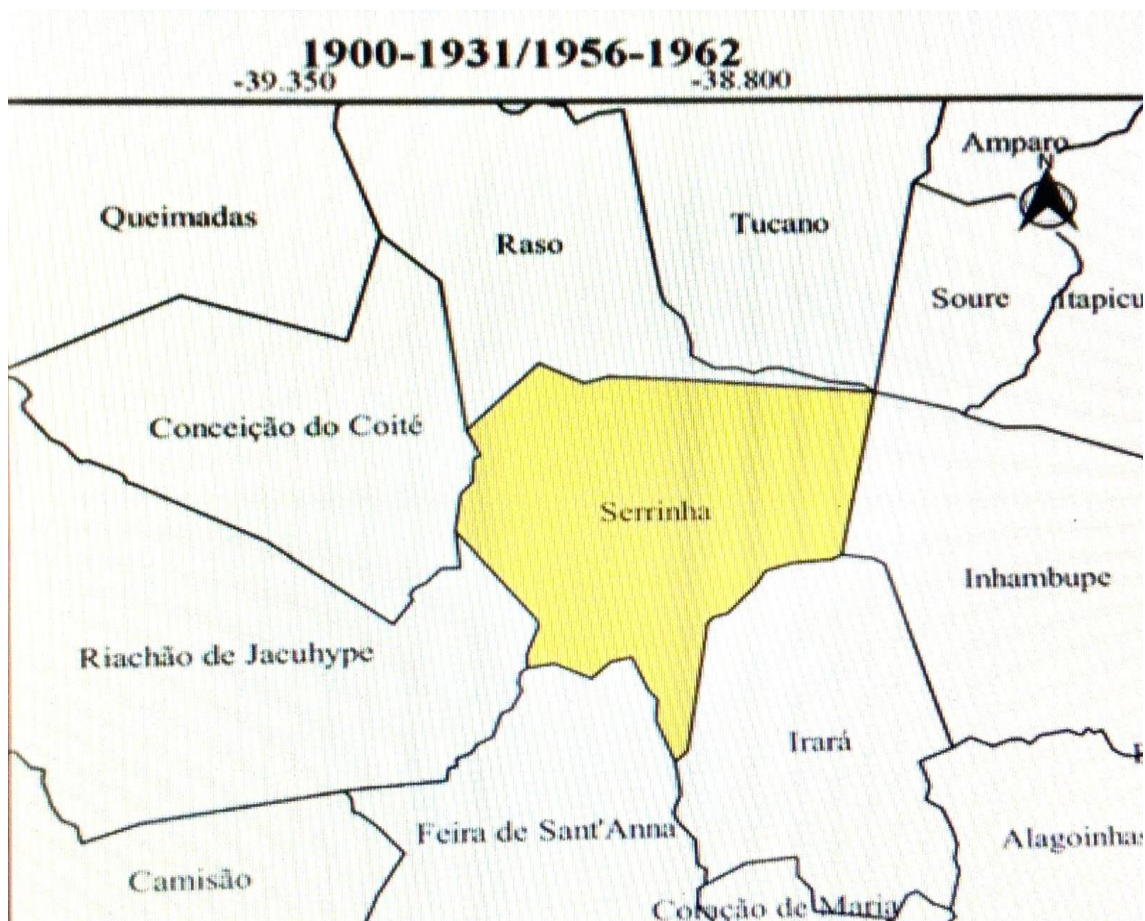
A ocupação territorial de vai sendo modificada conforme eventos que sucedem em sua vida política. Originalmente o território municipal é construído a partir da sede, de sua zona rural e duas regiões que, ao seu entorno, transformam-se em locais de ocupação mais urbanizados. Os fenômenos, entretanto, que marcam Serrinha, desde a sua fundação até o começo da República movimenta-se como ponteiros de horas no grande relógio que marcam as ações dos homens no espaço, se movimenta como se estivesse contando as horas. No transcurso século XX, entretanto, os ponteiros se movem à velocidade de marcadores de segundos. O processo de industrialização e a revolução nas cidades, que recebe imensa população, a vida nas urbanidades tem a pressão de novos tempos urgentes.

Nesses ciclos de transformação, é útil lembrar que nem mesmo a população serrinhense se pensava como unida por uma vila ou cidade, quiçá, como centro “exportador de cidades”. Seu desenho original se baseava em um ajuntamento de comodidades familiares, a princípio impossíveis de serem unidos como um município. A transformação que Serrinha abarca, como não poderia deixar de ser, um movimento de organização e funcionalidade urbana, que vai alcançando seu entorno.

Criada a partir do movimento de Bernardo da Silva, em que a fazenda onde se formaria Serrinha seria convertida em cidade; outras fazendas do seu entorno também se converteram em povoados. Alguns com o incentivo das próprias famílias fundadoras de Serrinha, que se espalharam como descendentes de Bernardo da Silva.

Assim, originalmente sem povoados reconhecidos legalmente – embora a existência de Beritingas e Pedras era historicamente reconhecida – a partir de 01 de setembro de 1920, conforme registra o IBGE ([2010a]) são mencionados Pedras e a própria Serrinha. Lamarão é reconhecido e anexado à Serrinha, como distrito em 1922, pela Lei Municipal 148 de 14 de agosto de 1922, aprovada pela Lei Estadual 1.631, de 26 de julho de 1923. Em 1933, Serrinha era constituída por três distritos: Serrinha, Beritinga e Lamarão.

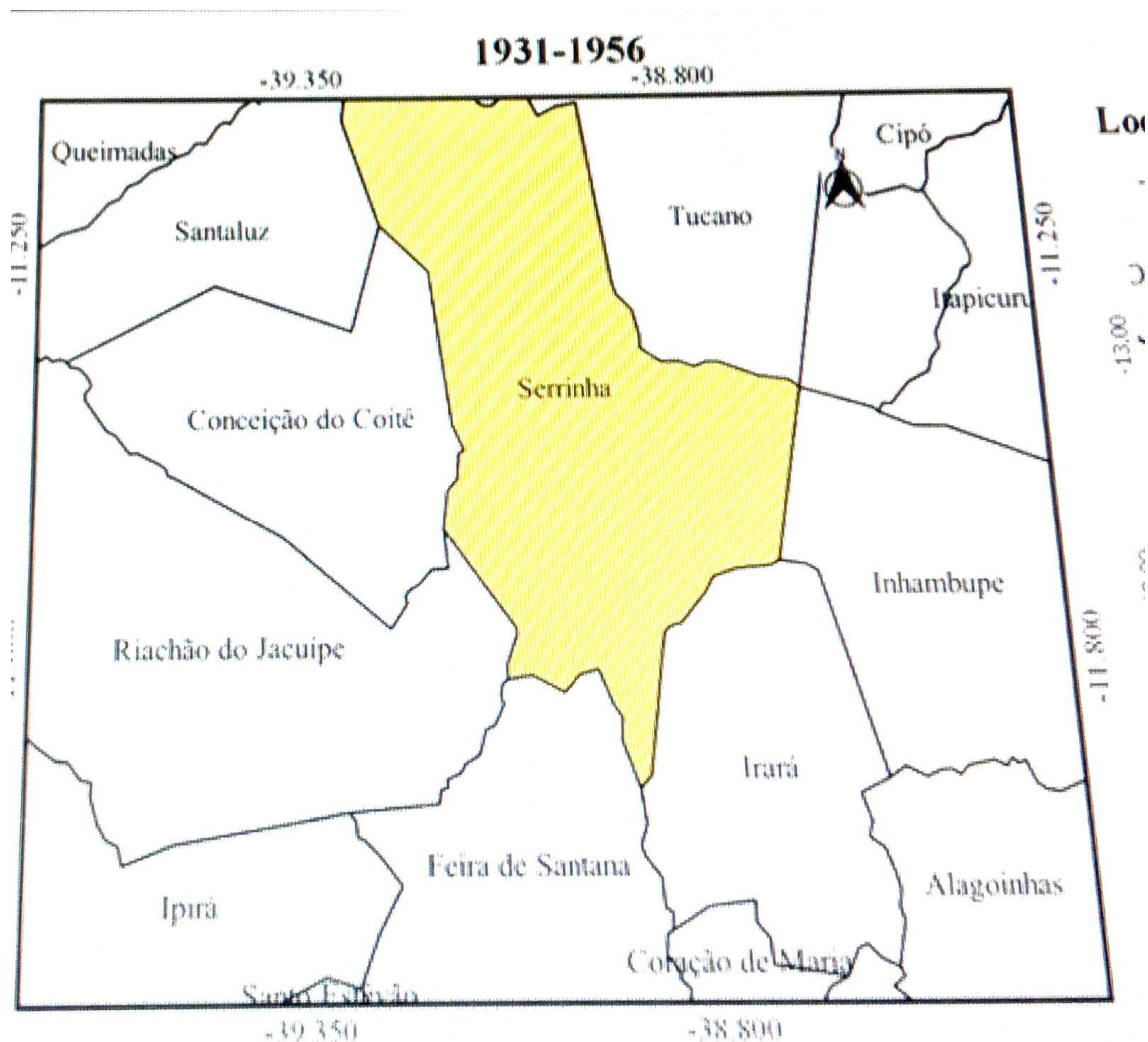
**Figura 39** – Mapa do território municipal de Serrinha e municípios vizinhos



Fonte: SEI (2010).

Em 30 de novembro de 1938, por conta do Decreto Estadual nº 11.089, Serrinha recebe do município de Tucano o distrito de Araci. Este, aliás, formado por descendentes diretos de Bernardo da Silva. Tucano fora fundado diretamente pelos mesmos descendentes de Serrinha.

Entre 1939 e 1943, o município de Serrinha é reconhecido como tendo então quatro distritos: Serrinha, Araci, Beritingas e Lamarão. Duas sutis mudanças ocorrem seguidamente: primeiro, a partir do Decreto-lei estadual de 31 de dezembro de 1944, passou-se a grafar Biritinga, retirando a letra “e” do nome. Em seguida uma nova organização territorial, definida em 30 de dezembro de 1952, estabeleceu mais dois novos distritos integrantes do município de Serrinha: Barrocas e Itapiru (Lei Estadual no. 628) (IBGE (2010)).

**Figura 40**– Divisões territoriais – Município de Serrinha ao centro

Fonte: SEI (2010).

O processo que se desencadeia a partir de Serrinha representa um fenômeno próprio da industrialização e do urbanismo que se observa no mundo e no Brasil. A movimentação das pessoas em direção às cidades é mais óbvia nesse momento, face as localidades mais próximas. Em 1955, no município existiam seis distritos: Serrinha, Araci, Barrocas, Biritinga, Itapiru e Lamarão.

Com isso, a partir de Serrinha, os seus distritos vão se apresentar em breve como novas cidades; a Lei Estadual nº. 863, de 14 de novembro de 1956, desmembra do município de Serrinha o distrito de Araci, que merece detalhe pela vinculação original com a família de Serrinha, com as origens de Bernardo da Silva.

Nesse registro vale ser lembrado que “Araci foi fundado pelo Capitão José Ferreira de Carvalho no ano de 1812. Este cidadão residia na fazenda Serra Grande, município de Serrinha.

Era filho de Manoel Ferreira Santiago e Maria Conceição, tendo nascido no ano de 1873.” (LIMA, 1985, p. 55). Bem se vê que pertencia à família dos Santhiagos, descendentes diretos de Bernardo da Silva. A aquisição de vinte léguas de terra se deu junto aos descendentes do próprio Guedes de Brito, como relata Carvalho Lima em sua obra sobre Araci:

Resolveu, então, comprar ao Sr. Paulo Rabelo, residente na então vila de Entre Rios, umas vinte léguas de terras quadradas. O Sr. Paulo Rabelo era descendente de Antônio Guedes de Brito, fundador da Casa da Ponte, vizinha à Casa da Torre de Garcia d’Ávila, tendo estes últimos vindo de Portugal em companhia de Tomé de Souza, 1º Governador Geral do Brasil, em 1549. Aquelas vinte léguas de terra eram então caatinga bruta onde só existiam animais bravios, como onças, veados etc. Mudou-se então José Ferreira para a terra recém adquirida, vindo todos os filhos, em número de nove, desbravar a selva e cultivar o solo de parte da terra que hoje é conhecida por Araci. Aqui chegando, edificou uma pequena casa no local onde hoje fica o curral junto ao Tanque Novo. Poucos meses depois, começou a construção de outra casa, muito maior que a primeira, a qual é a que fica no Largo do Sossego, de propriedade de Domiciano de Oliveira. Trouxe também em sua companhia grande número de escravos, que adquirira segundo a lei da época. Para eles edificou também várias casinhas. Mudou-se para a nova casa construída, pois era maior que a primeira e mais confortável, entregando a outra a um dos seus escravos. Com auxílio destes, e seu incansável labor, iniciou um grande e selecionado criatório de gados de muitas espécies, cujos exemplares trouxera de sua fazenda Campo Limpo. (LIMA, 1985, p. 15)

A iniciativa de divisão do território de Serrinha em outras unidades seguia, como se disse, uma sequência de crescimento e aproveitamento das unidades urbanas. Evidente, a aproximação da metade do século XX trouxe uma margem para a construção de novas municipalidades. Nesse sentido, Carneiro da Silva menciona sobre a expansão dos municípios no Brasil:

O processo decorrente deste movimento em direção às cidades resultou também numa corrida inegável pela criação de municípios, o que gerou saltos constantes no número de municípios, fazendo termos no Brasil, dos pouco mais de 1.500 municípios nos anos 1940, para os quase 6.000 municípios atuais. Bem verdade, a população brasileira neste transcorrer cresceu dos pouco mais de quarenta milhões para os atuais cento e noventa milhões, ou seja, um aumento de também quase quatro vezes. Mas devemos considerar que este crescimento, muito mais do que convertido em ascendência sobre as cidades em detrimento do campo, gerou uma grande concentração em algumas cidades, trazendo em contrapartida certo declínio das pequenas localidades<sup>133</sup>. (CARNEIRO DA SILVA, 2016, p. 27)

---

<sup>133</sup> O Autor apresenta uma tabela que mostra o crescimento do número de municípios no Brasil (vide CARNEIRO DA SILVA, 2016, p. 34).



Essa expansão de municípios, que acontece em todo o Brasil e atinge Serrinha, vai gerar, sequentemente, em 23 de abril de 1962, por conta da Lei Estadual nº 1.684, o desmembramento de Biritinga. Em seguida, pela Lei Estadual nº 1685, de 23 de abril de 1962, vem o desmembramento do distrito de Itapiru, transformando-se no município de Teofilândia; sendo, por fim, em 20 de julho de 1962, o desmembramento do distrito de Lamarão, ocorrido sob os auspícios da Lei Estadual nº 1.737. Barrocas teve sua elevação em período bem posterior<sup>134</sup>.

A criação de municípios a partir do território original de Serrinha vai gerar um outro fato bem típico: a variação da população serrinhense que, apesar do tempo, não progride, devido os desmembramentos. A Tabela bem demonstra esse fato:

**Tabela 6 – Evolução populacional de Serrinha**

Ano	Serrinha	Bahia	Brasil
<b>1940</b>	45.842	3.918.112	41.236.315
<b>1950</b>	68.413	4.843.575	51.944.397
<b>1960</b>	56.538	5.677.111	70 070 457

Fonte: IBGE (2010).

Mas o fator que vai mudar profundamente a vida de Serrinha nesse período posterior aos anos 1930 é a construção da estrada rodoviária que, passando por Serrinha, lhe permitirá o acesso por todo o Brasil.

## 5.2 A CONSTRUÇÃO DA RODOVIA TRANSNORDESTINA – BR 116 OU RIO - BAHIA

Novamente um fenômeno exterior vem posicionar a vida de Serrinha de modo completamente diverso daquilo que seus esforços locais poderiam ponderar. Afinal, se as ligações ocorridas com o exterior de Serrinha aconteciam, nos primórdios da sua fundação, a partir dos caminhos das boiadas, a estrada de ferro permitiu um passo importante, na medida em que levava pessoas e a economia local para o centro econômico da Bahia.

Depois de mais de cinquenta anos servindo-se do sistema de transporte a trilhos, inclusive mudando seu traçado urbano, situações que ultrapassam os limites da localidade serrinhense, tendo como origens fatores completamente exteriores, as rodovias chegam a Serrinha. Os anos 1930 parecem trazer uma mudança para o Brasil capaz de alcançar algumas

<sup>134</sup>Barrocas, também distrito de Serrinha, sofreu um duplo processo. Foi emancipado em 1985. Todavia, por conta da declaração de inconstitucionalidade, somente voltou a condição de município em 30 de março de 2.000, em função da Lei 7.620 (IBGE, 2010).

localidades com muita força: começam a encerrar um ciclo, em que o trem perde espaço como sistema de transporte para o automóvel. O caminho para essa mudança não foi simples, mas foi fruto de uma mudança mundial, muito influente no Brasil e responsável por trazer soluções em relativo pouco tempo para Serrinha. Estava aberto o caminho para as rodovias<sup>135</sup>.

Uma das obras mais importantes para a interligação brasileira foi a construção de duas rodovias, longitudinais, que ligam o sul do país ao norte; mais especificamente, o nordeste. A primeira destas estradas vai ser conhecida pelo código de registro BR-116. A segunda, conhecida como BR-101, vai levar trânsito em linha paralela ao mar.

A construção da BR-116, conhecida, na região do leste e nordeste, como transnordestina, pretendia ligar pelo interior, numa linha que se assemelha aos caminhos do gado dos séculos XVII e XVIII. A estrada toma caminhos que em muitos casos fazem um corte longitudinal, paralelo ao mar e à linha férrea.

---

<sup>135</sup> O pesquisador João Fortini Albano, em trabalho exclusivo na rede mundial de computadores, escreveu sobre o processo de formação de estradas e veículos. Afinal, ambos se encontram no mesmo objetivo, mas decorrem de esforços separados [...] Mas é a partir de 1910, com a introdução dos veículos automotores que poderá se ver a expansão das estradas. Em 1937 é criado o DNER. Em 1950 o Brasil contava com cerca de 960km de estradas. O estudioso propõe um cronograma que demonstra a velocidade da implantação do sistema de transporte rodoviário no Brasil e sua expansão [...]:

1868 - 9 de outubro, inaugurada no Rio de Janeiro a primeira linha de bonde no Brasil, eram puxados por tração animal;

1891 - Henrique Santos Dumont (irmão de Alberto) trouxe de Paris o 1º carro a circular no país, em São Paulo. Peugeot com motor *Daimler* de patente alemã;

1894 - 12 de maio, inaugurado o primeiro bonde elétrico, na cidade do Rio de Janeiro [...];

1910 - Decreto n.º 8.324 aprova o regulamento para o serviço subvencionado de transportes de passageiros ou mercadorias por meio de automóveis industriais, ligando dois ou mais Estados da União ou dentro de um só estado;

1919 - Em 24 de Abril, a *Ford Motor Company* em Detroit (EUA) decide criar subsidiária no Brasil. Em 1º de Maio, início das atividades da Ford no Brasil. - Primeira sondagem oficial de petróleo, em Marechal Mallet, no Paraná, foi abandonada no ano seguinte;

1921 - Inauguração da linha de montagem (*Ford*) em SP. - 26 de dezembro, Lei n.º 1.835-C cria, na Diretoria de Obras Públicas, uma inspetoria de Estrada de Rodagem, estabelecendo normas para o estudo, construção e conservação, segurança e policiamento das estradas de rodagem (“Lei Magnífica”);

1925 - Montagem Linha GM; 1928 - 24 de julho, Decreto n.º 18.323 cria a “Polícia de Estradas” e define as regras de trânsito rodoviário da época;

1930 - “GOVERNAR É ABRIR ESTRADAS”. Frase do presidente Washington Luiz Pereira de Souza. - A partir de 1930, as placas de trânsito começaram a ser implantadas no Brasil;

1938 - Decreto-lei n.º 395, de 29 de abril, Getúlio Vargas criou o Conselho Nacional de Petróleo – CNP. - 15 de dezembro, o interventor federal do Estado Sr. Manoel Ribas, criou o Departamento do Serviço de Trânsito (DST) - atual DETRAN/PR, ligado a Polícia Civil;

1939 - Início da construção da rodovia que liga Rio - Bahia (BR-393/BR-116), foi a primeira estrada brasileira de longo percurso e a primeira via efetiva de integração nacional;

1941 - 28 de janeiro, Decreto-lei n.º 2.994 institui o primeiro Código Nacional de Trânsito. - 25 de setembro, Decreto-lei n.º 3.651 dá nova redação ao Código Nacional de Trânsito. Ficam criados o Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, com sede no Distrito Federal e subordinado diretamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e os Conselhos Regionais de Trânsito – CRT, nas capitais dos Estados, subordinados aos respectivos governos; 1950 - A *Volkswagen* começa a montar o VW Sedan, o popular “Fusca”, com componentes importados da Alemanha; [...]. (ALBANO, [2000], p. 6-7)

Tasso Franco, em artigo publicado em jornal eletrônico, menciona que a estrada foi capaz de mudar o traçado urbano da cidade, impondo um caminho novo de entrada e saída de veículos, passageiros e cargas, capazes de criar, inclusive, um novo bairro, que guarda um nome peculiar à sua formação e origem, o bairro da Rodagem. Assim ele menciona a criação do novo bairro:

O bairro da Rodagem, em Serrinha, tem seus primórdios com a construção da BR-116 (Rio Bahia Norte) a partir de 1932 no governo Getúlio Vargas, interventor Juracy Magalhães, na Bahia e, em Serrinha, gestão do prefeito André Negreiros Falcão (1930/1938, nomeado).

Essa rodovia ligando o Ceará ao Rio Grande do Sul, a maior do país com 4.486 km, modificou o modelo de transportes no Brasil e marcou o conjunto de grandes projetos do presidente Getúlio Vargas (1882-1954). Inaugurada em 9 de novembro de 1941, a então Estrada Federal Getúlio Vargas construída pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), teve diferentes nomes pelos dez estados que atravessou.

**O trecho Fortaleza a Feira era conhecido como Transnordestina e foi inaugurado em 1933. A Feira-Rio (1948), a Rio-São Paulo (1951), a duplicação da Dutra (1967), a duplicação da Regis Bitencourt (2010). A estrada vai de Fortaleza e Jaguarão, RS, na fronteira com o Uruguai. Hoje, está totalmente pavimentada e o trecho entre Serrinha a Feira de Santana (BR-116 Norte) está sendo duplicado. (FRANCO, 2021, n.p.)**

Em 1932 iniciam-se as obras que iriam ligar Serrinha ao distrito do Raso – atualmente município de Araci. Nesse período o sertão enfrentou uma grande seca, a seca de 1930<sup>136</sup> que se aprofundou até 1933. Naquele momento as obras destinadas a construir a estrada que daria extensão à ligação nordeste trouxeram para Serrinha diversos operários, mesmo que ausente de máquinas, ainda não disponíveis no período; bem diferente da força de trabalho andarilha que se socorria de qualquer atividade para sobreviver.

Interessante notar que as pessoas locadas naquela obra ficaram posicionadas ao norte da cidade, justamente na saída de Serrinha e nos locais com solos mais frágeis; diferente do que se encontra na saída/entrada sul da cidade, ou por onde chegava à estrada que vinha de Feira de Santana. Esse fato fez gerar um movimento cíclico na distribuição e avanço urbano bem interessante. A cidade deslocava seu movimento urbano para o movimento noroeste e, diante

---

<sup>136</sup>Segundo o Eng. Manoel Bomfim Ribeiro, autor do artigo - *A seca no estado da Bahia*: “Fizemos, pessoalmente e por curiosidade, uma regressão com o perfil senoidal das secas acontecidas desde a chegada de Tomé de Sousa ao Brasil. A coincidência foi magistral, a cada 26 anos a senóide entra no seu ramo descendente apontando exatamente as secas ocorridas na região em séculos passados. Exemplificamos só algumas: 1582/84-1777/80-1877/80 -1930/33 1957/59 e por aí vai a ciclotria das secas.”. (2012, n.p.). Texto veiculado pelo portal *Bahia Notícias*, disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/artigo/451-a-seca-no-estado-da-bahia>. Acesso em: 13 nov. 2022.

da chegada da nova rodovia, toma-se caminho para o sentido nordeste, fazendo com que o significado da bússola fosse muito importante para a ressignificação da cidade.

Mas esse processo de mudança teve seu preço. As mudanças dos rumos da cidade foram indefectíveis e mostraram que as realidades externas puderam transformar os caminhos de todo o povo da cidade. Serrinha começava a ceder o sistema de transporte ferroviário e aproveitar-se do movimento rodoviário, na velocidade e forma que o próprio Brasil e o mundo lhe apresentavam. Nesse sentido é possível ver a memória de Carneiro da Silva sobre a chegada do novo sistema de transporte:

Entretanto, a chegada de outra novidade faz mudar os destinos da cidade de Serrinha. A rodovia que passa a ser construída, ligando Feira de Santana ao nordeste brasileiro, atrai o movimento da cidade para o eixo nordeste. Sendo este eixo aquele que liga Serrinha a atual Teofilândia e Araci, ambos distritos, seu crescimento se dá neste sentido. Vale a pena lembrar que este destino para Feira de Santana, até então, só era alcançado por via de burros ou animais de carga. Por isto, o destino sul da cidade era muito pouco encaminhado. Com a construção da rodovia que formou, mais tarde, o eixo norte sul (BR 116), a cidade voltou-se para o desenvolvimento leste e depois sul (Figura 4).<sup>137</sup> CARNEIRO DA SILVA, 2018, p. 71)

As mudanças que perpassavam Serrinha, após a chegada da nova rodovia, eram pouco significativas aos olhos de seus habitantes, uma vez que demandavam um tempo para que se operassem em resultados efetivos. Mas aconteciam brutalmente no âmago da cidade, fazendo com que muitos sentissem seus efeitos. A importância dos ferroviários, que formaram uma classe social, transportada, agora, perdia importância para os caminhoneiros e aqueles que cercavam suas atividades – mecânicos, apoiadores, borracheiros, vendedores de carros e veículos. A categoria de profissionais ligados ao sistema ferroviário deixa seu espaço e perde a estatura social em prol de novos que iam invadindo os espaços deste novo mercado. O

---

<sup>137</sup> Continuação as observações de Carneiro da Silva: “Tanto é influente esse equipamento, para a época, que importantes vetores de crescimento emergem em bairros novos que se formam no transcorrer dos anos 1940 e 1950, culminando com a introdução de uma imagem de Senhora Santana, feita pelo município (Vide Figura 15). Ou seja, a atração da estrada fazia com que o destino da cidade se vinculasse a locais nunca antes ocupados, entre eles, a própria área onde está situada a imagem da Santa.

Essa região receberá, nos anos seguintes, diversas casas de população de baixa renda, como também passará a ter locais de difícil acesso e sem nenhum tipo de atendimento de serviços, por parte da prefeitura. A área em que chegavam as tropas de carga, os caminhões e os pequenos produtores acabou por ser ocupada de forma desordenada, mantendo-se, ainda hoje, em núcleos com alta densidade populacional com baixa regularidade dos ocupantes.

Os planos de desenvolvimento da cidade, no transcorrer do final do século XIX e XX, dirigem-se, basicamente, a conformar o movimento de praças e equipamentos urbanos, sem buscar solução que pudesse atender às demandas de desenvolvimento da cidade, conforme menciona Franco (1996) ao desenhar as principais ações de seus interventores e prefeitos.” (CARNEIRO DA SILVA, 2018, p. 40)

sindicalismo próprio dos ferroviários, sua posição destacada no seio de cada uma das cidades em que viviam deixava de ser espaço promissor de elevação social.

A própria cidade ia se rendendo aos novos caminhos. O comércio ligado à estação ferroviária, composto de hotel, restaurantes e equipamentos voltados para aqueles que ficavam presos nas horas da parada do trem, mudava-se para receber agora os caminhões e veículos de transportes novos. As mudanças dos anos 1930 eram espetaculares para Serrinha: enquanto diminuía, lentamente, o movimento do trem, aparecia e ganhava importância a atuação dos caminhões.

Impôs-se um novo traçado urbano que respeitava a economia e o movimento que surgia com o novo meio de transporte. Era criado um bairro popular habitado por pessoas pobres que tinham como razão a sua utilidade para a “rodagem”, afinal era sequência de seu traçado. Tasso Franco assim menciona sobre o novo bairro:

***A designação vem do fato que de a estrada se chamava Estrada de Rodagem (de roda, movimento das rodas dos tratores e depois dos veículos automotores) e foi abreviado para bairro da Rodagem.***

***O trecho saía de Feira de Santana, passava por Santa Bárbara e daí, num retão, chegava a Serrinha atravessando o povoado do Alto, as terras do Matão, a localidade atual de Baú até chegar a cabeceira do campo de aviação e seguir em direção ao centro passando pela atual Av. ACM, Praça Luis Nogueira, Rua Direita e atual Av. Manoel Novaes daí em direção a Pedra (Teofilândia). Havia, na década de 1950, dois postos fiscais na área urbana de Serrinha, um deles nas proximidades do atual Hospital Antunes, com dois mourões e uma corrente; e o segundo nas proximidades do atual Ponto do Araci, em frente a uma madeireira, também com mourões e corrente.***

***(FRANCO, 2021, n. p.)***

**Figura 41** – Fotografia da Rodovia Transnordestina no trecho Serrinha para Araci, datada de 1935



Fonte: IBGE (2010).

Agora os caminhões que vinham de Feira de Santana – leia-se sul do país – adentravam em Serrinha e aproveitavam a estrutura da cidade para pousar, alimentar-se, abastecer, fazer serviços de reparo. Esse fenômeno acontecia também para quem vinha de Pernambuco, aproveitando-se as cidades do transcurso: Tucano, Euclides da Cunha, Canudos, Macururé, Chorrochó e Abaré, até as margens do Rio São Francisco, mais a jusante do destino anterior promovido pela linha férrea.

Esse movimento urbano somente será interrompido com o processo de asfaltamento da BR-116 e sua modificação no traçado; passando agora a cidade a movimentar-se por outro caminho, já mais a leste. Nesse novo caminho, que interrompia o trânsito dentro da cidade, permitiu-se que novos bairros surgissem, a flor do trânsito de automóveis. Aliás, os automóveis formaram, neste novo momento, uma própria razão para a cidade, que tinha neste novo meio de transporte de pessoas e cargas, uma razão para explicar seu desenvolvimento. Novos postos de combustíveis, espaços destinados ao seu apoio, faziam florescer empreendimentos e residências destinadas a apoiá-los, deixando os locais anteriores à míngua. Este processo não é

veloz, mas é coerente. Quanto mais se ganha no transporte de automóveis, mais se perde no movimento do trem. Ainda é Tasso Franco que descreve a chegada dos automóveis e o processo de influência sobre os destinos da cidade:

#### **CHEGADA DOS AUTOMÓVEIS**

**Uma conversa puxa outra. A Estrada de Rodagem trouxe para Serrinha os tratores do DNER. Em 1930, ninguém sabia que 'bicho' era esse. Teve um impacto visual enorme. Mas, o mais importante foram as chegadas dos primeiros automóveis Ford de Bigode importados dos Estados Unidos, na década de 1930, e os caminhões GM (General Motors) também dos EUA, no final dos anos 1930 e sobretudo na década de 1940, que transportavam fumo (e depois sisal) para a gare do trem.**

**Esse movimento foi uma 'revolução' em Serrinha - tão forte quanto a chegada da ferrovia em 1880 - e com uma dinâmica maior para os serviços e o comércio. Em 1938, a Leste Brasileiro inaugurou em Serrinha uma oficina de reparos de trens, a caixa d'água e logo depois, em 1941, a Estação Rio Branco. A ferrovia trouxe para Serrinha, a mecânica, a engenharia, a medicina, o telégrafo sem fio, a hotelaria, o sindicalismo e outros segmentos que modificaram o perfil da vila rural para urbana, com uma aproximação com Alagoinhas e Salvador.**

**A rodovia resultou num impacto ainda maior porque, se a oficina mecânica da Leste atendia apenas a um cliente, a própria Leste, a rodovia trouxe os veículos - inicialmente os Ford e os GMs - e depois os utilitários Jeep Willys, as caminhonetes (GM), os ônibus, as motos e o incremento das bikes.**

**Como esses veículos eram individuais, de vários donos, surgiram, assim, diversas oficinas mecânicas ao longo da rodovia nas áreas Leste e Norte, depois as oficinas de chaparia e pintura, as lojas de autopeças, as lojas com bombas de gasolina - depois, postos de gasolina - e por aí seguiu com o avançar dos anos e uma infinidade de oficinas, serviços, borracharias, reformadoras, lojas de pneus e outros.**

**O primeiro mecânico que chegou em Serrinha foi Elpídio Lacerda. Veio de Alagoinhas a pedido de Dr Graciliano de Freitas que tinha um Ford de Bigode que enguiçou na estrada para sua fazenda Sete Ferros. Juntou gente para ver ele consertar o carro. Imaginem vocês a dificuldade na reposição de uma peça que vinha de Salvador, de trem. Elpídio nunca mais saiu de Serrinha e montou uma oficina e foi ensinando a arte a outros e assim se deu sucessivamente com vários mecânicos.**

**Nasceu, assim, uma rede de oficinas mecânicas - Napoleão, Osvaldino, Eládio, Eliotério, etc - na prática, os mais velhos e experientes ensinando aos mais jovens (escola da vida), posteriormente, com as de chaparia, pintura, elétricas e outras. (FRANCO, 2021, n.p.)**

A mudança dos caminhos tão importantes, relativos aos transportes brasileiros, que atingiam Serrinha, seguia um roteiro ensaiado no decorrer dos anos na formação do povo brasileiro. As estradas de ferro, que deveriam formar um patrimônio inestimável do país, foram, de logo, solapadas por um processo terrível de desvalorização. Mas essa desvalorização tinha um problema, entre suas origens: os desvios na contratação das obras e equipamentos realizados

com ingleses. Sem capital, o Brasil comprou ferrovias fazendo dívida externa e recebeu quase que o lixo inglês<sup>138</sup>.

O processo de transformação dos mecanismos de transporte em favor das estradas, também chamado de “rodoviarismo”, decorre de uma sequência de eventos que concluem numa causa, mas parecem acontecer de modo sorrateiro e simplório na origem. A integração de ideias e facilidades não só colocaria a possibilidade de realização de infraestrutura de transportes, como também, fenômenos econômicos permitiriam que outros fatores contribuíssem para a realização de um objeto de interesse comum: sistema de transporte rodoviário.

A possibilidade de aquisição do próprio veículo de transporte, com preços muito mais viáveis do que custaria um conjunto ferroviário, além da possibilidade de construção de vias de forma muito mais barata do que custaria no conjunto de ferrovia, permitia que as estradas rodoviárias se misturassem com a possibilidade da vida. Além disso, a introspecção da vida pública e governamental gerou uma espécie de recomendação para as pessoas sobre a possibilidade do novo meio de transporte que chegava.

**Figura 42** – Foto de uns primeiros veículos em Serrinha. Rua da Estação



Fonte: IBGE (2010)

<sup>138</sup> Dilma Andrade de Paula, em artigo com título sugestivo *Trilhos e Estradas*, menciona: “Em 1995, numa entrevista, Nelson Werneck Sodré denunciava a permeabilidade do Estado brasileiro diante de interesses privados, referindo-se à onda de privatizações: O país se esquece de que muitas das estatais que estão aí na lista da privatização nasceram da sucata deixada por investidores estrangeiros, concessionários de serviços públicos que as levaram ao colapso. A Leopoldina Railway, por exemplo, não passava de ferro-velho quando o governo brasileiro a comprou a preço de ferrovia. O Estado, no Brasil, funciona mal porque ele existe para manter privilégios. Ele deveria ser desprivatizado, pois trabalha para poucos e por isso o povo tem horror a ele. O Estado é uma entidade política. Mas, para que a opinião pública o valorize, é preciso que ele seja realmente objeto da ação dos cidadãos. Isso não é costume no Brasil. A política é privada e, portanto, o Estado é privado. Nossa política tem sido dominada de forma quase absoluta por minorias.” (PAULA, 2010, p. 143).



O processo de extinção das ferrovias acontece paralelamente com o mundo do que vem a ser chamado rodoviarismo. Mencionado por Dilma Andrade de Paula do seguinte modo:

A construção do rodoviarismo. Quando pensamos sobre o rodoviarismo nos vêm à mente, mais forte e imediatamente, os anos 1950, Brasília, as montadoras de automóveis e o governo JK. De fato, durante o governo Juscelino Kubitschek (1955-1960) foi implementada uma articulada política de atração das indústrias automobilísticas estrangeiras, com a criação do GEIA – Grupo Executivo da Indústria Automobilística – em 1956. Mas se fortaleceu, igualmente, uma outra tendência no setor de transportes: a do desmonte das ferrovias. A política rodoviária/automobilística veio acompanhada de uma progressiva desativação de ramais e de estradas de ferro. Tal diretriz foi executada durante a ditadura civil-militar (1964-1984), em que as chamadas ferrovias estratégicas foram priorizadas para transporte de grãos e de minérios, enquanto se extinguíram mais de 10 mil quilômetros de trilhos de ramais do interior, notadamente de passageiros. Não bastou, todavia, uma política de desativação. Foi preciso criar uma cultura que privilegiava aquilo que aparecia como novo, calcado na expansão da indústria de automóveis e na construção das correlatas e necessárias obras rodoviárias. (PAULA, 2010, p. 3)

Esse inevitável processo somente poderia culminar, no início dos anos 1960, com a desativação da linha de trem para passageiros e depois a privatização da linha de cargas. Essa lembrança vai bem guardada nos registros de Tasso Franco, quando menciona o fim da linha férrea:

Nessa época, Serrinha já era cortada pela Transnordestina uma estrada que saía de Feira e seguia pelo Matão passando pelo campo de aviação e por dentro da cidade. Mas, pouca gente ia a Salvador de carro. Somente a partir dos anos 1960, com o modelo rodoviário 'andreazista' e a implantação da BR-116 Norte foi que a cidade ganhou sua primeira linha regular de ônibus. Mas, essa é outra história. Na semana do São João estive na antiga Estação da Leste. Que tristeza! Quanta desolação e abandono! Com o novo modelo implantado pelo governo federal o chamado PIL (Programa de Investimentos em Logística) 'matou-se' a linha Aratu-Juazeiro até mesmo para cargas. Na década de 1960 já havia 'morrido' o transporte de passageiros. Agora, o novo PIL sequer fala do trem da Serrinha. A minha visita a Estação foi como se tivesse entrado num cemitério. Tudo 'morto'. Velhas locomotivas enferrujando-se ao tempo, a oficina lacrada com tijolos, a gare vazia, os salões de passageiros tamponados com tijolos, letreiros caídos, lustres enferrujando-se, uma tristeza. (FRANCO, 2015, n.p.)

O fim da linha de trens de passageiros era uma marca da mudança de Serrinha. Novamente não fora a cidade nem seus habitantes que participaram da mudança profunda que aconteceria nos costumes, nos destinos e no traçado da cidade. Mas fatores nacionais que seriam capazes de influenciar profundamente a vida de todos naquela municipalidade.

### 5.3 A INTERCORRÊNCIA DO PERÍODO QUE ANTECEDE AOS ANOS 1960

O momento de conversão do sistema de transporte acontece, como se verá, nos anos 1960<sup>139</sup>. Até então, o predomínio, em declínio, é bem verdade, do transporte de trem, obedece a um ritmo sequente. Não era só a via rodoviária que se impunha, era todo o sistema de transporte que parecia surgir do pó, tal como aconteceu com o movimento do gado expulso do litoral próprio da cana-de-açúcar. Era um movimento formiga, de pequenos empreendedores, que se dispunham a participar do processo de negócios na plataforma de veículos. Afinal, os caminhões podiam levar a mercadoria porta a porta, diferentemente dos trens, que exigiam uma intermediação entre os agentes do processo de produção: quem produzia, quem revendia, quem oferecia ao grande distribuidor da capital, quem recebia na estação central, quem redistribui na cidade. Todos ficavam mais perto da linha de transporte.

Demonstra Franco (1996) que o caminhão permitia acesso ao sistema sem ter que participar do custo dele: eram empreendidas as estradas pelos governos. Não entravam no custo do transportador.

O transcorrer dos momentos que superam os anos 1930 até 1960 são marcados pela mudança da atividade política, que busca agora responder aos desafios que indicam a mudança nas cidades. O Brasil ganha, como os novos polos industriais no sul do país, uma mudança decorrente da migração. Mas não só, as cidades também vão receber populações vindas da zona rural, cada vez mais exportadora de pessoas e de novos ciclos econômicos mais produtivos.

Nesse contexto é que vemos a sequência de prefeitos que surgem após os anos 1930. O primeiro é André Negreiros Falcão, que exerceu mandatos por oito anos seguidos. Segundo Franco (1996), Falcão correspondia ao espírito da classe média que ascendia nas cidades e substituíam os coronéis, que deixavam o poder em função da política criada no movimento getulista do período. Seus mandatos ocorreram entre 27 de novembro de 1930 até 12 de abril

---

<sup>139</sup> E, segundo Franco “provavelmente, o que foi mais importante em todo esse processo. A cidade organizou - até sem querer - mas por força da demanda e das circunstâncias um 'time' de caminhoneiros que fez história. Criou-se, então, uma nova profissão (muito mais importante do que maquinista de trem porque só servia a Leste) com uma dinâmica bem diferenciada e com três campos: os motoristas de caminhão autônomos (donos dos seus próprios caminhões); os caminhoneiros empregados de empresas; e os caminhoneiros que trabalhavam para empreendedores individuais. Tinha um dentista que possuía um caminhão, embora nunca tivesse dirigido um caminhão.” (FRANCO, 2021).

de 1936, como prefeito nomeado e, depois, de 13 de abril de 1936 até 11 de setembro de 1938; agora como eleito.

Nesse período ressaltam-se inovações importantes para a cidade. A que mais se destacou foi a construção da usina de energia elétrica. O equipamento, que dava um novo destino à vida na cidade, trazendo primeiro a iluminação pública e, depois, energia elétrica nas casas mais abastadas, era movida à lenha. Sua instalação, na parte leste da cidade, já à beira do centro onde funcionava a matriz e a principal praça, trouxe para Serrinha um novo ordenamento; só que agora implementado pela desvalorização do equipamento, que causava transtorno àqueles que cercavam o que viria ser a Praça Miguel Carneiro, seja por conta da sujeira que gerava a entrega de madeiras e seus restos, seja pelo deslocamento de animais para a produção de energia.

Mas a entrega de energia na cidade dava-lhe, agora, novo ânimo. Afinal, este importante equipamento era próprio dos núcleos urbanos mais desenvolvidos, permitindo uma vida para seus cidadãos que ultrapassava o horário diurno, ou somente aquele iluminado pelos lampiões. A energia aproximava Serrinha do conceito das grandes cidades.

Além desse equipamento, outra importante obra da época do Prefeito Negreiros Falcão foi a construção da estrutura da Sericultura. Este projeto, apoiado pelo governo do estado, pretendia produzir seda em Serrinha, a partir de plantação de amoreiras e criação do chamado bicho da seda. O projeto, ambicioso para a época, não teve grande sucesso; mas marcou um destino da cidade, situado mais ao sul. Com isso, no transcorrer do tempo, fez que a cidade se movimentasse neste sentido, transformando o lugar ermo, distante pouco mais de 600 metros da Praça Miguel Carneiro, em um dos mais importantes espaços urbanos de Serrinha.

**Figura 44** – Foto do antigo portão da Sericultura, anos 1920



Fonte: Arquivo pró-memória de Serrinha (apud NUNES, 2018, p. 97)<sup>140</sup>.

O prefeito, agora nomeado, Francisco Ferreira Ramos, é fruto das mudanças de forças políticas ocorridas no estado. Teve mandato entre 12 de setembro de 1938 a 23 de janeiro de 1940. Nesse curto mandato empreendeu alguns calçamentos nas principais ruas da cidade. Mas o que se caracteriza nesse mandato é a vinculação de Ferreira Ramos a Landolfo Alves, então governador da Bahia. Apesar de não ter laços familiares na cidade de Serrinha, era empresário no ramo de algodão.

Segue-se ao seu mandato a nomeação de Antonio Pinheiro da Motta, membro de família tradicional de Serrinha. Seu período como prefeito foi de 24 de janeiro de 1940 até 29 de agosto de 1943. Nesse período se destaca a instalação da agência do Banco do Brasil em Serrinha. Além disso, o processo de urbanização da cidade, com calçamento de diversas ruas foi o fato mais significativo (FRANCO, 1996).

O prefeito seguinte, nomeado, José Vilalva Ribeiro, também descendente de família tradicional de Serrinha, comandou a cidade entre 30 de agosto de 1943 até 18 de novembro de

<sup>140</sup> Publicado na Revista GEOPAUTA. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5743/574362570006/html/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

1945. Esse período confunde-se com o fim da Segunda Grande Guerra Mundial. Não se destacam grandes ações no período, como também acontece no curto período da nomeação de José Maciel Santos – dezoito de novembro de 1945 até 15 de janeiro de 1946. A indicação desse mandato, segundo Tasso Franco (1996), ocorreu porque os prefeitos foram substituídos por juízes, até que houvesse novas nomeações.

Mas, dois prefeitos subsequentes foram nomeados. Primeiro o médico, Meandro José Menahim, durante o período de 16 de janeiro de 1946 até 27 de fevereiro de 1946. Menahim ficou conhecido como político em períodos posteriores, tendo exercido diversos cargos, como deputado, vice-governador e conselheiro do Tribunal de Contas. Segue-se a ele, o mandato de José Carneiro da Silva Filho, o conhecido Coronel Nenenzinho. Descendente direto das famílias mais tradicionais de Serrinha, inclusive de Bernardo da Silva; ele comandou os destinos como nomeado entre 28 de fevereiro de 1946 até 13 de março de 1948.

Em 14 de março de 1948 toma posse João Barbosa de Oliveira, eleito depois de uma composição de forças locais. Segundo Franco (1996), Barbosa de Oliveira era homem rico e extremamente metódico. Atendia à população com agenda marcada com 15 dias de antecedência – nunca atendia na rua ou fora da programação. Além do calçamento de novas vias na cidade, ele foi responsável pela elaboração de um novo código de posturas, que introduziu inovações interessantes para o período:

Implantou em 21 de novembro de 1949 um Código de Posturas para o município (impresso na Typografia São Miguel) determinando, entre outras coisas, que as ruas deveriam ter no mínimo 10 e 20 metros de largura, sendo privativo da Câmara dar nomes as ruas; e que o comércio fechasse às 18 horas, salvo as farmácias que poderiam ficar aberto até às 20 horas, sendo que os açougues só poderiam funcionar até o meio dia. (FRANCO, 1996, p. 113-114)

Marca o mandato de João Barbosa o fato de ele ter doado todos os salários que recebeu ao patrimônio do município. Encerrou seu mandato em 30 de janeiro de 1951, sendo sucedido por José Vilalva Ribeiro, que retornava à prefeitura. Segundo Franco, nesse outro mandato, Vilalva realizou diversas obras que atendiam ao plano de desenvolvimento da cidade, assim citadas:

Mais experiente, José Vilalva realizou um amplo programa de obras (diferente de sua primeira gestão que foi mais política) estendendo a rede de iluminação pública para os bairros do Cruzeiro, Ginásio, Rua Nova da Jequitiaia, Olaria, Silvio Ribeiro, Travessa da Maracassumê e Triângulo. Mandou construir o calçamento da Av. Beritingas, fez a estrada Lamarão-Beritingas e ampliou o açude de Lamarão. Em dezembro de 1951, restaurou o serviço de luz elétrica

com substituição da rede aérea. Construiu o prédio escolar no Saco do Correia, açudes em Araci e Barrocas, serviço de energia elétrica em Araci, Beritingas e Pedras, doou (Lei 59) o terreno onde foi construída a igreja nova. (FRANCO, 1996, p. 316)

Seu mandato encerrou-se em 06 de abril de 1955, sendo substituído por Horiosvaldo Bispo dos Santos, mais conhecido como Lourinho Chileno, primeiro das figuras populares, já contemporâneo aos movimentos que elegeram diversos prefeitos e líderes políticos com esta característica. Era o poder do voto que se contrapunha às lideranças dos coronéis, da classe média elitista ou mesmo das indicações de governo. O fenômeno mostrava que a força das cidades se expunha através do voto popular, lembrando que aqueles que traziam as aspirações da média população eram maiores do que aqueles que tinham em seu DNA forças internas da política.

Para o mandato de Lourinho Chileno, foi eleita uma câmara de vereadores que repetem sobrenomes pertencentes aos ancestrais da cidade. Vê-se assim, sobrenomes como Mota, Oliveira, Pedreira, Araújo, Carneiro da Silva, Carvalho e Lima. Assim foi a composição da câmara:

A Câmara Municipal eleita para o período 1955 a 1959 tomou posse na presença do juiz eleitoral Arthur de Azevedo Machado, em 7 de abril de 1955, as 15hs, no Paço Municipal, sendo constituída por: Carlos de Freitas Mota (presidente), Antonio de Brito Oliveira (1º secretário), João Evangelista Pedreira (2º secretário), Isaac Moura Pimentel (líder do PSD), Waldemar Ferreira de Araújo, João Evangelista Pedreira, Fernando Carneiro da Silva, Dionizio Carvalho de Cerqueira, José Oliveira Lima, Braulio de Lima Franco (líder do PRP), José Marcelino dos Santos, José Vilalva Ribeiro e Manoel Carneiro dos Reis e depois Edmundo Veloso Costa, este líder da UDN, em lugar de Waldemar Araújo. Carlos de Freitas Mota ficou na presidência da Câmara até 1955 quando foi eleito Edmundo Veloso Costa, sendo vice-presidente Fernando Carneiro, 1º secretário Bráulio de Lima Franco; e 2º secretário Antonio de Brito Oliveira. (FRANCO, 1996, p. 317)

O prefeito, eleito, posterior ao mandato de Lourinho Chileno, foi Carlos Mota, que era vereador e presidente da câmara. Seu mandato foi marcado por embates políticos além de realização de obras importantes para a cidade, destacando-se a instalação da energia elétrica provindo da hidrelétrica de Paulo Afonso. Franco (1996) menciona como muito importante esta obra, pois dava à cidade a independência do sistema de geração de energia local.

O período que encerra o ano de 1960 mostra uma profunda transformação da cidade de Serrinha. Depois de deixar de ser uma simples praça irradiando-se para poucos metros do centro

religioso e da casa cívica, transforma-se num centro que se expande em direção aos seus ramais de transporte, levando economia e cidade para os diversos pontos do seu centro urbano.

Nesse ponto é importante mencionar que a atração pela urbanidade, fez com que muitos moradores das fazendas e roças do seu entorno passassem a se mover em direção ao centro da cidade de Serrinha, com maiores apelos de instalação de equipamentos – praças, calçamento, energia, serviços de água e limpeza pública, além de matadouros e escolas – destinados a atender às demandas da população que, cada vez mais, passava a viver no centro urbano.

Serrinha era, efetivamente, uma cidade em todos os sentidos e um ponto central da rede de localidades que a cercavam. A transformação tinha sido feita.

#### 5.4 A CENTRALIDADE DE SERRINHA

Esse fenômeno da centralidade, produzindo localidades agregadas em seu entorno, chama a atenção em Serrinha e alguns fatos podem justificar esta condição, desde o seu início. A formação familiar que lhe dá origem e é seguida pela criação de outras localidades ao seu entorno, a partir das famílias que ocupam outras fazendas e iniciam povoados, vilas e depois cidades; todos decorrentes da ocupação de pessoas ligadas por laços de origem.

Não o bastante, a própria formação do espaço urbano, que se aproveita de condições geográficas aprazíveis, como o acesso dos caminhos do gado, depois a passagem da estrada de ferro e, por fim, através da sequência de estradas que se encontram em Serrinha, distribuindo acesso para diversas localidades.

Essa centralidade de Serrinha vem se repetindo há séculos e reforçando sua situação como centro de distribuição de relação; agindo como rede de cidades entre as demais. Isso, é claro, sem perder a sua condição de integrante de outra rede maior, ligada à Feira de Santana e à capital estadual.

Essas integrações, apresentadas na existência de Serrinha, permitiram um novo grau de relacionamento com outros centros urbanos. É assim que órgãos estaduais e federais tomam Serrinha como base de sua operação, atraindo para ela diversos habitantes de outros municípios, que pela necessidade de busca de serviços burocráticos, precisarão se aproximar da cidade.

Do mesmo modo, os serviços locais, oferecidos às pessoas, atividades comerciais, relações de produção, passam a ser aproveitados em Serrinha pelas localidades próximas, numa relação inevitável de interesse e dependência.

É possível observar-se, logo a partir do mapa (Figura 33) que apresenta as rodovias estaduais e federais que cercam a cidade de Serrinha:

**Figura 46** – Mapa das rodovias estaduais e federais que cortam a cidade de Serrinha



Fonte: Google Maps (2022).

Vemos que a ligação principal da cidade – BR-116 – corta, de sul a norte Serrinha. Esta estrada, nacional, é a mesma que liga o sul do país ao alto Nordeste. Nesse caso é a via principal de acesso para comunicar-se com Feira de Santana e Salvador; inclusive todos os demais municípios do entorno que demandam os grandes centros baianos e outros ao sul e norte do país aproveitam esta estrada a partir de Serrinha.

Além dessa via, temos a BA-233, que cruza a cidade cortando de leste a oeste, estabelecendo o acesso amplo desde a região da divisa de Sergipe e também Alagoinhas, para além do sertão, através de Ichu e Riachão do Jacuípe.

Também, iniciando-se em Serrinha, a BA-411, que permite o acesso ao noroeste da cidade de Serrinha, cruzando – em paralelo a linha férrea – a Barrocas, antigo distrito de Serrinha e, também, integrante das localidades que fundam a existência desta localidade.

O poder decorrente da centralidade de Serrinha ultrapassa isso. Basta dizer que mais recentemente a divisão do estado por regiões administrativas – territórios de identidade, formadas para atender a interesses específicos – saúde, educação e planejamento – tem integrado Serrinha como centro de oferta de serviços públicos.

Assim, a divisão administrativa que organiza a educação, sediada em Serrinha, reúne os seguintes municípios: Araci, Barrocas, Biringinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente. Estes municípios pertencem a 12ª Diretoria Regional de Educação - Direc.



Por outro lado, a divisão administrativa que organiza a saúde no estado contabiliza os seguintes municípios sediados administrativamente em Serrinha: Água Fria, Araci, Barrocas, Biritinga, Cansanção, Canudos, Conceição do Coité, Euclides da Cunha, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Teofilândia e Valente.

Em contrapartida, outros órgãos estaduais colocam Serrinha como sede administrativa na região, como o Tribunal de Contas dos Municípios – TCM. Este órgão reserva, no entorno de sua unidade sediada em Serrinha, os seguintes municípios: Água Fria, Araci, Barrocas, Biritinga, Candéal, Cansanção Cipó, Conceição do Coité, Ichu, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Nova Soure, Queimadas, Retirolândia, Ribeira do Amparo, Santa Bárbara, Santaluz, São Domingos, Teofilândia, Tucano e Valente.

Houve outras organizações que a partir de Serrinha tiveram forte influência na região, como a Cooperativa Mista dos Agricultores de Serrinha. Ocupada em apoiar a cultura do sisal, atingiu com seu esforço de incentivo agrícola mais de trinta municípios durante quase duas décadas, a partir do final dos anos 1960. Ademais, durante diversos anos, a coletoria integrante da Receita Federal, atualmente denominada de inspetoria, teve sede em Serrinha, recebendo pessoas de diversas cidades como centro de atendimento.

Assim, fica claro que Serrinha exerceu – e ainda exerce – influência direta sobre diversos municípios em todo o seu entorno.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contemplando a construção da cidade de Serrinha, sob o promontório das marcas do tempo e progresso, é possível ver-se que os fatos mais significativos, destinados ao seu surgimento, decorrem de ações exteriores, concorrendo com a vontade de seus agentes. Com exceção do fato da formação da família original, outros fatos que demandam a formação da cidade parecem saltar de fora para dentro de Serrinha. Ela não foi escolhida para ser trilha de gado, nem tampouco para ser local do aproveitamento da estrada férrea e depois de estradas importantes.

As consequências mais profundas que mudam a vida da cidade e do povo serrinhense vêm de decisões tomadas no reino, no império, na república. É o fato da expulsão da produção do gado nas faixas litorâneas dedicadas à produção de cana-de-açúcar que empurra a produção de gado sertão adentro, fazendo de Serrinha um ponto de produção e de trânsito – aspecto mais importante.

É a estrada do gado e a busca pelo caminho que leva a Juazeiro, na Bahia, importante para interiorização do estado que usa o caminho por Serrinha e produz a estrada de ferro. Depois, a construção das rodovias e o aproveitamento da cidade em novos destinos.

A mudança dos vetores de desenvolvimento da cidade, que acompanham os fatores externos, bem demonstra a incapacidade local de definir os seus próprios rumos. A cidade vai progredindo conforme as buscas que sua população faz para atender o desenho que a cidade toma.

Nesse ponto vale a pena questionar: como funcionam as forças que aglutinam o desenvolvimento da cidade? Esta questão pode ser encaminhada através de uma compreensão sobre quais os movimentos são feitos para alcançar resultados. Estamos diante da regra de causa e efeito, tão importante para a ciência depois do iluminismo.

Toda a física, química, até mesmo parte das ciências humanas buscam uma lógica de causa e efeito para justificar suas teses, propostas de causa e efeito. Compreender um conjunto de fatos e determinar que, quando aplicados à natureza física ou humana, resultará numa determinada solução passou a ser objeto de cobiça dos que se pretendem cientistas ou pensadores de segmentos do conhecimento.

Ocorre que, sendo impossível ao ser comum, por mais brilhante que seja, definir todos os fatos que formam uma base geradora de resultados, acaba escolhendo alguns entre aqueles apreciáveis. Nas proposições, portanto, são estabelecidos alguns elementos que devem gerar um resultado diante de uma determinada situação. Assim, pode-se concluir, aproveitando-se o

mesmo raciocínio: uma cidade com muitos pobres vai gerar áreas de exclusão; uma cidade sem serviços de saneamento vai permitir problemas de saúde para a população. Esses são raciocínios simples, inspirados a partir de uma proposição que não se presta a considerar alguns elementos possíveis dentro de sua existência.

Logicamente, adotando-se as premissas essenciais para a formação de uma cidade, restam-nos compreendê-las. Uma cidade pode nascer da simples vontade de seus moradores? O desenvolvimento de uma cidade pode ser gerado exclusivamente pela população local? Para que uma cidade possa se tornar centro regional, é suficiente as forças locais imporem este desejo?

Utilizando o pensamento de Hannah Arendt a respeito do público e do privado é possível retirar-se algumas respostas para as perguntas acima. É obvio que para compor a resposta é necessário, além disso, formar-se um contingente. O Brasil possui 5.570 municípios, sendo que destes, um pequeno grupo, formado por cerca de 10 ou 20 grandes municipalidades, independem, em determinado momento, de forças exteriores, para alcançar seus resultados, tendo em vista que sua dimensão econômica, populacional e regional os faz exportar relações de poder. Isso não era diferente no período da formação brasileira, uma vez que capitais como Salvador, sede do governo da coroa no Brasil e sedes como São Vicente e Recife, decidiam seu próprio poder a partir da influência que exerciam além de suas próprias regiões.

Atualmente, metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Belo Horizonte, entre outras, exportam seu poder, fazendo toda a rede que está à sua volta curvar-se a eles como uma massa se curva diante de um buraco negro, dada a força que é a dimensão.

Uma outra série de cidades, que se encaixam na condição de médias ou grandes, exercem atração para si a partir de fenômenos locais, nem sempre permanentes, que podem ser eventualmente deslocados econômica e historicamente. Essas localidades, na maioria das vezes, não têm a independência social e econômica para iniciar e garantir seus próprios destinos. Nesses casos haverá sempre a necessidade de interferência imensa de fatores regionais ou nacionais. Em alguns casos, como acontece com a origem de Serrinha, fatores exteriores, como a existência de interesses da Coroa portuguesa, a partir de sua sede no reino, influenciaram profundamente a formação e o destino destas municipalidades.

Assim, as causas e consequências que dão azo ao surgimento de Serrinha decorrem de fatores, em grande parte, vindos do seu exterior. Porém é certo que alguns dos fenômenos necessários para a formação de um núcleo inicial podem ser ultrapassados a partir de certos valores locais, como a própria formação do espaço público.

Formar-se espaço público depende da iniciativa e dos esforços locais, na medida em que se trata de uma concessão do poder privado. Portanto, é possível dizer que, em exemplos como acontecem à semelhança de Serrinha, a formação do espaço público decorre da intenção e vontade dos próprios agentes locais. Parece, contudo, que é o máximo a que se chega; até porque o reconhecimento do espaço como público, deixando ao largo sua original condição de privado, demanda autorização do poder público superior; ou aquele que detém o domínio superior ao da cidade: seja uma região ou do próprio estado.

Porém, a partir da escala de ações ou formas da condição humana, sugerida no pensamento de Arendt, tem-se que nas pequenas cidades o trabalho é a única oferta possível. Esse é o caminho diário tomado por toda a população, que se repete nas ações locais, com poucas variações. A obra, via de regra, exige algum tipo de participação exterior, tendo em vista que, ressaltados os locais onde a riqueza é capaz de produzir a mudança da paisagem ou dos objetos de valor, por esforço próprio, essa transmutação exige um esforço superior aos próprios locais para ser significativa. É bem possível ver isto na história de Serrinha. Todas as principais e mais significativas ações que impactam a cidade foram apoiadas por iniciativas exteriores.

Por fim, a própria ação, dentro do conceito de Hannah Arendt, acontece, no caso dos municípios, em dois planos. No plano local, ela se revela pelos movimentos políticos locais, que travam a disputa pelos destinos da localidade. Todavia, como vimos na história de Serrinha, não muito distante de diversos outros municípios brasileiros, a relação da localidade com as forças políticas regionais e nacionais é muito mais significativa.

Durante o período da velha ou primeira república, como se define o tempo que cerca o início da república brasileira até os anos 1930, a influência do poder local – em grau de subserviência para os níveis superiores e mandonismo, para a sua própria localidade –, reduzia a competência e qualidade do diálogo político, tornando-se, em determinados momentos, quase inócuo. Era o chamado coronelismo.

Nos períodos que se sucedem, vimos uma possibilidade crescente de debate, porém cada vez mais se asfixia pelo sistema político regionalizado, em que deputados e senadores são capazes de destruir qualquer planejamento nacional ou regional, substituindo-o pelo esforço localizado de sua própria representação. Ou seja, cada vez mais uma população pode ser premiada ou prejudicada por conta de seus representantes nacionais ou estaduais estarem ligados às estruturas de governo, podendo devolver uma devida representação.

Atualmente, é possível ver-se os chamados “desertos orçamentários”<sup>141</sup>, locais em que a falta de representação política em nível nacional ou estadual exclui completamente aquela localidade da produção de ações políticas.

Mais do que isso, as influências trazidas de centros econômicos ou tecnológicos, exportadas por interesses, representações ou oportunidades, são definitivas no processo de criação de cada localidade. Serrinha, como se percebe, foi influenciada pelos esforços da Coroa na preservação da cultura da cana; depois, pelo desenho da estrada de ferro, sistema de transporte tecnológico importado por diversos motivos e, depois, pelos traçados das estradas, que acabaram transformando Serrinha num centro dinâmico para diversas outras localidades.

Assim, diversas localidades, contemporâneas ou não a Serrinha, recebem esforços muito semelhantes em sua formação, mostrando que as inferências decorrentes de outros segmentos são suscetíveis de influenciar a criação e existência de uma cidade.

A história de Serrinha se expande a partir de 1960, construindo novos bairros, atraindo população de diversas localidades, mudando a sua realidade na relação com a zona urbana, oferecendo serviços mais amplos no comércio, nos serviços. Essa história não é definitiva. Muitos outros fatores podem transformá-la num grande centro regional ou, simplesmente, reduzi-la a tamanho urbano menor que hoje.

Do mesmo modo, diversas outras localidades podem mudar seus rumos. Tudo dependerá, em cada urbanidade, da conjunção de fatores externos. O tempo dirá.

---

<sup>141</sup> Conforme matéria produzida por André Shalders, Cecília do Lago e Augusto Conconi, publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, em 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/deserto-politico-como-vivem-13-milhoes-de-brasileiros-esquecidos-pelo-congresso/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

## REFERÊNCIAS

- ALMANAK Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Estado da Bahia. Rio de Janeiro: [s. n.], 1925. p. 349. v. 3. Disponível em:  
<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=90552&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 25 abr. 2022.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Introdução por Afonso d' Escragnolle Taunay. Vocabulário por A.P. Canabrava. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011. Disponível em:  
[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/580735/000921829\\_Cultura\\_opulencia\\_Brasil.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/580735/000921829_Cultura_opulencia_Brasil.pdf). Acesso em: 13 ago. 2022.
- ARANTES, José Tadeu, Portugal porta adentro: Lisboa no século 16. **Agência FAPESP**, São Paulo, 1 ago. 2016. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/portugal-porta-adentro-lisboa-no-seculo-16/23667/#:~:text=Mas%2C%20entre%20meados%20do%20s%C3%A9culo,1%2C4%20milh%C3%A3o%20de%20pessoas>. Acesso em: 10 maio 2023, p. 46
- ARAÚJO, Antonio José de. **A Família de Serrinha**. Serrinha: Typografia do O Serrinhense, 1926. Disponível em: <http://carlosvilmar.com/wp-content/uploads/2021/04/LIVRO-COMPLETO-A-FAM%C3%8DLIA-DE-SERRINHA-1926.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 11. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2010.
- Atlas da Bahia, edição de 1978, adaptada por Luiz Cleber Moraes Freire, em sua obra: *Nem tanto ao mar nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850 -1888*. Feira de Santana, UEFS Editora, 2012. p. 42.
- AZEVEDO, Aroldo. Vilas e cidades do Brasil Colonial. **Terra Livre**, São Paulo, n. 10, p. 23-78, jan.-jul. 1992. Disponível em:  
<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/113/111>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e Vaqueiros**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.
- BRASIL. **Decreto nº 1.615, de 9 de junho de 1855**. Approva a convenção feita com Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto, concessionario da Estrada de ferro, que partindo de qualquer ponto próximo á Capital da Provincia da Bahia vá terminar; na Villa do Joazeiro, ou em outro lugar mais conveniente do Rio de S. Francisco, sob algumas das condições do Decreto N.º 1,299 de 19 de Dezembro de 1853. Rio de Janeiro, RJ, 1955. Disponível em:  
<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/196609-approva-a-convenuuo-feita-com-joaquim-francisco-alves-branco-muniz-barreto-concessionario-da-estrada-de-ferro-que-partindo-de-qualquer-ponto-proximo-u-capital-da-provincia-da-bahia-vu-terminar-n.html>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre**: uma dinastia de pioneiros. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

CARNEIRO DA SILVA, Isaac Newton. **Manual de Direito Municipal Brasileiro**. 1. ed. Salvador, P&A Editora, 2016.

CARNEIRO DA SILVA, Isaac Newton. **O desenvolvimento urbano na cidade de Serrinha: a história da formação de uma cidade oitocentista baiana**. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2018.

CARRA, Évelyn. **As sesmarias: do reino à colônia**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2020. Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/92677/1/sesmarias%20final%20espero%2010000.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

CARVALHO, Elmo Carneiro. **A expansão urbana da cidade de Serrinha - Bahia e suas repercussões sobre os recursos hídricos**. 2017. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/622>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania do Brasil: um longo caminho**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CARVALHO, Maria do Rosário; CARVALHO, Ana Magda. Introdução. In: CARVALHO, Maria do Rosário; CARVALHO, Ana Magda (Org.). **Índios e caboclos: a história recontada**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 13-28. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/mv4m8/pdf/carvalho-9788523212087.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2022.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea. Diagnóstico do Município de Serrinha, Estado da Bahia**. Organizado por Ângelo T. Vieira *et al.* Salvador: CPRM/PRODEEM, 2005. Disponível em: [https://rigeo.cprm.gov.br/bitstream/doc/17327/1/Rel\\_Serrinha.pdf](https://rigeo.cprm.gov.br/bitstream/doc/17327/1/Rel_Serrinha.pdf). Acesso em: 10 jul. 2022.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM. **Regionalização de vazões nas bacias hidrográficas brasileiras: estudo da vazão de 95% de permanência da sub-bacia 50 – Bacias dos rios Itapicuru, Vaza Barris, Real, Inhambupe, Pojuca, Sergipe, Japaratuba, Subaúma e Jacuípe**. Recife: CPRM, 2014.

COULANGES, Fustel. **A Cidade Antiga**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

CROWLEY, Roger. **Conquistadores: como Portugal forjou o primeiro Império**. São Paulo: Global Editora, 2016.

DANTAS, Monica Duarte., “Povoamento e Ocupação do Sertão de Dentro Baiano (Itapicuru, 1549-1822)” **Penélope**, no. 23, 2000, pp. 9-30. file:///C:/Users/Samsung/Downloads/Dialnet-A PovoamentoEOcupacaoDoSertaoDeDentroBaianoItapicuru-2655378%20(1).pdf

FERNANDES, Etelvina Rebouças. **Do mar da Bahia ao rio do sertão: Bahia and San Francisco Railway**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, 2006.

FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio; BURSZTYN, Marcel. Das sesmarias à resistência ao cercamento: razões históricas dos Fundos de Pasto. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 385-400, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19108/12432>. Acesso em: 10 maio 2022.

FRANCO, Tasso. **Serrinha**: a colonização portuguesa numa cidade do sertão da Bahia. Salvador: Egba, 1996.

FRANCO, Tasso. Serrinha completa 300 anos história, esquecida, abandonada, sem louvor. **BahiaJá**, Salvador, 6 set. 2023. Disponível em: <https://bahiaja.com.br/cultura/noticia/2023/09/06/serrinha-completa-300-anos-historia-esquecida-abandonada-sem-louvor,147077,0.html>. Acesso em: 15 jul. 2023.

FRANCO, Tasso. Serrinha: História do bairro da Rodagem com a estrada de Getúlio. Como surgiu o bairro da Rodagem, seu crescimento e situação atual. **BahiaJá**, Salvador, 28 jun. 2021. Disponível em: <https://www.bahiaja.com.br/cultura/noticia/2021/06/28/serrinha-historia-do-bairro-da-rodagem-com-a-estrada-de-getulio-tf,133088,0.html>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FRANCO, Tasso. O último apito do trem na estação da Leste em Serrinha. A instalação do sistema ferroviário em Serrinha foi o fato mais relevante de sua história. **BahiaJá**, Salvador, 10 jul. 2015. Disponível em: <https://bahiaja.com.br/cultura/noticia/2015/07/10/o-ultimo-apito-do-trem-na-estacao-da-leste-em-serrinha-p-tasso-franco,83507,0.html>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FREIRE, Felisbello. **História territorial do Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio de Rodrigues & C, 1906. Disponível em: <https://archive.org/details/historiaterrito00freigoog/page/88/mode/2up>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FREIRE, Luís Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar nem tanto à terra**: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850 -1888. Feira de Santana, UEFS Editora, 2012. p. 42

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 25. ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 16 ed. Edição. São Paulo: Global Editora, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

HERMANN, Jacqueline. Sertão. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 528-529.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1951. Disponível em: [https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/populacao/1950/populacao\\_1950aeb\\_09\\_a\\_19.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1950/populacao_1950aeb_09_a_19.pdf). Acesso em: 25 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1962. Disponível em: [https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/populacao/1962/populacao\\_1962aeb\\_07\\_08.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1962/populacao_1962aeb_07_08.pdf). Acesso em: 25 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Anuário estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972. Disponível em: [https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos\\_download/populacao/1972/populacao\\_m\\_1972aeb\\_019\\_a\\_045.pdf](https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1972/populacao_m_1972aeb_019_a_045.pdf). Acesso em: 25 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Serrinha**: história. [S. l.]: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/serrinha/historico>. Acesso em: 25 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Barrocas**: história. [S. l.]: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barrocas/historico>. Acesso em: 25 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. v. 7. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/308/cd\\_2000\\_v7.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/308/cd_2000_v7.pdf). Acesso em: 25 set. 2022.

LACERDA, Ana Paula Carvalho Trabuco. **Caminhos da liberdade**: a escravidão em Serrinha - Bahia (1868-1888). 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/8840/1/dissertacao\\_anapaulalacerda.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/8840/1/dissertacao_anapaulalacerda.pdf). Acesso em: 8 set. 2022.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e votos**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEITE, David de Medeiros. O município e a autonomia local: aspectos da descentralização do poder no Brasil. **Conpedi Law Review**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 262-276, 2015. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/conpedireview/article/view/3408/2924>. Acesso em: 20 abr. 2022.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5. ed. 3. Reimpressão. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

LIMA, Maura Motta Carvalho. **História de Araci** – período de 1812 a 1956. Salvador: EGBA, 1985.

LOPES PINTO, Bismarque; PINHEIRO DE ALMEIDA NETO, Dalvo; LEITE OLIVEIRA, Ana Isabel. A geomorfologia no contexto do planejamento ambiental: estudo do uso e

ocupação da Serra Barra do Vento - Serrinha/BA. **Revista Geonorte**, [S. l.], v. 5, n. 23, p. 30-35, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1648/1539>. Acesso em: 9 mar. 2022.

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil terra de quem**. São Paulo: Edusp; Nobel, 1991.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O Feudo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2016.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sucessão Dominial e Escravidão no Rio das Rãs. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 21, pag 117 a 142, jul a dez de 1999.

NUNES, Fernando de Souza. A praça Morena Bela na Cidade de Serrinha: uma reflexão a partir da paisagem urbana. **Revista Geopauta**. V. 2, n. 1, 2018, p. 96-109. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5743/574362570006/html/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

PAULA, Dilma Andrade de. Estado, sociedade civil e hegemonia do rodoviarismo no Brasil. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 142-156, jul.-dez. 2010. Disponível em: [https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=30#:~:text=Em%201957%2C%20quando%20efetivamente%20fortaleceu,con%2D%20di%2C%20A7%2C%20B5es%20de%20tr%2C%20A1fego%20rodovi%2C%20A1rio](https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=30#:~:text=Em%201957%2C%20quando%20efetivamente%20fortaleceu,con%2D%20di%2C%20A7%2C%20B5es%20de%20tr%2C%20A1fego%20rodovi%2C%20A1rio). Acesso em: 30 jun. 2022.

ODEBRECHT, Norberto. **Sobreviver, Crescer e Perpetuar – Tecnologia Empresarial Odebrecht**. Salvador: Edição Fundação Odebrecht, 2009.

PENA, Zilda Gomes. **As rochas vulcanossedimentares do Greenstone Belt do Rio Itapicuru na areada mina fazenda brasileiro: Petrografia e Geoquímica**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21521>. Acesso em: 10 out. 2022.

PEREIRA NETO, João Gonçalves; BATISTA, Tiago de Assis. **Barrocas, uma filha da estrada de ferro**. [S. l.: s. n.], 2017.

PEZATTI, Erotilde Goreti. **A Gramática da derivação sufixal: os sufixos formadores de substantivos abstratos**. São Paulo: Alfa, 34: p. 153-174, 1990

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

QUEIROZ, Washington. Bahia e vaqueiros: um débito. **R. FACED**, Salvador, n. 17, p. 71-84, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/4872/3809>. Acesso em: 11 mar. 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro – a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. 7. Reimpressão. São Paulo: Global Editora, 2015.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

RIOS, Iara Nancy Araújo. **Nossa Senhora da Conceição do Coité**: poder e política no século XIX. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003. Disponível em: [https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/5\\_nossa\\_senhora\\_da\\_conceicao\\_do\\_coite\\_poder\\_e\\_politica\\_no\\_seculo\\_xix.pdf](https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/5_nossa_senhora_da_conceicao_do_coite_poder_e_politica_no_seculo_xix.pdf). Acesso em: 8 set. 2022.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. Edição revista por Capistrano de Abreu. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/575110/000970367\\_Historia\\_Brasil.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/575110/000970367_Historia_Brasil.pdf). Acesso em: 7 jul. 2022.

SANTOS, Júcélia Bispo dos. Colonização do Sertão da Bahia e Formação de Quilombos em Irará. **Revista África e Africanidades** – Ano 2 - n. 7 - Novembro. 2009 - Especial - Afro-Brasileiros: Construindo e Reconstruindo os Rumos da História. [https://africaeaficanidades.com.br/documentos/Colonizacao\\_sertao.pdf](https://africaeaficanidades.com.br/documentos/Colonizacao_sertao.pdf)

SANTOS, Márcio Roberto Alves do. **Fronteiras do sertão baiano**: 1640-1750. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-09072010-133900/publico/2010\\_MarcioRobertoAlvesdosSantos.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-09072010-133900/publico/2010_MarcioRobertoAlvesdosSantos.pdf). Acesso em: 10 jun. 2022.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª. Ed. São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade do Salvador. Estudo de geografia urbana**. 2. ed. São Paulo: Edusp; Salvador: Edufba, 2012.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **O pequeno príncipe**. Tradução de Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2017.

SILVA, Elizete da. **Cidadãos de outra pátria**: anglicanos e batistas na Bahia. 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História Econômica do Brasil**: 1500-1820. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 2005.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. 2. ed. mais correcta e accrescentada com um additamento. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, 1879. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242787>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. Disponível em:

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573991/001118266\\_Viagem\\_pelo\\_Brasil\\_v.2.pdf?sequence=15&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/573991/001118266_Viagem_pelo_Brasil_v.2.pdf?sequence=15&isAllowed=y). Acesso em: 15 dez. 2022.

VIANNA, Francisco Vicente. **Memória sobre o estado da Bahia**. Bahia: Typ. e Enc. do Diário da Bahia, 1893. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221732>. Acesso em: 20 fev. 2022.

VIANNA, Hildergades. **A Proclamação da República da Bahia**: aspectos folclóricos. Bahia: Tipografia Manú Editora, 1955. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31124/1/CEB%2033.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

VIANA FILHO, Luiz. **O negro na Bahia**. São Paulo: Martins, 1976.

VIEIRA, Pedro Almeida. **Assim se pariu o Brasil**: três séculos de invasões, guerras, rebeliões e outras calamidades do período colonial ao nascimento do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2016.

### Sites:

ALBANO, João Fortini. Material produzido para o curso de Engenharia de Produção da UFRGS, disponível em: [http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/420\\_03-evolucao\\_das\\_vias.pdf](http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/420_03-evolucao_das_vias.pdf). Acesso em: 10 jun. 2022.

BAHIA. Secretaria de Educação – pesquisado em <https://www.educacao.ba.gov.br/midias/documentos/documentos-direc>. Acesso em 10 de maio de 2023.

Biblioteca Nacional Digital Brasil Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=90552&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 10 jan. 2023.

<http://cienciaemserinha.blogspot.com.br/2013/06/camb-historia-de-serrinha.html>. Acesso em: 15 out. 2017

<http://wwwcolegiojosevaldolima.blogspot.com/2013/04/serrinha-relevo-e-vegetacao.html> Acesso em: 10 maio 2023.

<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/18708656/riquezas-da-mata-branca>. Acesso em: 2 set. 2022.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. Sub-regiões do Nordeste. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/as-subregioes-nordeste.htm>. Acesso em: 20abr. 2022. [p, 55]

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Disponível em: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/ba\\_paulistana/serrinha.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/ba_paulistana/serrinha.htm). Acesso em: 5 nov. 2022. MORAES, 2022, n.p. <https://www.politize.com.br/era-vargas/>. Acesso em: 20 set. 202

OLIVEIRA, Luana Ramos. <http://estoriasdeantigamente.blogspot.com/2018/09/historia-de-serrinha.html>. Acesso em: 10 set. 2022. . Acesso em: 13 nov. 2022

SHALDERS, André, LAGO, Cecília do; CONCONI, Augusto, publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, em 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/deserto-politico-como-vivem-13-milhoes-de-brasileiros-esquecidos-pelo-congresso/>. Acesso em: 10 jan. 2023

Viação Férrea Centro Oeste (VFCO). Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/Bahia/Ferrez/75estacaoPronta.shtml>. Acesso em: 20 dez. 2022

PORTO FILHO, 2013, n.p.). Informação disponível no blog do autor: <http://www.ubaldomarquesportofilho.com.br/paginas.aspx?id=368&tipo=2>. Acesso em: 17 nov. 2022.

RIBEIRO, Manoel Bomfim. - *A seca no estado da Bahia*. Texto veiculado pelo portal *Bahia Notícias*, disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/artigo/451-a-seca-no-estado-da-bahia>

*Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas. Disponível em*  
*<http://www.sepi.ap.gov.br/det2.php?id=11140>.*

Wikimedia Commons (2022)

Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vaqueiro\\_baiano,\\_Feira\\_de\\_Santana,\\_Bahia,\\_1903,\\_arquivo.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vaqueiro_baiano,_Feira_de_Santana,_Bahia,_1903,_arquivo.jpg). Acesso em: 10 jun. 2022.